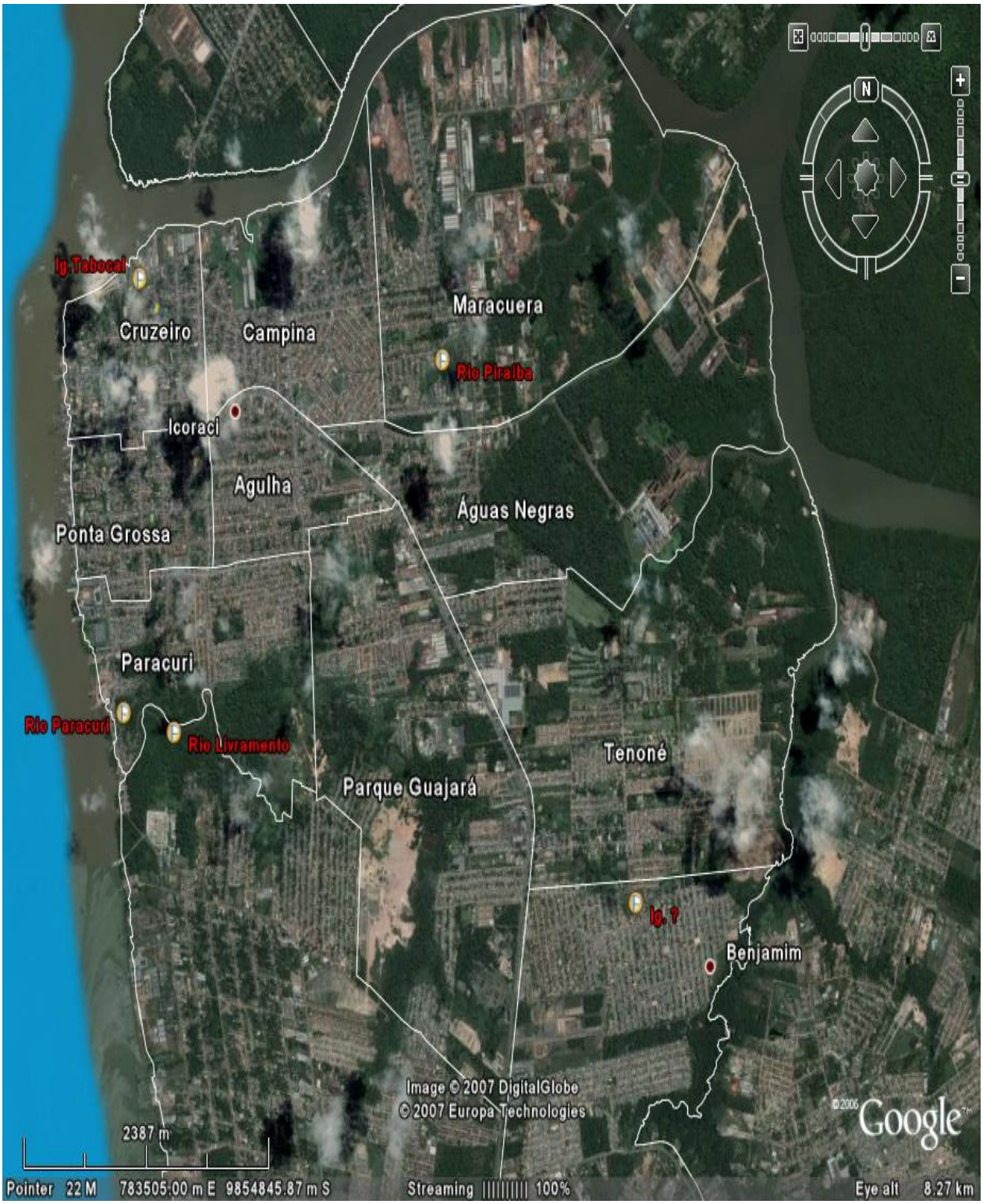


MÁRIO BENJAMIN DIAS

URBANIZAÇÃO E AMBIENTE URBANO NO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE ICOARACI, BELÉM –PA.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Mário Benjamin Dias

URBANIZAÇÃO E AMBIENTE URBANO NO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE ICOARACI, BELÉM-PA.

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Mário Benjamin Dias

Urbanização e Ambiente Urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA.

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em Geografia Humana.

Orientação: Prof[a]. Dr[a]. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta.

São Paulo
2007

Mário Benjamin Dias

Urbanização e Ambiente Urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA.

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em Geografia Humana.

Orientação: Prof[a]. Dr[a]. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta.

Avaliado por
1º Argüidor
_____

2º Argüidor
_____

3º Argüidor

_____

4º argüidor
_____

Orientador
Prof[a]. Dr[a]. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta
_____

São Paulo
2007

DEDICATÓRIA

À população do distrito de Icoaraci, especialmente a da periferia, das ocupações urbanas e dos moradores das várzeas dos rios e igarapés que vivem premidos em função das condições adversas do ambiente urbano fruto de um processo de urbanização excludente e segregadora que empurra as camadas menos favorecidas para os espaços degradados da cidade.

AGRADECIMENTOS

À população de Icoaraci, que no fazer cotidiano, produzem e (re) produzem o espaço da cidade e o urbano local. Aos moradores que se dispuseram a parar seus afazeres diários para responder ao nosso questionário e a dialogar sobre questões importantes que os afligem e sonham em ver um dia solucionados as mazelas que lhes afligem;

À Universidade Federal do Pará-UFPA, por ter me concedido a liberação para a realização do curso de pós-graduação;

A CAPES, ao conceder-me bolsa de estudo possibilitando minha permanência em São Paulo para a realização desse estudo, assim como criando condições para que o trabalho fosse realizado;

À Universidade de São Paulo-USP, por ter me acolhido e dado o suporte teórico-metodológico;

Aos colegas do Núcleo Pedagógico Integrado do UFPA, pela liberação de carga horária e, que, no primeiro momento de minha liberação, assumiram as minhas turmas;

À minha orientadora Prof[a]. Dr[a]. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta, por ter compartilhado, ao longo desses anos, na minha trajetória, e por ter sido uma pessoa importante em todas as fases da elaboração do meu trabalho.

À minha família, que sem dúvida, soube conviver com as ausências com as idas e vindas motivadas pelas ansiedades de quem estava escrevendo;

À Maria Marize Duarte e a Márcio Wagner Rolin, que nos primeiros momentos vividos na metrópole, acolheram-me em sua casa; Às secretárias de Pós-graduação do Departamento de Geografia: Ana Maria e Jurema e ao Honorino, secretário da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação PROPESP da UFPA, por suas compreensões e profissionalismos.

À Maria de Jesus, companheira militante de longa jornada pela Geografia e por uma sociedade mais inclusiva e ambientalmente justa, pelas cobranças e pelas dicas importantes;

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

EPIGRAFE

A expressão meio ecológico não tem a mesma significação dada à natureza selvagem ou natureza cósmica, como as vezes se tende admitir. O meio ecológico já foi modificado e cada vez mais é meio técnico.Dessa forma, o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de "natureza primeira" para se contrapor à "segunda natureza" já é natureza segunda. A natureza primeira, como sinônimo de "natureza natural". Só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social. A partir desse momento, tudo o que consideramos como natureza primeira já foi transformado. Esse processo de transformação, continuo e progressivo, constitui uma mudança qualitativa fundamental nos dias atuais.(Milton Santos)

RESUMO

Este trabalho analisa a problemática da cidade de Belém-PA, especialmente o distrito de Icoaraci – cujo objetivo foi o de estudar a urbanização e o ambiente urbano como produtos do processo de (re) produção, apropriação e consumo do espaço urbano na Amazônia. As reflexões sobre o ambiente urbano ganharam grande importância no final do milênio em função da crise ambiental que atinge o planeta como um todo em função da forma de como o homem vem se relacionando com a natureza. Nesse contexto, a realidade analisada não se explica por si própria, ela faz parte de uma relação mais ampla que é da cidade e da região Amazônica dos quais estão inseridas na lógica da reprodução do capital na Amazônia, que se reproduziu e se reproduz na região em suas diferentes fases. Portanto, o distrito de Icoaraci apresenta, principalmente, na periferia dos bairros e ocupações urbanas, graves comprometimentos relacionados ao ambiente urbano e, conseqüentemente, comprometem a qualidade de vida de uma parcela significativa da população, especialmente, as que vivem nas várzeas dos rios e igarapés e periferias dos bairros carentes de toda sorte de serviços e infra-estrutura.

Palavras chave: Ambiente, cidade, espaço, urbanização, periferia e habitação,

RESUMÉ

Cet travail analyse la problematique de la vile de Belém-Pa, sourtout lê petit village de Icoaraci, dont le but a été étudier l'urbanisation et l'environnement urbaine com produits du processus de (re) production, appropriation et consommation de l'espace urbaine dans l'Amazonie. Les réflexion sur l'environnement urbaine ont gagné grande importance à la fin du millénaire et em fonction de la crise environnemental qui atteint tout la planète que resulte de la maniére como l'homme se mettre em rapport avec la nature. Dans ce contexte la réalité analysée ne s'explique por soi-meme, elle fais partie dúne relation plus ample qui est celle de la ville et de la région amazonnique dans laquelle elles sont mises dans la logique de la reproduction du capital dans l'Amazonie, que s'est produit e se reproduit dans la région em sés différentes phases. Donc, le petit village de Icoaraci présent, surtout dans la périphérie des quartiers et occupations urbaines, graves problemas par rapport à l'environnement urbaine et, consequemment, entraîne des dégarts à la qualité de vie et une partie significative de la population, surtout laquelle que vive dans lês marrais des fleuves e rivières et périphérie des quartiers pauvres de tout sorte des services et infrastructure.

Mot clé: Environnement, ville, Espace, périphérie, urbanizacion, Habitacion

ABSTRACT

This work analyses the problematical in the Belém-PA city, particularly the district Icoaraci object whose gone the study its urbanization and its urban environment with of the result of the process of production, reproduction, appropriation and consume of its urban space Amazônia. The reflections about the urban environment gained great importance at the end of this millennium on account of the environment crisis that hits the planet, with all in function in the form with man to come if relation with nature. In this context, the analyzed reality doesn't explain for itself, it takes part of a larger relation that belongs to the city and the Amazonian region , inserted in the reproduction logic of the capital the Amazônia that reproduced and reproduces itself in the region in different phases. Therefore, the Icoaraci district shawls mainly of the periphery of neighborhoods (and urban occupation) serious engagements related to the urban environment and consequently affect the life of a great part of the population, particularly the ones that live at the borders of the rivers, igarapés and peripheries of the poor neighborhoods which needs infra-structure.

Key words: Environment, city, space, urbanization and habitation

LISTA DE MAPAS

Pág.

Mapa 1 - Região metropolitana de Belém e distritos Administrativos. 39

Mapa 2 - Principais vias de acesso do distrito de Icoaraci. 144

Mapa 3 – Sistema viário principal do município de Belém. 154

Mapa 4 – Planialtimétrico do distrito de Icoaraci. 170

Mapa 5 – Estruturação urbana da cidade de Belém. 201

Mapa 6 – População por bairro do distrito de Icoaraci. 212

Mapa 7 – Renda média nominal por chefe de Família. 230

Mapa 8 – Classes de rendimentos mensal de pessoas responsáveis pelo domicílio do distrito de Icoaraci. 234

Mapa 9 – Abastecimento de água por bairro do distrito de Icoaraci. 253

Mapa 10 – Rede geral de esgoto Belém - Setores censitários urbanos 2000. 260

LISTA DE FIGURAS

Pág.

Figura 1 – Distrito de Icoaraci e limites dos bairros. 181

Figura 2 – Micro bacia do igarapé Tabocal. 183

Figura 3 – Micro bacia do igarapé Paracuri. 214

Figura 4 – Micro bacia do rio Livramento. 274

Figura 5 – Micro bacia do rio Piraíba. 275

LISTA DE FOTOGRAFIAS

pág

01 - Vista parcial do local onde os primeiros colonizadores construíram seus fogos e que deu origem ao atual distrito administrativo de Icoaraci. 99

02 - Vista parcial do local onde teve início o processo de ocupação do atual distrito de Icoaraci 99

03 - Vista parcial do platô no qual surgiu o arruamento do atual distrito de Icoaraci 105

04 - Vista parcial do platô onde teve início o arruamento do atual distrito de Icoaraci. 107

05 - Vista parcial da tipologia das residências do período da borracha 110

06 - Vista parcial da tipologia da arquitetura do século XIX – período da economia gomífera. 110

07 - Primeira Igreja construída na vila do Pinheiro de São Sebastião. 111

08 - Vista parcial da antiga estação do trem do Pinheiro 112

09 - Vista parcial do antigo matadouro do Maguari, localizado as margens esquerda do furo do Maguari. Atualmente delegacia de polícia. 115

10 - Vista parcial da rua Cristovão Colombo. Antigo mercado Municipal. 115

11 - Vista parcial do antigo palacete denominado de "Chalé Senador". Antonio Porfhiro." 116

12 - Vista parcial da orla fluvial de Icoaraci no qual está localizado o mais antigo centro comercial, vista a partir da baía do Guajará. 118

13 - Vista parcial do centro comercial de Icoaraci a partir da baía do Guajará. 120

14 Vista parcial do trapiche municipal do distrito de Icoaraci. 128

15 - Vista parcial da Rodovia Arthur Bernardes e a localização de indústrias. 133

16 - Vista parcial da rodovia Arthur Bernardes que liga o distrito à cidade de Belém as margens da baía do Guajará e por onde teve início o processo de industrialização. 134

17 - Vista parcial do bairro do Paracuri. Área com carência de infra-estrutura saneamento básico. 136

18 - Vista parcial do bairro. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. 136

19 - Vista parcial do bairro da Ponta Grossa. Área com carência de infra-estrutura básica. 137

20 - Bairro do Cruzeiro. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. 137

21 - Vista parcial do bairro da Agulha. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. 138

22 - Vista parcial do bairro da Maracuera. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. 138

23 - Vista parcial do bairro do tenoné. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. 139

24 - Vista parcial do bairro das Águas Negras. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. 139

25 - Vista parcial do centro comercial tradicional de Icoaraci. 140

26 - Vista parcial do centro comercial do bairro Campina de Icoaraci. 141

27 - Vista parcial do antigo curtume Maguari. 168

28 - Vista parcial da moderna atividade industrial ao longo da rodovia Arthur Bernardes. 169

29 - Vista parcial da habitação de moradores sobre igarapés no interior do núcleo urbano de Icoaraci. Embarcação fluvial típica de modo de vida ribeirinho. 172

30 - Vista parcial da habitação de moradores sobre a várzea do igarapé tabocal no interior do núcleo urbano de Icoaraci. 172

31 - Vista parcial da ocupação sobre a várzea do Igarapé Tabocal. 178

32 - Vista parcial da ocupação sobre a várzea do igarapé. Bairro do Tenoné. 179

33 - Vista parcial da ocupação sobre a várzea do rio Paracuri. 180

34 - Vista parcial da ocupação sobre a várzea do rio Paracuri. 180

35 - Vista parcial da ocupação da orla da baía do Guajará. Bairro do

Cruzeiro e Ponta Grossa. 181

36 - Vista parcial da ocupação da orla do furo do Maguari. 181

37 - Vista parcial do comércio de material de construção ao longo da orla rio Paracuri. 185

38 - Vista parcial do comércio de material de construção ao longo da orla fluvial da baía do Guajará e furo do Maguari. 186

39 – Vista parcial de conjunto habitacional ao longo da Rodovia Augusto Montenegro. 217

40 – Vista parcial da rodovia Augusto Montenegro.Conjunto habitacional voltado para a classe média. 218

41 – Vista parcial de ocupação urbana no bairro do Paracuri. 235

42 – Vista parcial de ocupação urbana no bairro do Tenoné. 240

43 – Vista parcial da periferia do bairro da Agulha. 241

44 – Vista parcial da periferia do bairro da Agulha. 242

45 – Vista parcial da tipologia das habitações na periferia de Icoaraci. Construções feitas com madeiras com assoalhos elevados, fugindo Das inundações do fluxo e refluxo das marés. Bairro do Tenoné. 242

46 – Vista parcial das palafitas nas áreas de ocupação em Icoaraci. 243

47 – Vista parcial da periferia de bairros de Icoaraci, poço aberto como alternativa para solucionar o problema de abastecimento de Água. 243

48 - Vista parcial da periferia de bairros de Icoaraci. Ligação clandestina como alternativa ao abastecimento de Água. 255

49 – Vista parcial do acúmulo de resíduos sólidos ao longo da calha do igarapé no distrito de Icoaraci. 258

50 – Vista parcial do sistema de esgotamento pluvial despejado diretamente sobre o leito de igarapé existente no bairro. 259

51 – Vista parcial da deposição de esgoto no curso d'água existente no bairro. 271

52 – Vista parcial do Igarapé Piraíba contaminado por resíduos provenientes dos curtumes localizados no interior do núcleo urbano e no D. industrial. A quantidade de resíduo libera odor fétido que contamina o ar e o entorno do bairro de Maracacuera. 271

53 – Vista parcial do Igarapé Tabocal e a quantidade de resíduos flutuando

no leito. 275

54 - Vista parcial do rio Paracuri e atividades econômicas em sua foz. 276

55 - Vista parcial do Igarapé no interior do bairro do Tenoné, poluído por resíduos domésticos. 271

LISTA DE QUADROS

Pág.

Quadro 1 - Arrecadação por município. 124

Quadro 2 – População por bairro no distrito administrativo de Icoaraci. 145

Quadro 3 – Áreas de ocupação carentes em infra-estruturas – Distrito administrativo de Icoaraci. 170

Quadro 4 - Distrito de Icoaraci e município de Belém.Evolução da população de 1920 a 2000 (mil hab.). 211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Escolaridade da população entrevistada. 232

Gráfico 2 - Rendimento mensal do chefe de família. 233

Gráfico 3 - Meios de transportes mais utilizados pela população. 236

Gráfico 4 - Origem da população migrante de acordo com a microrregião. 237

Gráfico 5 - Motivo da migração para o DAICO. 237

Gráfico 6 - Tipo da moradia. 238

Gráfico 7 - Tipologia das habitações da população entrevistada. 241

Gráfico 8 - Número de pessoas por domicílios. 246

Gráfico 9 - Formas de abastecimento de água. 249

Gráfico 10 - Domicílios com problemas no abastecimento de água. 255

Gráfico 11 - Periodicidade da coleta de lixo no DAICO. 257

Gráfico 12 - Condições de saneamento no DAICO. 262

Gráfico 13 - Serviços e bens necessários para o atendimento da população. 263

Gráfico 14 - Problemas no ambiente do bairro. 264

Gráfico 15 - Trabalho voltado para a preservação do meio ambiente. 264

Gráfico 16 – Comprometimento na qualidade de vida. 265

Gráfico 17 - O que deveria melhorar no bairro. 260

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASBEMA	Associação dos Moradores do Bela Manoela.
AD	Agência Distrital.
BASA	Banco da Amazônia Sociedade Anônima.
BNH	Banco Nacional de Habitação.
CODEM	Companhia de Desenvolvimento Metropolitano.
COHAB	Companhia de Habitação.
DAICO	Distrito Administrativo de Belém.
DA^{s}	Distritos Administrativos.
D.I.I.	Distrito Industrial de Icoaraci.
DIT	Divisão Internacional do Trabalho.
EFB	Estrada de Ferro de Bragança.
ENASA	Empresa de Navegação da Amazônia.
FGTS	Funda de Garantia por Tempo de Serviço.
FBGE	fundação Instituto de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
ISS	Imposto Sobre Serviços.
PDAs	Planos de Desenvolvimento da Amazônia.
PIN	Programa de Integração Nacional.
PMB	Prefeitura Municipal de Belém.
PDGB	Plano Diretor Geral de Belém.
PGC	Projeto Grande Carajás.
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento.
POLAMAZONIA	Programa de Pólos Agropecuários e Ago-industriais da Amazônia
PVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
RMB	Região metropolitana de Belém.
SFH	Sistema Financeiro de Habitação.
SNAPP	Serviço de Navegação da Amazônia e Ad. do Porto do Pará.
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Eco. da Amazônia.
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia.
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus,

SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO	07
RESUME	08
ABSTRACT	09
LISTA DE MAPAS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE FOTOGRAFIAS	12
LISTA DE QUADROS	15
LISTA DE QUADROS	16
LISTA DE ABREVIATURAS	17
INTRODUÇÃO	21
CAPITULO I A CIDADE, A URBANIZAÇÃO E O AMBIENTE.	38
1.1 A produção social do espaço e o ambiente urbano.	39
1.2 O ambiente no contexto da cidade.	56
1.3 O processo de urbanização e suas contradições.	63
2 O PROCESSO HISTÓRICO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL URBANA.	71
2.1 Transformações ambientais em Belém na primeira metade do século XX.	72
3 ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO DISTRITO DE ICOARACI.	91
3.1 Gênese da formação espaço de Icoaraci.	92
3.2 Estruturação sócioespacial de Icoaraci e sua integração à metrópole paraense.	121
3.3 Estrutura do espaço urbano e o ambiente em Icoaraci.	147

3.4 A produção social do espaço urbano e as desigualdades ambientais em Icoaraci. 157

IV A PERIFERIA E AS CONDIÇÕES DO AMBIENTE NO DISTRITO DE ICOARACI. 184

4.1 A periferia enquanto locus da exclusão social. 185

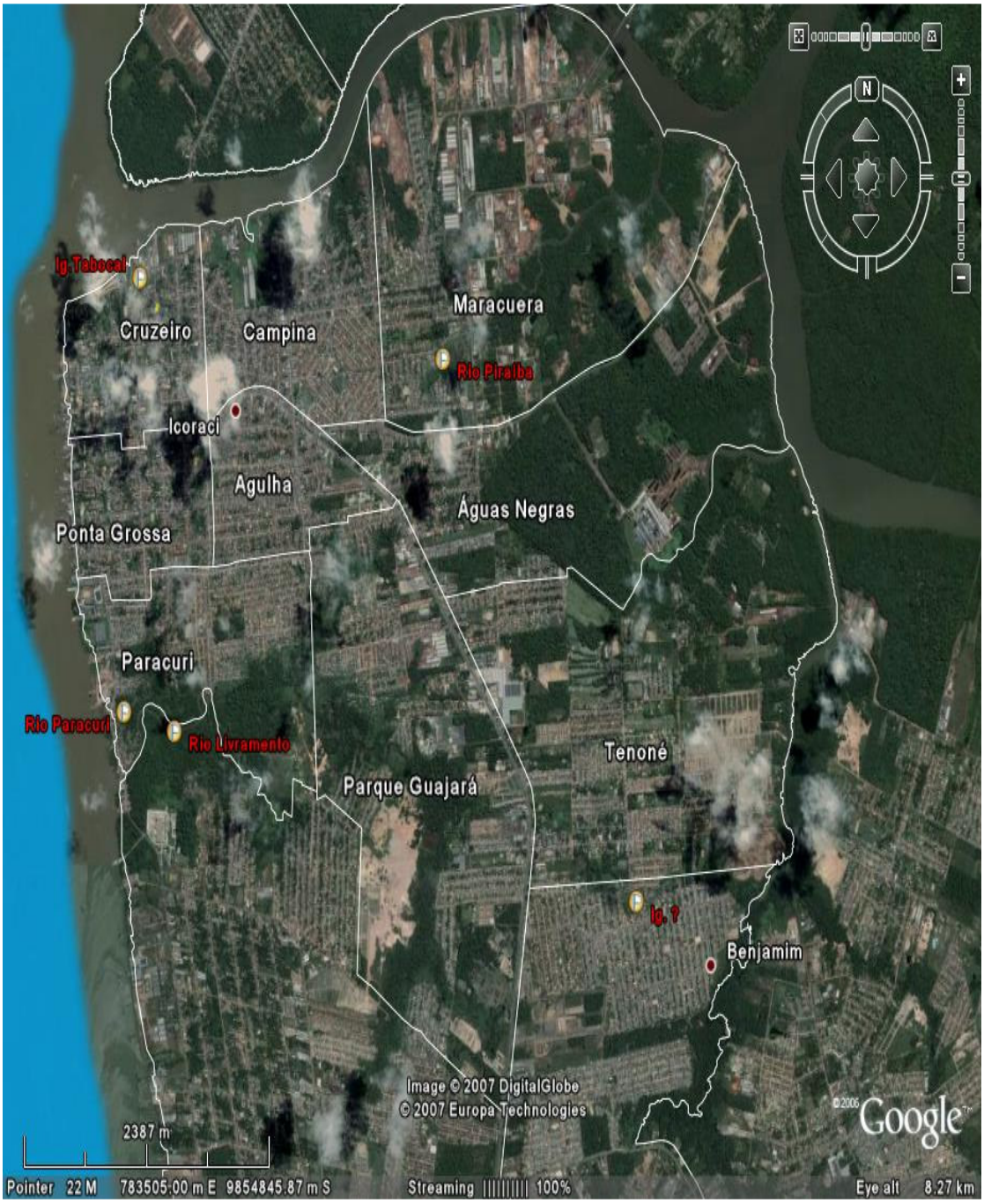
4.2 O espaço urbano do distrito de Icoaraci e a segregação ambiental. 211

4.3 Paisagem urbana e a situação dos moradores na periferia de Icoaraci e a qualidade de vida. 222

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS. 278

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. 292

ANEXOS. 307


Ig.Tabocal
Cruzeiro
Campina
Maracuera
Rio Piraíba
Icoraci
Agulha
Águas Negras
Ponta Grossa
Paracuri
Rio Paracuri
Rio Livramento
Tenoné
Parque Guajará
Ig. ?
Benjamim
Image © 2007 DigitalGlobe
© 2007 Europa Technologies
2387 m
Google
Pointer 22 M 783505.00 m E 9854845.87 m S
Streaming 100%
Eye alt 8.27 km

INTRODUÇÃO

A sociedade, no momento atual, atingiu níveis de urbanização nunca antes imaginados. Esse processo, no entanto, é decorrente do próprio desenvolvimento das forças produtivas que privilegiou a cidade enquanto lócus de sua reprodução. Portanto, ao mesmo tempo em que a cidade se desenvolve, ocorre o processo de urbanização, como expressão da sociedade que se generaliza na modernidade.

A urbanização ocorre produzindo e reproduzindo contradições de diversas ordens, materializadas no espaço da cidade como manifestação desse processo. Nesse sentido, observa-se, cada vez mais, que o espaço urbano é desigual e contraditório, tendo em vista que, nele manifestam-se os conflitos de classes, expressos, principalmente pelos diferentes níveis de renda, revelando uma desigual distribuição da população pela mesma.

Portanto, à medida em que ocorre a produção do urbano, concentrando cada vez mais população e atividades econômicas, mais ocorre a transformação do espaço preexistente em novos espaços, como resultantes das relações sociais que se estabelecem na e a partir da cidade. Em contrapartida, ocorrem também transformações no ambiente urbano, como resultantes do mesmo processo: produção do espaço urbano de um lado e transformações do ambiente no outro. Nesse sentido, como manifestação desse processo, observa-se a produção do urbano de forma fragmentada e hierarquizada. A fragmentação do tecido urbano é decorrência do próprio expraiamento da cidade que se reproduz criando a periferia, [1] a qual está cada vez mais distante dos espaços bem mais equipados.

---

[1] CALDEIRA. 1984. p. 07/08. Chama atenção para: A palavra é usada para designar os limites, as franjas da cidade, talvez em substituição a expressão mais antiga, com "subúrbio". Mas sua referencia não é apenas geográfica: além de indica distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infra-estrutura.

Seguramente, a "expressão" não é o primeiro tipo de espaço urbano deficiente que existiu em nossas metrópoles, e não foi simplesmente o fato de existir enquanto tal que chamou a atenção de todos. Se ficou tão conhecida foi provavelmente porque, desde meados da década de 70, seus moradores, armados de faixas e cartazes e reunidos em grupos, aprenderam o caminho da Prefeitura e de como exigir da administração pública a que tinham direito: ônibus, água, luz, posto policial, etc. Enfim, tudo que apenas os bairros centrais da cidade costumavam ter. Em outras palavras, foi em um processo político que uma fatia do espaço urbano, qualificado por aquilo que não tinha, passou a ser conhecido como "periferia", ao mesmo tempo, os protagonistas desse processo passaram a ser identificados por sua posição na geografia da cidade: são os moradores da periferia.

Os estudos que tomam a "periferia" como tema podem ser reunidos em dois grupos amplos, conforme a sua ênfase principal recaia no tipo de espaço urbano ou no padrão de comportamento político de seus moradores.No primeiro procura-se, por um lado, descrever e inventariar as suas características físicas e, de outro, estabelecer a gênese desse tipo de espaço. Já o segundo grupo ressalta o comportamento político, tenta analisar as formas de organização popular surgidas recentemente em função das reivindicações que se

Na medida em que a cidade se expande, resta à população de menor poder aquisitivo, os espaços mais afastados e, na maioria das vezes, inadequados à moradia, enquanto *locus* de reprodução do homem, como as periferias, ocupações urbanas, loteamentos clandestinos, fundos de vales, baixadas alagadas, áreas de pântanos, entre outros, ocupados pelos excluídos e despossuídos no qual lhes é negado o direito à cidade formal. Esses espaços são, na maioria das vezes, marcados pelas péssimas condições de qualidade social e ambiental, carentes em infra-estrutura e de serviços de consumo coletivo, que apresentam sérios comprometimentos à qualidade de vida de uma parcela significativa da população urbana.

É nessa perspectiva que este trabalho se insere, analisar a cidade, a urbanização e o ambiente em uma cidade na Amazônia, mais especificamente no Estado do Pará, que é o distrito administrativo de Icoaraci (DAICO). Este se localiza ao Norte do Município de Belém, distante 17,2 Km de centro, com 133.150 habitantes em 2000, [2] pertencente à Região Metropolitana de Belém (RMB). É um importante distrito da cidade de Belém (Mapa 01).

Assim, o nosso interesse primordial foi compreender o processo de produção, [3] (re)produção, [4] apropriação [5] e consumo do espaço urbano e o ambiente, a partir da

---

referem, sobretudo, à qualidade de vida na cidade, colocando em evidencia a novidade dos movimentos: uma nova forma de fazer política saudada como genuinamente popular e democrática.

O termo periferia aqui deve ser entendido não apenas como locais distantes em relação à área central, mas aquelas com deficiências em infra-estrutura e serviços de consumo coletivo, normalmente localizadas no interior das áreas Central das cidades, as baixadas alagadas, as ocupações urbanas, loteamentos clandestinos, fundo de vales, entre outras. Dessa foram, o termo abarca uma dupla acepção: no sentido geográfico relacionado a localização de áreas distantes em relação ao centro, em função de que o objeto em análise encontra-se de fato na periferia de Belém, correspondendo a área de expansão da cidade; assim como no sentido sociológico, como local que apresenta uma série de problemas de ordem infra-estrutural, de serviços comunitários e ambiental. Em outras palavras, como local de moradia da classe trabalhadora.

[2] Segundo o Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Belém. 2001.

[3] O termo aqui utilizado é na acepção Lefebvriana (1972, p. 38) de: Produção no sentido muito mias lato do que empregado na economia e assumindo o sentido da filosofia "produção de coisas (produtos) e de obras, de idéias e de ideologias, de consciências e de conhecimento, de ilusão e de verdade. A mesma forma que Carlos (Op. Cit. p. 20) além de objetos, o sentido da noção de produção revela um processo real e profundo enquanto um conjunto de relações, modelos de comportamento, sistema de valores, formalizando e fixando as relações entre membros da sociedade, e, nesse processo, produzindo um espaço em sua dimensão prática. Mas a produção se abre para a reprodução e, nessa direção, sinaliza o processo de desenvolvimento da sociedade humana, revelando a profundidade da dialética homem-natureza.

[4] O termo (re) reprodução está sendo utilizado de acordo com as reflexões teóricas de CARLOS. (1994. p 34). O processo de reprodução está associado às condições de vida da sociedade e determinado por ela. São as condições sociais de produção que determinam o grau e a medida em que se dará a ampliação e o desenvolvimento de suas relações. (...) Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz

periferia do mesmo, onde os problemas no ambiente se apresentam com sérios comprometimentos, relacionados à qualidade de vida e à própria reprodução do homem enquanto ser e membro da sociedade.

Como objeto de análise empírico, escolhemos o distrito administrativo de Icoaraci, por compreendermos que este vem passando por transformações no seu espaço urbano, em conseqüências dos diferentes processos que vêm ocorrendo na cidade de Belém, como a expansão e periferização da cidade, que no processo de produção cria espaços diferenciados, segregados e hierarquizados, repercutindo de formas variadas ocasionando em sérios problemas relacionados ao ambiente urbano. Desse modo, procuramos investigá-los, por meio da análise, em nível local, os seus desdobramentos, tendo em vista que comprometem entre outras conseqüências, a qualidade de vida de uma parcela considerável da população, principalmente àquela carente, despossuída e excluída do direito à cidade, vivendo na periferia dos bairros de Icoaraci, em condições precárias, diante dos desafios impostos no mundo cada vez mais urbanizado e mundializado.

Dessa maneira, o trabalho procurou analisar historicamente o processo de degradação do ambiente das cidades, para compreender a problemática no momento atual, principalmente na periferia do distrito, sem perder de vista a problemática a nível regional, ou seja, da Amazônia, mais precisamente da cidade de Belém, na qual esta pesquisa faz parte. Partindo dessas premissas, esclarecemos algumas questões. 1) Escreveremos novamente sobre uma realidade por nós já estudada [6] por nos interessarmos em

---

necessário articular dois processos: o da produção e o da reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz).

[5] LEFEBVRE. 1978. p. 164/5. Para o autor: "El concepto de apropriación es uno dos los más importantes que hayan podidos legar siglos de refexión filosósicoa. La acción de los grupos humanos sobe el médio material y natural tiene dos modalidades, dos atributos: la dominación y la apropriación. Deverian ir juntas, pero a menudo se separan. La dominación sobre la Naturaza material, resulta de operaciones técnicas, arrasa esta Naturaza permitido a las sociedades sustituirla por seus produtos. La apropriación no arrasa, sino que transforma la Naturaza – el cuerpo y la vida biológica, el tempo e el espacio dados – em bienes humanos. La apropriación es la meta, el o sentido, la finalidad de la vida social. Sin la apripriación, la dominación técnica sobre la Natureze tiende a lo absurdo, a mediada que cresce. Sin la apropriación, pode haber crescimento econômico y técnico, pero el desarrollo social propriamente dicho se mantiene nula.

[6] Em 1996 realizamos a dissertação de mestrado em cujo tema foi Icoaraci, naquele momento demos ênfase ao estudo da industrialização e a produção do espaço urbano.

compreender as transformações espaciais e ambientais que ocorrem no momento atual na RMB, tendo em vista que é uma parte da cidade localizada na área de expansão e embora não possua ainda o status de município, tem identidade e especificidades próprias, pois apresenta um nível de desenvolvimento que chega a superar muitos municípios paraenses. Partindo dessa perspectiva, temos a clareza de que a realidade é dinâmica e contraditória e as transformações rápidas, apesar de em muitas ocasiões não a percebermos de forma imediata; 2) Se em uma dissertação não é suficiente abarcar a realidade como um todo, da mesma forma em uma tese esse mesmo fato acontece. Em verdade, a cada trabalho realizado, apreendemos apenas um aspecto do real; 3) Fomos levados pela paixão, por ali termos nascido e termos vivido grande parte de nossa vida, presenciando e participando de suas transformações, portanto, fazendo parte do processo enquanto sujeito. Logo, a paixão não pode deixar cegar.

Assim, movidos pelas lembranças e constatando as transformações existentes no lugar enfrentamos algumas dificuldades para a elaboração do trabalho. Em primeiro lugar, em função dos prazos e da necessidade de um maior número de pessoas envolvidas na pesquisa. A área, apesar de não ser tão extensa (formada por nove bairros) é relativamente povoada. Essa situação se impôs, levando-nos a fazer escolhas, quando selecionamos fragmentos da cidade e optamos pelo que denominamos de áreas periféricas dos bairros, ou melhor, periferias da periferia, em função das variáveis observadas que passamos a denominar de problemas no ambiente urbano ou falta de qualidade do mesmo.

Segundo, os dados secundários que no processo de elaboração do trabalho revelaram existir, não se encontravam registrados, sistematizados e, em muitas ocasiões, não correspondiam à realidade, a qual está em constante processo de mudança, ora naturalmente não foram atualizados; e em terceiro, a grande carência em estudos relacionados à temática na realidade Amazônia dificultando consideravelmente a nossa compreensão em relação à realidade da cidade, no memento atual. Em função dessas condições, a opção que nos restou foi a "observação direta in locus" e a averiguação, fazendo registros sobre as mudanças que estavam em curso. Essa estratégia metodológica, associada à aplicação de questionários e entrevistas, tornou-se bastante eficaz, a nosso ver, por revelar informações que, a priori, confrontavam informações oficiais disponíveis sobre

a realidade, e também nos permitiu detectar situações precárias referentes ao ambiente urbano, no contexto do distrito.

Nesse sentido, o trabalho de campo foi um dos momentos mais ricos e de fundamental importância para o embasamento da análise, que teve início no ano de 2005 e término em 2007, num total de dois anos de contato com o local da pesquisa e com seus moradores, pois foi onde tivemos a oportunidade de observar o ambiente de forma mais sistemática, o modo de vida da população nas várzeas, baixadas e ocupações urbanas, os níveis de carências, de exclusão e de segregação, que clamam por soluções emergenciais, de cunho político que extrapolam as ações localizadas e pontuais.

Desse modo, para sua realização, optamos, em um primeiro momento, em aplicar na forma de amostragem aleatória um questionário semi-aberto, a um membro da família em cada casa visitada, a partir das informações dos sujeitos que vivem essa realidade, tendo por objetivo, compreender o perfil sócio-econômico, a infra-estrutura local e a compreensão da população sobre o ambiente da cidade.

Posteriormente, realizamos entrevistas abertas relacionadas com as questões do questionário, procurando compreender a forma como os sujeitos apreendem os problemas no ambiente urbano local. Os resultados dessas respostas nos possibilitaram analisar a concepção que a população local tem sobre a cidade e o ambiente urbano em que vivem.

Paralela a essas atividades, realizamos uma vasta documentação fotográfica cujo objetivo seria que fosse capaz de demonstrar as mudanças da cidade ao longo dos últimos anos. [7] Nesse processo, compreendemos que para realizar a análise, o desvendamento da problemática proposta, exigia constantemente que houvesse uma estreita relação entre o teórico e a realidade na qual estavam inseridos o objeto de estudo observado no cotidiano, uma vez que:

> Hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloqüente. Mas ao analisá-la, torna-se importante o resgate das emoções e sentimentos; a reabilitação dos sentidos humana os que nos fez pensar a cidade para além do homem premido pelas necessidades vitais (comer, beber, vestir, ter um teto para morar), esmagado por preocupações

[7] Nos últimos 20 realizamos temos realizado ampla documentação fotográficas sobre o espaço urbano de Icoaraci, tentando registrar as mudanças que ocorrendo no espaço urbano, assim como, as mudanças no ambiente urbano.

> imediatas. A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz idéias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura. (CARLOS, 1992, p. 25-26)

Nessa perspectiva, enquanto geógrafo, comprometidos em analisar e explicar tais transformações temos por obrigação seguir o método de investigação, assim como os preceitos teórico-metodológicos da pesquisa. Como bem argumenta Gomes:

> O método é o meio empregado para se chegar a um fim proposto. Um conjunto de princípios, normas e procedimentos de investigação teórica e de atividade prática que utilizamos na abordagem dos fenômenos da natureza e da sociedade. Para penetrar a fundo na essência das coisas, isto é nas características fundamentais dos objetos e fenômenos, o processo do conhecimento utiliza-se de um instrumental cognoscitivo superior – o pensamento teórico – que se vale do emprego da abstração e da generalização. (GOMES, 1991, p. 21)

Com isso, é válido destacar que o lugar, o objeto da pesquisa, não se explica por si mesmo, ele se produz a partir da teia de relações que se articulam no plano do local, da cidade Capital/Município/Estado, da mesma forma que acontece com o Regional/Nacional/Mundial. Essas relações ocorrem em diferentes níveis de importância, pois é um espaço que concentra atividades econômicas – indústrias de beneficiamento de matérias-primas (madeira, alimentícias, metalúrgicas, amianto, entre outras) regionais, exportáveis para diferentes mercados consumidores, seja nacional ou internacional, bem como atividades comerciais e de serviços que visam atender a reprodução do capital, a população local e a do entorno. [8] É um fragmento da metrópole de grande importância para a RMB, pois através do conjunto de atividades ali desenvolvidas, coloca-o em situação privilegiada, chegando a superar o dinamismo da maioria dos municípios do Estado do Pará em termos de arrecadação de impostos, níveis de desenvolvimento econômico, social, cultural, perdendo apenas para aqueles municípios no qual ocorrem a extração e beneficiamento de minérios, no Estado.

É importante ressaltar que na análise de processos sociais e naturais, como por exemplo, o da urbanização e do ambiente, o procedimento a ser seguido deve ser aquele que dê conta de interpretar a realidade e as relações intrínsecas e extrínsecas que ocorrem na sociedade e seus reflexos no ambiente, pois esses processos são dinâmicos, conflitantes e contraditórios em uma sociedade em constante processo de mudanças. Sendo que nesse

[8] Ilhéus, ribeirinhos e regiões localizadas nas áreas de influencia, como Marajó, Baixo Tocantins e Salgado.

sentido, o percurso seguido extrapola a análise unidisciplinar. É como destaca Mendonça ao dizer que:

> Tratado por muito tempo de maneira estanque, os problemas decorrentes da urbanização, particularmente os socioambientais, evidenciaram a necessidade de romper com as perspectiva unidisciplinares ou parciais da cidade. A abordagem do ambiente urbano, perspectiva que toma os problemas socioambientais urbano a partir da interação entre a Sociedade e a Natureza, apareceu como possibilidade de tratá-los de formas interativa, holística e conjuntiva. (MENDONÇA, 2004, p. 205)

Vemos, com isso, que na sociedade em constante processo de transformação a relação homem-meio apresenta-se de forma cada vez mais complexa, haja vista que:

> É necessário a busca de referencial teórico-metodológico para realizar releituras do território que auxiliem a compreensão da produção do espaço onde a natureza e a sociedade não sejam separáveis. É necessário compreender que a problemática ambiental é necessariamente paradigmática e analisá-la é a maneira de compreender a atual metáfora espacial. É preciso superar a dicotomia entre Geografia Física e a Humana buscando compreender a produção sócioespacial em toda a sua complexidade. (...) a problemática ambiental nos desafia a compreender o espaço em suas múltiplas dimensões. (...) Em todas as suas diferentes dimensões e proposições sobre sustentabilidade, o espaço é a categoria indispensável de análise. (RODRIGUES, 1996, p. 116)

Partindo dessas premissas, é importante ressaltar que existe diferença entre realidade natural e realidade social. Para Kosik:

> A realidade pode ser mudada de modo revolucionário só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós. A diferença entre realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar de modo revolucionário a realidade humano-social porque ele próprio é o produtor desta última realidade.(KOSIK, 1989, p. 18)

Nesse processo, o pesquisador, com base em pressupostos teórico-metodologico-conceitual, utiliza diferentes abordagens que sejam capazes de auxiliar no desvendamento da realidade analisada, pelo fato de o conhecimento da realidade objetiva ocorrer em aspiral, ter início e não ter fim, estar em constante processo de movimento do pensamento e da prática, que o torna dinâmico, inovador e revelador de uma dada realidade.

Dessa maneira, esta pesquisa, parte de pressupostos teórico-metodológicos, que privilegiam o espaço urbano no contexto atual, colocando inúmeras perspectivas para a análise, direcionadas para um único objeto de estudo: a cidade e o ambiente urbano. Portanto, procura extrapolar a dicotimização, uma herança da Geografia. Dessa forma, compreendemos que a análise da realidade como se apresenta, só pode ser compreendida de forma integrada, procurando através da articulação entre a metodologia e o método,

desvendar seus processos, suas formas, seus conteúdos, suas características e suas contradições, ou seja, adentrando na essência dos fenômenos.

Como fio condutor, esse pressuposto, buscou identificar os agentes produtores e/ou indutores do processo de produção, reprodução, apropriação e consumo do espaço e suas conseqüências no ambiente urbano da realidade estudada, bem como os principais problemas evidenciados pelo diagnóstico elaborado a partir do trabalho de campo.

Observamos que o processo de urbanização que se generaliza no momento atual (o qual só se intensificou a partir da segunda metade do século XX) ocasionou uma intensa concentração industrial, de serviços e, ao mesmo tempo, de população; esse processo em escala nacional, transformou as cidades genericamente em lugares com péssimas condições de vida à maioria de seus habitantes.

Dessa forma, o ponto de partida, a princípio, para compreender as transformações no plano do lugar, levou-nos a pensar a atividade industrial como indutor do processo de produção e (re)produção do espaço urbano, já que se articula enquanto atividade econômica, num plano mais amplo, pois por um lado, Icoaraci tem funcionado como a base onde se localiza grande parte das unidades produtivas, o que é fundamental para o processo de funcionamento da atividade industrial que requer naturalmente a produção de um determinado espaço, no qual o processo possa de fato, viabilizar-se e desenvolver a cadeia produtiva. Por outro, essa cadeia produtiva se articula com outros lugares a partir das áreas fornecedoras da matéria-prima, [9] como os mercados consumidores em diferentes escalas, principalmente, o nacional e internacional. Isso se deve porque a atividade industrial, em particular a madeireira, realiza-se extrapolando os limites do município no qual o Distrito faz parte, articulando o beneficiamento da madeira com a produção realizada no Estado do Pará, assim como em outros lugares da região.[10]

No espaço urbano, é possível vislumbrar que as ações dos agentes produtores desse espaço, revestem-se em práticas que se materializam na paisagem da cidade com diferentes

---

[9] No Distrito Administrativo de Icoaraci, desde a segunda metade do século XX não se tem noticia da ocorrência de exploração madeireira, em função da própria ocupação que vem ocorrendo ao longo do processo de produção do espaço urbano.

[10] No Estado do Pará, a economia agroextrativista basicamente sustentou a via de acumulação interna de capital, estando o comércio (local e regional) vinculado ao mercado regional por um longo período. Foi a partir da acumulação de capital local que se pode compreender a gênese da indústria paraense, especialmente em Belém no final dos século XIX e início do XX.

formas e conteúdos, assim como a partir da intervenção do Estado apor meio de políticas públicas, mesmo que pontuais direcionadas a um segmento social específico, por um lado, e por outro, os segmentos sociais excluídos, que lutam por sua sobrevivência, diante da realidade que lhe é imposta, passando a viver em áreas com graves problemas relacionados à degradação sócio-espacial-ambiental em função da forma como as cidades vêm sendo produzidas, já que:

> A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência "caótica", sob a qual se descortina a essência articulada e objetiva do espaço geográfico. Mas por que caótica? Porque o nível da aparência, do que se vê, é nível do não explicado, não entendido.Esta paisagem, este "instantâneo" que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático mas prenhe de movimento, de vida, de uma vida de relações que o homem (o individuo) mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie. (CARLOS, Ibdem, p. 38).

Logo é no processo de produção e reprodução como resultante das ações dos agentes que produzem e reproduzem a cidade e o urbano que a problemática do ambiente emerge com todas as suas características e contradições. É imprescindível que para analisar as transformações locais na atualidade, torne-se necessário o entendimento dos diferentes processos que ocorreram no contexto regional e da cidade em função de que são partes integrantes de uma mesma realidade e sofrem de forma direta ou indireta as conseqüências.

Dentre os diversos problemas urbanos existentes em Icoaraci destacamos a ocupação da orla fluvial da baía do Guajará por atividades industriais, comerciais, ocupações ilegais; as ocupações clandestinas ao longo dos eixos rodoviários das rodovias Augusto Montenegro e Arthur Bernardes; as ocupações nas áreas periféricas e ao longo das várzeas dos rios e igarapés com barracos e palafitas tornando a forma do habitar insalubres, comprometendo, dessa forma o ecossistema fluvial e a qualidade de vida de seus moradores; além da falta de serviços de consumo coletivo e de infra-estrutura urbana capazes de atender a essa parcela da população.

Nesse sentido, faz-se necessário remetermos a análise a alguns questionamentos que perpassam a problemática e que norteiam o desenvolvimento da pesquisa, como: Que agentes têm produzido o espaço urbano? Qual a dimensão no ambiente natural ou construído no contexto da urbanização? De que forma ocorreu a ocupação da orla fluvial em função dos diferentes usos, assim como a ocupação das várzeas dos rios e igarapés existentes na cidade? Partindo dessas indagações e nessa perspectiva que o estudo da

cidade, do urbano e do ambiente em Icoaraci, enquanto objeto de análise, a nosso ver, ganha sentido e finalidade.

Prosseguindo com nossa pesquisa analisamos as transformações espaciais em Icoaraci e o ambiente urbano, este, ocorrido nas últimas décadas do século XX, como resultado da forte intervenção do Estado no espaço regional que passou a definir e redefinir o espaço regional e urbano, da mesma forma que contribuiu para uma discussão baseada nas relações entre a produção, as relações que permeiam o processo de apropriação e suas conseqüências, significando dizer que a cidade, o espaço, o urbano e o ambiente fazem parte de um mesmo processo, o do Modo de Produção Capitalista e o da (re) produção da sociedade. Essas abordagens interagem e são interagidas numa dimensão mais ampla que é a do espaço geográfico, objetos privilegiados da geografia.

Nesse contexto, necessário se faz entender os diferentes momentos desses processos em constantes transformações, de forma ininterrupta, como momentos do processo que é dinâmico, veloz e avassalador, no qual nem sempre a ciência, a pesquisa e o conhecimento, na maioria das vezes, dão conta de explicar a realidade em função da velocidade como as transformações ocorrem no mundo contemporâneo, auxiliadas pelo desenvolvimento científico-tecnológico.

No entanto, nesse processo, o conhecimento da realidade vai sendo revelado pela prática social, que desempenha papel importante ao conferir a verdade do conhecimento científico. Pois é a partir da prática produtiva diária que se ampliam as possibilidades de conhecer o mundo objetivo que nos cerca e que existe, exterior à consciência. Dessa forma, o homem corrige cotidianamente as deformidades, equívocos, verdades absolutizadas, entre outros, pois:

> Pela ligação mais íntima com a vida, com a produção e com a prática social, o pensamento evita o risco de tornar-se abstrato.
> É evidente que a prática revelada no trabalho desempenha, ao aferir a autenticidade do conhecimento, uma importantíssima valia na elaboração do conhecimento científico. É pela prática produtiva diária que o homem amplia as suas possibilidades de conhecer o mundo objetivo que o rodeia e que existe fora de sua consciência. É pela prática que o homem corrige as deformações, os erros acumulados e tidos como verdadeiros.
> É pela prática que o ser humano cria as condições materiais de sua existência em sociedade. É pela prática que estabelecemos a nossa união concreta com o mundo exterior, revelando-nos as sensações, as percepções, as representações, as quais funcionam como nexos entre os conhecimentos (sensorial e conceitual). É pelo mecanismo da prática – produção, experimentação, lutas de classes – que testamos a veracidade de nosso saber. (GOMES, Ibdem, p. 19).

Sendo assim, esta pesquisa também visa compreender a produção da cidade e o ambiente por intermédio do processo de urbanização, refletidos no crescimento demográfico a partir do processo de industrialização, que entre outras conseqüências, originou a periferia e, em contrapartida, os problemas urbanos expressos no espaço da cidade (falta de saneamento, transportes, saúde, educação, habitação, entre outros), por meio da prática sócio-espacial que redefine a sociedade no mundo moderno. É importante ressaltar que a dimensão da realidade urbana vem sendo tratada de forma separada, reforçando a velha dicotomia social – natural, ou seja, por serem abordadas fora da questão da produção e reprodução geral da sociedade, reforça a separação pondo a sociedade de um lado e a natureza de outro: a abordagem da cidade, da urbanização e o ambiente inseridos numa análise que dê conta da complexidade que permeia essas relações em seus múltiplos aspectos e processos que produzem, (re) produzem, apropriam e consomem o espaço, produzindo desigualdades e espacialidades sociais e diferenciadas. Por isso, a análise encaminhou-se em direção às reflexões em torno da realidade local, isto é, não desvinculada da matriz teórico-metodológica, que deram suporte para analisar o empírico.

Assim, para atingir os objetivos propostos sobre a realidade estudada, em primeiro lugar, realizamos um percurso pela literatura teórico-informativa documental e metodológica, na qual foram encontradas diferentes abordagens e paradigmas. Posteriormente, visando suprir a carência de documento sobre Icoaraci, realizamos um levantamento em diferentes jornais, no sentido de resgatar a sua história e memória, objetivando entender as diferentes etapas pelas quais ocorreram o processo de urbanização local, mesmo compreendendo que as informações jornalísticas podem deturpar fatos, relatar a história dos vencedores ou somente fazer denúncias, para nós foi importante fazer esse levantamento por terem dado algumas pistas a serem perseguidas.[11]

Dessa maneira, para que o homem possa apreender essa realidade, ele necessita de aportes teórico-metodológicos, para apoiar à pesquisa de campo, que o embasarão à reflexão, muito embora as questões relacionadas ao ambiente urbano tenham se generalizado, é importante observar que:

[11] Os dados e as informações que norteiam as análises referentes a periferia dos bairros de Icoaraci são oriundas, principalmente: a) da consulta aos jornais, b) dos questionários aplicados em 2005 e 2006, as entrevistas realizadas no mesmo período com população local.

> Em uma cidade específica há situações distintas no que se refere às condições de vida: segregação espacial, crescimento de favelas e exclusão social são diferentes aspectos da não inclusão no estilo de vida dominante. A falta de acesso ao mercado de consumo é acompanhada pela falta de serviços públicos, agravando as condições de vida dessas populações vulneráveis. Estendendo a vulnerabilidade como um processo que envolve tanto a dinâmica social quanto as condições ambientais. (HOGAN & VIEIRA, 1992, p. 397).

De acordo com os autores citados, essa é também a realidade nas ocupações das áreas periféricas de RMB, correspondendo à área de expansão da cidade, onde se encontra o DAICO, que passou a apresentar os mesmos problemas de ordem ambientais e sociais, com maiores conseqüências, tendo em vista a ausência de política ou lei do uso do solo urbano que disciplinasse os diferentes usos na cidade. Isso significa dizer que na metrópole paraense, nas áreas das micro-bacias urbanas não existem maiores fiscalizações ou legislações, logo, as transformações que ocorrem na cidade e no espaço urbano, no momento atual, refletem o nível de desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento social. Com isso, é a partir desse momento que Icoaraci começa a se destacar, com a criação da área metropolitana na década de 70 e, posteriormente, com a criação da Região Metropolitana de Belém, integrando-se enquanto distrito.

Portanto, diante do atual estágio de desenvolvimento e da complexidade em que a sociedade atingiu, como do modo de produção dominante e das forças produtivas aliadas às intricadas relações que se estabelecera, o conhecimento torna-se cada vez mais um processo momentâneo, fugaz, tendo em vista que o novo está sempre se anunciando, em gestação, impondo-se, em busca de explicações a partir da ciência, pelo conhecimento, pela arte, para que sejam aceitos como verdade científica. Esse é o movimento do conhecimento e da ciência, a incansável busca em dar explicações dos fatos ainda não desvendados; sejam em relação aos processos naturais, sejam em relação aos sociais e assim sucessivamente. Sobre esse processo Gomes afirma que:

> Para o materialismo dialético e histórico, cada modificação da realidade objetiva (condições naturais e sociais e do conhecimento da realidade) impõe modificações de princípio na estrutura teórica e metodológica da ciência. Assim, há um contínuo processo de aprimoramento científico.
> É preciso termos em conta que a "ciência" pressupõe sempre um conjunto de fatores combinatórios que se interligam. Daí, a razão pela qual, sendo a dialética a ciência das ligações, é preciso vê-la em sua abrangência de totalidade, como teoria, em termos de concepções de mundo; como ciência, então como explicação do mundo, através das suas leis gerais e de sua dinâmica universal objetiva e subjetiva, como método de conhecimento teórico e prático e como guia de ação transformadora. (GOMES, ibdem, p. 93).

Destarte, por tudo que já foi explanado, este trabalho foi desenvolvido em capítulos e subcapitulos articulados entre si, tendo em vista que o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO) é produto de processos históricos, de dinâmicas econômicas e políticas implementadas e agentes diferenciados, uma vez que:

> Não podemos isolar a dinâmica evolutiva do mundo da natureza e da sociedade quando empreendemos um estudo ou pesquisa científica. O ponto de partida deve ser sempre o de ter em vista que a captação do conhecimento objetivo da natureza e da sociedade parte da consciência do homem mas é produto desta consciência. O produzido resulta de um mundo exterior (objetivo) que é captado pela consciência por meio dos seus canais da ligação com o mundo exterior (os órgãos sensoriais) e transformado pela nossa estrutura cerebral numa imagem reflexa do conhecimento.
> O manejo do estudo e pesquisa teórica e prática em geografia, tomando como referencial geral à realidade objetiva do mundo da natureza e da sociedade, requer, de nossa parte, ver o fato geográfico (sua estrutura de partes e todo) em suas dimensões: aparência e essência numa relação de interdependência.
> É preciso conhecer, penetrar na interdependência da aparência com a essência (visível e não visível) para que possamos autenticar a veracidade científica do estudo da realidade objetiva geograficamente que empreendemos.
> É pela ação de seu trabalho social realizado sobre o mundo da natureza e da sociedade que o ser humano vem formando sua consciência, aperfeiçoando continuamente. O contato direto com a realidade objetiva no seu dia-a-dia de trabalho, fez do homem um ser superior dotado de capacidade de pensar, raciocinar, idealizar, sistematizar e refletir esta mesma realidade como uma forma de pensamento superior.
> Tendo como objeto de trabalho os recursos naturais renováveis e não renováveis e as matérias-primas, o homem, pelo uso de seus meios de produção (instrumentos de produção e o próprio homem) imprime ao espaço geográfico a dimensão de espaço natural, fruto de seu trabalho produtivo/social. (GOMES, p. 99-102).

Desse modo, no primeiro capítulo realizamos um estudo sobre a cidade, a urbanização e o ambiente como elementos de um mesmo processo que é o da produção do espaço como produto de relações sociais que produzem e (re) produzem-se num movimento dinâmico, ininterrupto e contraditório, esclarecemos que cidade é concebida como produto das relações humanas produzidas historicamente, e com o advento do modo de produção capitalista, que dissolveu a cidade antiga, recriou-a como base à sua reprodução, provocando um constante processo de dissolução/reconstrução da cidade até os dias atuais. Para (Lefebvre 1972) com a instauração do capitalismo concorrencial, a partir da industrialização, deu origem ao processo de urbanização que se generaliza e se mundializa no momento atual.

No segundo capítulo, analisamos o processo histórico da problemática no ambiente urbano, dentro da cidade de Belém. Entretanto, para uma melhor compreensão, foi necessário contextualizar historicamente a questão, por compreendermos que esses problemas já ocorriam desde as cidades antigas, como resultado do processo de

desenvolvimento econômico e social. Porém, é sob o modo de produção capitalista que esses problemas se acentuaram, principalmente a partir da expansão comercial européia e da fundação de novos núcleos populacionais. Portanto, é nessa conjuntura que surge a cidade de Belém diante do projeto geopolítico português para defender a parte norte do território brasileiro.

É com o crescimento de Belém que os problemas no ambiente urbano ganham maiores proporções, tendo em vista que as condições morfológicas do terreno associadas à arquitetura portuguesa impuseram uma série de condições desfavoráveis ao desenvolvimento da cidade, quando medidas de renovação urbana foram implementas no final do século XIX, procurando criar uma cidade com feições modernas nos moldes da Paris de Haussman, quando inúmeras áreas alagadas foram retificadas e canalizadas e quarteirões inteiros foram demolidos para a construção de amplas avenidas, objetivando criar uma cidade com feições republicanas, rompendo, assim, com o passado colonial.

Para uma cidade em que o processo de urbanização se intensifica a partir da segunda metade do século XX, sem que ocorresse o processo de industrialização na forma clássica, como ocorreu na Europa e em outros países desenvolvidos do hemisfério norte. A urbanização vai ocorrer a partir do papel que a cidade de Belém vai desempenhar no contexto da região, enquanto capital regional a concentrar inúmeras atividades, originando um processo de urbanização sem industrialização massiva. A fraca atividade industrial localizada na cidade, está voltada para o beneficiamento dos recursos naturais, com base extrativa ou semi-elaborados, estando na base da economia urbana, aliado a um forte setor de serviços federais [12] que associado ao comércio que abastece as microrregiões do entorno, fazendo uma maior circulação de mercadorias, capitais e de pessoas.

No terceiro capítulo, apresentamos a área de estudo propriamente dita, na qual buscamos o resgate, a gênese da formação histórica e o processo de produção do espaço icoaraciense. Neste, elaboramos uma proposta de periodização que marca quatro etapas diferenciadas do desenvolvimento econômico, político e social de Icoaraci, porém, interligadas ao processo. Essas fases posteriormente são desenvolvidas, abordando questões

---

[12] Os principais órgãos do governo federal , como: Comando Aéreo Regional, 4º Distrito Naval, INCRA, EMBRAPA-Cepatu, Universidade Federal do Pará; Universidade Rural da Amazônia, ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia, BASA (Banco da Amazônia Sociedade Anônima), entre outros.

atinentes ao processo de urbanização, tendo em vista que Icoaraci, após a década de cinqüenta, passou por um intenso crescimento urbano que fez atingir a cidade sem ocorrer desenvolvimento econômico, político, social e cultural. A pressão demográfica sobre o solo urbano, produto do movimento migratório ocorrido na segunda metade do século XX, ocasionaram o esgotamento do solo que passou por um processo de valorização em função das atividades econômicas que ali passaram a serem desenvolvidas, como as atividades industriais, comerciais e de serviços. É importante destacar que um distrito administrativo da dimensão de Icoaraci, por não possuir autonomia política, [13] vive dependente econômica e politicamente da cidade de Belém, que decide o destino dos recursos econômicos auferidos no local.

No quarto e último capítulo, mostramos a produção do espaço periférico e as condições do ambiente no distrito administrativo de Icoaraci dividido em sub-capítulos, visando demonstrar os problemas evidenciados no espaço urbano local como fatores que comprometem a qualidade de vida de uma parcela da população. Na medida que o Distrito cresce, avolumam-se os problemas de toda ordem, uma vez que os investimentos ali realizados não conseguem sanar os problemas que surgem constantemente, como o do saneamento básico, uma vez que a rede de distribuição não atinge as áreas mais periféricas da cidade, da coleta e do armazenamento do lixo, da habitação, da ocupação irregular dos canais de drenagem e das micro-bacias urbanas, do transporte coletivo, entre outros.

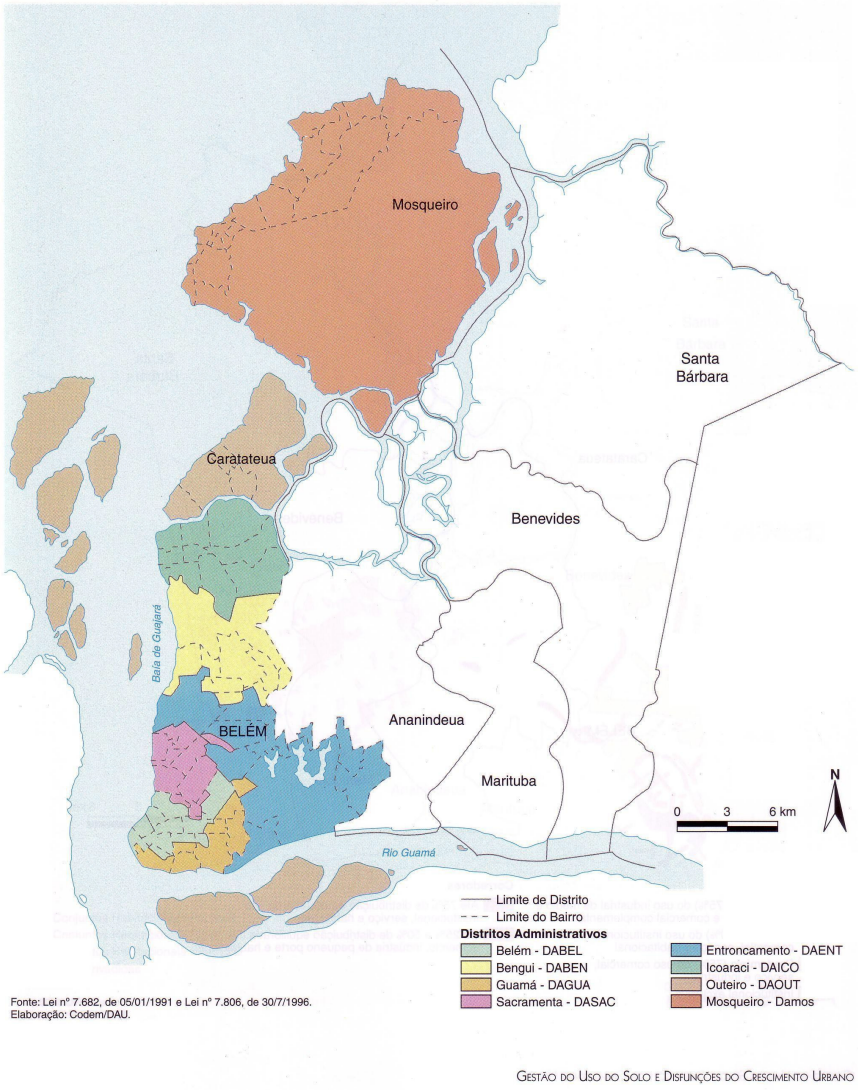
Dessa forma, levando-se em consideração esses aspectos, podemos afirmar que há comprometimento da qualidade de vida de uma parcela da população por não terem acesso ao mínimo das condições de vida. É o capitulo que reflete em larga medida as condições em vivem parcela significativa da população de Icoaraci.

Entretanto, como já é de conhecimento que as transformações que ocorrem na cidade e no espaço urbano, no momento atual, refletem o nível de desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento social, refletidos no espaço. Embora esta pesquisa esteja direcionada para uma realidade que já foi estudada, não significa de forma alguma que haja aqui uma atualização da problemática abordada em trabalhos anteriores, por se

[13] É partir de sua elevação a categoria de Distrito de Belém no século XX, a população tem se organizado em prol do processo de emancipação, mas as forças oponentes tem se articulado e conseguido evitar o processo, em função da importância econômica do mesmo no conjunto de arrecadação de impostos para a vida econômica de Belém.

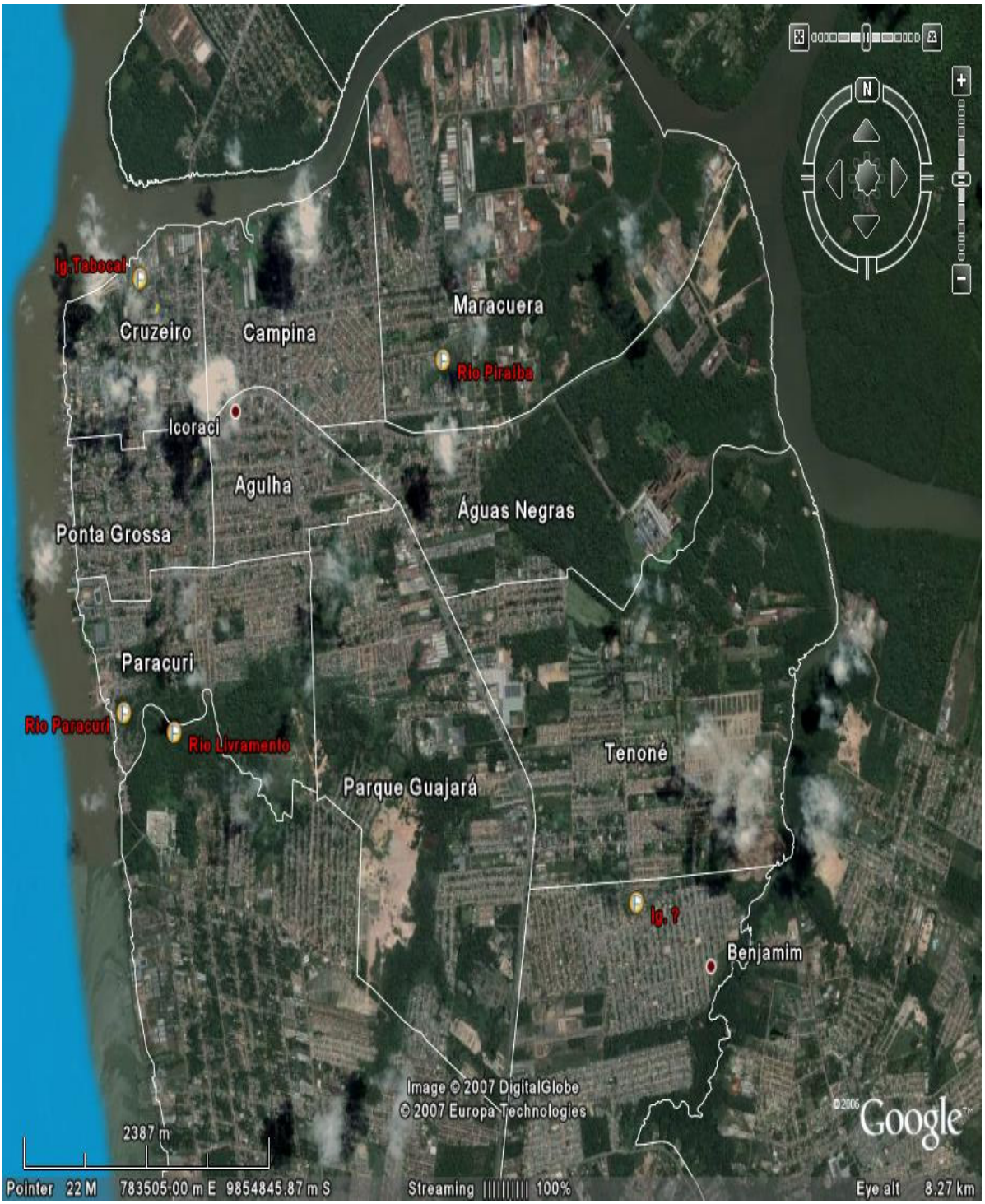
acreditar não ter nenhuma razão, uma vez que naquele trabalho privilegiamos apenas alguns aspectos da realidade local a “Industrialização e a Produção do Espaço Urbano”, já que a investigação estava mais voltada principalmente às políticas públicas implementadas na Amazônia bem como suas conseqüências, na RMB. Neste, procuramos encaminhar nossas reflexões a partir da realidade social e histórica, buscando compreendê-la enquanto prática social dos homens que em seu processo de desenvolvimento produzem (re) produzem, apropriam e consomem o espaço como estratégia de reprodução dos indivíduos enquanto ser histórico, e do capitalismo como modo de reprodução da sociedade no momento atual. Esperamos que as reflexões e análises sobre a cidade e ambiente urbano aqui registrados possam contribuir e instigar novas reflexões sobre essa problemática na cidade, da mesma forma que contribuam para que os gestores possam refletir e agir sobre o futuro da cidade, com mais equidade em prol da população que tem sido vítima da forma de como as cidades vêm sendo produzidas e reproduzidas na contemporaneidade.

Mapa 1 Região metropolitana de Belém e Distritos



Fonte: Lei nº 7.682, de 05/01/1991 e Lei nº 7.806, de 30/7/1996.
Elaboração: Codem/DAU.

Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano



CAPITULO I

A CIDADE, A URBANIZAÇÃO E O AMBIENTE.

1.1 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E O AMBIENTE URBANO

As Babilônias modernas são maiores, mais complexas, mais pululantes de matéria humana e de máquinas prodigiosas, amaldiçoadas por uns e celebradas por outros!

Elisée Reclus

A urbanização, nos países em desenvolvimento, a exemplo o Brasil, é um fenômeno que remonta a segunda metade do século XX, quando mais de 80% da população total passou a viver nas cidades, [14] uma vez que o principal fator gerador da forte concentração populacional nas cidades é resultante, da forte migração impulsionada por uma série de fatores como: o êxodo rural, a crescente concentração de terras que deu origem aos latifúndios mecanizados e monocultores, a má distribuição de renda associada a essa crescente concentração nas mãos de uma minoria, o fraco desenvolvimento econômico que não é capaz de gerar mercado de trabalho à maioria da população ativa, entre outros. Tais fatores contribuem para gerar uma massa de pessoas despossuída e excluída, sem as mínimas condições de acesso à qualidade de vida digna, em função do modelo de desenvolvimento adotado, que é atrelado à dependência econômica e financeira dos grandes centros do sistema mundo.

É em função do elevado contingente populacional localizado nas cidades, motivados por um crescente processo migratório, que os conflitos e as contradições explodem com maior evidência como reflexo da sociedade dividida em classe, onde os que não têm poder econômico e político lutam, de um lado, por ocupação do solo, por habitação, pela saúde, educação, transporte, por ambiente urbano saudável e com qualidade de vida etc.; por outro, por integração social, pelo direito à cidade, a cidadania plena etc. Vivemos em uma sociedade onde é fragrante os dados relativos às carências urbanas representados pelas elevadas taxas de déficit habitacional, do analfabetismo, de atendimento à saúde, carência de saneamento , transporte coletivo urbano etc.

---

[14] Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística FBGE. Censo Demográfico 2000.Rio de janeiro: FIBGE, 2001.

Nessa perspectiva, a população vê-se às margens de programas e políticas sociais impostas pelo Estado. Estas não conseguem amenizar os problemas do povo, porque boa parte dos cidadãos vivem em condições adversas, por isso, as pessoas são, cada vez mais, levadas a viver em condições precárias, reforçando o crescente processo de favelização, periferização, ocupações urbanas e de exclusão social, que passam a compor a paisagem das cidades com toda sorte de problemas. Essa é a materialização do espaço socialmente produzido no capitalismo contemporâneo.

Nesse contexto, Soja (1999, p. 101-2), esclarece com muita propriedade que: O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo.

O espaço por sua natureza de ser produzido a partir de processos sociais, não deixa de apresentar contradições que se espacializam, como por exemplo, a fragmentação e a hierarquia dos lugares, ou seja, refletem a sociedade dividida em classe e a desigual distribuição de renda, conformando a paisagem da cidade.

A cidade se expande em decorrência da própria dinâmica de reprodução do capital. Nessa perspectiva, ao se expandir, produz ambientes comprometidos social e ambientalmente, em função da forma como elas se processam. Esse fenômeno é cada vez mais intenso no período contemporâneo e está associado à ausência de políticas públicas e normas que disciplinem o uso e a ocupação do solo, tendo em contrapartida a má qualidade de vida da maioria da população que vive excluída da cidade e dos benefícios que a mesma dispõe. O Estado utiliza o discurso de que os serviços e equipamentos de consumo coletivos são voltados para o bem estar da população como um todo; de que são criados a partir da tributação paga pela sociedade, mas que na realidade poucos são os que usufruem deles, porque esses não se apropriam de forma plena da cidade.

Atualmente, vivenciamos um período que pode ser denominado de crise da cidade ou crise urbana, pela carência de espaços livres e verdes socializáveis, pela falta de habitação, de saneamento, de transporte urbano, de educação com qualidade, de ambientes saudáveis, os quais só são oferecidas, a uma parcela significativa da população. Há um

processo de crise da cidade que emerge como a expansão da mancha urbana que vai se afastando para as periferias cada vez mais distantes, atingindo áreas inóspitas, alagadas, baixadas, encostas, sendo ocupadas pelos excluídos da cidade, ou seja, os que não têm direito à mesma. Portanto, nesse processo, a cidade é produzida social e ambientalmente com espaços comprometidos do ponto de vista do ambiente. É como declara Pereira:

> A "crise" urbana, parece não ser uma crise, uma vez que seus sintomas vem se manifestando há alguns séculos. O que pode ser chamada de crítica é a degradação do ambiente urbano, cujos efeitos têm tido maiores repercussões neste último século. Mas, toda crise traz riscos e oportunidades para; riscos de que a situação piore e oportunidade de grandes mudanças. Talvez essa seja a oportunidade para a revisão dos parâmetros de crescimento das nossas cidades, de modo que deixe de ser considerado natural o que muito se repete. Uma releitura do processo de produção da cidade à luz da problemática socioambiental talvez possa responder aos desafios da transformação de nossas cidades em ambientes sustentáveis. (PEREIRA, 2001, p. 49).

Desse modo, percebemos que são cidades sociais e desigualmente produzidas, que segregam parcelas significativas de seus habitantes em áreas não apropriadas à vida humana, com novas contradições que o modo de produção criou e que estão longe de serem superadas. Santos, ao se referir à cidade, considera que:

> A cidade – sobretudo a grande cidade - constitui um meio material e um meio social adequados a uma maior socialização das forças produtivas e de consumo.
> A própria cidade física é condição da produção com a privatização do uso de benfeitorias coletivas, através de sua apropriação seletiva e, afinal, excludente.
> A socialização propiciada por uma rede diferencial de firmas e agentes à disposição dos processos produtivos complexos da cidade facilita a economia até nas camadas mais pobres, possibilitando a inserção na economia urbana de um número crescente de pessoas. (SANTOS, 1994, p 120).

Dessa maneira, a concentração cada vez maior de contingentes populacionais na cidade possibilita um maior consumo; e o capital, por sua vez, alcança os diferentes segmentos da sociedade, não importando os níveis de renda. O importante é alavancar a economia urbana, a fim de dar suporte a sua reprodução ampliada. Nessa perspectiva, a cidade se constitui enquanto lugar privilegiado do processo de valoração [15] que é cada vez

---

[15] MORAES, Antonio Carlos Robert. (1999, p 20). Estabelece a diferença entre os termos, significando que "a valoração é um ato de atribuir valor, isto é, de mensurar qualitativa ou quantitativa de um bem, ou conjunto de bens. Seu resultado é um construto (uma representação, fundamentada em padrões e equivalências), gerado por uma apropriação intelectual (imaterial) da realidade. Nesse sentido, o ato de valorar inscreve-se no universo das práticas discursivas, portanto suas formas de expressão próprias. O preço aparece como boa exemplificação do ato de valorar.
Valorizar, por outro lado, significa a realização (objetivação) do valor, sua apropriação material. É o ato de transformar materiais da natureza em valores de uso, dando-lhes uma utilidade para a vida humana. A valorização é, portanto, um resultado do trabalho, ao transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados. Sendo uma ação teleológica – isto é, dirigida a uma finalidade, que na

mais seletiva. A sua conformação é, principalmente, formada por subespaços equipados de formas diferenciadas, voltadas a atender a racionalidade capitalista. Sendo, portanto, inerente que os subespaços da cidade estejam relacionados a especificidades, reforçados pelo planejamento que os privilegiem a fim de atender a determinados seguimentos do capital.

Na medida em que algumas atividades modernas requerem espaços urbanos bem equipados, com condições a possibilitar sua reprodução, aquelas que requerem maiores condições de infra-estrutura vão se fixando nas áreas mais carentes desses serviços. Essa tendência reforça a mercantilização da cidade, o que demonstra as diferentes formas de uso do e no espaço da cidade e da forma como o capital se apropria e se reproduz.

Na cidade, em função de suas diferentes atividades, a divisão do trabalho é mais intensa e, em contrapartida, impõe um número crescente de subespaços organizados com a finalidade a dar suporte às atividades a serem desenvolvidas. É como afirma Santos:

> Quanto mais intenso o processo de divisão do trabalho de que uma cidade é teatro, tanto maior será a sua subdivisão em subespaços particulares, organizados para servir como suporte às atividades correspondentes. Cada sublocalidade é mais bem utilizada quando há correspondência entre de um lado, a forma física e a sua localização relativa dentro da cidade e de outro lado, o seu uso possível. A cada nova divisão do trabalho corresponderá uma nova funcionalização das atividades e dos lugares, com a desfuncionalização de alguns lugares e atividades. Quanto mais intensas e mais rápidas as mudanças (tecnológicas, organizacionais etc.), maiores os riscos de disfuncionamento. (SANTOS, Ibdem, p. 130)

É nesse processo que ocorre a decadência/desvaloração dos subespaços da cidade em função dos diferentes usos a ele atribuídos e à valoração de outros, expressando o próprio desenvolvimento e crescimento da cidade.

No desenvolvimento do modo de produção dominante, tudo que estava na ordem da natureza natural foi capturado, transformado e posto na relação da troca, passando a ser vigiado, controlado, mensurável e trocado no mercado. Nesse processo, vivemos a exclusão em dupla acepção: em primeiro lugar, dos bens naturais (da água potável, do verde, do ar puro, de ambientes sociais e saudáveis etc.) que pertenciam à natureza, mas que foi capturado, apropriado e passou a fazer parte do rol das necessidades criadas que só são acessíveis aos que podem pagar pois se tornaram raros. Entretanto, na medida em que esses

---

racionalidade econômica moderna é a maximização do rendimento dos investimentos – o processo de valorização implica o estabelecimento de fins e a avaliação de alternativas e meios, logo tem a valoração como um de seus momentos constitutivos".

elementos da natureza são capturados e valorizados sob a ótica do mercado, o acesso a esse bem só ocorre de forma individual, como forma de regulação, de disciplinamento. O Estado é chamado a gerir a sua distribuição/consumo – através das companhias estatais de distribuição aos consumidores -, passando a ser o agente econômico que viabiliza a privatização do recurso natural sob os desígnios do capital; em segundo, a exclusão social, que aprofunda as desigualdades, impondo a segregação nos espaços da cidade, enquanto a população que não tem direito a ela tendo que criar alternativas para ter acesso e esses bens.

No processo de produção da cidade, o espaço foi sendo apropriado e transformado em mercadoria de forma privativa e reforçado por uma concentração demográfica que pressiona em busca da ocupação do solo urbano e que na exigüidade ou esgotamento dele, passa a ocupar as áreas mais inóspitas. É na cidade que se encontram as diversas formas de uso e ocupação do solo e a mais diferenciada atividade refletida na divisão territorial do trabalho, o que torna o conflito pela posse do solo urbano latente. Nessa perspectiva, os movimentos migratórios em direção às mesmas carregam continuamente um excedente populacional que, em larga medida, não é absorvido pela demanda de mão-de-obra do mercado formal de trabalho, nem pelo setor de serviços institucionalizados, sendo, dessa forma, empurrado para o mercado informal da economia urbana. Moraes (1999), ao analisar o processo, lembra que por esse excedente populacional não ser inserido à economia formal, passa a constituirim um contingente marginal que exercem forte pressão social, pois constitui no aumento da demanda de serviços urbanos, num quadro marcado por carências estruturais históricas nesse setor.

Verificamos que a (re) produção do espaço da cidade ocorre em diferentes sentidos, entre eles, o que dá a formação da periferia, evidenciado pela presença de um mercado especulativo de terras, onde a maioria das propriedades, normalmente, pertence às famílias tradicionais que as mantinham como reserva de valor à espera de melhor valoração. Nessa perspectiva, na medida em que o Estado implanta infra-estruturas e os equipamentos de consumo coletivo proporciona aos proprietários dos loteamentos, através do mercado da terra urbana as condições de reprodução do capital imobiliário. Esse processo origina diferentes formas de ocupação como: os condomínios fechados e os conjuntos habitacionais para a população de classe média e baixa, evidenciando a estreita articulação entre o Estado e o capital imobiliário. Isso demonstra a dimensão política do espaço urbano

ao reunir os interesses do mercado capitalista da terra urbana, impondo enquanto ideologia, a escassez da terra urbana para a moradia, objetivando extrair maior rendimento para os detentores do capital. Esses processos passaram a ampliar o limite da cidade ao expandir as áreas destinadas ao uso urbano. Santos destaca que:

> Os impropriamente chamados Bens de Consumo Coletivo são, sobretudo, esse Capital Geral apropriado legalmente estatutariamente, pelo capital particular. Esses bens de consumo coletivo que são o Capital Geral são cada vez mais planejados, para que uso seja discriminatório: a água, os esgotos, a eletricidade, que existem abundantemente nas cidades, mas que não estão ao alcance de todos; os telefones, as estradas, os transportes, mas também – e isso é cruel – a saúde, e a educação. Esse movimento não é de nenhum modo espontâneo, mas baseado numa ideologia apresentada como se fosse uma teoria: a teoria da planificação, como praticada pelos tecnocratas. (SANTOS Ibdem, p. 141).

Logo o espaço, enquanto produto de relações sociais de produção, é socialmente produzido e sua expressão mais evidente é no espaço da cidade, onde ocorrem a reprodução das relações de produção com maior intensidade, haja vista que as relações dominantes:

> São reproduzidas numa espacialidade caracterizada e criadas, que tem sido progressivamente "ocupada" por um capitalismo que avança, fragmentando em pedaços, homogeneizando em mercadorias distintas, organizada em oposições de controle e ampliação para a escala global. A sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço fragmentado, homogeneizado e hierarquicamente estruturado – obtido, sobretudo, através do consumo coletivo burocraticamente controlado (isto é, controlado pelo Estado), da diferenciação entre centros e as periferias em escalas múltiplas, e da penetração do poder estatal na vida cotidiana. A crise do final do capitalismo só poderá surgir quando as relações de produção não mias puderem ser reproduzidas, e não simplesmente quando a produção em si for paralisada (a estratégia permanente do *ouvriérisme)* (SOJA, Ibdem, p. 115).

A cidade possui uma dimensão mercantil apoiada, principalmente, na estrutura fundiária representada pelo mercado da terra urbana. Esse processo, nas últimas décadas, tornou-a em uma mercadoria cada vez mais cobiçada e rara em face ao crescimento demográfico que ela passou a vivenciar, culminando no intenso processo de urbanização que caracteriza a sociedade.

O Estado, enquanto um poderoso produtor do espaço, é um dos maiores agentes a impactar o urbano por sua capacidade de criar, orientar, induzir, reverter tendências de ocupação e uso do solo, de acordo com seus interesses, por sua capacidade e condições de criar e dotar de infra-estruturas os espaços urbanos, pois predomina sua lógica ao impor o processo de valoração, visando beneficiar segmentos da sociedade, que coadunam dos mesmos interesses.

É notório o nível de carências urbanas que assolam a maioria das cidades no país, e tais carências são reveladoras do baixo desempenho apresentado em infra-estrutura e serviços básicos à população. Nas palavras de Moraes:

> Os níveis que as carências urbanas não cobertas vão atingir no Brasil põem o país num patamar bastante baixo de desempenho, por exemplo, no setor de saneamento básico. Tais níveis são atingidos exatamente no cruzamento de uma herança colonial-escravista de grande divida social, com a forma socialmente perversa da modernização operada no pós-guerra, marcada pela seletividade e excludência social. Tais população sobrantes vão alojar-se no espaço urbano litorâneo exatamente nas áreas deixadas sem uso pelas outras atividades, geralmente áreas de grande vulnerabilidade e/ou de proteção ambiental. No primeiro caso, pode-se lembrar as encostas íngremes e as zonas sujeitas a inundações, no segundo, às áreas de defesa de mananciais ou os manguezais. A forma espontânea e precária de assentamento de tais populações vai resultar em efeitos impactantes significativos no que tange à contaminação do meio ambiente, o que redunda em alta insalubridade no que toca à qualidade de vida local.
> Enfim, estes amplos e crescentes segmentos marginalizados, continuamente alimentados pelo fluxo migratório descrito, vão ser responsáveis por outras formas predominantes de manifestação da urbanização na zona costeira do Brasil. Trata-se do processo de favelização que, ao lado (nos dois sentidos) da segunda residência, vai compor a paisagem das periferias das grandes aglomerações e capitais litorâneas. Geralmente, as casas de veraneio ocupando os melhores sítios, e as favelas predominando nas áreas mais impróprias à ocupação. A estes dois tipos de uso do solo, deve-se adicionar os processos de ampliação espacial areolar próprios das cidades em crescimento, para completar o quadro da urbanização, o outro vetor explicativo de intensificação da ocupação da zona costeira após a década de cinqüenta. Vale lembrar que tal fato acompanha a tendência nacional de crescimento expressivo da população urbana. (MORAES, Ibdem, p. 39-40).

No Brasil, o crescimento demográfico vem acompanhado de um processo de urbanização que não se dá de forma homogênea ao nível do território. Esse processo é contínuo e a cada momento, se observa a formação de novas cidades, metrópoles, à expansão das existentes. Ao mesmo tempo crescem as cidades médias e pequenas com suas características individualizadas. Essas não surgem sem problemas, pois, na maioria das vezes, são elevadas a categorias de cidade ou sede municipais em função dos interesses das elites locais de ascender ao poder. Pois apresentam problemas de ordem estrutural, ao serem criadas sem um plano de ordenamento, o que caracterizam, sobremaneira, esse processo no país, Moraes destaca ainda que:

> Um traço marcante da urbanização brasileira contemporânea é seu caráter espontâneo e anárquico. As cidades crescem de forma caótica exigindo ações posteriores de ordenamento no que tange à dotação de equipamentos básicos (como os de eletrificação ou saneamento, por exemplo).
> Obviamente, os extremamente variados níveis de renda vão comandar a hierarquização das demandas, fazendo com que as classes menos favorecidas da população vivam no meio urbano à margem dos serviços públicos fundamentais. Os efeitos de degradação ambiental daí resultantes são imensos, levando a níveis baixíssimos de qualidade de vida. Quando se observa que cerca de um terço da população brasileira vive na faixa de miséria absoluta, e a isso se associa o quadro apresentado da urbanização, pode-se avaliar a extensão do problema em foco. (MORAES, Ibdem, p. 60-1).

O processo de crescimento urbano, iniciado nos anos cinqüenta e consolidado nos anos oitenta, potencializou no país o processo de urbanização, o qual é um fenômeno contemporâneo e em crescimento. É um processo que ocorre de forma acelerada porque vem acompanhada do crescimento das cidades no Brasil. Carrega no seu interior, inúmeras contradições, como por exemplo, ao se expandir, vai incorporando as periferias imediatas ou bairros e vilas com "fisionomia rural", o que implica na retirada da cobertura vegetal e na redução de áreas agricultáveis. Assim os impactos do crescimento sobre os mananciais, reservas florestais etc. é uma constante nesse processo.

Nesse sentido, o processo de urbanização que ocorre no país, reforça o modelo "centro-periferia" fazendo com que os problemas nas cidades sejam semelhantes aos da periferia, variando em níveis e escalas, pois à medida em que as cidades se expandem, avolumam-se os problemas de diversas ordens, como: a falta de emprego, de habitação, de transportes, de lazer, de água, de esgotos, de educação, de saúde etc., já mencionados.

Com isso, o modelo de desenvolvimento, implantado no país, priorizou os investimentos econômicos nas cidades a fim de dar suporte ao desenvolvimento do capital, em detrimentos dos investimentos sociais. Esse processo gerou cidades cada vez mais espraiadas, que passaram a exigir grandes deslocamentos, tendo em vista que grande parte da população trabalhadora vive longe do local de trabalho, centro de consumo e de lazer, implicando na necessidade de transporte de massa em seus deslocamentos, gerando e reforçando o afastamento dos que não dispõem das condições objetivas, levando-os a se localizar nas áreas cada vez mais distante. A esse respeito, Santos comenta que:

> As cidades, e sobretudo as grandes cidades, ocupam de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, introversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia. Cada qual dessa realidade sustenta e alimenta as demais e o crescimento urbano, é, também, o crescimento sistêmico dessa característica. (...) O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva a especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho da cidade. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias, num verdadeiro circulo vicioso. (SANTOS, 1993, p. 95-6).

Essa reflexão sobre a cidade e o ambiente produzido nos leva a pensar sobre a hierarquia dos lugares, tendo em vista o processo de valoração que aí ocorre. Esse processo pode ser mais bem compreendido, a nosso ver, a partir das análises dos bairros; uns bem mais equipados e outros sociais e desigualmente produzidos, o que reflete a desigual distribuição de renda que impera na sociedade.

Nos bairros considerados periféricos e com inúmeros problemas, principalmente o da a ausência de infra-estrutura urbana e de equipamentos de consumo coletivos, associados à violência, é onde estão localizados a população geralmente de menor poder aquisitivo e carente. São os espaços da cidade onde o poder local normalmente realiza poucos investimentos de ordem estrutural e social e os demais agentes produtores do espaço urbano o relegam à própria sorte ficando à espera de um maior processo de valoração. É a lógica inerente ao modo de produzir dominante, em que as melhorias só ocorrem no confronte de classes e frações destas, pois é na luta que a população carente assegura as melhorias, o que, em contrapartida, estão contribuindo para o processo de valoração da terra de forma geral ao agregar valor na forma de "benefícios" elevando o seu valor. Já os bairros onde residem a população de melhor poder aquisitivo são os mais valorizados, em função de disporem de melhor infra-estrutura urbana e de serviços de consumo coletivos, proporcionando melhores condições de vida a seus habitantes. Essa camada da população, por dispor de melhor meio e condição objetiva, garante a qualidade do ambiente, por não necessitar parcelar a terra, mantendo grandes lotes, o verde, o ar puro e a segurança. Moraes (Ibdem, p. 95/6), ao se referir ao processo de valorização da terra, afirma:

> Vê-se o valor contido numa localidade pode determinar as formas economicamente viáveis de sua ocupação, num quadro em que as vocações locais e suas vantagens comparativas atuam como fatores de objetivação dos usos, mas cuja decisão repousa no campo da hegemonia política e dos embates sociais. Campo esse que ultrapassa muito a reciprocidade econômica.

Santos (1994), compreende que o acesso terra não ocorre entre os que dispõem de capital e os que estão destituídos das condições gerais, mas entre as diversas frações do capital presentes na cidade, o que implica normalmente na seletividade de uso, agravando as desigualdades no espaço como um todo. Essa dinâmica implica em concentração cada vez maior de benefícios a poucos e à ampliação da marginalização e/ou exclusão para muitos, como ocorre com a maioria da população no país. Esse autor, considera ainda que:

> Chegamos, assim a uma era em que o produto acumulado do trabalho de todos, representado por esse capital social que é a cidade, é cada vezes menos possível de ser caracterizado pelos membros da sociedade local, e cada vez mais pelos atores farôneos, que contribuem para a formação desse capital geral que é o espaço urbano (...).
> O que impropriamente é chamado de equipamento coletivo, consagra e impõe uma divisão do trabalho cada vez mais iníqua, dentro da cidade. Há uma repartição desigual dos lucros, dos ricos e das perdas, ligada a diferenças do poder político na determinação da escala dos equipamentos públicos e de sua localização, e a diferenças de poder econômico, levando a diferenças no efetivo desses equipamentos. (SANTOS, 1993, p. 135 e 141).

O espaço urbano, na mediada em que passa pelo processo de produção, é loteado e vendido, mediado e influenciado pelo mercado fundiário, estabelecendo valor de acordo com os atributos ali encontrados. Para Moraes isso significa que:

> O comportamento do mercado fundiário seria, então, um dos indicadores mais objetivos para se aferir a valoração dos lugares. As vantagens comparativas existentes, os estoques de recursos aí disponíveis, o estado geral das condições locais existentes, os atrativos ou refratores locacionais, tudo contribui na composição do preço da terra. Este é sempre a expressão de uma conjunção de fatores, além de manifestar a influência das conjunturas e dos processos mais amplos, trazendo para a análise a ótica relacional dos elementos extralocais (afinal os lugares singulares participam de um mercado cada vez mais globalizado). Além disso, o preço expressa também o resultado de relações políticas e sociais, e responde aos valores culturais vigentes.
> O preço da terra é, assim, o resultado de sua valoração social real, com toda a carga de manipulação de interesses vigentes no contexto em que é definido. Nesse sentido, ele seria um indicador mais objetivo que a disposição a pagar por um bem ou recurso, uma vez que revela – não o valor socialmente justo de um mercado ideal – mas o valor atribuído nas práticas de apropriação realizadas nas condições reais de funcionamento da economia contemporânea, sistema que já foi denominado como o da cooperação imperfeita (com monopólios, condições desiguais de competição, e protecionismo).
> Obviamente o preço da terra não traduz o valor total de um lugar, mas fornece indicação preciosa dos vetores que comandam o uso do solo e seu ritmo de ocupação, aparecendo como a expressão de um dos agentes estruturantes do ordenamento espacial de maior poder na atualidade: o mercado. MORAES (Ibdem, p. 22/3).

Desse modo, é com o processo de urbanização que se observa a expansão gradativa do mercado de terras em diferentes espaços da cidade, de acordo com os padrões econômicos e sociais estruturantes. Com isso, a qualidade do ambiente na cidade passa a constituir-se numa mercadoria a ser colocada na relação de troca.

É perceptível a forma como as cidades no país vêm sendo produzidas e (re) produzidas, [16] haja vista que estas sempre estiveram mais voltadas a atender a dinâmica da reprodução do capital, com a formação de ambientes construídos cada vez mais

---

[16] CARLOS (1994, p. 22) Argumenta que: "a noção de produção aponta outro desdobramento; aquele de sua reprodução e, evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que se não se restringe apenas ao plano do econômico, abrangendo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade mais ampla.

diferenciados, compondo a sua paisagem, com as periferias, favelas, conjuntos habitacionais populares, condomínios fechados, ocupações espontâneas etc.

> A periferia da metrópole é o lugar da existência e reprodução de parcela ponderável das camadas populares (...) A periferia é o resultado da justaposição de numerosos loteamentos que acabam formando um mosaico irregular, cujo conteúdo em termos de consumo coletivo é extremamente precário. A população tem acesso ao lote através da compra a prazo: a habitação é na maior parte dos casos, construída pela família proprietária do lote, seus amigos e parentes.
> Os monótonos e mal acabados conjuntos habitacionais construídos pelo Estado estão cada vez mais presentes na paisagem da periferia, criando um outro ambiente.
> A precariedade dos loteamentos muitas vezes pomposamente denominados de Vilas ou Jardins – transparece nas ruas sem calcamento, na precária iluminação e na inexistência de redes de escoamento de águas pluviais e de esgotos. A precariedade ou falta de postos de saúde, hospitais é regra geral.
> Este ambiente que nasce de um lado, de uma feroz valorização da terra por parte de proprietários fundiários que, em muitos casos, não residem na periferia e, outro, da ilusão de parcela ponderável da população metropolitana de possuir casa própria, constitui o domínio de altas taxas de criminalidade.
> As favelas, uma forma alternativa de produção do espaço, constitui outro meio ambiente que possui características próprias que as distingue dos cortiços e dos loteamentos da periferia.
> No complexo e diversificado ambiente metropolitano, no qual as diferenças se dão segundo a natureza e a intensidade, há, no outro extremo social, um ambiente de idade recente. Trata-se dos condomínios exclusivos, um outro mundo, um outro quadro socioespacial de referencia e existência. (CORRÊA, 1993, p. 28).

Vemos com isso, que as mudanças que ocorrem na sociedade e, por conseguinte, no espaço, são resultados dos embates das classes sociais que dão conformação à sociedade e às complexas relações das mais imediatas (família, vizinhanças) que são rompidas; as longínquas (Estado, Igreja, Escola, entre outros) no sentido da dominação ou da alienação. É nesse contexto que os processos globais (econômicos, sociais, políticos e culturais), reproduzem o espaço urbano, haja vista que:

> A cidade se transforma apenas em razão de 'processos globais' relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas conseqüências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações 'cidade campo', nas relações de classe e de propriedade" (...) (LEFEBVRE, 1991, p. 28).

A cidade, em sua acepção moderna, é o centro do poder, das decisões. Como produto e base do capital, ela intensifica e organiza a exploração da sociedade como um todo, principalmente em função de concentrar múltiplas instituições, órgãos que servem de suporte ao sistema produtivo e, em larga medida, que garantem a reprodução das relações de produção, entre outras palavras, do capital. Partindo da compreensão da cidade no momento atual, Carlos considera:

> Enquanto construção humana; produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significado da vida humana, a história da cidade revela-a como obra e produto, se realizam como realidade espacial concreta cujo movimento é produto de um processo histórico cumulativo, revelando ações passadas ao mesmo tempo, que o futuro que se tece no presente e, nessa condição revela nas possibilidades presentes na vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade enquanto construção histórica se refere ao homem e a realização da vida humana. (CARLOS, p. 2004).

É dessa maneira que pensamos no processo de produção do espaço que se realiza produzindo a cidade e sua materialidade, bem como menciona Carlos:

> Revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz e reproduz um espaço, enquanto prática sócio-espacial. A materialidade do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras de lugares, esta é, a dimensão, da produção/reprodução do espaço, possível de ser vista, percebida, sentida, vivida. (CARLOS, Op. Cit p. 19).

Destacamos que o processo de urbanização da sociedade em geral e, em particular, nos chamados países em desenvolvimento, vem sendo marcado por mudanças de ordem de relações econômicas, políticas, sociais e culturais, em busca do propalado desenvolvimento econômico e do progresso material. Em contrapartida, é marcante o processo de degradação – ambiental em escala planetária – que define e se redefine no momento atual, como resultante do avanço do estágio de desenvolvimento do modo de produção dominante.

Cumpre ressaltar que essa problemática no Brasil já é antiga, mas se aprofundou a partir da década de 1950, quando da "modernização" do país, ocorreram mudanças profundas em diferentes aspectos da vida social, econômica e política. Neste aspecto, ao analisar o processo de urbanização brasileira, Santos afirma que a mesma é produto desse processo, pois:

> Mais recentemente, todas as áreas do País experimentam um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças as diversas modalidades do impacto da modernização sobre território.
> A partir dos anos 60, e sobretudo na década de 70, as mudanças não são, apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o país conhece e que explica a nova situação.
> A situação anterior de cada região pesa sobre os processos recentes. A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho sucessivamente se deu, ou, em outras palavras, pela maneira diferente como, a cada momento histórico, foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho.
> Quando da intensificação da urbanização.Algumas áreas eram de antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas, representativas de necessidades do passado, e não respondendo, assim, às vocações do presente. (SANTOS Ibdem, p. 60).

Portanto, as áreas onde o processo de urbanização se deu mais recentemente, são as que apresentam um conjunto maior de problemas, em função da velocidade de como os processos ocorreram, entre os quais, os de ordem ambiental.

No estágio da produção, (re)produção, apropriação e consumo do espaço pelo homem, suas ações e relações em escala planetária têm-se aprofundado, principalmente nas questões relativas ao ambiente de forma geral, seja natural ou socialmente produzido, quebrando um dado equilíbrio entre seus elementos constitutivos, porque a partir dessas mudanças, as condições naturais modificam os aspectos culturais, sociais e históricos pré-existentes e são por elas transformadas. Em uma sociedade, em constante processo de mudanças, as transformações no ambiente devem ser analisadas como um processo em movimento dialético, de acumulação, já que são produtoras e produtos de novas contradições.

Na perspectiva da geografia humana, Corrêa procura explicar o meio ambiente a partir de três aspectos interligados a saber:

> O primeiro é resultado material da ação humana, tratando-se da segunda natureza, da natureza transformada pelo trabalho social. A materialidade social assim criada constitui, de um lado, um refluxo dos conflitos sociais e, de outro, é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, que geram novas tecnologias, novos meios de produção de ambientes; O segundo, meio ambiente é constituído pelos diferentes fluxos que o interconectam os diferentes objetos criados pela ação humana. São os fixos e os fluxos. No terceiro, o meio ambiente não pode deixar de incluir o homem, mas um homem qualificado pelas suas relações sociais, sua cultura, seu ideário, mitos símbolos, utopias e conflitos. (CORRÊA, Ibdem, p. 26-7).

A cidade e o processo de urbanização contemporânea atingiram, no momento atual, grandes proporções, porém, esse fenômeno vem provocando problemas de variadas ordens, principalmente no social e no ambiental, fatos que vêm acentuando-se a cada dia, não estando desvinculados do desenvolvimento das forças produtivas e do próprio modo de produção que predomina na sociedade. Por isso, ao analisar a meio ambiente e a cidade, Corrêa compreende que:

> A grande cidade capitalista constitui, primeiramente, o lugar onde o meio ambiente é caracterizado predominantemente pela magnitude da segunda natureza. Meio ambiente construído, onde a importância da natureza primitiva apresenta-se, em muitos lugares, muito reduzida. Os fixos, os fluxos e tipos humanos apresentam enorme densidade, escala, variedade e cores.
> A grande cidade capitalista constitui, também, o lugar onde o meio ambiente apresenta-se com a mais complexa espacialidade. Constitui uma das bases da realização da sociedade de classe e, ao mesmo tempo, de sua reprodução. A espacialidade traduz-se, por outro lado, em recortes espaciais

> caracterizado, cada um, pela mesma natureza do conteúdo ambiental, isto é fixos, fluxos, tipos humanos e sua problemática.
> Os desiguais ambientes são, em realidade simultaneamente perversos e funcionais. Perversos porque contribuem para a reprodução de cidadãos desiguais, funcionais porque a desigualdade é necessária, é parte integrante de uma sociedade de classe: a extinção das desigualdades colocaria em risco a própria sociedade de classe. (CORRÊA, Op. Cit, p. 26-7).

É evidente que nas cidades, por reunirem melhores condições de reprodução do capital e diferentes atividades da vida social, vai ser o lugar onde os chamados problemas ambientais estão mais presentes e são mais imediatamente observáveis, tanto no que diz respeito ao seu aspecto físico – ou seja, aquele relacionado à quebra de um dado equilíbrio dos ecossistemas pré-existentes no que são hoje as cidades, com a conseqüente criação de ambientes degradados – ou, quanto no que se refere ao social, originando espaços diferenciados, mas interligados pelos diferentes usos: bairros residenciais, comerciais, industriais, mistos, áreas centrais, periferias cada vez mais distantes do centro da cidade, ocupações urbanas clandestinas, encostas de vertentes, áreas alagáveis e/ou alagadas, [17] entre outras, uma vez que:

> A cidade, como meio ambiente construído, como um conjunto de ecologias é tanto condição de uma divisão do trabalho que acolhe todos os tipos de capital, como a condição de uma cooperação entre empresas e pessoas, forma de socialização capitalista que é a base da convergência entre atores diversos e de conflitos abertos ou latentes. (SANTOS, Ibdem, p. 105).

Dessa forma, torna-se evidente que esses problemas são fatos comuns às cidades capitalistas, principalmente as do chamado mundo em desenvolvimento, reflexos na maioria das vezes de políticas econômicas adversas adotadas em busca de desenvolvimento a qualquer custo, não se respeitando as potencialidades internas, causando sérios danos em seus diferentes aspectos a esses países, principalmente do ponto de vista do ambiente urbano, que começa a ganhar importância do ponto vista analítico, por isso começa a ser estudado e analisado em diferentes aspectos, já que:

> Impacto ambiental é, portanto, o processo de mudanças sociais e ecológicas causadas por perturbações no ambiente. Diz respeito ainda à evolução conjunta das contradições sociais e ecológicas estimulados pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial e ecológicas historicamente ou socialmente determinada. É a relação entre a sociedade e natureza que se transforma diferencialmente, alterando as estruturas das classes sociais e reestruturando o espaço. (COELHO, 2001, p.24-5).

---

[17] Áreas de cotas abaixo do nível do mar. Na cidade de Belém, está refere-se ao nível do rio guamá e da baía de guajará - permanentemente alagadas ou periodicamente alagáveis em função do fluxo e refluxo das marés.

Isso significa dizer que as mudanças de ordem ambiental e social são resultantes das relações de produção que ao se realizarem, modificam o ambiente causando modificações entre os elementos que o constituem, imprimindo a lógica dominante na sociedade contemporânea, impulsionado pelo modo de produção urbano industrial que produz espaços diferenciados, hierarquizados e socialmente segregados, assim como pobreza, poluição ambiental, segregação sócio-econômico-espacial-ambiental.

É importante ressaltar que a questão do meio ambiente deve ser analisada como resultante das contradições postas pelo modo industrial de produzir mercadorias que não estão dissociadas da necessidade da acumulação de riquezas e do capital. Desse modo, a natureza é compreendida apenas como fonte de recursos a serem apropriados e transformados em produtos mediados pela lógica do mercado, estando expresso com maior evidência no espaço da cidade através das unidades produtivas.

Rodrigues (1998), ao se referir ao modelo de produção industrial, aponta para as contradições impressas no espaço do modo de produção dominante, que produz ao mesmo tempo mercadorias e territórios. Estes são elementos indispensáveis ao modo industrial de produzir, tendo em vista que são realidades reais e concretas indispensáveis para a realização do capital. Essa autora comenta ainda que o modo de produção, ao produzir-se, reproduz mercadorias e territórios (in)desejáveis e (in)vendáveis, ou seja:

> As mercadorias vendáveis e desejáveis são partes integrantes do ideário do desenvolvimento e dos ideais simbólicos de todos os cidadãos do mundo unipolar do findar do século XX: objetos – os mais variados, casas, tecnologia, ar puro, comunicação global, etc., o território, tanto os simbólicos e imaginários – ar puro, lugar agradável, paisagens como os lugares de moradia, de trabalho, de estudo etc., ou seja, desde mercadorias que se deslocam no território (desde alimentos até o automóvel) como os fixados (das casas aos equipamentos e infra-estrutura), passando necessariamente pelas idéias que são vinculadas – no espaço – por outras mercadorias deslocáveis como: os correios, os jornais, os rádios, a televisão, os telefones celulares, etc.As mercadorias e territórios indesejáveis são muitos e variados... Não foram "planejados como mercadorias", muito embora com o tempo e em determinados espaços, acabam tornando-se mercadorias. Mercadorias que "deterioram" determinados territórios tornando-os "indesejáveis" para a riqueza e para o poder. Vão desde as que se deslocam no território – alimentos deteriorados, automóveis poluidores – como os fixados no território – casas pobres ou sub-habitação e infra-estrutura precária ou ausência desta, tendo como conseqüência esgotos e lixo a céu aberto, contaminação hídrica e conseqüentemente saúde precária. (RODRIGUES, 1998, p. 77-8).

Nesse caso, a situação apresentada pelo modelo de desenvolvimento capitalista é contraditório, tendo em vista que para manter seu desenvolvimento é necessário a produção de mercadorias a serem postas no mercado, todavia, no processo de produção, produz-se

resíduos dos mais variados, e as relações sociais que se estabelecem no processo, geram desigualdades sociais que se refletem a partir das diferenças das rendas, criando espaços indesejáveis, mas que estariam à margem do ideal preconizado pelos que defendem o modelo de desenvolvimento dominante, então, o que é idealizado, seria aquele que produz apenas mercadorias desejáveis, como espaços disponíveis a serem colocados na lógica do mercado.

Para corrigir distorções no modelo de desenvolvimento, o conhecimento científico-técnico é recrutado para que, por meio da tecnologia, corrija, os desvios existentes no modo de produção e os tornem produtos na lógica do mercado, como os resultantes dos processos de reciclagens, reaproveitamento de material ou invenção de novos materiais/produtos que consomem menos recursos naturais, invenção de aparelhos que produzam menor teor de poluição e desperdícios etc.

Essa lógica está impressa no urbano, onde a segregação sócio-espacial determina as áreas que servem como locais de depósito de lixo doméstico; periferias caóticas e desassistidas de toda sorte de serviços de consumo coletivos; as ocupações clandestinas das várzeas; dos rios e igarapés; encostas de vertentes, baixadas alagadas, destinadas as camadas de menor poder aquisitivo, na qual a racionalidade, o conhecimento técnico e a intervenção do poder local são chamados a agir através de obras de infra-estrutura tornando-as mercadorias atrativas e capazes de serem postas na lógica reprodutiva do mercado fundiário de terra urbana; em que só os detentores de poder econômico têm o direito à propriedade privada da terra em espaços privilegiados.

1.2 O AMBIENTE NO CONTEXTO DA CIDADE

Na história da humanidade, como nos tem mostrado o desenvolvimento da sociedade até os dias atuais, o modo de produção capitalista tem superado de forma criativa as barreiras que impediam a apropriação dos recursos naturais. Porém, que fique claro que o desenvolvimento das forças produtivas nunca foi tão acelerado como nas últimas décadas quando impulsionado pelo desenvolvimento cientifico-técnico que tem acelerado as formas de apropriação dos recursos naturais. Para Rodrigues:

> Um grande problema, da intensificação da produção/destruição, senão o maior, está no que se convencionou chamar de problemática ambiental, na criação de novas necessidades que não satisfazem necessidades humanas enriquecedoras, mas apenas correspondem a modos de vida da sociedade do descartável. E, na sociedade do descartável, o tempo e o espaço são tidos separados, produzem-se cada vez mais e mais mercadorias – que duram cada vez menos - , e utiliza-se de forma intensiva o espaço para produzir mais. É preciso considerar que não se pode separar o tempo de espaço, pois são a substância material da própria vida. (RODRIGUES, Ibdem, p. 23)

Quando se trata da dimensão do urbano, a problemática do ambiente se evidencia em decorrência das suas complexas relações. No espaço urbano, acontece não apenas os problemas sociais; o ambiente construído desempenha papel crucial na constituição do problema, que transcende ao meio físico e envolve o econômico, o cultural, o histórico, o ético e o meio ambiente. Pois o natural na cidade está encoberto nos discursos, de forma que a população não se dá conta desses problemas.

No que se relaciona ao espaço territorial brasileiro, em que as transformações no meio ambiente ocorreram das mais diversas maneiras e em diferentes níveis temporal e espacial, [18] este reflete a forma como a sociedade se relaciona com a natureza alterando as condições pré-existentes e criando ambientes adversos, os quais emergem nas regiões metropolitanas do país com maiores níveis de alteração/degradação, como expressão da intervenção humana alterando o ambiente. O estudioso Santos, ao analisar a urbanização, considera que:

> O processo de urbanização vem acompanhado de um processo de metropolização, um salto quantitativo e qualitativo. Esse movimento é contemporâneo do processo de mundialização por que passa o planeta e envolve todos os aspectos da vida social. É o resultado da modernização

[18] Há interpretações a respeito da ocupação do espaço territorial brasileiro e a problemática ambiental, apontando que desde o início da ocupação pela Coroa Portuguesa com seu modelo de exploração, deu início aos problemas ambientais, ainda existentes no país. Pois a cada fase da ocupação e a forma de exploração implantada, ocasionou uma forma de agressão à natureza refletido no meio ambiente do país.

> contemporânea, que a globalização tornou irrecusável, modernização que é, ao mesmo tempo, seletiva e não igualitária, privilegiando uma parcela da população com desenvolvimento simultâneo de novas classes médias e de uma multidão de gente pobre, isto é, aquela parcela muito maior da população para quem a mo-denização é perversa. (SANTOS, Ibdem, p. 79).

Com isso, as inovações científicas tecnológicas (a exemplo o desenvolvimento dos transportes e das comunicações), aceleraram os ritmos de vida dos cidadãos e do processo de produção para obtenção e acumulação de riquezas que está concentrada cada vez mais nas mãos dos que dominam os meios e os processos produtivos de um lado, e os processos de dominação e apropriação dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis) do outro, em uma busca permanente de lucros, aumentando, dessa forma, a riqueza e também a degradação/destruição ambiental, esquecendo-se que a natureza está em constante processo de formação-transformação e o homem, ao interferir na natureza, altera a sua dinâmica, independente da sua vontade.

Na medida em que o processo de urbanização se consolida, apropriando-se dos espaços da cidade nos seus diferentes usos, a apropriação que vem acompanhada da espoliação, manifestando-se de forma perversa na cidade e no urbano, contribui dessa forma para degradar o ambiente; como pode ser observado na forma como as cidades vêm se desenvolvendo. Nesse sentido, Coelho afirma que para analisar a cidade é necessário periodizá-la e espacializá-la. Portanto:

> Periodizar a história da cidade implica examinar continuidades e descontinuidades/rupturas ao longo do processo de mudanças, bem como os estados de relativa estabilidade que caracterizam cada um dos momentos identificados. Espacializar não significa apenas posicionar no espaço ou mapear os fenômenos que ocupam uma extensão do espaço, mas sobretudo distinguir diferenciações no processo de transformação espacial. O mapeamento tende a retratar uma espacialização, ou seja um processo de formação e distribuição espacial, temporal e socialmente diferenciado dos impactos ambientais.(...) O Mapeamento dos impactos ambientais certamente guardará estreitas relações com a espacialização diferencial das classes sociais na cidade, peculiar a cada momento de sua história social e política.(COELHO, Ibdem. p. 36-7).

Da mesma forma, que Gonçalves e Guerra consideram:

> As áreas urbanas, por constituírem ambientes onde a ocupação e concentração humanas se tornam intensas e muitas vezes desordenadas, tornam-se locais sensíveis a gradativas transformações antrópicas, à medida que se intensificam em freqüência e intensidade o desmatamento, a ocupação irregular, a erosão e o assoreamento dos canais fluviais, entre outras coisas.
> O desrespeito ao meio físico no ambiente urbano pode ser analisado de diversas formas, seja através das respostas que a natureza dá ao homem, seja através do desrespeito ou ausência de uma legislação ambiental pertinente. (GONÇALVES, & GUERRA, 2001, p 189).

A cidade, por constituir-se o lugar de concentração de pessoas, de edificações, de produção, de circulação e de consumo de mercadorias, de serviços e idéias, por excelência,

é nela que as contradições sócio-espaciais vão emergir com maior veemência, como produto das relações que são contraditórias e conflitantes. Tais relações dão a conformação ao espaço urbano, uma vez que o meio ambiente urbano "é o conjunto das edificações, com suas características constitutivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivos". (RODRIGUES, Ibdem, p. 104 -5) Nessa perspectiva, para a referida autora, o conceito de meio ambiente urbano refere-se ao ambiente construído, em virtude de que o ambiente natural cada vez mais está desaparecendo nas cidades, principalmente pelas formas de uso e ocupação nos territórios das cidades. Essa mesma autora esclarece que o meio urbano "Diz respeito ao conjunto das atividades exercidas na cidade, o que significa que compreende a dinâmica da própria sociedade".(RODRIGUES Op. Cit. p. 105) Em outra perspectiva, o meio ambiente urbano:

> Pode ser também, representado pela problemática ambiental, que se torna cada vez mais fundamental para pensar o passado, o presente e o futuro, pautado na análise da produção sócio-espacial. O espaço urbano é ao mesmo tempo realidade real e virtual. É o espaço da ciência e da técnica, que produz e reproduz as relações socioespaciais. É verdade que o debate da questão ambiental extrapola a cidade e compreende a própria forma como a sociedade se relaciona com a natureza. (RODRIGUES, Op. Cit p. 105-6).

Logo, pensar o ambiente, no contexto da cidade, torna-se cada vez mais urgente, em função do uso e das formas de como o espaço natural foi sendo transformado através do advento do trabalho e de como foi apropriado pela sociedade, comprovando, dessa maneira, como o homem foi alterando-o em nome do desenvolvimento, do progresso, do crescimento, da modernização, resultando, assim, no crescimento das cidades, dando origem ao espaço urbano; retificando ou aterrando rios, igarapés, retirando a cobertura vegetal, impermeabilizando o solo, tornando as construções mais densificadas e verticalizadas, expulsando a população de menor poder aquisitivo para os lugares mais distantes do centro da cidade. O que deixa claro que o ambiente natural, cada vez mais, vem sendo transformado em um ambiente construído, ou seja, em outro ambiente com sua própria dinâmica no processo de produção da cidade, que é mais uma etapa no processo de urbanização, Haja vista que a cidade é uma das obras mais importantes na história do homem, do planeta. Que desde o seu surgimento, até nossos dias, não deixaram de crescer em função do desenvolvimento da sociedade e das técnicas, tornando-se objetos grandiosos e de difícil análise. De acordo com Santos:

> Nos dias atuais se tornou praticamente impossível realizar um estudo global aprofundado, extensivo e detalhado de uma cidade. Primeiro, pelo tamanho que adquiriram esses enormes objetos; segundo, pela multiplicidade de variáveis que influem na vida (locais, extra locais, de diferentes origens e qualidades) e, também, pela rapidez das transformações que conhecem. (SANTOS, Ibdem, p. 118).

Ou seja, obra que foi sendo construída pelo homem, o qual, apropriando-se da natureza, e no frenesi da vida moderna, no corre-corre da ida e volta para o local de trabalho-casa, vê-se submergidos na vida cotidiana da cidade. Como bem colocado por Rodrigues "Afinal, qual cidadão 'comum' ao conviver neste ambiente edificado pelo homem, por meio do trabalho, vê nos edifícios, no asfalto, nas avenidas que "enterraram" o rio, a natureza transformada, o recurso 'natural'?" (RODRIGUES (ibdem, p.111). Obviamente não vê, porque como forma de anular os efeitos causados à natureza pré-existente que foi modificada em ambiente urbano, foi produzido todo um discurso de preservação, de conservação, de sustentabilidade, na maioria das vezes, fora dos "limites da cidade", que já não possui nada de natural, em que tudo foi transformado; e, no processo de constituição do urbano, esse processo é contínuo, dinâmico e contraditório, demonstrando a natureza dos processos que ocorrem na cidade um permanente fazer e refazer da e na cidade.

É importante não perder de vista que a urbanização e as questões relativas ao meio ambiente sejam urbanas ou não, que ocorrem de forma planetária, e com processos cada vez mais diferenciados. Dessa forma, concordamos com Coelho, quando afirma que:

> A localização geográfica, à distância e os processos físico-químicos possuem influências diretas sobre as formas de ocupação e de organização do espaço sobre o qual os grupos se confrontam. O processo político-econômico, com base na racionalidade determinada pela ocupação do capital, dispõe sobre a produção do espaço, a valorização da terra urbana e a apropriação de excedentes econômicos. O conteúdo político no contexto deste processo diz respeito sobretudo, mas não só, ao papel e às estratégias do Estado como sustentáculo da ordem, regulador e implementador de políticas públicas, e ao rearranjo dos poderes de difícil integração, identificados nas escalas internacional e regional/local. (COELHO, Ibdem, p.26).

É importante destacar que tanto a cidade quanto o espaço urbano são tempos acumulados, produto de relações de produção socialmente produzido em um determinado momento histórico e, portanto, dotado de movimentos de mudanças sociais e ambientais que em atuação constante modificam o espaço.

Ao fazermos estudos do processo de urbanização e do ambiente, devemos levar em consideração "Os pesos variados da localização, distância, topografia, características

geológicas, morfológicas, distribuição de terras, crescimento populacional, estruturação social do espaço urbano e o processo de seletividade ou segregação espacial". (COELHO, Ibdem, p. 27).

Nesse sentido, partimos da premissa básica de que toda e qualquer questão relacionada ao ambiente, seja o natural, construído ou à sociedade, só podem ser apreendidos a partir do processo de produção, (re) produção, apropriação, dominação e consumo do espaço pelo homem, tendo em vista que esses processos causam danos ao meio, no qual essas relações estão se processando.

É importante ressaltar que seria ilusório a busca do natural no ambiente da cidade, que por sua própria condição é um ambiente transformado pela ação do homem sobre a natureza, mediado pelo trabalho humano, dando a conformação a um outro ambiente, o construído, com todas as contradições existentes na cidade e no espaço urbano; contudo, não devemos deixar de perseguir um ambiente urbano saudável e com melhor qualidade de vida, principalmente para os segmentos que não dispõem de melhores condições econômicas, políticas, sociais, ambientais, culturais e etc. que para terem acesso à moradia, saúde, alimentação básica, água potável, educação, transportes barato de qualidade. É preciso que se organizem e lutem pelos seus direitos, contra os detentores do poder. Em outras palavras, são condições mínimas para um ambiente saudável e de qualidade. É como argumenta Oliveira que:

> A ênfase dada ao Natural no discurso ambiental restringe e escamoteia o que constitui a maior potencialidade oferecida pelo processo de urbanização: a de constituir ambientes constituídos nos quais prime a qualidade de vida de seus habitantes Nas cidades, a expressão qualidade ambiental tem como sinônimo: qualidade do habitat; qualidade de infra-estrutura à disposição dos cidadãos; qualidade de cultura; qualidade do ar e das águas usadas; e qualidade da paisagem. (OLIVEIRA, 2001, p. 148-9).

Constatamos, assim, que os problemas ambientais não ocorrem de forma igual em todo o espaço, sejam no rural ou no urbano. Eles atingem de forma mais freqüente os espaços físicos de ocupações das classes desfavorecidas, ao contrário das favorecidas, pois excluem aquelas do direito às cidades, ocupando as áreas que por suas características físicas, sociais e ambientais vão estar associadas à desvalorização do espaço; enquanto as classes privilegiadas por possuírem melhores condições econômicas vão dispor de grandes

propriedades que permitem a manutenção das condições ambientais como forma de valorização.

Podemos observar que o crescimento desordenado do espaço ocorre sem o efetivo controle do poder público. A nível local, torna-se um dos principais agentes responsáveis pelo aparecimento dos graves problemas ambientais, por falta de políticas públicas destinadas a minorar os problemas enfrentados pela maioria da população, comprometendo, em larga medida, a sua qualidade de vida.

Nesse sentido, ao se analisar os dados sobre o crescimento populacional no Distrito Administrativo de Icoaraci, é necessário levar em consideração que mudanças demográficas estão relacionadas aos condicionantes históricos, políticos, sociais e econômicos, decorrentes do processo de desenvolvimento do país, principalmente a partir da década de 50, quando o processo de industrialização provocou mudanças na sociedade brasileira, impulsionando o processo de urbanização. A esse respeito Gonçalves e Guerra afirmam que:

> O processo de urbanização não ficou restrito a grande metrópole brasileira. Ela também teve condições de se reproduzir, com maior intensidade, em cidades pequenas e médias, que passaram a apresentar problemas decorrentes de um processo anômalo de urbanização, resultando no empobrecimento da população residente nas áreas urbanas". (GONÇALVES & GUERRA, 2001, p. 203).

O Distrito de Icoaraci, portanto, a partir das últimas décadas, vem passando pelos mesmos problemas urbanos como qualquer outra cidade, porque:

> As infra-estruturas, as benfeitorias, enfim, o capital são teoricamente de propriedade social, mas o solo é de propriedade privada. O valor do solo é do que ele contém é determinado, pela totalidade dos atores, para cada qual dessas infra-estruturas. Estas desigualdades distribuídas pelo território (sejam qualitativas, seja quantitativamente), valem em função do que autorizam ou não fazer, produzir ou produzir, produzir de uma forma ou de outra, produzir com tal ou qual lucro. (SANTOS, ibdem, p. 140).

Depreendemos, com isso, que o Distrito tornou-se cada vez mais capturado, apropriado, produzido e reproduzido para dar suporte às atividades que assegurem a reprodução do capital, e que, em contrapartida, explodem as mazelas sociais atingindo parcela significativa da população.

Portanto, acreditamos que é no processo de produção da cidade e da urbanização que se encontra o problema do ambiente urbano, embora na origem estejam ligados ao

modelo de acumulação imposto pelo modo de produção dominante e que vão atingir de forma direta os trabalhadores urbanos, tornando-se, assim, problemas da classe trabalhadora em função das condições de trabalho a que eram submetidos e a sua reprodução, vivendo em condições miseráveis, em ambientes degradados, originando a proliferação de doenças devido à ausência de condições mínimas de higiene, a baixa expectativa de vida, precária dieta alimentar em função dos parcos salários. Dessa forma, todo esse processo originou a urgência de medidas de cunho higienistas, uma vez que as questões relativas ao ambiente eram tratadas como questões médicas, no sentido de amenizá-los, devido às precárias condições de higiene existentes nas cidades. Entretanto, essa forma de analisar a realidade, não centrava as reflexões no principal agente responsável pelas transformações que ocorriam no espaço das cidades, naquele período, ou seja, o modo de produção capitalista e sua forma de acumulação de riqueza, produzindo a separação da sociedade em classes e produzindo o espaço de forma segregada e hierarquizada. É nesse sentido que as cidades do Brasil, no final do século XIX, vão implementar códigos de postura municipais, disciplinando as formas de uso e ocupação do espaço urbano.

1.3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES

A reflexão sobre a qualidade do ambiente nas cidades, leva-nos a pensar na crise vivenciada por elas, e que tem se aprofundado desde a emergência da cidade concorrencial, com o advento da indústria, que está relacionado por um lado, às sucessivas rupturas impostas pelo capitalismo diante de suas etapas de desenvolvimento vivenciado com maior expressão na cidade, impondo novas contradições que se manifestam em escala mundial dando origem a novos aspectos da realidade urbana até o momento atual. O desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção faz com que a cidade mude, transforme-se, assim como a sociedade em seu conjunto. Por outro lado, há um aumento das necessidades humanas – problemas urbanos - que o capitalismo não consegue superar, agravando as contradições por ele criadas, originando a fragmentação e a hierarquização no espaço da cidade refletida nos estratos de renda, configurando a paisagem urbana da contemporaneidade.

As questões relacionadas à produção e reprodução da sociedade, de maneira geral; e da cidade, da urbanização e do ambiente, de maneira particular; atingem atualmente dimensões proporcionais, logo, é necessário pensarmos que caminhos seguir, no momento em que tanto se discute o destino do planeta e da humanidade enquanto espécie, diante das transformações realizadas na superfície terrestre pelo homem desde o seu "surgimento". Realidades ocorridas em nível do local, mas refletidas a nível global e vice-versa. Essas questões se colocam no mundo de hoje, e são, na realidade, o aprofundamento de questões do modo de produção geradas dentro do processo de desenvolvimento, que levaria a sua própria destruição.

Surgem, então, as indagações: como pensar a cidade e o processo de urbanização e suas contradições, quando as relações entre homem/natureza, homem/homem, capital/trabalho, desenvolvimento/ subdesenvolvimento, entre outras, ainda não foram superadas?

O mundo de hoje nos coloca questões da realidade refletindo o nível de desenvolvimento atingido pela sociedade na contemporaneidade. Na realidade é resultante da forma como a sociedade se organizou historicamente ao longo de seu desenvolvimento, isto é, no plano econômico, político, social, cultural etc. Nesse contexto, não podemos

perder de vista que a sociedade resulta do modo de produção que domina a sociedade e do desenvolvimento das forças produtivas. Vivemos uma modernidade em que as relações são, em sua maioria, mediadas pela técnica, por máquinas, fluxos, muitas vezes, em espaços virtuais, nos quais as relações mais próximas vão perdendo o sentido, em função do ritmo da vida urbana, o mundo do individual se sobrepondo ao mundo coletivo. Essas relações têm mediado a vida nas grandes cidades, o individualismo, o egoísmo, o isolacionismo. Dessa forma, vivenciamos hoje uma realidade diferenciada de épocas passadas, tendo em vista que há uma inversão de valores, o que era de domínio público, restringe-se à esfera do privado.

O processo de urbanização que se generaliza no mundo moderno atingindo o plano do mundial, concentra cada vez mais pessoas nos espaços das cidades. É importante analisar as conseqüências desses processos, pois a cada contradição resolvida, nova contradição se impõe; assim como as mediações impostas por novas tecnologias, desenvolvimento dos transportes e das comunicações; o chamado vetor tecnológico.

É sabido que vivemos na chamada sociedade em rede que articula do plano do local ao global na denominada mundialização econômica. Mas é necessário pensar como esses processos se materializam no plano real, da cidade, da sociedade, da vida urbana, da vida dos cidadãos, levando-se em consideração que os mesmos não ocorrem de forma homogênea pelo espaço geográfico. Portanto, os processos vivenciados no momento atual, são, na realidade, resultantes do desenvolvimento do capitalismo, que impõe a cada fase de sua história novos padrões de produção, de circulação, de consumo, de comportamento etc. que vão refletir nas relações estabelecidas pelos homens entre si e seus desdobramentos ao nível da vida, do espaço, da cidade, da sociedade, e conseqüentemente, do ambiente.

Porém, diante de tantos avanços do conhecimento cientifico-técnico, da busca da riqueza material, ainda bastante concentrada nas mãos de uma minoria, continuamos a vivenciar grandes desigualdades sociais, segregação cada vez mais aprofundada pelos níveis de renda, de cor, de raça, entre outras, destruição dos recursos naturais, degradação do ambiente tanto na cidade, quanto no campo etc., e as cidades cada vez mais invadindo o entorno em seu processo ininterrupto de crescimento. São contradições postas e que ainda

estão longe de serem superadas. Por quê? Porque ainda presenciamos a permanência do modo de produção que domina a sociedade nestes últimos séculos.

O espaço compreendido como produto de relações sociais vive em constante processo de produção – destruição – reprodução em movimento sem fim. Lefebvre considera a produção a partir do conceito com dupla acepção, considerando que os homens, em sociedade, em determinados momentos, produzem coisas (produtos), em outros obras (tudo o resto). Essas coisas são contadas, avaliadas em dinheiro e são vendidas. Produzir, para Lefebvre, no sentido lato: "é produzir ciência, arte, religião entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos históricos, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado – numa palavra: tudo". (LEFEBVRE, Ibdem, p. 82) E prossegue o autor ao se referir à cidade, considerando ainda que a mesma é incontestavelmente o sujeito da história e que reúne uma série de condições, quando afirma que:

> A cidade concentra não apenas a população mas também os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, as fruições, logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja sociedade (...).
> A existência urbana confunde-se com a existência política, como a palavra implica. Se a cidade concentra o que faz uma sociedade, reparte-o de maneira relativamente razoável entre organização e instituição.
> A cidade abarca na verdade a dupla acepção do termo "produzir". Sendo também ela obra, é o lugar onde se produzem obras diversas, incluindo o que dá sentido à produção: necessidades e satisfação. Igualmente constitui o lugar onde se produzem e trocam os bens, onde são consumidos. Nela se conjugam estas realidades, estas modalidades do "produzir", umas imediatas outras mediatas (indiretas). Esta unidade que é o suporte social, de que é o "sujeito", unidade que era abstrata e intemporal, recebe da cidade concretização e inserção no tempo. (LEFEBVRE, Ibdem, p. 50-2).

É nesse processo de contradição das condições para que a produção, circulação e consumo se realizem de poder, de criar necessidades, de tornar o homem político, que o processo de urbanização se anuncia enquanto realidade em germe virtual e real.

O homem, no processo de produção e reprodução do espaço, historicamente tem se constituído como a relação homem–natureza, num intenso processo de apropriação – produção - transformação, dando sentido e significado ao que se passou chamar de natureza transformada. [19] Como é de conhecimento, a cidade e o urbano estão em constantes processos de constituição, e não tem mais nada de natural, são socialmente produzidos. A

---

[19] LEFEBVRE, Apud. SOJA. (Ibdem, p. 102), "estabelece uma distinção entre a natureza com um contexto ingenuamente dado e aquilo que se pode denominar de "segunda natureza", a espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho humano deliberado. É essa segunda natureza que se transforma no sujeito e no objeto geográficos da análise histórica materialista, de uma interpretação materialista da história".

cidade é, por sua vez, natureza transformada, materializada pelo trabalho em constante movimento e a urbanização como expressão desse movimento, por isso é um processo sem fim.

O mundo é extremamente urbanizado, que na concepção clássica dos estudos urbanos, significa concentração de pessoas na cidade, ou melhor, maior número de pessoas na cidade do que no campo. Em verdade, o processo de urbanização é muito mais do que a simples concentração de pessoas no espaço da cidade. A urbanização está relacionada às relações e funções estabelecidas entre as cidades de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Todo o processo de urbanização que vivenciamos impõe níveis diferenciados de contradições de acordo com o tamanho e os níveis de relações estabelecidas, que são inerentes ao próprio modo de produção, contradições ainda não superadas, como dito anteriormente: a segregação espacial, a da habitação, do meio ambiente, da fome, do saneamento, da saúde, da educação, dos transportes, da mortalidade infantil, do desemprego etc., principalmente nos países em desenvolvimentos. Essas contradições são socialmente produzidas, porque beneficiam classe ou fração de classe, daí a falta de interesse do Estado em criar políticas públicas efetivas que sejam capazes de mediar/amenizar ou mesmo superar tais questões.

É inegável que os problemas de ordem natural atingem a sociedade como um todo no contexto mundial, e na cidade eles são cada vez mais visíveis e sensíveis. Nessa perspectiva, compreendemos que na cidade existem problemas relacionados às questões naturais (relacionadas aos elementos da natureza) que causam os desequilíbrios nos ecossistemas, causam danos no ambiente, como os impactos ambientais urbanos ou denominados também de "problemas ambientais urbanos", o que de fato significa a quebra de um determinado equilíbrio. Assim, como os de ordem social: poluição, acúmulo de lixo, falta de aterros sanitários, problema de habitação, falta de água tratada, pobreza, miséria, analfabetismo etc.

Portanto, em relação a dimensão do ambiente da cidade, observa-se que de natural na cidade, praticamente já nada existe, senão alguns marcos como: jardins botânicos, reservas ambientais, parques ambientais ou o que restou de floresta nativas as proximidades da cidade, como memória ambiental, algo residual, com lembrança.

Leonel (1998), parte do pressuposto de que as relações dos homens com a natureza estão intrinsecamente associadas às relações que os homens estabelecem entre si, por compreender que não existe impedimento ecológico que não esteja relacionado ao social, ou seja, são relações sociais que engendram os impactos, causados pela ação humana, alterando um dado equilíbrio, e em contrapartida, produzindo um outro ambiente, como resposta às ações sofridas, como se fossem uma relação de causa-efeito do tipo ação-reação-ação, assim como, num movimento do pensamento reação-ação-reação.

É, portanto, a partir da produção e reprodução da sociedade e das relações sociais de produção que os danos ambientais ocorrem como resultantes da ação do homem, por compreender que desde o momento em que os homens têm estabelecido relações sociais, tem alterado o meio em que vive. Esse processo em particular é bastante visível nas cidades, porque os níveis de relações são cada vez mais profundas e complexas.

O ambiente da cidade, ou seja, o que restou de natural, ou o construído, fazem parte de um mesmo processo que é o da produção e reprodução da sociedade, isto é, os homens no processo de produção da cidade, transformando os espaços "naturais" em construídos de acordo com ao interesses e as necessidades da reprodução do capital. É nesse sentido que compreendemos a intervenção do Estado, através dos órgãos de gestão na/da cidade, ou melhor, em determinados subespaços da mesma, objetivando melhor adequar, readequar, requalificar, redefinindo usos em benefícios do capital e, por conseguinte do espaço, como um dos elementos passível de sofrer o processo de valoração. Em contrapartida, nesse processo, as ações gestadas pelo homem, em sua relação com a natureza, vão deixando suas marcas.

No processo de produção do espaço, é notória a mudança na natureza ou em espaços pré-existentes, quando em nome do progresso, do desenvolvimento, da riqueza material, da modernização etc. se apropriam da natureza, transformando-a, deixando as mazelas, nas quais as ações foram implementadas, causando graves danos a grupos humanos, que na maioria por sua condição de carência no sentido amplo do termo, não tem outra opção, senão conviver em ambientes em condições adversas a uma vida minimamente de qualidade.

È importante que a Geografia, enquanto ciência da sociedade, através de seus métodos e metodologias, procure identificar com maior clareza os problemas, as origens, conseqüências etc. dos problemas no ambiente da cidade, pois a atualidade da degradação ambiental refere-se antes de tudo a um processo social, que apenas pode ser compreendido como tal, como uma questão socioambiental. Dessa forma, concordamos com Leonel, quando afirma que:

> É próprio das ciências sociais compreender e explicar os processos geradores de configurações particulares em determinado espaço social, assim como as relações sociais tecidas em torno a usos diferenciados dos recursos naturais, inclusive os que provocam rupturas entre o homem, as sociedades e a sua natureza. (LEONEL, 1978, p. XXVII).

Nesse sentido, as questões relacionadas ao ambiente da cidade estão, na maioria dos casos, relacionadas às transformações de subespaços pré-existentes, que passam a sofrer intervenções humanas para se adequar às demandas da reprodução da cidade. Em outras palavras, a pressão demográfica visa a ocupação do solo urbano, ocasionando a ocupação em subespaços que ainda não entraram no processo de valorização da terra, considerados inóspitos (áreas com fisionomia naturais, degradadas, inapropriada à ocupação), e com a pressão pelo uso do solo, são transformados e incorporados ao espaço da cidade.

Com isso, a expansão da cidade carrega consigo inúmeros problemas que são considerados de ordem social como: a elevada concentração da população sem as devidas condições de vida, provocando a ampliação do volume de lixo (doméstico, industrial, hospitalar), a falta de aterro sanitário adequado, congestionamentos, deficiência de áreas verdes e de espaços públicos destinados a lazer, carência de atendimento hospitalar, educacional, de saúde etc. Na medida em que grassam esses problemas na cidade, ocorre pressão sobre o solo e há a concentração dos problemas de ordem natural e social.

É importante destacar que o século XX trouxe o desenvolvimento do processo de industrialização, principalmente nos países em desenvolvimento, associados ao desenvolvimento cientifico-técnico e permitiu, por um lado, acelerar o processo de apropriação/transformação dos recursos, passando a gerar maior volume de resíduos. Por outro lado, foi o século em que o homem mais degradou os ambientes naturais, assim como, com o auxílio da tecnologia, foi capaz de precisar o grau de degradação causado ao meio natural, o destino dado ao lixo, a morte dos rios e dos oceanos, da chuva ácida, da ilha

de calor, do volume do dióxido de carbono liberados pelos veículos automotivos, do buraco na camada de ozônio, com a pobreza e a miséria espalhadas pelas cidades, com a explosão demográfica, entre outras tão importantes, as quais colocaram questões preocupantes aos homens, provocando a chamada crise ambiental e as lutas por uma maior conscientização quanto ao destino do planeta, resultando em grandes conferências internacionais sobre o meio ambiente. É nesse sentido que os movimentos ecologistas ganharam maior densidade trazendo à luz a problemática ambiental.

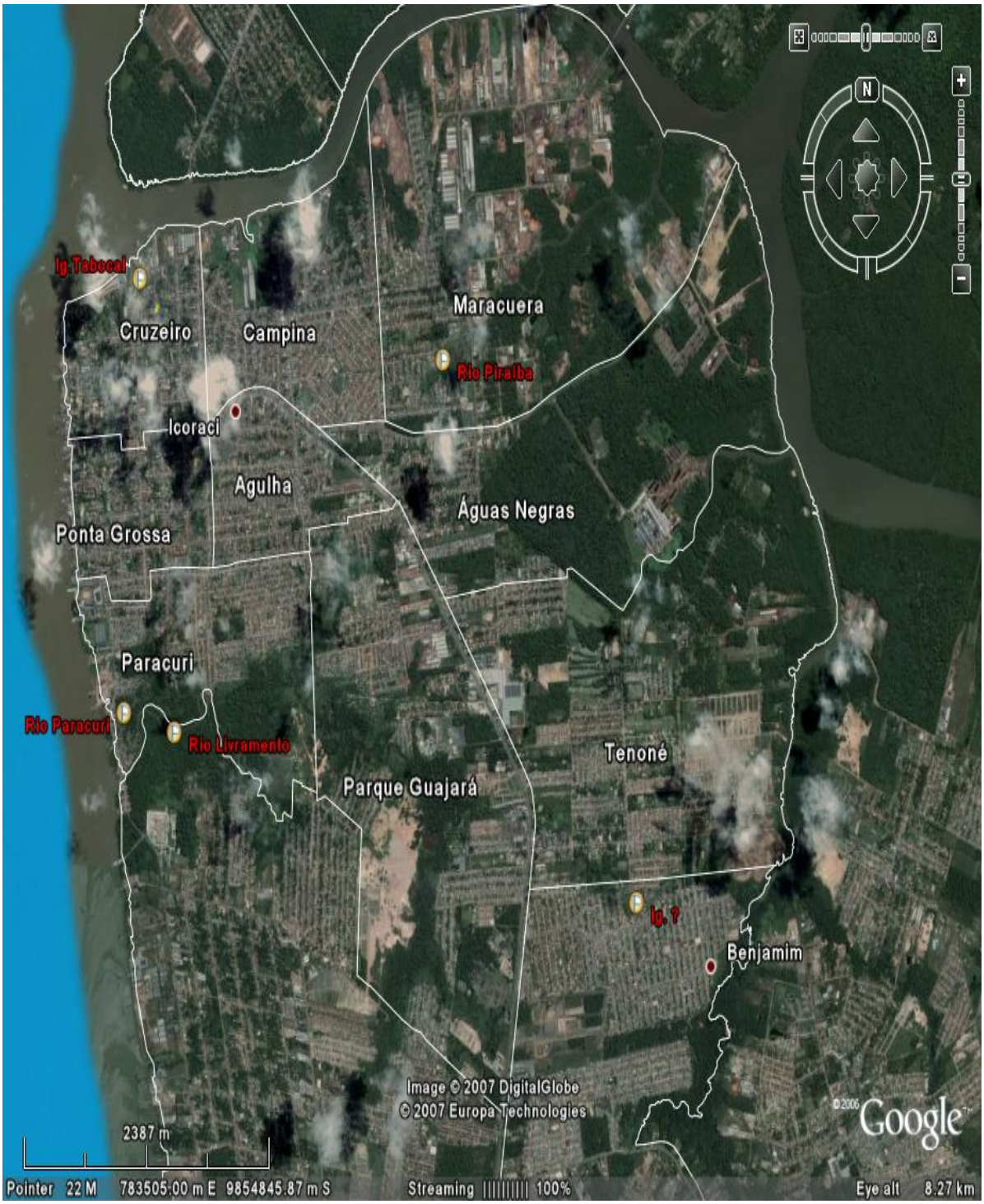
È evidente que na medida em que a questão ambiental emerge em relação à destruição da natureza, que prejudica a qualidade de vida de uma parcela significativa da população, esses aspectos se acentuam cada vez mais nos países pobres que se mantêm atrelados à economia extrativa-agroexportadora comprometendo, sobremaneira, os ecossistemas naturais, e, da mesma forma, a sobrevivência da espécie por envolver o direto à alimentação digna e sadia, e que no nível das carências produzem seres humanos em precárias condições de sobrevivência e de qualidade de vida.

Contudo, não podemos negar que as relações estabelecidas pelos homens, no processo de produção, significam também acumulação de riqueza e poder de um lado, e a destruição de recursos naturais, deixando suas marcas no espaço, por outro, porque assim como as conseqüências da intervenção do homem na natureza modificam as condições naturais do ambiente da cidade, alterando o clima, causando desconforto térmico, aumentando o volume de precipitações pluviais que causam inundações, chuvas ácidas, efeito estufa, alteração da circulação atmosférica etc., da mesma forma, os problemas sociais são também problemas da cidade, pois vivemos um movimento ininterrupto, no qual a pressa, o trânsito barulhento e ensurdecedor, a agitação, a violência, falta de segurança, de infra-estrutura básica, a poluição etc., normatizam o ritmo de vida na cidade.

É importante destacar que os problemas vivenciados na cidade atualmente não são resultantes dos processos atuais, pois eles já estavam presentes desde o surgimento das primeiras cidades. Os problemas existentes desde a Antiguidade até a Idade Média estavam circunscritos a problemas de abastecimento de água potável, abastecimento de alimentos, limpeza, esgotamento sanitários e pluviais, doenças infecto contagiosas, entre outros que vitimavam parte da população em função do excesso ou da escassez dentre esses apontados.

Faz-se necessário, então, compreendermos, através desta análise, que os chamados problemas no ambiente das cidades foram se aprofundando na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza material ocorreram a partir do processo de apropriação dos recursos naturais, que passaram a ser transformados em produtos a satisfazerem as necessidades criadas pelo próprio homem. Dessa forma, está assegurada a reprodução do modo de produção dominante de produzir mercadorias. Esse processo, na cidade, pode ser identificado como a produção da segunda natureza, que foi intensificada no capitalismo. Partimos do pressuposto que as questões relacionadas ao meio ambiente, sejam urbanos ou rurais são resultantes da intervenção cada vez maior da sociedade sobre a natureza, fazendo emergir as contradições do processo de apropriação, produção do/no espaço.

As condições do ambiente das cidades foram e têm sido objeto de preocupações de diferentes estudiosos: médicos, sanitaristas, cientistas sociais, políticos, ONGs, entre outros. Pois sua gênese está relacionada com o processo de desenvolvimento e crescimento da sociedade e das cidades, principalmente sob o Modo de Produção Capitalista, que recriou a cidade como base à sua própria reprodução. Essas questões se aprofundaram, principalmente nas cidades que lideraram o processo de industrialização a partir da chamada Revolução Industrial, surgida na segunda metade do século XVIII. Se na origem as atividades industriais promoveram o renascimento das cidades e conseqüentemente o processo de urbanização da sociedade como sinônimo de crescimento, de desenvolvimento e de progresso material; em contrapartida, o capitalismo promoveu vários problemas como: o intenso processo de degradação dos ambientes sejam os das cidades, sejam os do campo; a proliferação de doenças; a péssima qualidade de vida; precárias condições de habitação; ausência de saneamento, entre outros, a uma parcela significativa da população naquele período. Na medida em que a industrialização e conseqüentemente o desenvolvimento do capitalismo se expande, passa a reproduzir e a generalizar os mesmos processos referentes às condições do ambiente nas cidades por toda superfície terrestre.



CAPITULO II

O PROCESSO HISTÓRICO DA PROBLEMÁTICA NO AMBIENTE URBANO

2.1 TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS EM BELÉM NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Foi com o processo de sociabilidade que o homem passou a viver associado, constituindo-se em sociedade, dominando, modificando e apropriando-se da natureza por meio do trabalho, como sinônimo de terra, que era o suporte material das sociedades, pois dela retiravam os meios de sua sobrevivência. Porém, no processo de desenvolvimento da sociedade, afastaram-se da natureza, substituindo-a por uma realidade que lhes é estranha.

A terra, ao deixar de ser a sua base inicial, a partir do desenvolvimento da sociedade, passou a ser substituída pela cidade. Nesse sentido, a cidade, como afirma (LEFEBVRE, Ibdem, p. 88) é "Um meio ambiente, um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica outro lugar, outro meio: a cidade". A cidade e sua relação rural/urbano, urbano/urbano, intra/urbano, inter-urbano pelo fato de ser local de comando, de concentração de poder e negócios que ela passa a concentrar e centralizar. Essas funções que a cidade passou a desempenhar causam modificações, quando é substituída a naturalidade ligada a um modo de vida camponês, por uma naturalidade social que envolve novas relações mediadas pela divisão social do trabalho ao separar os indivíduos, causando-lhe estranhamento.

Assim, viver na cidade representa um outro modo de vida para o homem, um outro ambiente diferente daquele vivido no campo. Agora, ele está submetendo-se às normas, disciplinas, códigos, comportamentos. A relação com o mundo natural começa a diferenciar-se, tendo em vista que a cidade é diametralmente oposta ao campo. A relação na cidade vai estar mediada pela relação de valor de troca, através da mercantilização da natureza capturada e transformada em mercadorias. Pois na medida em que a cidade se desenvolve, cria novas necessidades, que serão satisfeitas através do mercado mediado pela troca. Na medida em que as necessidades são satisfeitas, novas necessidades são criadas, refletindo o momento atingido por uma dada sociedade. E, nesse sentido, na medida em que a cidade cresce, começam a aparecer os problemas no ambiente da cidade refletidos em diferentes formas de uso e apropriação.

Constatamos que problemas relacionados ao ambiente das cidades e preocupações em solucioná-los são bastante antigos. De acordo com Munford (1965), existem registros históricos de que os povos antigos já possuíam conhecimentos sobre "saneamento" e a importância de obras comunitária para a melhoria da saúde, visando dar melhorias às condições de vida à população. Portanto, dependendo do nível de desenvolvimento das forças produtivas, existia povo que já dominavam, por volta de 6.000 a.C. processos de irrigação, utilização de galerias de esgotos, sistema de água e drenagem, assim como tubulações de cobre, cisternas, reservatórios, poços, túneis, aquedutos etc.

Torna-se evidente que os problemas das cidades já eram preocupações dos povos antigos, mas essas se manifestavam naquelas sociedades onde havia ocorrido maior desenvolvimento econômico, político, cultural e social. Dependendo do nível de desenvolvimento das forças produtivas, havia ações visando superar os problemas apresentados, ao contrário das sociedades mais atrasadas, onde essas ações não se faziam presentes. Em outras palavras, as preocupações com o ambiente das cidades, sempre sofreram avanços e retrocessos ao longo do desenvolvimento das sociedades, de acordo com o nível de desenvolvimento social atingido.

Um fator poderoso que contribuía para que as cidades apresentassem ambientes desfavoráveis à qualidade de vida era a sua forma e a maneira como a população se relacionava com a mesma. Por exemplo, na Idade Média, as cidades fechadas entre muros, eram os locais ideais ao surgimento de doenças, pois na medida em que a população aumentava, era comum a proliferação de cortiços, a criação de animais no espaço interno da cidade era um fato comum, que contribuía para aumentar os dejetos e as precárias condições de higiene, tornando o *lócus* ideal para a propagação dessa condição de insalubridade de vida. Resende e Heller ao se referirem ao período comentam que:

> Muitos foram os problemas sanitários enfrentados pelo homem medieval. Um suprimento ideal de água para a população era primordial e, para esse fim, inicialmente foram usadas cisternas, poços cavados e fontes naturais. As notáveis tecnologias criadas pelos romanos eram praticadas apenas nas bases eclesiásticas ou monacais, sendo que mosteiros e igrejas tinham acesso à água canalizada e em quantidade satisfatória.
> A limpeza das ruas e a destinação adequada do lixo eram um desafio de difícil solução na Idade Média. O crescimento das cidades, confinadas dentre as fortificações, e a presença de animais provocavam o aumento dos dejetos, levando as autoridades municipais a interferirem no modo de vida da população, através de regulamentos criados na esperança de reverter tal situação. Estes regulamentos previam punições para quem os desrespeitassem.

> O retrocesso sanitário vivenciado durante a Idade Média determinou a remodelação da estrutura urbana e a fusão de culturas opostas, transformando a vida da população e fazendo com que esta se adaptasse ao novo padrão de vida imposto. Criou-se uma nova forma de administração sanitária, baseada na observação do cotidiano das cidades, e as soluções para os problemas foram frutos da experiência adquiridos ao longo dos anos. A quarentena – isolamento do doente e das pessoas que haviam tido contato com ele – foi criado durante as epidemias com o intuito de refreá-las; medidas de proteção ambiental foram tomadas visando à preservação dos recursos hídricos; atentou-se para o problema da geração do lixo e da sua disposição e da presença de animais no meio urbano. (RESENDE & HELLER, 2002, p 41/2).

No Renascimento e com o desenvolvimento da ciência houveram mudanças na sociedade em diferentes sentidos, procurando garantir melhorias à "qualidade de vida" evitando-se, dessa maneira, que ocorressem declínios nas taxas de crescimento populacionais, principalmente vitimados pela proliferação de doenças infecto-contagiosas. Nesse período, o conhecimento científico vai estar a serviço da sociedade. É a partir desse período que se intensifica os estudos médicos buscando alternativas para o controle ou erradicação das mesmas. Mas esse processo ocorreu de forma lenta e as doenças continuavam a proliferar e vitimar grande número da população.

Porém, as grandes epidemias continuavam a se proliferar e as bases de estudos apontavam para uma concepção denominada de contágio atmosférico-miasmático, originando a teoria dos miasmas [20] que prevaleceu até por volta do século XIX.

As questões relacionadas à saúde e ao ambiente nas cidades causavam sérios problemas ao modo de produção que necessitava cada vez mais de mão-de-obra livre e disponível a ser inserida no processo produtivo. As epidemias dizimavam na grande parcela da população em especial a de trabalhadores, em face às condições adversas em que viviam, colocando em risco o processo de acumulação de capital. Em função dessa situação, medidas preventivas de cunho médico foram implantadas visando ampliar a idade produtiva da população. É importante destacar a preocupação com a saúde do trabalhador por parte dos capitalistas, e esta entrava em contradição com a real situação em que vivia essa classe, submetida à super exploração, com baixos salários, refletidos na forma de habitar e dos meios de sobrevivência, como bem relatou Engels, em 1844. [21]

---

[20] Emanação melifica, proveniente de animais ou plantas.

[21] Em 1844, F Engels publica a sua obra "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, onde faz uma série de denúncias da situação em que vivia o proletariado inglês, mostrando as contradições e as condições em que vivam os trabalhadores urbanos em verdadeiros guetos nas periferias de Londres e outras cidades da Inglaterra.

A Revolução Industrial e o desenvolvimento da indústria impuseram uma série de mudanças no modo de vida da população a partir daquele período, atrelado ao progresso – técnico-cientifico que passou a comandar o desenvolvimento econômico, político, cultural e social. O desenvolvimento tecnológico provocou a redução das distâncias, face às melhorias nos meios de transportes e de comunicações, possibilitando maior intercâmbio entre os povos e nações. Essas mudanças oportunizaram a intensificação do comércio, o crescimento do mercado e da indústria, e conseqüentemente o aumento de demanda por mão-de-obra. Em contrapartida, a pobreza e as mazelas sociais cresceram nas mesmas proporções aumentando os problemas relacionados ao ambiente da cidade.

O processo de industrialização, em permanente demanda por mão-de-obra, ocasionou a explosão da população nas cidades a partir do êxodo rural, intensificando o processo de urbanização e aumentando os problemas nas cidades, como: ausência de saneamento básico, atendimento à saúde, abastecimento alimentar, habitação salubre, aos trabalhadores. Como afirma Resende e Heller:

> Na maior parte das cidades, os trabalhadores, com o intuito de protegerem seus empregos, eram obrigados a se amontoar em distritos urbanos super povoados. As mudanças sociais ocorridas com o crescimento das cidades beneficiavam preferencialmente as classes mais altas, o que tendeu a acentuar a aglomeração e a negligenciar com os distritos pobres, situados nos subúrbios ou em áreas que estivessem fora dos interesses da classe dominante. Havia pouco interesse na realização de medidas sanitárias em favor dos pobres e pouco foi feito em termos de urbanização, esgotamento sanitário, drenagem urbana, remoção do lixo e acomodações mais dignas. (RESENDE & HELLER, Ibdem, p. 35).

Todavia, os problemas referentes ao ambiente urbano vão se aprofundar e complexificar a partir do desenvolvimento do modo de produzir, principalmente sob o advento da industrialização, na segunda metade do século XVIII. Pois a partir desse período, a urbanização não deixou de crescer atraindo cada vez mais população das áreas camponesas e das pequenas para as grandes cidades, da mesma forma que o surgimento de novas cidades, a darem suporte à reprodução do capital:

> O processo industrial que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XVIII, conduziu as comunidades a um vertiginoso crescimento populacional, o que deteriorou ainda mais as suas condições sanitárias, provocando um risco de epidemias. As doenças passaram a representar um entrave ao sistema de produção, chamando atenção das autoridades para os problemas da saúde do trabalhador. A partir de então as políticas públicas expandiram-se nos países capitalistas, provocando uma grande mudança no seu quadro de morbi-mortalidade e longevidade, a parir de um movimento de grande repercussão, que possibilitou uma ampla reforma sanitária. (RESENDE & HELLER, Idem, p. 35).

É importante ressaltar que esse processo não ocorreu de forma simples e sem contradições. Haja vista que o modo de produzir mercadorias submeteu a classe trabalhadora às condições desumanas de trabalho e moradias, comprometendo a sua própria existência. Foi necessário um longo período de lutas travadas pelos trabalhadores dos países capitalistas para conquistarem alguns direitos em face às condições em que viviam nas cidades industriais.

As cidades européias e norte–americanas apresentavam um ambiente tão degradado que passaram a constituir-se em locais propícios à proliferação de doenças [22] por causa das precárias condições sanitárias em que se encontravam e por estarem aliadas ao intenso processo de comercialização de mercadorias entre diferentes portos através das grandes navegações e das migrações que conjugavam esforços a propiciar as condições adversas. Essas vão se reproduzir posteriormente nas cidades dos países colonizados pelos europeus.

Foi somente com o processo de industrialização e urbanização da sociedade que os problemas no ambiente da cidade começaram a se redimensionar. No século XIX, inúmeros estudos denunciavam as precárias condições de vida dos trabalhadores nas cidades industrializadas da Europa, relacionadas principalmente às condições da habitação, do saneamento, da saúde pública, da exploração da força de trabalho, entre outros, refletidos na paisagem urbana. Dentre os estudos feitos a esse respeito destaca-se os Engels, que relata as precárias condições do proletariado inglês, ao analisar as condições do ambiente nas cidades industriais, ou melhor, de bairros onde residia a classe trabalhadora, demonstrando de forma clara a segregação sócio-espacial.

> Todas as grandes cidades possuem um ou vários 'bairros de má reputação' – onde se concentra a classe operária. É certo que é freqüente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas, em geral, designaram-lhe um lugar à parte, onde ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas: são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. Além disso, a ventilação torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. (ENGELS, 1985, p, 38).

---

[22] Durante todo o desenvolvimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos foi marcado por epidemias como a cólera, gripe espanhola, febre amarela dizimando parcelas significativas da população, trazendo grandes prejuízos duplamente ao capital, pela perda de consumidores e de trabalhadores. O Desenvolvimento dos transportes, as navegações ultramarina, as migrações contribuíram para a disseminação de doenças pelas principais cidades comerciais e industriais.

A industrialização, em seu desenvolvimento, gerou uma massa de proletariados que passaram a viver nas cidades em buscas de encontrar melhores condições para a reprodução de suas vidas e trabalho. Esse processo originou uma intensa divisão territorial do trabalho, refletida na paisagem das cidades: bairros destinados à classe detentora dos meios de produção de um lado, e, de outro, os dos proletariados, possuidores apenas de sua força de trabalho. Engels, ao se referir à atividade industrial no século XVIII, afirma que:

> O grande estabelecimento industrial exige numerosos operários trabalhando juntos num mesmo edifício; eles têm que habitar juntos: para uma fábrica média já constituem uma vila. Têm necessidades para cuja satisfação outras pessoas são necessárias; os artesões: alfaiates, sapateiros, padeiros, pedreiros e marceneiros afluem. Os habitantes da vila, sobretudo a geração mais jovem, habituam-se ao trabalho na fábrica, familiarizando-se com ele e, logo que a primeira fábrica, como se compreende, já não os pode ocupar a todo o salário baixo e, por conseqüência, vêm-se instalar novos industriais. De tal modo que a vila se transforma numa pequena cidade e a pequena cidade numa grande cidade. Quanto maior for à cidade maiores são as vantagens da aglomeração. (ENGELS, Op. Cit. p. 32).

Dessa forma, é importante destacar que esse processo não ocorreu de forma simples, homogênea, sem conflitos e contradições, a burguesia, em formação da época, juntou esforços no intuito de destruir antigas relações de produção e de trabalho no campo e imprimir novas formas de trabalho que passaram a subordinar os artesões que viviam no campo a relações sociais de trabalho da cidade. Engels relata ainda que:

> Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias – primas efetuavam-se na própria casa do trabalhador. Mulheres e crianças fiavam o fio que o homem tecia ou que elas vendiam, quando o chefe da família não o trabalhava. Estas famílias de tecelões viviam, geralmente, no campo, próximo das cidades, e o que ganhavam assegurava perfeitamente a sua existência, porque o mercado interno constituía ainda o fator decisivo da procura de tecidos – era quase o único mercado – e o poder esmagador da concorrência que deveria aparecer mais tarde. Com conquista de mercados estrangeiros e com a extensão do comércio, não pesavam ainda sensivelmente no salário.
> Assim, os trabalhadores viviam uma existência em geral suportável e levavam uma vida honesta e tranqüila, em tudo piedosa e honrada; a sua situação material era bem melhor que a dos seus sucessores; não tinham necessidades de se matarem de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para as suas necessidades e tinham tempo livre para um trabalho são no jardim ou no campo, trabalho que era para eles uma forma de descanso, e podiam, por outro lado, participar nas distrações e jogos de seus vizinhos; e todos esses jogos, malha, bola, etc., contribuíam para a manutenção da sua saúde e para o seu desenvolvimento físico. (ENGELS, Ibdem, p. 11-2).

Portanto, na medida em que as atividades industriais passaram a atrair camponeses às cidades, as mesmas passaram a aglomerar cada vez mais, efetivos populacionais e a gerar necessidades. Pois ao inserir o artesão na lógica da fábrica, numa intensa divisão territorial e técnica do trabalho, produzindo homens de forma cada vez mais alienada e

alienante. Este processo deu origem à urbanização que se desenvolveu e se generalizou pelo mundo até os nossos dias.

Reclus (1985), ao observar a realidade de Londres no século XIX, descreve-a como uma cidade feia; além das outras cidades européias, e aponta as causas para essa situação, como sendo "a invasão das grandes indústrias manufatureiras". Visualiza a existência de bairros periféricos, ou melhor, de bairros destinados à classe operária, "cercados de chaminés malcheirosas, atravessadas por ruas negras: imensas construções as contornam, sem abertura ou furadas por enormes janelas, em irritante simetria".(RECLUS, 1985, p. 158).

Da mesma forma quando se refere às cidades da América, afirmando que "sobretudo na jovem América, onde o ar é quase irrespirável, onde tudo aquilo que se percebe – solo, estradas, muralhas, céu – exala lama e carvão!". (RECLUS, Op. Cit. p. 185).

E, ao se reportar à realidade das cidades por ele observada, critica afirmando que:

> Nenhuma municipalidade ignora o grau de importância que o saneamento completo da cidade adquire com a limpeza das ruas, abertura de praças gramadas e floridas, sombreadas por grandes árvores, o desaparecimento rápido de toda imundice e a difusão de água pura em abundância em todos os bairros e casas.
> O saneamento dos centros urbanos suscita bem mais problemas que o da fumaça, fácil de ser resolvido. O sistema de escoamento dos detritos orgânicos e lixo doméstico, a decantação da águas de esgoto, seja por processos químicos, seja por seu emprego racional na agricultura, estão longe de ter recebido soluções felizes ou aceitas, e muitas municipalidades até parece nem se inquietarem com tais questões. (RECLUS, Ibdem, p. 159)

Ainda ao se referir em seus estudos sobre as cidades no século XIX, deixa transparecer sua indignação sobre a realidade delas, à paisagem que lhe transparece e a forma de como os homens se relacionam com o ambiente.

> É nas grandes cidades, sobretudo, que a canalização subterrânea começa a ser feita de acordo com um plano sistemático. Sabe-se que os riachos e os rios de água pura se tornam, em nossas cidades, receptáculos de imundices. Basta ir a Londres – a grande cidade cujas 400 mil casas encerram mais de quatro milhões de habitantes e que se liga, por intermináveis ruas, a inúmeras e florescentes cidades novas da periferia – e seguir as margens pantanosas desse largo Tâmisa, que passa entre as imensas colméias humanas, para se ver o quanto esse povo, o maior apreciador da natureza no mundo, consegue no entanto poluí-la. Na maré baixa, quando as águas lentas enegrecidas do rio se dirigem para o mar, pouco a pouco surgem bancos de uma vasa meio líquida e cheia de detritos em petrufação, que enchem o ar com seu cheiro nauseabundo: por um sentimento de horror instintivo, fica-se quase admirado de ver o azul do céu e as nuvens se refletirem nessas imundices úmidas. Na volta da maré, quando a massa líquida estaciona, para depois subir gradualmente e encontrar no tâmisa, as ilhas de vasa deixam de ser visíveis, mas a maior parte dos imundos detritos levados pelos

> refluxos são trazidos de volta pelo fluxo: um movimento de vaivém faz desfilar continuamente essas impurezas diante dos habitantes.
> É dessa forma que se polui ainda o grande rio; quanto aos riachos e pequenos rios que se jogam no Tâmisa, após terem percorrido parte da província que se tornou Londres, há muito desapareceram, sob as ruas e as casas, transformaram-se em esgotos. O mesmo se faz em todas as grandes aglomerações humanas. Paris também transforma o Bièvre, numa fossa de imundices líquidas. (RECLUS, Op. Cit. p. 53).

Nessa concepção, fica evidente nas observações feitas pelos estudiosos do século XIX e início do século XX, que as cidades estavam comprometidas com uma determinada concepção de mundo, tendo por conseqüência uma forma de ver e fazer a produção de conhecimento. Portanto, a Geografia, com seu método e sua metodologia, possibilitou a releitura das paisagens, de ver as condições em que vivia a sociedade, refletindo o nível de desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento social, naquele período. Além de levar em consideração os níveis de desenvolvimento da ciência, do conhecimento, da participação política, da visão dos políticos da época, entre outros, pois diante daquela situação, ao capitalista, tudo parecia de forma natural, principalmente a relação de superexploração a que era que submetido o proletário. Mas se fizermos uma transposição para a nossa realidade, é possível vermos e analisarmos situações idênticas no contexto da cidade e do urbano de uma grande maioria de cidades brasileiras, as quais apresentam as mesmas condições.

E mister salientar que a preocupação dos estudiosos daquele período em relação à situação dos trabalhadores das principais cidades industriais frente à superexploração submetida pelos capitalistas, era da mesma forma no que diz respeito às condições de vida e de higiene nas cidades. Em verdade, não podemos caracterizar que as preocupações com o ambiente da cidade no século XIX, estivessem relacionadas às questões ambientais como hoje, como a conhecemos, mas como problemas de ordem médica ou de saúde púbica.

A partir do século XIX foram implantadas medidas relacionadas à saúde pública com a finalidade de amenizar/reduzir os problemas da proliferação de doenças, principalmente a epidemia de cólera, que passaram a dizimar parcelas significativas da população das grandes cidades e investir cada vez mais em políticas públicas básicas capazes de eliminar e/ou reduzir os ambientes propícios à proliferação e disseminação de doenças. Portanto, como forma de medidas preventivas, teve início à implantação de esgotamentos sanitários nas cidades da Europa e da América.

Essas questões começaram a generalizar pelo espaço geográfico na medida em que ocorreu à expansão do capital, a partir da ampliação do horizonte geográfico europeu, que passou a comandar a expansão mercantil, culminando na apropriação e dominação do território brasileiro no século XVI, que se desdobraram nos séculos seguintes.

O passado colonial no Brasil teve um peso muito grande na formação e no papel exercido pelos núcleos populacionais criados pelos colonizadores, em face do papel que desempenhava na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), naquele período. Portanto, a ocupação do território brasileiro, como estratégia da expansão do capital mercantil português e o projeto geopolítico de ocupação do território, em sua fase colonial, possibilitaram, entre outros fatores e justificaram em larga medida, a fundação de freguesias, povoados, vilas e cidades na fachada atlântica, associados à concessão de cartas de datas e de sesmarias a título perpétuo. [23]

Foi através das concessões de terras, que se tornou possível o acesso ao sistema fundiário e seus desdobramentos. A forma de inserção a terra está na base do desenvolvimento que originaram os núcleos de povoamento no Brasil, reafirmando a ocupação do solo. Foi com as concessões de terras que se introduziu o sistema de sesmaria, ocasionando o parcelamento da terra que predominou por séculos no Brasil.

Esse período foi marcado por uma economia baseada nos recursos da terra e voltada para o mercado exterior. Um país subordinado a uma economia natural geradora de poucos excedentes internos enfraquecia as relações entre os lugares produtivos, num território de grandes extensões como o do Brasil. Esse modelo de produção proporcionou a acumulação de riquezas em áreas distantes da produção, fato que refletiu na vida dos cidadãos e das cidades naquele período. A esse assunto (SANTOS, 1993, p. 20).

> Subordinado a uma economia natural, as relações entre os lugares eram fracas inconstantes, num país de grandes extensões territoriais. Mesma assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram às bases de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior.

O modelo agroexportador que dominou a economia por um largo período na história econômica do Brasil impossibilitou um maior desenvolvimento dos núcleos populacionais.

---

[23] O caso mais emblemático é caso do Sistema de Capitanias Hereditárias ocorridas no inicio da ocupação territorial do Brasil em 1530.

A atividade agrícola foi a base da acumulação da maioria dos capitais regionais, portanto, houve pouco investimento econômico nas cidades. Pois elas tinham papel pouco relevante no contexto produtivo, estavam associadas às funções administrativas públicas e privadas e tinham como papel primordial ser a sede do aparato estatal a viabilizar o escoamento da produção, ou melhor, eram os entrepostos comerciais, por onde fluía a produção agrícola.

Cabe destacar que o processo de ocupação do espaço territorial brasileiro ocorreu da costa para o interior, ou do litoral para o sertão. Pois a herança colonial de ocupação foi determinante no sentido do povoamento, embora pontual e disperso. Moraes afirma que:

> Esse padrão recorrente de conformação territorial é denominado de bacia de drenagem, pois reproduz um desenho na estruturação da rede de circulação no qual todos os caminhos demandam em eixo principal, e este finaliza seu percurso num porto marítimo (geralmente situado numa baía ou num estuário).
> Esses centros portuários pioneiros articulavam os espaços produtivos drenados com os circuitos da economia-mundo em formação, expressando em suas próprias dimensões o valor da produção por cada uma escoada. Foram eles os nós entre os fluxos terrestres e marítimos estabelecidos pela expansão mercantilista européia e que manifestavam, em sua função na estrutura espacial enfocada, a divisão do trabalho e as hierarquias entre os lugares subjacentes a este processo. A dependência entre os circuitos externos qualificava positivamente os sítios portuários litorâneos no que toca as vantagens locacionais dos espaços coloniais na época.
> A formação colonial do Brasil é típica na reiteração desse padrão colonial. Os primeiros assentamentos lusitanos em terras brasileiras localizaram-se, com raríssimas exceções, na zona costeira. Na verdade, o território colonial brasileiro era constituído de uma sucessão de sistemas de ocupação, claramente estruturados conforme o desenho da "bacia de drenagem", ao longo de toda a costa. Trata-se, assim, do estabelecimento de uma ocupação pontual em que cada porto polarizava uma variável porção de espaço na hinterlândia, e em que a grandeza de cada um estava diretamente condicionada à extensão e produtividade desse espaço polarizado. (MORAES, Ibdem, p. 31).

Depreendemos que as "cidades" daquele período já apresentavam problemas no seu ambiente, por falta de políticas públicas que normalizassem a forma de vida e de relações. O fato de serem entrepostos comerciais, porque a circulação de mercadorias dava-se por via marítima, eram suscetíveis às contaminações diversas. A vida das cidades, em primeiro lugar, girava em torno dos portos e esses funcionam como porta de entrada de doenças.

O país, que durante muitos séculos conviveu atrelado ao que os economistas denominaram de "economia de arquipélago", formado por subespaços que se desenvolviam de acordo com a atividade econômica ali realizada, associada às relações comerciais advindas do mundo externo. Moraes afirma que:

> Os portos que serviam aos circuitos de produção mais importantes acabam por gerar zonas de desenvolvimento em seus entornos, originando as primeiras redes de cidades, embriões dos sistemas regionais posteriores. Tais cidades localizavam-se geralmente nos entroncamentos dos caminhos,

> servindo a uma função de entreposto intermediários drenados pelo porto principal. Tais caminhos, orientados geralmente no sentido leste-oeste, eram constituídos por rios e trilhas, o que explica bastante a eleição de sitos estuarinos para suas localizações. (MORAES, Ibdem, p. 32).

Essa situação começou a mudar a partir da década de 1930, quando o governo redefiniu o modelo de acumulação de capital de agroexportador a urbano industrial, marcando de fato o processo de urbanização do país, assim como o processo de industrialização. Foi a partir desse fato que se realizou uma intensa divisão social e territorial do trabalho, visando maior integração territorial, que se consolidou somente a partir da segunda metade do século XX.

Na Amazônia, o processo de fundação das cidades ocorreu com uma dupla acepção: cidades no litoral, em particular, no nordeste paraense e ao longo da calha do Amazonas, a partir de fortificações associadas à presença de missões religiosas, originando a extensa rede de cidades ribeirinhas, como destacou (SANTOS, Ibdem, p. 17). "No começo, a 'cidade' era bem mais uma emanação do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante [...] Pois sua evolução vai depender da conjugação de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado".

Produto de relações sociais, a cidade se materializa de forma contraditória e antagônica, como resultado de ações e estratégias dos mais diferentes agentes que a produzem. A manifestação mais evidenciada desses agentes se dá nos espaços da cidade, porque nela se concentram múltiplas atividades: produção, circulação, consumo e repartição da mais-valia, que resultam na manifestação de um cotidiano tal, capaz de produzir modos de vida diferenciados: o urbano, produto ideológico que, por sua vez, se expressa de modo fragmentado e hierarquizado, como reflexo das condições de reprodução da própria vida e do modo como se reproduz a sociedade.

A partir da segunda metade do século XIX, a Amazônia e a cidade de Belém começaram a passar por grandes transformações em seu espaço urbano em função da exploração e comercialização do látex da hévea brasiliensis no cenário econômico mundial, tendo profundas repercussões no contexto regional e urbano da região. "É impossível desvincular a urbanização das cidades amazônicas do século da expansão da economia da

borracha, dada a importância do extrativismo gomífero para o desenvolvimento da região". [24]

Na Amazônia, essa fase contribuiu para o desenvolvimento econômico, político, cultural e social. [25] Do ponto de vista das cidades, a fase da exploração fez com que houvesse uma proliferação de novos núcleos, que surgiam a partir dos antigos acampamentos dos seringueiros, tendo em vista que essa atividade tinha como premissa um constante deslocamento da mão-de-obra no interior da floresta, fazendo com que cada vez mais surgissem novos núcleos para lhes dar suporte, mesmo sem infra-estrutura de saneamento básico, ou similar que fossem capazes de amenizar as condições de vida dos trabalhadores, assim como as cidades mais desenvolvidas.

A cidade de Belém, além de tornar-se um grande centro exportador de borracha, também se tornou importador e distribuidor de uma grande variedade de produtos reforçando sua condição de entreposto comercial da Região. Na primeira década do século XX, a borracha alcançou o seu apogeu, tornando-se a principal fonte econômica da Região, fazendo com que a renda regional alcançasse a seu ápice. Os lucros advindos da exploração possibilitaram um grande desenvolvimento urbano nas principais cidades. Em Belém, esse período foi marcado pela construção de grandes obras públicas. O Porto de Belém, Palácios da Administração, Palacetes Residenciais, Mercado Municipal com estilo arquitetônico europeu, assim como o calçamento com paralelepípedos portugueses das principais vias, construção do Arquivo e da Biblioteca Pública, a inauguração dos serviços telegráficos e o Teatro da Paz, praças logradouros, rede de esgotos, energia a gás, além da ampliação e abertura de novas vias para atender a expansão que a cidade atingia, bem como a plantação das primeiras mangueiras (importadas da Ásia) como preocupação urbanística da cidade.

Podemos considerar que o período de maior destaque foi a última década do século XIX e primeira do século XX, representando um marco importante no processo de urbanização e de intervenção no ambiente urbano. O desenvolvimento da economia possibilitou naquele período inovações que marcam como o início de um processo de modernização nas cidades mais importantes da Amazônia.

---

[24] SARGES, Maria de Nazaré. (1999. p. 49).

[25] A exploração da hévea brasiliensis teve muita importância para a região, sendo responsável pelo povoamento de uma parte do território, assim como a conquista de outro como o do Acre, ao desenvolvimento da urbanização, além da acumulação de riquezas nas mãos de uma minoria.

O processo de produção do espaço urbano amazônico foi resultado de um intenso investimento na infra-estrutura urbana e de serviços, movidos pelo interesse em produzir cidades nos trópicos com ares europeus. Nesse sentido, o governo da época instituiu a taxação em torno de 25% sobre as exportações a serem investidas nas principais cidades da época: Belém e Manaus que concentravam o monopólio da exportação da borracha, e foram as que mais se beneficiaram. Em Belém, esse período foi marcado por uma intensa intervenção no espaço da cidade, objetivando melhorar as condições de vida da população que vivia no centro da cidade como a pavimentação de ruas e construção de praças, logradouros, aterramentos etc. [26]

O período áureo da economia gomífera é marcado também por medidas intervencionistas no espaço da cidade em busca da "modernização" nos moldes que vinham sendo operados em outros lugares. [27] Essas têm início com o governo do Presidente da Província Jerônimo Coelho. "Foi proposto um padrão regular pré-estabelecido para as áreas de expansão. O plano de abertura de vias e quarteirões de maiores dimensões que os exíguos já existentes na área central, pavimentação e arborização de ruas e praças". [28] Dessa forma, foram demolidos quarteirões com edificações que não se alinhavam aos padrões impostos na época. A população paraense vivia em função da chamada 'modernização', tal qual como ocorria em outras partes do mundo. Dessa modo, as mudanças marcadas pela destruição do quadro edificado marcaram alterações na paisagem urbana e mudanças na forma de viver, da mesma forma que impuseram uma ruptura entre duas ordens, o arcaico, dominado pela arquitetura colonial portuguesa; e o moderno, sob os moldes da reforma de Paris de Haussman, amplamente difundida naquele período. [29]

---

[26] No Brasil esse período foi marcado pela intensa intervenção estatal, quando são implementadas medidas de cunho médico no espaço das cidades objetivando "sanear" problemas no ambiente das mesmas. Nesse período é exemplar a atuação de Saturnino de Brito e a reforma que tem início a partir do Rio de Janeiro e São Paulo principalmente, servindo de modelo para o restante do país.

[27] No Brasil esse período foi marcado pela intensa intervenção estatal, quando são implementadas medidas de cunho médico no espaço das cidades objetivando "sanear" problemas no ambiente das mesmas.Nesse período é exemplar a atuação de Saturnino de Brito e a reforma que tem início a partir do Rio de Janeiro e São Paulo principalmente, servindo de modelo para o restante do país.

[28] DERENJI, (1994. p.267).

[29] No início do século XIX, Belém conheceu a primeira intervenção no espaço da cidade, o aterro do Piri que possibilitou a junção continua dos bairros existentes naquela época: os da Cidade Velha e o da Campina, colocando fim a separação natural que neles existia. Com isso, além de terem realizado o nivelamento do Largo da Sé, ocorreu também o aterramento do Largo do Palácio, criando melhores condições de ocupação à população. De acordo com Prefeitura Municipal de Belém, (2002, p. 10) "No inicio do século XIX, Belém conheceu a sua primeira intervenção urbanística de grande porte: o Igarapé do Piri visto com limites ou

Como afirmou (HARVEY, 1992, p. 26) que "a imagem da 'destruição criativa' é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação dos projetos modernistas. Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem destruir o que viera antes? "

O governador Antonio Lemos, ao administrar a cidade, primou por um processo de renovação estética e higiênica, marcas indeléveis de sua gestão. Entretanto, foi somente na sua intendência, como bem destacou (DERENJI, Ibdem, p 267).

> [...] de 1897 em diante, foi que o plano de expansão, já parcialmente definido, começa a ser divulgado, tornando-se esse intendente da capital, o responsável pela execução e atualização das medidas urbanísticas de 1897 a 1911 [...] As justificativas usadas por Lemos faziam parte de uma atualização da estratégia de poder ocorrida no período Republicano e ligada ao fato, já referido, da eliminação das diferenças de classe do período monárquico e da conseqüente necessidade de criar novas formas de organizar o espaço."

Esse período foi marcado por forte intervenção no espaço da cidade como ocorria nas demais cidades do país, sob a tríade: saneamento, circulação e estética. Essa forma de gestão da cidade estava relacionada aos ideários positivistas e os ideais de progresso preconizados. Rompe-se com o pensamento higienista a partir da formação dos miasmas. Ruas e Avenidas são abertas e pavimentadas, assim como áreas de cotas baixas são aterradas, possibilitando maior fluidez dos transportes existentes na época, e medidas de cunho sanitarista são postas em práticas através da legislação urbana (código de postura).

Com a modernização nos trópicos, houve a implementação de um projeto cuja finalidade foi de tornar a cidade de Belém um local atraente e seguro tanto para a elite regional em formação, quanto para os investidores estrangeiros que passaram a visitar a cidade e a desenvolver suas atividades econômicas. As inovações no espaço urbano sob a égide do discurso higienista transformou o centro da cidade em um próspero centro comercial em que as atividades relacionadas à economia da borracha desenvolviam-se, [30] uma vez que havia a junção de pensamento das elites locais em transformar a cidade, apagar os traços coloniais, romper com o padrão urbano colonial português e adotar uma tendência burguesa às cidades. É como nos esclarece Abreu ao se referir ao período:

---

obstáculos à expansão da cidade, foi totalmente aterrado. Este tipo de 'solução' urbanística viria tornar-se uma prática recorrente em uma lógica denegação das funções dos rios para a cidade e sua população, como meio de transporte, meio de sobrevivência e de relação harmônicas com a natureza"

[30] SARGES, (Ibdem. p. 51/2).

> A ordem era permitir a livre circulação dos fluxos e controlar o funcionamento dos fixos, ou pontos nodais. Diversos planos de melhoramento começaram então a ser formulados, todos dando destaque ao saneamento (vistos sobretudo em termos da drenagem urbana) e às áreas de infra-estrutura (circulação, iluminação pública, abastecimento d´água, esgotos sanitários etc.).Especial atenção foi dada ao papel dos portos, nós viabilizadores das economias agroexportadoras regionais Não bastava, pensar a cidade como questão técnica. Havia a necessidade também de pensá-la como questão estética. Desde meados do século XIX que as camadas mais abastadas da população sonhavam com a superação da paisagem herdada dos tempos coloniais - considerada pesada, suja e feia – e com sua substituição pelos modelos burgueses que emanavam de Paris.Não era, pois, suficiente pensar as cidades como engrenagem: havia também que transformar a sua imagem. Havia que embelezá-las, dotando-as de jardins públicos, que substituíssem os espaços áridos e sem vegetação dos largos e praças coloniais, apropriadamente chamados de "terreiros", havia que enfeitá-los com estátuas e chafarizes; havia que dignificá-las com unidades construtivas monumentais. (ABREU, 2001, p. 40-1).

Na época, para a realidade de Belém, as intervenções no meio urbano eram vistas pelas camadas populares com restrições, pois as atingiam de forma direta, tendo em vista que o objetivo era a remoção da população de menor poder aquisitivo para fora do que era o centro da cidade. Assim, o intendente usou amplamente um discurso convincente através da imprensa, objetivando atingir uma maior parcela das camadas populares, tendo em vista que o alvo principal eram os cortiços e as "barracas" existentes na área central da cidade. Tal intervenção era em nome do binômio beleza/saúde e o que estava em pauta era o ideário urbano republicano que preconizava romper com o estilo arquitetônico português que predominou no país por um longo período. :

> A demolição dos cortiços da área central tem seu auge em 1903 alegando Lemos as condições de insalubridade falta de condições higiênicas relacionando-as com a imoralidade e perigo à saúde. Também os prédios 'antiguíssimos, acaçapados, sem arquitetura, de irrisórias linhas', prejudicavam a beleza das novas avenidas, dizia o intendente. (DERENJI, Ibdem. p. 258).

Com isso, as medidas implementadas no meio urbano, ao mesmo tempo em que proporcionaram a remoção de parcelas significativas da população para o subúrbio representado pelos atuais bairros do Reduto, Umarizal, Canudos e Cremação, levantaram outras questões de grande importância, relacionadas à habitação dessa camada da população, ou seja, da classe trabalhadora. Foi a partir desse período que foram autorizadas as construções de vilas operárias no entorno da área urbana, tendo início um movimento do poder público no sentido de assentar esses trabalhadores em áreas cada vez mais distantes do centro. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belém:

> Certamente que todas essas intervenções reconhecidamente de caráter elitista, representavam uma significativa mudança o espaço da cidade, entre essas modificações urbanas, vale ressaltar a abertura de ruas, no então subúrbio do Marco da Légua, formando o atual bairro do Marco, para onde era

> evidente a tendência de expansão urbana [...] As diversas intervenções estéticas e saneadoras no que se convencionou chamar de "modernização urbana", eram dirigidas a um público e a um lugar privilegiado – o centro da cidade. Era para esta área que confluíam todos os investimentos públicos e privados, o que provocou uma valorização das terras ali localizadas, gerando assim uma expulsão progressiva dos setores populares para as regiões mais distantes do centro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2003, p. 11-2)

Desse modo, na primeira década do século XX, o problema da habitação popular começou a ganhar maior dimensão, tendo em vista que a cada dia aumentava o déficit habitacional em função da chegada de levas de seringueiros à cidade, após terem abandonado suas atividades nos seringais. A questão central que tinha de ser solucionada era o combate aos cortiços e às barracas para a construção de habitação popular, tendo em vista que os seringueiros chegavam às cidades despossuídos de qualquer recurso econômico que lhes possibilitassem ter acesso à habitação enquanto mercadoria, frente às condições desumanas a que eram submetidos no perverso sistema de aviamento que dominou a relação capital-trabalho naquele período. Para (DERENJI, Ibdem, p. 268) "As concessões para as construções de vilas populares estão intimamente ligadas ao combate aos cortiços e barracas e são medidas que visavam, em última instância, a organizar a produção da moradia no meio urbano reordenando o uso do solo urbano".

Em nome de medidas sanitaristas foram postas em prática códigos de postura da cidade, que previa e ditava normas de como a cidade deveria ser ordenada. Nesse sentido, era necessário romper através de código com a tradição colonial, que representava o atrasado, o arcaico, o feio e impor o novo padrão republicano. O código de postura municipal, [31] praticamente fez "reconstruir" o ambiente da área central da cidade, quando áreas alagadas foram aterradas; cortiços, vendas ao ar livre, batuque, capoeira, prostituição, boi bumbá, entre outras atividades, foram proibidas no "centro", sendo transferidas para o "subúrbio da cidade ou periferia imediata", em nome do higienismo vigente na época. Através dos códigos, propagava-se o higienismo a areação, ventilação, iluminação que deveriam ser cumpridos através de normatizações estabelecidas por decretos, leis etc., na

[31] DERENJI, (Ibdem. p. 269). afirma que "As medidas institucionais em Belém, concentravam-se no código de posturas de 1901 denominado de código de Polícia Municipal, orientado por dois princípios formais: os de higiene e o das normas de estética, freqüentemente relacionados na prática. O conjunto de medidas interferiu na estrutura da cidade afetando as construções internas e externamente. As mudanças urbanas e na tipologia arquitetônica, ocorridas no período, foram estimuladas por uma legislação progressivamente cerceada e excludente na medida em que impunha normas para edificações que uma parcela da população não podia atender".

busca incessante pela forma, a urbana que passou a dominar a paisagem da primeira metade do século XX, na capital do Pará.

A intervenção pública, por meio de códigos, possibilitou um maior controle sobre o espaço da cidade e de seus habitantes. Essas normatizações estavam intimamente associadas ao pleno desenvolvimento econômico que ocorria na região, ligado à economia da borracha, sendo implementado medidas de cunho urbanístico e arquitetônico, imprimindo um novo caráter à cidade, do final do século XIX e inicio do XX.

> As reformas urbanas e arquitetônicas da capital do Pará mostram que a redefinição do espaço urbano, o movimento em busca da modernização vista pelo binômio embelazemento/saneamento foram usados como forma de redistribuir a população no meio urbano como ocorria a nível mundial e nacional, deixando-se claro uma certa precocidade do norte e relação ao restante do país nessas medidas. (DERENJI, Ibdem, p. 269).

Dessa maneira, as formas de intervenção na cidade e no processo de urbanização vão refletir no ambiente da cidade. A área central da cidade de Belém refletia o luxo e a modernidade que a borracha financiava, tornando um espaço privilegiado e especializado à elite, quando são reprimidos os costumes locais, a busca incessante de esconder a pobreza nas periferias, manter as manifestações dos excluídos fora dessa área. A cidade sob o estigma da modernização já nasce segredada, expulsando para as periferias, com suas mazelas, as camadas excluídas, os sem direito à cidade e à cidadania plena.

Nesse sentido, as reformas implementadas na cidade, privilegiaram áreas fora do núcleo pioneiro, que corresponde ao bairro da Cidade Velha. Da mesma forma, foram realizadas intervenções na área do entorno do cais do porto devido as relações econômicas que se realizavam sobremaneira naquela área, em função da concepção urbanística adotada, principalmente com ocupações nas áreas firmes por onde a expansão urbana começou a ocorrer, evitando-se, as de cotas mais baixas que se transformaram em grandes vazios naquele período.

A cidade moderna, no processo de crescimento, vai se apropriando de terras que possuíam, até então, característica rural, pois nesse processo, as áreas incorporadas passam a incorporar valores predominantes da cidade, como sinônimo de vida moderna e os antigos gêneros de vida tipicamente agrário, reduzem-se ao folclore. Pois a forma de vida urbana ao

invadir o campo leva seus valores e contagia a população de forma geral. Sobre esse assunto Lefebvre argumenta que:

> Trazida pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plásticos, pelo mobiliário "moderno"; o que comporta novas exigências no que diz respeito aos serviços.
> Entre os elementos do sistema de valores incluamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade. (LEFEBVRE,1991. p. 11).

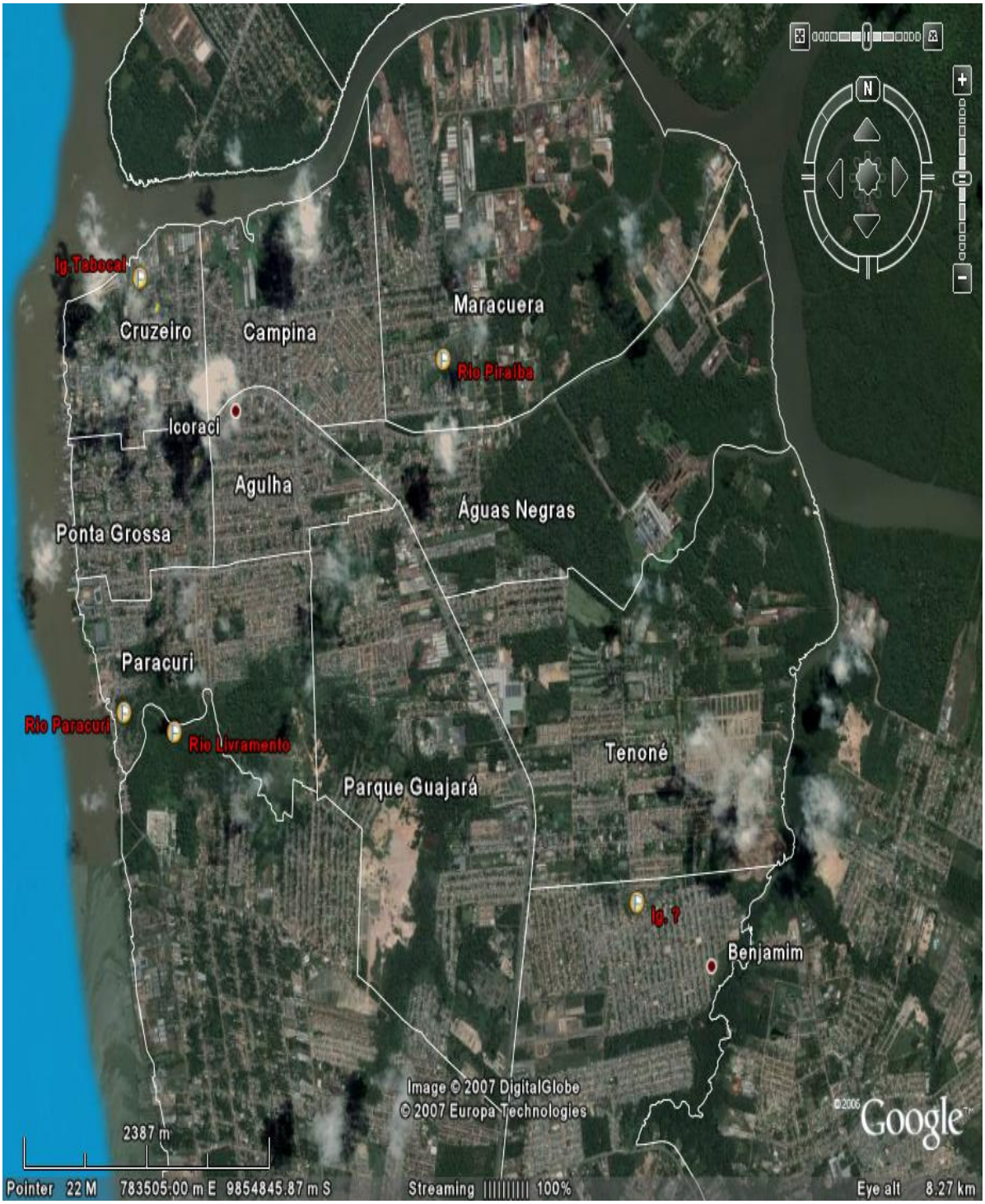
Dessa forma, essas áreas passam a apresentar mudanças ao incorporarem valores, dando feições urbanas, passando a apresentar características das cidades, além de ampliar cada vez mais o tamanho das mesmas, assim como passam apresentar os diversos problemas apresentados no ambiente da cidade.

Para a realidade como Belém, com a expansão da cidade, as populações foram ocupando os terrenos mais elevados (os divisores de águas), naturalmente fugindo dos terrenos mais baixos, alagados ou alagáveis das várzeas e igapós dos rios e igarapés, sujeitos aos fluxos e refluxos das marés. Com o crescimento demográfico ocorrido na cidade, as terras firmes foram se esgotando. De forma geral, até os anos 50, a cidade já ocupava todos os terrenos livres das inundações e o seu crescimento se deu no sentido do interior.

As transformações ocorridas a partir da década de 50 e 60, por meio, principalmente, das ocupações nas áreas baixas, vão marcar de forma profunda o núcleo urbano em vários sentidos, mais precisamente do ponto de vista do ambiente urbano. Na medida em que o processo de produção da cidade vai se consolidando, o ambiente vai se transformando pelos efeitos de ações antrópicas em um primeiro momento, como por exemplo, com a da retirada da cobertura vegetal através dos desmatamentos para as ocupações humanas, retiradas de areia, argila, pedra-pará etc., para a construção civil; posteriormente, como produtos das relações sociais que se estabelecem, cristalizam-se, produzindo e reproduzindo o espaço da cidade, aliada de forma ininterrupta à ocupação desordenada, produzindo um quadro caótico do ponto de visto sócio-ambiental-urbano.

Nos anos 70, começa a ter indícios o processo de urbanização no país, como resultante do processo de modernização implementado em nível do território nacional. As cidades passam a sofrer o chamado inchaço populacional, principalmente como conseqüência do êxodo rural, a partir da modernização agrícola ocorrida no país.

De fato, as preocupações com o ambiente das cidades ou problemas ambientais urbanos vão ganhar maiores evidências a partir da segunda metade do século XX, em função do tamanho que as cidades atingiram os problemas que elas passaram a vivenciar (problemas urbanos), as condições de vida urbana em função da qualidade de vida nas cidades. A problemática ambiental urbana entra como preocupação mundial a partir das grandes conferências sobre o meio ambiente. Em especial, a que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992 (Eco 92), que deu origem à Agenda 21, com princípios voltados à cidade.



CAPITULO III

ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO DISTRITO DE ICOARACI

3.1 GÊNESE E FORMAÇÃO DO ESPAÇO DE ICOARACI

> *"As decadentes cidades brasileiras são o resultado do fracasso do estado na reforma da ordem jurídica liberal, já que a lógica especulativa do mercado, que vê na propriedade tão somente um valor de troca, não dá conta das questões sociais e ambientas*".(Edésio Fernandes 2004, p. 122).

A formação das cidades e o processo de urbanização ocorrido na Amazônia requerem uma melhor compreensão do papel que os núcleos coloniais desempenharam ao longo do processo de ocupação e apropriação do espaço regional, e que deram origem às primeiras cidades. Como forma de assegurar a posse do vasto território, a coroa Portuguesa imprimiu uma estratégia geopolítica de ocupação com fortificações e missões religiosas, que posteriormente deram origem aos primeiros núcleos populacionais.

É necessário analisar o processo histórico de constituição do espaço do que é hoje Icoaraci, procurando construir um quadro de referências, destacando os principais elementos que, em nosso entendimento, contribuem para a compreensão do processo de produção e reprodução do espaço local, bem como destacar condicionantes que permitam compreender a dinâmica pelo qual o mesmo passou. Entretanto, a análise não pode estar dissociada de um processo mais amplo, relacionado à Amazônia, enquanto região que esteve sempre subjugada a dinâmicas externas, sejam nacional ou internacional.

Para melhor apreender os processos que hoje ocorrem no distrito, é necessário a reconstituição referencial no que diz respeito às origens históricas de Icoaraci, desde o século XVIII, quando se tem a primeira iniciativa de ocupação a partir do governo Provincial.

É no processo da formação histórica, econômica e social que procuramos compreender, refletir e analisar a produção, reprodução, apropriação, dominação e consumo do espaço urbano e o ambiente no Distrito de Icoaraci, suas características e contradições no momento atual.

Na Amazônia, o desenvolvimento econômico, social, cultural, político foi alvo de diferentes estratégias, cujo objetivo foi a sua dominação e apropriação. Dominação que se concretizou no início do século XVI, com a chegada do colonizador português e a fundação

de fortificações [32] e missões religiosas, [33] que, posteriormente, passaram a ser o embrião de cidades. A investida do Estado português resultou na anexação do norte, ao atual território brasileiro, com o fito de extração e comercialização dos recursos naturais que passaram a ser comercializados com a denominação de "drogas do sertão". [34] Dominação e apropriação, binômio utilizado na geopolítica portuguesa diante da expansão colonialista que teve grande repercussão no espaço regional, culminando na fundação de vários povoados, freguesias, vilas e cidades [35] ao longo das calhas dos rios na Amazônia e que serviu de base às estratégicas para a apropriação e dominação do território e dos recursos naturais existentes. O desafio imposto à empreitada do colonizador foi o de dominar a natureza e o vasto território amazônico. Essa atividade predominou até meados do século XIX.

Historicamente, as cidades foram fundadas em locais em que os grupos humanos pudessem encontrar as condições apropriadas para o seu desenvolvimento e sua própria reprodução. Nesse sentido, as condições físicas do território tinham grande importância para ele, pois era a referência fundamental na forma de como o homem iria produzir seu espaço, uma vez que:

> A ocupação deste pelo homem, isto é, as formas que historicamente assume a apropriação do território, é condicionada por fatores políticos, econômicos e sociais, ao lado do meio ambiente, que exerce maior ou menor influência sobre o aprofundamento dessas relações. Esse vínculo, causal e de dependência, entre o meio e sociedade que nele se assenta, modifica-se historicamente e foi

---

[32] A ocupação na Amazônia tem início com a fundação do Forte do Presépio em 12 de janeiro de 1616, pelo colonizador português Francisco Caldeira de Castelo Branco, onde posteriormente foram assentadas as fundações do primeiro núcleo colonial denominado de Feliz Lusitânia, hoje a cidade de Belém.

[33] As principais missões religiosas que chegaram à Amazônia com a finalidade de aldear os nativos foram: Jesuítas, Mercedários, Carmelitas, Franciscanos, entre outros.

[34] Canela, salsa parrilha, puxuri, cravo, pau de breu, carajuru, pau-rosa, paricá, priprioca, violeta, anil, entre outros.

[35] As principais cidades fundadas foram: Surubiú (Alenquer), Jamundá (Faro), Gurupatiba (Monte alegre), Bragança, Cametá, Santarém, Vigia, Óbidos, entre outras.

ROLNILK, Raquel (1997, p. 16). Chama atenção para forma como os portugueses com o processo de colonização passaram a fundar as cidades na colônia ao destacar que ao contrário dos espanhóis que "(...) delimitavam precisamente as regras de construção das cidades, mesclando a leitura renascentista das clássicas recomendações vitruvianas aos requesitos de sua própria estratégia de dominação (...). Em contraste os portugueses permitiam uma ocupação mais livre da terra, desde que os lucros do comércio real e a ocupação da colônia estivessem garantidos. A precisão dos engenheiros militares portugueses, expressa na escolha das locações, na simetria e na racionalidade do desenho dos fortes, contrastava com a irregularidade formal dos centros urbanos no Novo Mundo.

Embora não existisse um corpo legal específico para aplicação na colônia, isto quer dizer que não havia uma noção de legalidade urbana lusa que, aplicada às especificidades da colonização das terras brasileiras, contribuiu para configurar aqui um território algo distinto das cidades do Reino. Tal legalidade era expressa nas Ordenações Afonsinas, de 1446, e Manuelinas , de 1521.

fundamental na definição das características que assumem as sociedades (...). (OLIVEIRA, 1990, p. 73).

Contudo, para a realidade amazônica, além das condições físicas, a sua posição geográfica em relação à desembocadura dos rios era importantes como localização estratégica e geopolítica para a coroa Portuguesa em defesa do vasto território, possuidor de grandes recursos naturais.

É nesse contexto que foi fundado o que é hoje Icoaraci. No século XVII, já se tinha conhecimento de sua existência, com a chegada do colonizador português. Todavia foi em viagem de visita do primeiro governador do Maranhão e Grão-Pará, [36] ao Pará, em 1656, que ao fazer uma viagem à ilha Grande de Joanes, [37] recomenda ao Presidente da Província que naquele local fosse fundada uma povoação, em função de sua posição geográfico-estratégica, em relação à cidade de Belém.

Portanto, compreender a estruturação do espaço de Icoaraci, [38] remete-nos a questão do processo de formação de sua gênese, que possa subsidiar a análise. Spósito (1988) chama atenção que para se entender a cidade de hoje, compreender os processos que dão conformação à complexidade de sua organização, impõe-nos uma volta às origens para tentar reconstruir, mesmo que de forma resumida, sinteticamente, a sua trajetória.

Dessa forma, entendemos que a produção do espaço de Icoaraci é resultante de processos históricos, ocorridos a partir da ocupação da Amazônia, de forma geral, e em particular, de sua própria história, ou seja, a cidade é resultado de tempos e espaços acumulados ao longo do processo.

E foi com a ocupação do espaço regional que os núcleos urbanos amazônicos concretizam-se enquanto cidade em seus diferentes usos e funções. Do passado colonial, quando se constituíram os primeiros núcleos populacionais que passaram a serem denominados de Freguesias, Povoados, chegando à condição de Vila e finalmente à Cidade, com função eminentemente estratégica para o domínio da coroa Portuguesa sobre o território naquele período. É com a chegada do colonizador português que a região vivencia a sua primeira experiência de intervenção humana sobre o território e a natureza.

---

[36] O primeiro Governador do Maranhão e Grão-Pará, Capitão General André Vidal de Negreiros.

[37] Ilha Grande de Joanes foi a denominação dada ao atual arquipélago do Marajó pelos colonizadores.

[38] Atualmente, Icoaraci, pertence a Região Metropolitana de Belém (RMB), e se localiza ao Norte do Município de Belém, a mais ou menos 17,2 km do centro da cidade.

Dessa maneira, até a primeira metade do século XIX, as cidades na região viviam sem grande expressão econômica, política, social e cultural. Suas redes de relações estavam vinculadas intrinsecamente à natureza, representada pela grandiosidade de seus recursos naturais. As relações sociais se definiam naquele período, ou seja, relação entre a sociedade e a natureza, a partir dos rios que comandavam a vida e as relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Eles eram elementos de fundamental importância, pois representavam as únicas vias de circulação, funcionavam como meios de integração entre as cidades. Tudo girava em torno dos rios e a partir deles, como de resto na região. Ele é uma marca que caracteriza o processo de ocupação inicial e de formação da rede de cidades na Amazônia, e sua localização às margens dos rios, conformando o padrão de urbanização que passou a dominar na Amazônia denominado de ribeirinho.

A análise da urbanização na Amazônia e, em particular, em um local específico, Icoaraci, leva-nos a pensar que o seu processo de constituição e evolução, não é um fenômeno que ocorreu de forma linear ao longo do tempo, ou como algo evolutivo, ele é prenhe de contradições, avanços e recuos, refletindo a dinâmica do desenvolvimento da sociedade e dos processos de produção e de reprodução do capital em diferentes épocas. É necessário compreender que se o espaço reflete as relações sociais de produção ao longo do tempo, o resgate histórico do processo de urbanização desse espaço nos possibilita compreender importantes etapas pelos quais ele passou, tanto em nível local quanto regional, revelando-nos formas e conteúdos, o que nos impõe a pensar o presente, sem perder de vista o antes, numa relação que se anuncia como o novo que está presente no processo de produção e de reprodução da cidade e do espaço urbano e do ambiente para o futuro. Nessa perspectiva, faz-se necessário, a nosso ver, a elaboração de uma proposta de periodização do processo em curso.

Portanto, para o caso de Icoaraci, temos a clareza de que as etapas do processo de produção, (re) produção, apropriação, dominação e consumo do espaço encontram-se estreitamente vinculados aos processos de reprodução do capital que se instalou na região em diferentes épocas, não estando da mesma forma dissociada do processo de produção da cidade de Belém em função da proximidade. Evidentemente, que as transformações que ocorreram no contexto regional repercutem nas cidades da região em função do papel que as elas desempenham no curso de seu desenvolvimento. Do mesmo modo, podemos inferir

que esses processos ocorrem em escala regional, nacional e mesmo internacional, mas em muitos casos, não coincidindo com as etapas locais.

A análise do processo de estruturação do espaço em Icoaraci não está dissociada de um processo maior, revela a nosso ver quatro fases distintas, mas interligadas refletindo a própria dinâmica do espaço regional amazônico. *A Primeira fase* tem início no século XVIII, com a doação das terras a Sebastião Gomes de Souza, à constituição das Fazendas Pinheira e Livramento no século XIX, quando foi realizada a compra das fazendas e sua transformação em um lazareto [39] até a sua transformação em povoado.

A segunda Fase se estende da segunda metade do século XIX quando é elevada à categoria de Vila até a década de 1950 com a transformação em Distrito do Município de Belém, correspondendo a um largo período, quando passou a ser local de segunda moradia, e onde ocorreu a implantação das primeiras atividades de caráter econômico, como as indústrias de base local e as atividades comerciais voltadas a atender a área do entorno. Por um lado, essas atividades foram fundamentais para a produção da cidade e do processo de urbanização que se anuncia, por outro lado, tais atividades começaram a desencadear um processo de migração populacional das microrregiões que passaram a buscar no lugar as possibilidades de reprodução das relações de sobrevivência.

A terceira fase inicia-se por volta da década de 1950 e vai até os anos de 1970. Essa fase foi marcada pelo processo de integração do Distrito à metrópole paraense e sua redefinição no espaço urbano local. Período de forte predominância da atividade industrial de base tradicional, voltada ao beneficiamento da matéria-prima regional com capital de base regional e local, expansão do núcleo urbano, início da anexação de áreas com fisionomia rural que deram origens a novos bairros e crescimento demográfico a partir do crescimento vegetativo e da migração.

A *quarta fase,* inicia-se na década de 1970 até os dias atuais. Foi marcada pela forte intervenção do Estado no espaço regional e seus desdobramentos, através de programas, projetos e políticas cujo objetivo foi o desenvolvimento da região a qualquer custo, que tiverem várias conseqüências no processo de produção do espaço regional e urbano.

---

[39] Hospital ou casa de abrigo destinado a pessoas portadoras de hanseníase.

Por isso, compreendemos ser possível analisar o processo de produção e de reprodução do distrito bem como do ambiente urbano no momento atual.

O processo de ocupação e apropriação do espaço regional ocorreu a partir da fundação de fortificações, de missões religiosas e de núcleos populacionais às proximidades dos rios. A fundação do que é hoje Icoaraci não fugiu à regra. Ocorreu às margens da baía do Guajará com o furo do Maguari. As primeiras referências que se têm do núcleo são as do século XVIII, [40] quando as terras compreendidas entre o Igarapé Paracuri e do Furo do Maguari, foram doadas por Carta de Datas [41] e Sesmaria, [42] a Sebastião Gomes de Souza (Fotos 01 e 02). [43] Marx, ao estudar esse período no Brasil, faz a diferença entre as formas de concessão de terras naquele período ao ressaltar que:

---

[40] VALENTE, (22 de Outubro de 1989). Em 1615, Francisco Caldeira de Castelo Branco, ancorou nessa porção de terras que avançava mar adentro, em busca de um local elevado e seguro, onde fosse possível construir uma fortificação para dar início, à colonização e proteção, ali desembarcaram e encontraram grande quantidade de favos de mel, passando ali a ser denominado de ponta do mel.

[41] MARX, (1991. p. 75). As Datas ou Dadas de terras eram cessões feitas gratuitamente de parcelas de solo pertencentes à municipalidade. Eram resultados, portanto, do parcelamento do rossio, orientado pela câmara, a partir do pedido de algum pretendente a morador ou de algum vizinho detentor de glebas rurais no termo municipal. Se, a par da gratuidade da sessão, condição – lembremos-nos das sesmarias – se impunham ao beneficiado pela legislação do reino, a mesma deixava ampla liberdade aos conselhos municipais para cumprir essa função, a de prover chão para os que quisesse se estabelecer numa vila ou cidade.

[42] MARX, (ibdem. p. 36/36). As sesmarias – concedidas tendo por base a "légua em quadra", ou seja, uma mesma extensão de frente e de fundo, quadrada, ou, definida a sua testada, com fundos maiores ou até determinado referencial, retangulares em princípio – assumiriam linhas gerais atentas a geografia. Suas divisas não ignoraram, em geral, o relevo, acompanhando as usas curvas de níveis e, concomitantemente, sendo quadrangulares, contrapuseram-se a elas, através das linhas que uniam as cotas baixas, digamos as margens de um rio, com aquelas cotas altas que pudessem ser mais bem estipulada, como os divisores de águas, as cristas das elevações.

Para HOLNIK, (Ibdem. p. 20). O regime jurídico da propriedade da terra teve como fundamento, até 1822, a sesmaria, forma de propriedade instituída pelo Estado absolutista português em 1375, por D. Fernandes I.

(...) Concessão de domínio condicionada ao uso produtivo da terra. Em um primeiro momento, caso a obrigatoriedade do cultivo não fosse cumprida, o domínio seria suspenso provisoriamente. A partir de 1475, a cassação a ser definitiva. O regime sesmarial português estende-se ao Brasil: as terras do Novo Mundo eram consideradas propriedades da Coroa e consignadas ã Ordem de Cristo, ordem militar e religiosa que tinha o rei português como grão-mestre e cujo patrimônio se confundia com o próprio patrimônio da coroa.

[43] RODRIGUES, Holderman. In Jornal de Icoaraci (Outubro de 1992. p. 05). Em princípio do século XVIII, no limiar do ano de 1701 a 13 novembro, quando o governo interino do Maranhão e Grão Pará, Fernão Carrilho concedeu a Sebastião Gomes de Souza por Carta de Data e Sesmaria (meia Légua de Terras 3.300m), o patrimônio territorial da futura vila. Porém foi por ocasião da viagem que empreendeu o primeiro governador do Maranhão e Grão-Pará André de Vidal de Negreiros, que junho de 1656 veio ao Pará, e dois dias depois de sua chegada empreendeu viagem de inspeção ã Ilha Grande de Joanes (Marajó), sugeriu que seria de conveniente que fosse criado uma povoação nesse lugar, o que só veio acontecer com a criação da Fazendo Pinheiro em 1710. quatro anos depois foi confirmada por D. Pedro II Rei de Portugal, Brasil e Algaves, em 15 de outubro de 1705, que as terras marginais da baía da guajará compreendidas desde o Igarapé Paracuri até a ponta do mel, entrando uma légua pela margem do rio Maguari, constituía a Fazenda Pinheiro"

A semelhança e a distinção existente entre o sistema de concessão de datas de terras e o de sesmarias. Ambas implicavam, sob condições, o fornecimento de pequenas áreas, num caso, e o de grandes glebas, no outro. Eram, assim, a rigor, concessionários os que obtinham tanto as dadas como as sesmarias e com o risco de perdê-las, caso não atendessem às exigências de, em determinado prazo ocupar e beneficiar o chão obtido. Entretanto, enquanto eram gratuitas as cessões de terras urbanas em geral, as sesmarias estavam sujeitas ao pagamento do dízimo para a Ordem de Cristo formalmente. (MARX, Ibdem, p 75).

Foto 01. Vista parcial do local onde os primeiros colonizadores construíram seus fogos. Foto de Mário Benjamin Dias e Maria de Jesus B. da Silva,

Foto 02 Vista parcial do local onde teve início o processo de ocupação do atual distrito Icoaraci Foto de Mário Benjamin Dias. 2004

Gomes de Souza, de posse das terras, tomou as devidas providências no sentido de ocupá-las, quando passou a construir os primeiros fogos (casas) a cavaleiro do rio. Passados cinco anos, Souza doou as mesmas à Ordem dos Frades Carmelitas Calçados, que, ao

tomarem posse, ali fundaram duas fazendas: São João do Pinheiro, na ponta do Mel, e Nossa Senhora do Livramento, às margens do Igarapé Paracuri, onde instalaram uma olaria e também iniciaram a extração de argila, areia e de lateritas (pedra Pará), para a construção e criação de gado e víveres, assim como, possivelmente, a produção de cana-de-açúcar, canela, entre outros, como nas demais Sesmarias criadas neste período.

No caso mais usual, a nosso ver, um traçado incipiente de ruas e becos, não somente acompanhava os divisores de água como também oferecia uma estreita frente ou testada representado o núcleo inicial. Marx chama atenção para as formas que os núcleos coloniais assumiam, quando destaca:

> Mais próximas desse esquema que se generalizou pelas Américas e Filipinas ao longo de três séculos de mundo colonial, desse esquema de uma praça central como núcleo irradiador de uma grelha de ruas ortogonais, são fundações de um outro tempo, provindas de uma realidade completamente diferente entre nós, fundações bem recentes, dos fins do século passado e do início do atual, em que uma praça central, bem delineada e em geral ainda a da matriz, irradiava uma malha de ruas perpendiculares da mesma largura. (MARX, Ibdem, p. 88-9).

Em 1750, o agrupamento de casas da Fazenda Pinheiro passou a se chamar Santa Isabel do Pinheiro. Nesse mesmo ano, o Presidente da Província, Francisco Soares D'Andréia, comprou as terras do Pinheiro para transformá-las em um Lazareto, [44] a ser administrado pela Santa Casa de Misericórdia do Pará. Diante dos parcos recursos de que dispunha para a execução do referido projeto, conseguiu junto ao Governo Provincial permissão para vendê-la, porém, foi difícil encontrar comprador, tendo poder público decidido que a mesma fosse arrendada em hasta pública.

Em 1862, o alemão Adolfo José Kaufss aceitou arrendar as terras por um período de nove anos, ao valor de 500$00 réis anuais, tendo por obrigação de arrendatário reconstituir e zelar pelas edificações existentes, que formavam o conjunto do patrimônio da Fazenda, sem ônus para o governo Provincial. Diante da situação em que se encontrava o patrimônio, o governo decide que o sistema de arrendamento não atingia os reais objetivos propostos à administração desse patrimônio, propondo como alternativa transformar a Fazenda em um

[44] Colônia para doentes portadores de Hanseníase, face ao isolamento que o lugar representava, o que impossibilitava a fuga para a cidade, assim como em decorrência da decadência em que se encontrava a colônia do Tucunduba.

povoado. Assim, tem início a transição da Fazenda Pinheiro[45] - à categoria de povoado de Santa Isabel, pelo Decreto Lei Nº. 598, de oito de outubro de 1869. [46]

Para Marx (1991), uma concentração de moradores e uma capela, caracterizariam um povoado, que no processo de crescimento aspiraria a se transformar em uma freguesia até atingir a autonomia municipal.

A transformação das terras pertencentes às Fazendas à categoria de povoado foi um fator importante para a compreensão do crescimento do que seria Icoaraci décadas mais tarde. A ação do governo marca a fundação do povoado, sendo necessária maior intervenção do poder provincial a fim de promover a demarcação e definição do patrimônio territorial. Nesse sentido, Manoel José de Siqueira Mendes, [47] ao assumir o governo, autoriza o aforamento da Fazenda e providencia a demarcação e entrega dos terrenos aos Foreiros. A partir daquele momento, o governo mudou o nome do povoado para Santo Antônio do Pinheiro. [48]

Siqueira Mendes foi pessoalmente ao local para supervisionar a demarcação. [49] O traçado da nova povoação foi demarcado, assumindo a seguinte configuração espacial: oito quarteirões com noventa braças de comprimento cada, cortado por sete ruas e nove travessas com dez braças de largura. (MARX, Ibdem, p. 13) chama atenção para que a observação feita: "À formação de nossos primeiros núcleos, e dos milhares que se seguiram, deve ser observada também através de outros aspectos basilar: o fundiário, e de sua conseqüência física, o parcelamento da terra" formando o patrimônio religioso e leigo da futura aglomeração.

Podemos observar, nesse aspecto, uma certa preocupação com a fluidez do que seria a futura cidade, quebrando o padrão urbanístico português dominante naquele período, com ruas estreitas e tortuosas. Dessa forma, o arruamento, de fato, marca a gênese no local da terra enquanto investimento. Portanto, a venda dos lotes passou a representar mais uma

---

[45] Jornal O Liberal 22/10/93

[46] RODRIGUES, Holderman. (Ibdem. p. 5).

[47] Cônego e Vice-presidente da Província.

[48] A partir da segunda metade do século XIX, não se tem referência a respeito da Fazenda Nossa Senhora do Livramento; pressupõe-se que tenha sido incorporada a Fazendo Pinheiro.

[49] Jornal de Icoaraci (10/92 cad, 01, p 05) Ofício de 24 de Outubro de 1869, do Presidente da Província Cônego Siqueira Mendes, autorizava, o Governo da Província a providenciar a medição e demarcação da Fazenda Pinheiro, e levantasse a respectiva planta, e fosse destinado a área de fundo, com 500 braças de frente por 1000 de fundos ou 500.000 braças.

possibilidade de investimentos de capitais, em um bem, cuja tendência de ser, reserva de valor, tem-se constituído historicamente.

De acordo com Rolnik (1997) as transformações passaram a ocorrer no espaço territorial brasileiro, principalmente no período republicano. É como ela afirma:

> a promulgação da Lei das Terras marca um corte fundamental na forma de apropriação da terra no Brasil, com grandes conseqüências para o desenvolvimento das cidades. A partir de sua promulgação, a única forma legal de posse da terra passou a ser a compra devidamente registrada. Foram duas as implicações imediatas dessa mudança: a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria. (HOLNIK, Ibdem, p. 23).

Contudo, a promulgação da lei impôs mudanças nas regras do jogo para a acessibilidade da terra, tendo refletido de forma direta no processo de constituição da cidade e da legalização da terra urbana a partir daquele momento. Para Rolnik:

> A separação entre a propriedade e a efetiva ocupação ocasionou uma transformação radical na forma da cidade, na medida em que aparece a figura do loteamento ou arruamento, o desenho das ruas e os lotes prévios ao próprio ato de construir.
> Os limites precisos do terreno passam a ser importantes quando se trata de a ele atribuir um preço e de registrá-lo enquanto propriedade definitivamente privada e, portanto, definitivamente subtraída da esfera comunal.(HOLNIK, Op. Cit. p. 25).

De acordo com o Jornal de Icoaraci: A Lei 598, de 1869, em seu art. 2º, determinava que os terrenos fossem medidos previamente, demarcados e arruados, e que fosse reservado o necessário para praças, edifícios e logradouros públicos, os restantes deveriam ser divididos em lotes, nunca menores de dez braças de frente, com cinqüenta metros de fundos. [50] Nesse aspecto, que o padrão de arruamento seguia uma determinada orientação urbanística, relacionado a uma maior fluidez nas ruas do que seria a futura cidade, rompendo o antigo estilo português.

Atualmente os bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa correspondem à área mais antiga do núcleo urbano. O que não fugia as demais normas instituídas pelo Estado quando da criação de novos povoados, freguesias, vilas ou cidades no período colonial. Marx afirma que:

> Seguiam-se outras exigências, como a de localização da casa de câmara e cadeia, a do pelourinho, definindo-se geralmente a partir deste, de maneira um tanto precário e que não evitava futuras

[50] RODRIGUES, (Ibdem. p. 5).

> dúvidas, incertezas e abusos. O termo municipal, assim como a partir desse marco se estipulavam, nas cartas régias e autos de ereção, as direções e as medidas de área comum da vila, de seu logradouro público, de seu rossio. Essa área servia a distintos propósitos, que poderia resumir-se em sua utilização por parte de todos os moradores para pasto dos animais, para coleta de madeira ou de lenha, para algum plantio, bem como constituía uma reserva para a expansão da vila, seja prevendo novas cessões de terras, seja a abertura dos correspondentes caminhos e estradas, ruas ou praças. (MARX, Ibdem, p. 5).

Os lotes foram concedidos pelo Governo Provincial a título de aforamento perpétuo aos proprietários a preço de dez réis por braça quadrada, sendo a forma de pagamento realizada através de laudêmio. [51] Ademais, o referido governo orientava que fosse reservado um intervalo de oito braças entre os lotes rurais para serventia pública.[52] Essa ação do Estado, em normatizar as formas de estruturação do espaço, o que seria a futura cidade, bem demonstra uma preocupação importante, ou seja, a demarcação entre o espaço público e o espaço privado, definindo o alinhamento.

A configuração do povoado foi concebida tendo como referências as linhas geometricamente traçadas, na qual as ruas e travessas eram paralelas e perpendiculares umas com as outras e alinhadas, acompanhando os cursos da baía de Guajará e do furo do Maguari.

Nesse período, a concepção para a formação de povoados não obedecia às regras de períodos anteriores, quando as mesmas eram doadas sob o regime de sesmaria. Quando da instituição da Lei Geral das Terras de setembro 1850, criada no sentido de regulamentar a aquisição de terras, principalmente as devolutas, passando a aquisição realizar-se somente através da compra, legitimando os títulos da propriedade privada.

A expansão gradual do núcleo urbano se deu acompanhando a margem da baía do Guajará e furo do Maguari, que na Amazônia passou a ser denominado de frente para o rio, caracterizando o padrão de urbanização ribeirinho. Posteriormente, a ocupação ocorre sobre as áreas de terra firmes, procurando desviar-se das áreas que apresentavam condições adversas à ocupação, como: as várzeas dos rios e igapós existentes no que viria a ser o sítio do atual Distrito. De fato, o povoado foi criado com feição de um pequeno núcleo, feito a partir da demarcação das quadras idealizadas no século XIX.

---

[51] Premio que o foreiro pago ao seu senhorio.
[52] RODRIGUES, Holderman. (Ibdem. p. 5).

Penteado (1968), ao se referir ao núcleo, afirma que a estruturação urbana já obedecia a uma nova lógica no seu esquadrinhamento, diferente do que fora colocado em prática, no início da colonização, em Belém, com ruas estreitas e tortuosas. Neste, já se colocava o clássico tabuleiro de Xadrez, como ocorria amplamente em outros núcleos, uma herança da colonização portuguesa, com amplas ruas e quarteirões, vislumbrando o futuro desenvolvimento do núcleo.

A formação do povoado, ocorreu com base na estruturação de suas ruas, mesmo que de pavimentação rudimentar, assume importância fundamental. É nesse período que a vida do povoado começa a ganhar formas e conteúdos. É necessária agora maior sociabilidade entre os moradores, através de relações de vizinhanças, de solidariedade, de compra e venda, entre outros, pois para o povoado existir de fato e se desenvolver é fundamental um mínimo de condições, afinal, os moradores precisavam viver e sobreviver, dando forma ao povoamento.

A geometrização das ruas demarcadas no início do século, dadas as dimensões em que foram projetadas, permanece com as mesmas características até os nossos dias, sem grandes alterações no sentido de ampliação, configurando as partes mais antigas, que marcam o início da estruturação e a gênese do que é hoje a cidade, em função das condições geomorfológicas em que foi instalado o sítio do atual distrito - um terraço entre 6 a 15 metros de altitude do topo aplainado, sustentado por lateritas e coberto por areias, que corresponde ao nível Belém-Marajó, na confluência da baía do Guajará e do furo do Maguari, identificado por Pedro de Moura que fez a datação do período Pleistoceno e estudado por Ab'saber que "tal nível de terraço é drenado por rios e igarapés que sofrem influência das marés". [53]

A abertura das ruas do núcleo obedecia à disposição geomorfológica do terreno, tendo se iniciado no topo desse terraço (fotos 03 e 04), expandindo-se para o interior e atingindo as várzeas alagadas e/ou alagáveis, com cotas em torno de cinco metros, ultrapassando-as e incorporando o nível mais alto de terraços acima de 15 metros do nível do mar. É como afirma Marx:

---

[53] AB'SABER, (1966, p. 04).

> No caso mais usual, a nosso ver, um traçado incipiente de ruas e becos, não somente acompanhava os divisores de água da topografia como oferecia uma estreita frente ou testada a terrenos que também buscavam ou para frente ou para trás.
> Mais próximas desse esquema que se generalizou pelas Américas e Filipinas ao longo de três séculos de mundo colonial, desse esquema de uma praça central como núcleo irradiador de uma grelha de ruas ortogonais, são fundações de um outro tempo, provindas de uma realidade completamente diferente entre nós, fundações bem recentes, dos fins do século passado e do início do atual, em que uma praça central, bem delineada e em geral ainda a da matriz, irradiava uma malha de ruas perpendiculares da mesma largura. (MARX, Ibdem, p. 04).

O povoado passou a se desenvolver e, proclamada a República, foi elevado ao foro de Vila com o nome de Pinheiro. [54] A esse respeito, ou seja, a elevação de uma freguesia à vila, Marx nos esclarece:

> Pressuponha um certo porte e determinada população...". Diante de parcos recursos, não se fez grandes investimentos que fossem capazes de mudar a paisagem da Vila, e em função de seu isolamento em relação ao que era a cidade de Belém; a única forma de comunicação entre elas era realizada por via fluvial por canoas a remo e/ou à vela ou pela Companhia de Transporte da Amazônia; não dispunha de vastos recursos naturais que se viabiliza sua exploração econômica, assim como, não houve interesse de investimentos por parte do Governo Municipal, capaz de gerar maior desenvolvimento de base local. (MARX, Ibdem p. 12).

Foto 03. Vista parcial de cima do platô no qual surgiu o arruamento do atual distrito de Icoaraci. Foto. Mario Benjamin Dias. 2004

Cabe destacar o papel que a atividade comercial passou a desempenhar, principalmente a partir do século XIX, tornando a vila do Pinheiro uma importante rede comercial que articulava através do trapiche, a cidade e a região do entorno: numa ponta

[54] JORNAL O LIBERAL (1989) Por Lei Nº 324 de 06 de julho de 1889.

estava o papel de concentração de mercadorias; e na outra, o abastecimento e distribuição de produtos elaborados e semi-elaborados.

Notadamente, que grande parte dos comerciantes, proprietários de armazéns, eram também responsáveis pela compra da produção dos ilhéus e ribeirinhos, assim como de outras micro-regiões, como madeira, látex da borracha, gado, aves, peixe, farinha, frutas, entre outras. Foi nesse contexto que ocorreu a acumulação de capitais dos comerciantes na vila do Pinheiro: por meio da apropriação de parcela do excedente entre a troca de produtos naturais e manufaturados.[55] Dessa forma, podemos compreender a gênese do processo de produção do espaço local, a formação e permanência dessa elite local no comando da atividade comercial.

É sabido que as condições de vida nas cidades, e principalmente na capital do Estado do Pará, eram precárias na época, uma vez que a "economia regional" estava completamente vinculada à economia extrativista, vivenciando ainda o aprofundamento do modelo de colonização de exploração implantado no país. Nesse período, não existia grande circulação de moedas na província, o que dificultava maiores investimentos no processo de produção do espaço da cidade. A vida nela se desenvolvia sob uma economia de base rudimentar, na forma de escambo, através da troca de produtos cultivados de maior importância para o mercado externo, controlado pela Coroa, o que refletia nas precárias condições do que era a cidade, com características mais indígenas do que portuguesa. "Da época da fundação da cidade (1616) até meados do século XVIII a cidade cresce à beira do rio (Fase Ribeirinha), passando a partir daí a se interiorizar (Fase de Penetração). Após a segunda metade do século XIX, começa a sofrer a influência maior do continente, diminuindo as influências fluviais (Fase da continentalização)". [56]

Ainda na primeira metade do século XIX, a cidade de Belém desenvolveu-se, porém, necessitava de alguns equipamentos e serviços urbanos, como o secular problema do abastecimento de água, transportes, energia elétrica, abastecimento alimentar, os quais em muito contribuíram para o seu fraco desenvolvimento. Cabe destacar o caso do abastecimento de água, que desde a fundação da cidade, havia gerado um comércio no

---

[55] Desde o surgimento da atividade mercantil em Icoaraci existe uma relação de aviamento entre os comerciantes da cidade e os das regiões do entorno, na forma de financiamento de produtos industrializados. Naturalmente que tal financiamento está associado a um acréscimo o valor dos produtos.

[56] ABELÉM, (1989, p. 36).

abastecimento realizado pelos agueiros. [57] Somente em 1854 tiveram as primeiras tentativas de solucionar os problemas, só concretizadas em 1881, quando surge a companhia de Águas do Grão-Pará, sendo escolhido o manancial do Utinga como fonte abastecedora, e os serviços entraram em funcionamento em 1883, sendo posteriormente construído o reservatório de São Brás (imensa caixa d'água importada da Inglaterra). Para o transporte coletivo, foi criado o sistema de bonde, em 1865, implementado por tração animal, cujo traçado inicialmente cobria a área correspondente do Largo da Sé até o Largo de Nazaré, sendo mais tarde estendido até o Marco da Légua. A energia elétrica só surgiu no final do século XIX e sua exploração ficou sob a responsabilidade da Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, que iniciou a substituição dos bondes por tração pelos elétricos.

Foto 04. Vista parcial do platô onde teve início o arruamento do atual distrito de Icoaraci. Foto de Mário B. Dias. 2004

Na segunda metade do século XIX, entra em exploração o látex da hévea brasiliensis, marcando um novo momento da apropriação e dominação na Amazônia, o que possibilitou maior relação econômica no espaço regional, assim como a expansão e a consolidação dos domínios territoriais. A exportação do látex e a navegação a vapor

[57] O abastecimento de água potável na cidade de Belém era um problema sério, em função da cor da água da bacia hidrográfica Capim-guamá que banham a cidade, carregada de sedimentos, dando-lhe uma coloração amarelada e que os portugueses consideravam inapropriada para o consumo humano e uso doméstico. Nesse período, foram encontradas algumas nascentes e pessoas passaram a transportar e abastecer residências de famílias de melhor poder aquisitivo, passando a ser denominado de agueiros.

constituíram as atividades responsáveis pela configuração de uma rede urbana que tinham como cidades principais Belém e Manaus, que concentravam a comercialização e a concentração de riquezas nas mãos de poucos privilegiados.

A atividade extrativista do látex possibilitou a formação de povoados e vilas que tinham como função primordial ser o local da realização da troca de mercadorias pelo vale amazônico, segurança e posse do vasto território, e sua exploração à efetiva realização dessa atividade. (OLIVEIRA,1994, p 291)considera que:

> A atividade desenvolvida no período da borracha deu um certo impulso na criação de vilas e povoados. Entretanto, não significou quantitativamente e qualitativamente um processo de surgimento de cidades. Ao contrário, determinou a existência de poucas cidades, dispersas e com pouca importância regional em termos populacionais e econômicos [...].
> A existência de pequenas cidades, distribuídas de forma linear, com infra-estrutura urbana mínima, localizadas quase sempre nas margens dos rios e sem articulação entre si, decorre do tipo de atividade econômica baseada no extrativismo vegetal, com produtos destinados à exportação em estado in natura ou no máximo semielaborados. Este tipo de atividade, não contribuiu para a criação de infra-estrutura visando à transformação da matéria-prima na própria Região. Em decorrência, tampouco havia a criação de atividades urbanas complementares à transformação da matéria-prima que exigisse concentração de mão-de-obra, o que poderia ensejar a criação de novas vilas.

Na medida em que a atividade extrativa se desenvolvia, novos núcleos foram criados configurando a rede urbana na região do padrão dentrítico, [58] em particular, na Amazônia Oriental, tendo Belém como a cidade principal. No entanto, por sua natureza, existia limite a essa atividade. De acordo com Oliveira:

> Em decorrência da composição orgânica do capital empregado com predominância da capital variável sobre o capital constante em virtude da ausência quase total de equipamentos que se resumia ao barracão e da falta e investimentos em maquinaria. Toda a exploração estava baseada na extração da mais-valia absoluta, facilitada pela abundância de mão-de-obra, ausência de mecanismos de mediação ente patrões e empregados e das condições de isolamento a que era submetido o seringueiro. (OLIVEIRA, Ibdem, p. 91).

O processo de fundação de cidades estava intimamente relacionado à atividade extrativa, o que não garantia maiores condições à instalação de infra-estrutura e serviços

---

[58] - CORREA (1997, p. 98) "a rede urbana de padrão dentrítico é caracterizada por uma cidade litorânea criada para ser primeiramente um ponto de defesa do litoral e uma via de penetração para o interior, posteriormente, transforma-se em ponto de apoio para a penetração e conquista do interior. A partir dela, são criadas outras cidades subordinadas de modo sistemático a centros urbanos localizados à jusante ou na direção da cidade litorânea".
A rede urbana amazônica até 1960, aproximadamente, caracterizava-se por apresentar um padrão espacial dentrítico, comandado por Belém. As transformações verificadas na Amazônia, sobretudo a partir de 1970 introduziram maior complexidade à rede urbana, originando novos padrões espaciais não mais definidos pela rede fluvial nem por ligações exclusivas com a capital paraense.

urbanos capazes de garantir melhores condições de vida à população. Belém tornou-se um grande centro exportador de borracha, importador e distribuidor de uma variedade de produtos reforçando e consolidando sua condição de entreposto comercial.

É importante observar que as transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais passou a Amazônia a partir da segunda metade do século XIX, com o advento da economia gomífera, ocasionaram que parte da elite local de Belém transformasse a Vila em segunda moradia, quando passaram a construir casarões com estilo arquitetônico europeu variado; assim como religiosos também fixaram suas ordens no mesmo, passando a ocupar principalmente o atual bairro do Cruzeiro. Essa parcela da população imprimiu no espaço uma paisagem diferenciada do restante do núcleo pelo padrão arquitetônico de suas residências, a maioria voltada para a baía, refletindo o esplendor de um modo de vida e ao mesmo tempo de poder econômico (fotos 05, 06 e 07). O núcleo inicial da vila foi ocupado com funções comerciais e residenciais da população de melhor poder aquisitivo, e afastando-se do que era o "centro" – duas ou três quadras próximas da baía onde se encontrava o comércio local – a população de menor poder aquisitivo.

Até o Governo de Paes de Carvalho havia ainda o isolamento da Vila em relação à cidade de Belém. Em 1899, foram incorporadas ao patrimônio espacial da Vila do Pinheiro as terras do Tapanã, medindo 2.513.696 braças quadradas. Todavia, em 07 de janeiro de 1906, a Vila foi interligada a Belém por via ferroviária através de um ramal da antiga Estrada de Ferro de Bragança (EFB), denominado de Ramal do Pinheiro (foto 08), possibilitando acesso por via terrestre, reduzindo o transporte fluvial. A ligação ferroviária, sem dúvida, representou uma melhoria no sistema de transporte, principalmente ao interligar a vila à cidade de Belém, possibilitando, assim, maior relação com a cidade e maior fluidez de pessoas e mercadorias entre ambas.

A ferrovia, ao possibilitar maior circulação de mercadorias, proporcionou maior desenvolvimento as atividades comerciais dos produtos que a vila recebia via fluvial. Foi a partir desse período que houve maior fluxo das famílias tradicionais e de melhor poder aquisitivo de Belém em face às condições naturais ali existentes e as proximidade da cidade. Privilegiaram-na como local de segunda moradia, de férias, feriados prolongados e finais de semana, e como para recreação e lazer. Moraes (1999), ao analisar o processo de

ocupação do litoral brasileiro, considera o fenômeno da segunda residência como vetor de grande atuação no processo de urbanização, ao considerar que:

Foto 05. Vista parcial da tipologia das residências do período da borracha.
Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 06. Vista parcial da tipologia da arquitetura do século XIX – período da economia gomífera.Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 07. Primeira Igreja construída na Vila do Pinheiro de São Sebastião. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

> Tais residências de veraneio podem ser apontadas como o fator numericamente mais expressivo da urbanização litorânea, pois ocorrem ao longo de toda a costa, revelando um dinamismo que se mantém. O caráter impactante da atividade de veraneio é, em termos ambientais, diretamente relacionado à capacidade dos poderes públicos de ordenarem o uso de solo. Em termos sociais, tal atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva. A satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terra, incorporadores, corretores, e a indústria de construção civil (com todo seu aporte de pessoal) nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo no fluxo povoador. Todavia há outros processos atuando na urbanização litorânea pós-cinqüenta, impulsionados por atores sociais distintos. O movimento migratório em direção a costa (...) traz continuamente para as localidades litorâneas um contingente populacional que não é absorvido, nem pela demanda de mão-de-obra da indústria, nem pelo setor de serviços plenamente institucionalizado, ficando assim no setor informal. (MORAES, Ibdem, p. 38-9).

Embora a Vila não se encontre localizada na faixa litorânea atlântica como os municípios do Nordeste paraense, a proximidade em relação à cidade de Belém, associada aos elementos naturais (furo do Maguari e baía do Guajará), aos recursos naturais existentes naquele período e à facilidade do transporte exerceu forte atração a essa parcela da população. Com a abertura e pavimentação das rodovias que passaram a ligar a vila à cidade, esta passou a ser o local de veraneio da camada da população de menor poder aquisitivo, sendo por um longo período considerado como balneário de Belém.

Porém, e mesmo com todas essas atividades se desenvolvendo a Vila enfrentava o problema de transporte de passageiros e, sobretudo, de cargas para a distribuição de sua produção, pois o ramal da Estrada de Ferro passava longe dos rios e igarapés, onde se

desenvolviam atividades importantes. O produto de maior circulação era a carne do matadouro do Maguari. Dessa forma, a maior parte dos demais produtos ainda era feita por via fluvial. As pessoas que moravam longe da estação do trem tinham que fazer longas caminhadas a pé, sem contar que esse transporte fazia apenas uma viagem de ida e outra de volta durante o dia.

Foto 08. Vista parcial da antiga estação do trem do Pinheiro Fonte www.icorarci.com.br. Acesso em 10 de setembro de 2005.

No início do século XX, a Vila começa a demonstrar sua vocação, no núcleo inicial, onde residiam as famílias mais tradicionais, de melhor poder aquisitivo, com suas atividades comerciais que passaram a abastecer de gêneros alimentícios e bens de consumo não duráveis, à população local e a da região do entorno. A sua posição geográfica privilegiada possibilitou manter relações com a região do Baixo Tocantins, do Salgado, do Marajó e das ilhas próximas, mantendo-se, ainda nos dias atuais e que contribuem para dinamizar o comércio local.

Ademais, foi nessa época que a vila começou a ter maior expressão; embora nas primeiras décadas do século XX, a Vila não ultrapassasse a sua configuração inicial, e existindo pequenos núcleos afastados, como o do Tenoné, das Águas Negras, da Agulha, da Brasília, da Vila dos Inocentes, do Tapanã, [59] de Maracuera e da Pratinha, com

[59] O Tapanã localizado entre o Distrito e a cidade de Belém nas margens da baía de Guajará, era uma espécie de colônia de Higienização de migrantes, principalmente nordestinos (arigó) destinados aos projetos de colonização planejado pelo governo do Estado do Pará.

características rurais, que com o passar dos anos passaram a se constituir enquanto bairros do Distrito. Em outras palavras, essas representavam as áreas de transição entre o núcleo urbano e a área rural da vila. Entretanto, à medida em que a vila desenvolvia, a expansão urbana dela decorrente promovia a gradativa incorporação dessas ao tecido urbano, modificando radicalmente o uso do solo e passando a ser ocupado principalmente pela população migrante.

Nas primeiras décadas do século XX, teve início o declínio da economia gomífera, em decorrência da baixa procura do produto regional. [60] Como a atividade estava baseada em um único produto, ou seja, na exploração do látex, não houve preocupação maior em desenvolver outras atividades que contribuíssem para o desenvolvimento econômico regional. Pois com o declínio do extrativismo da borracha, a economia passa por ajuste e redefinições, embora ainda predominando o extrativismo comandando a sustentação econômica, assim como a agricultura para a exportação baseada na juta e pimenta do reino; a criação extensiva de gado de corte, a pesca artesanal etc. como atividades complementares.

Todavia, com o capital mercantil, era quase impossível desenvolver o processo produtivo sob as bases industriais, pois este se reproduzia fora do sistema propriamente dito, grande parte do que era comercializado era oriundo de fora do Estado. A acumulação vai se reproduzir na esfera da circulação a partir de um tipo de produto que é produzido por outros agentes econômicos, alheios à região, que não tinham nenhum interesse em investir no aparelho local.

Como forma de atenuar a crise econômica, que se instalou na região, tem início o extrativismo e o beneficiamento de sementes oleaginosas, especialmente a Castanha-do-Pará, [61] que entra nas relações de troca, mas é produzida nos moldes da borracha,

---

[60] - O declínio da economia gomífera está associado a transferência de sementes nativas da Amazônia pela Inglaterra para suas colônias na Ásia (Ceilão e Malásia) principalmente, e cultivadas com técnicas agrícolas mais desenvolvidas, diferentes da utilizada no Brasil, onde a seringueira era nativa. Nessa relação a produção inglesa logo suplantou a brasileira e seu produto passou a ter maior aceitação, tanto pela qualidade quanto pelo seu valor de mercado, levando o declino da atividade na Amazônia.

[61] - DIAS, (1996, p. 43). Sob as atividades econômicas desenvolvidas na primeira metade do século XX, em especial a atividade extrativa da castanha, o capital na região vai se reproduzir na esfera da circulação de mercadorias, pelo fato de não haver grandes investimentos na produção, pois os castanhais sendo nativos o seu beneficiamento implicava baixa composição orgânica do capital, com grande número de trabalhadores, principalmente Mulheres, no processo de beneficiamento, e com baixos salário. Os trabalhadores recebiam

mantendo-se os barracões no local ou às proximidades da coleta e o beneficiamento nas cidades, principalmente Belém, por dispor de infra-estrutura de exportação. Essa atividade proporcionou o surgimento de usinas para o beneficiamento da castanha, associada às atividades voltadas ao beneficiamento de produtos: têxtil, alimento, perfume, sabão, tinta, tabaco, calçados etc., marcando uma primeira fase da indústria paraense e predominando a atividade comercial, como principal suporte econômico e responsável, naquele período, pelo desenvolvimento urbano da cidade de Belém. Dessa forma, usinas de beneficiamento da castanha, curtumes, serrarias, olarias, fábrica de sabão, farelo de sementes regionais, entre outras, passaram a se instalar no espaço da vila do Pinheiro, às proximidades do furo do Maguari e baía do guajará, dinamizando as atividades econômicas no espaço local.

Como conseqüência das atividades ali instaladas, a Vila do Pinheiro começa a ganhar foro próprio, uma Subprefeitura e a instalação de alguns serviços como: Posto Policial, Posto Fiscal da Fazenda Estadual, Agência de Correios e Telégrafos e uma Estação de Trem, passando a assumir papel de destaque como fornecedora de gêneros alimentícios (peixes, mariscos, produtos da agricultura de subsistência realizada na Ilha de Caratateua, produtos da cultura de fundos de quintal), [62] assim como a instalação do Matadouro, em 1913, que passou a abastecer Belém de carne bovina e suína. Em pouco tempo, proliferaram e prosperaram as olarias (telhas, tijolos, louças de cerâmica), espalhadas pelas várzeas dos rios e igarapés que cortavam e recortavam o núcleo e cujo desenvolvimento, possivelmente, esteja associado ao incentivo e desenvolvimento da construção civil no próprio núcleo, na cidade de Belém; assim como em outros locais no litoral paraense.

A instalação do matadouro do Maguari, naquele período, exerceu forte poder de atração populacional no sentido do interior do núcleo, em direção ao atual bairro da Campina de Icoaraci e da Agulha, principalmente por seus trabalhadores, assim como diversas atividades começaram se desenvolver (foto 09).

---

por produção, na maioria das vezes sem registro em Carteira de Trabalho e péssimas condições de trabalho no interior da fábrica.

[62] - Cultivo de frutas regionais como: cacau, pupunha, jambo, manga, goiaba, abacate, ingá, açaí, entre outros.

Foto 09 Vista parcial do antigo matadouro do Maguari. Atualmente delegacia de polícia. Foto de Mário Benjamin Dias e Maria de Jesus B. da Silva. 1993.

É possível identificar que nas primeiras décadas do século XX, na paisagem urbana da Vila do Pinheiro, todas as formas de relações giravam em torno do núcleo inicial, dos comércios, do poder religioso com sua igreja, das residências dos comerciantes, do posto fiscal, da subprefeitura, do mercado municipal, entre outras (fotos 10 e 11).

Foto 10. Vista parcial da rua Cristovão Colombo. Antigo mercado Municipal
Fonte: PENTEADO, Antonio Rocha. Belém – Estudo de Geografia Urbana
1968

Historicamente, a atividade comercial se concentrou em um único ponto, ou seja, nas proximidades da baía em função das relações que se estabeleciam na sua área de influência, enquanto as indústrias se dispersaram às margens da baía do Guajará e do Furo do Maguari. Naquele período, a localização industrial era um fator fundamental para o desenvolvimento da atividade produtiva. No caso em questão, a localização das indústrias, às proximidades dos cursos d'água, reforçava a importância da localização nesses pontos estratégicos. Em primeiro lugar, como fator a otimizar o recebimento da matéria-prima regional como o beneficiamento da Castanha-do-pará. Pois naquele período, a única forma de ligação entre as áreas produtoras e as usinas de beneficiamento eram os rios. Os castanhais localizavam-se na região do Baixo Tocantins, mais seu beneficiamento ocorria na cidade de Belém e Icoaraci, da mesma forma como o de beneficiamento de madeira, fábrica de sabão, tecelagem de malva e juta, óleos comestíveis, entre outros.

Foto 11. Vista do antigo palacete denominado de "Chalé Senador Antonio Porfhiro". Fonte www.icorarci.com.br. Acesso em 10 de setembro de 2005.

É em função das atividades comerciais e industriais que passaram a se desenvolver nas primeiras décadas do século XX, que deu início ao processo de expansão e crescimento demográfico, ocasionado pela entrada de contingentes populacionais que migraram das áreas adjacentes.

A importância dos rios para o transporte de matérias-primas, escoamento do produto para o abastecimento do mercado regional e deslocamento de passageiros é de fundamental

importância, assim como as estradas na atualidade. Até a década de 1950 não existiam rodovias federais interligando o território que possibilitassem maior circulação de mercadorias. A madeira *in natura* (toras) é uma matéria-prima de difícil transporte em função do volume que representa e de peso, Dessa forma, o transporte fluvial continua sendo até os nossos dias como um importante meio de circulação, ao possibilitar o transporte de grandes quantidades de toras que flutuam, por isso, são denominados de flotagem [63] e que possibilitam o transporte de grande quantidade da matéria-prima, configurando uma primeira etapa do processo produtivo. Assim como as demais matérias-primas naquele período. É nessa perspectiva que o espaço da vila do Pinheiro se produziu e reproduziu a partir das atividades comerciais e industriais no final do século XIX até a segunda metade do século XX. Portanto, as relações sociais estavam circunscritas às vias fluviais de circulação que comandavam a reprodução da vida na Amazônia.

Dias (1996), ao analisar a gênese do espaço urbano icoaraciense, realizou um levantamento e concluiu que até a década de 1950 a maioria das ruas era só um matagal. Da Quarta até a Sétima rua não era possível trafegar, pois as mesmas eram interrompidas em seus percursos de trechos por várzeas do igarapé tabocal. Do que se poderia chamar de rua, era só caminho coberto de mato, e o caule de árvore era que servia de passagem, principalmente da palmeira de açaí. A Estrada do Matadouro como era conhecida a atual Cristóvão Colombo, era uma das mais importante travessa, foi a primeira a ser pavimentada. Icoaraci compreendia o traçado que ia da 1ª até 7ª rua. [64] Os que moravam fora dessa configuração espacial delimitada pelas ruas traçadas já mencionadas não se consideravam moradores de Icoaraci, diziam "vou lá na frente e/ou vou lá no Pinheiro". [65] Porque o comércio se localizava na 1 ª Rua, de frente para a baía (as casas comerciais, o mercado, as lojas de confecções e armarinhos, panificadora, restaurante, posto de gasolina e o trapiche). Saindo da frente (área comercial), o que existiam eram pequenas tabernas que vendiam alguns gêneros de primeira necessidade varejo (retalho) creditado (fiado), anotado no caderno, era a forma de crédito existente naquela época. Mais tarde foi fundada a casa

---

[63] Flotagem consiste no transporte de toras de madeiras que flutuam presas por cabos de aço atrelados em uma embarcação motorizada denominado de puxador. Na Amazônia é popularmente denominado de jangada.

[64] As ruas do núcleo inicial possuem nomes de vultos da historio nacional/mundial, datas históricas ou de Santos, mas são codenominadas por números, corresponde de Primeira a sétima rua.

[65] Pinheiro porque nas margens da baía do Guajará, existia uma plantação desta espécie, como forma de ornamentação, paisagismo na época.

Pena (Cigana) [66] e a Casa Paz (no atual bairro da Campina), marcando a articulação entre o núcleo inicial e a área de expansão.

Desde sua fundação até a segunda metade do século XX, Icoaraci se desenvolve voltado para o rio em função da sua ocupação margeando a baía do Guajará e o furo do Maguari, passando a crescer paralelo a esses cursos d'água, e somente a partir da segunda metade do século XX é que se começa a observar um movimento de interiorização no sentido contrário do Furo e da baía, surgindo assim a expansão através da Travessa Cristóvão, Colombo principalmente no sentido Sul do núcleo, tornando-se eixo indutor da ocupação, como pode ser observado no mapa. (Fotos 12 e 13).

Foto 12. vista parcial da orla de Icoaraci e do mais antigo centro comercial, vista a partir da baía do Guajará. Foto Mário Benjamin Dias. 1995

Icoaraci era bastante carente em termos de infra-estrutura urbana e equipamento de consumo coletivo, apresentava uma base econômica restrita, não dispondo de um amplo mercado capaz de absorver a mão-de-obra local. O que existia eram Olarias (voltadas para a fabricação de telhas, tijolos e utensílios de cerâmicas), e que operavam com força de trabalho manual; serrarias e usinas de beneficiamento de sementes oleaginosas, utilizando como força motriz o vapor, a partir da queima da madeira em caldeiras, em função da

[66] Importante estabelecimento comercial localizada entre o Bairro do Cruzeiro e da Campina.

precariedade de energia elétrica na época. Todas localizadas às margens da baía do Guajará e do furo do Maguari. As ruas eram na realidade, só caminhos, o que dificultava a trafegabilidade, sendo que depois da sétima rua (Dois de Dezembro), eram apenas caminhos, existiam poucos moradores, naquele tempo não havia loteamentos além da sétima rua, era só marcar o tamanho da terra que se queria e pronto, podia se construir uma moradia.

A maioria da população que não foi absorvida nas atividades produtivas ligadas ao beneficiamento da matéria-prima regional dedicava-se ao extrativismo vegetal (coletas de frutas regionais no interior do núcleo e ilhas as proximidades), à agricultura de subsistência (cultivo de mandioca e outros gêneros, principalmente na ilha de Caratateua) e à pesca artesanal nos estuários dos rios.

A expansão urbana do núcleo deu-se de modo gradual a partir do esquadrinhamento das quadras que originou os bairros tradicionais de Icoaraci - Cruzeiro e da Ponta Grossa -, onde o processo de intervenção do homem sobre a natureza foi de imediato mais efetivo, marcando o início do processo de ocupação, apropriação e dominação do espaço. Nesse sentido, a cidade passa a ser produzida a partir das relações de produção que se desenvolveram naquele período, baseadas nas atividades extrativas que não produziam excedentes; e nos comércios, que passaram a abastecer a área do entorno. Ao mesmo tempo em que a expansão ocorria sobre a floresta nativa no sentido de seu interior, configurando naquele período a "área rural", espécie de sítios em que se cultivavam frutas regionais, cultivo de mandioca, pequenas hortas e a realização da pesca artesanal, a criação de pequenos animais a complementar a dieta alimentar. Enfim, a população vivia de uma economia de subsistência e vendia o excedente na Vila.

As comunidades estavam ligadas à vila por estradas de terra batida, verdadeiros caminhos no interior da floresta. A população que vivia nessas comunidades tinha intimas ligações com suas regiões de origens e procurava reproduzir seu modo de vida, principalmente, a população ribeirinha, no que era a cidade.

As relações econômicas e sociais, naquele período, estavam associadas no sentido de o homem dominar a natureza, ou seja, apropriar-se da cobertura florestal, transformar em recursos o seu potencial, seja na produção de madeiras para a construção de habitação e

de embarcações, cultivo da terra ou ainda lenha para a geração de energia nas caldeiras das usinas. A ocupação do território ocorre com a destruição da natureza, que, dessa forma, possibilita a expansão da ocupação. Nesse sentido, a cidade reflete diferentes momentos do processo de produção/reprodução e dominação do espaço, como resultantes do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais em um determinado momento histórico.

As relações econômicas e sociais, naquele período, estavam associadas no sentido de o homem dominar a natureza, ou seja, apropriar-se da cobertura florestal, transformar em recursos o seu potencial, seja na produção de madeiras para a construção de habitação e de embarcações, cultivo da terra ou ainda lenha para a geração de energia nas caldeiras das usinas. A ocupação do território ocorre com a destruição da natureza, que, dessa forma, possibilita a expansão da ocupação. Nesse sentido, a cidade reflete diferentes momentos do processo de produção/reprodução e dominação do espaço, como resultantes do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais em um determinado momento histórico.

Foto 13. Vista parcial do centro comercial de Icoaraci a partir da baía do Guajará. Foto de Mário Benjamin Dias. 1995

A cidade se expande dominando a floresta e incorporando ao espaço urbano as pequenas comunidades com feição “rurais”, como já mencionamos anteriormente. Nesse processo, ao se eliminar as áreas “rurais”, o urbano passou a ser a paisagem dominante. Essa é uma característica marcante no urbano, no local, enquanto cidade da Amazônia a de não possuir área rural, significando que o abastecimento é realizado a partir de outros centros produtores de gêneros horti-fruti-grangeiros.

Icoaraci desenvolveu-se, inicialmente, num tipo de organização econômica do território, assentada a um meio natural, no qual convivia uma dinâmica extrativa, característica marcante no passado colonial da Amazônia. Na medida em que o processo de crescimento ocorre, a dinâmica extrativa é associada a uma pequena produção camponesa de caráter familiar, a pesca artesanal realizada nos estuários do rio Pará e nas áreas do seu entorno, e uma atividade comercial, a dar suporte a essas atividades, até as primeiras décadas do século XX. Entretanto, no curso de seu desenvolvimento, ainda que de forma lenta, diante das condições econômicas vigentes, paulatinamente vai apagando um traço de sua história, marcada por uma ruralidade herdada do passado colonial.

Portanto, uma atividade que tinha por base de acumulação a atividade extrativa, não conseguia acumular excedentes capazes de sustentar por um longo período um processo contínuo de expansão do núcleo, o que em parte justifica o fraco desenvolvimento da cidade naquele período. A característica marcante vai ser uma convivência “rural-urbana”, sem uma clara definição dos limites entre ambos.

Assim, Icoaraci, passa a incorporar essas áreas ao espaço da cidade que cresce, que se expande, afastando-se da orla fluvial, onde se localiza o marco de sua fundação e núcleo tradicional, porém, mantendo íntimas relações econômicas com ele. As vias fluviais nesse tempo eram o elemento de integração e dispersão de pessoas, mercadorias, informações etc. Naquele período, as localidades afastadas poderiam ser consideradas como rural ou quase rural, contrapondo-se a cidade formal, surgida nas margens da baía do Guajará e furo do Maguari - o núcleo pioneiro -, onde se desenvolveram as principais atividades como o comércio, os serviços etc. De forma geral, embora Penteado, em 1968, tenha classificado-a

como subúrbio [67] imediato de Belém, assim como outras localidades, na realidade, Icoaraci tinha mais características ou feições rurais frente às fracas funções desenvolvidas enquanto núcleo urbano.

Na perspectiva de compreender que o espaço é socialmente produzido e a cidade possuidora de historicidade. Analisando nessa sentido, a urbanização é a forma como o espaço é produzido, reproduzido, apropriado e consumido pelo homem historicamente, podendo, ser investigada e analisada histórico, social e ambientalmente. Contudo, não se pode perder de vista que esse processo ocorre em relação homem-meio, ou seja, relação sociedade-natureza, como parte importante de um processo maior, que é o da reprodução da sociedade e do modo de produção dominante, que por sua natureza é contraditório e conflitante, tendo como resultado um ambiente modificado, como produto desses processos.

É importante destacar que desde a criação de Icoaraci, as suas relações vão estar relacionadas com o desenvolvimento de Belém. Se nas primeiras décadas elas se davam através da baía, é necessário analisar o que possibilitou a sua permanência enquanto Vila e depois enquanto Distrito.

O fraco crescimento demográfico, na época de sua criação, permitiu que a população ocupasse grandes extensões de terras em áreas mais afastadas do núcleo pioneiro, e realizasse nessas áreas atividades com características rurais, como a produção de farinha, o cultivo de verduras e leguminosas etc., que servia de base de sobrevivência dessa população. O excedente abastecia o comércio local.

---

[67] PENTEADO, (1968) Ao analisar a cidade de Belém, classificou o distrito de Icoaraci de subúrbio imediato de Belém, constituindo-se em um dormitório (local de morada de trabalhadores que desenvolvem suas atividades em outra cidade). Entretanto, CALDEIRA, (Ibdem. p. 114/5). Tece as seguintes considerações: "Aquilo que em ciências sociais costuma-se chamar de 'bairro dormitório. Ela parece ter sido cunhada para designar os locais de moradia dos trabalhadores (em oposição aos locais de trabalho) e para aludir ao fato de aqueles que aí vivem só têm como tempo que não é de trabalho (ou de locomoção) o suficiente para dormir. Ela não considera, contudo, aqueles moradores que não trabalham fora, ou seja, as mulheres, crianças e velhos que[...], são a maioria dos moradores e que quase não abandonam o bairro, garantindo-lhe uma vida própria durante os horários de trabalho. Por outro lado, tal expressão não considera também que apesar de as pessoas que trabalham fora passarem pouco tempo no bairro, este espaço tem para elas uma grande significação: é aí onde este assentada a sociabilidade, baseada nas redes de parentesco, vizinhança e coleguismo; é aí onde transcorre a 'vida'".

3. 2 ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ICOARACI E SUA INTEGRAÇÃO À METRÓPOLE PARAENSE

A metamorfose da cidade tem início no final da primeira metade do século XX (segunda fase), diante de inúmeras transformações que a ela começa a experimentar. O núcleo se desenvolve com maior expressividade, quando se incorpora à cidade de Belém, principalmente com a abertura da Rodovia Arthur Bernardes, na década de 1940, margeando a baía do Guajará. Em 1943, a Vila e suas terras integraram, como distrito, [68] o Município de Belém. Esse fato foi importante, e teve como ações decisiva a criação de serviços de infra-estrutura e de equipamentos urbanos nos bairros pioneiros, quando, de inicio, a terraplanagem das principais ruas, ampliação da rede escolar, entre outras atividades de serviços.

Todavia, até 1960, o Distrito sobrevivia com problemas de infra-estrutura e serviços urbanos, principalmente relacionados ao fornecimento de energia elétrica, o que, de certa maneira, impedia um maior desenvolvimento econômico e melhorias à população. O fornecimento era bastante precário; a energia era gerada por uma termoelétrica (Pará Elétric), que não tinha capacidade para geração de energia por um período diuturno, o que ocasionava em sua interrupção a qualquer momento, fato que desencorajava qualquer iniciativa no sentido de implantar empreendimentos que necessitasse da energia e fossem capazes de gerar um maior desenvolvimento econômico e social. As atividades industriais existentes eram movidas à energia a vapor, com baixo poder de transformação industrial (VTI) e baixo valor agregado.

Nessa mesma década, o distrito não passava de um afastado "dormitório"; [69] já nas décadas seguintes cresceu a taxas relativamente elevadas e hoje é parte integrante da Região Metropolitana de Belém (RMB). É um importante distrito da cidade e, no contexto metropolitano, está relacionado, entre outros, ao papel econômico que desempenha no primado da metrópole, constituindo-se em um importante arrecadador de impostos (ICMS, ISS, IPI etc.) ver quadro 1 possuindo significativo número de indústrias, um efetivo

---

[68] VALENTE, (Ibdem. p. 22) O Intendente Joaquim de Magalhães Barata através da Lei No 4.505, de 30 de Dezembro de 1945 decreta a elevação da vila do Pinheiro à categoria de Distrito de Belém, mudou a denominação de vila do Pinheiro para Vila de Icoaraci.

[69] Denominação atribuída por Antonio Rocha Penteado em sua obra "Belém estudo de Geografia urbana".

populacional de 133.150 habitantes, correspondendo a 10,39% da população do Município, com intensa migração pendular. Como cidade capitalista, não está isenta das características e contradições que o modo de produção dominante ocasiona, que está expresso na cidade e em seu espaço urbano.

QUADRO 1
ARRECADAÇÃO POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO		ARRECADAÇÃO R$
1º	BELÉM	463.493.596,88
2 o	ANANINDEUA	48.912.527,25
3 o	ICOARACI	38.592.886,25
4 o	BARCARENA	35.625.721,34
5 o	TUCURUI	24.310.546,62

FONTE: SEFA/PA: In Jornal O Liberal, 17/06/2001.

Foi com o fornecimento de energia elétrica gerada a partir de Belém, ininterruptamente, que a instalação de infra-estrutura e de equipamentos urbanos de consumo coletivo atraíram as atividades industriais, comerciais e de serviços no espaço urbano local, passando a dinamizar as relações sócio-espaciais. Esse crescimento, a nossa ver, estava vinculado à abertura e pavimentação da rodovia Augusto Montenegro, que liga Icoaraci a Belém, ao Sul do núcleo, oportunizando-lhe um maior fluxo de pessoas, principalmente as oriundas do campo. Essa via foi projetada como forma de viabilizar o fluxo de mercadorias e de pessoas tanto para Belém como para Icoaraci, o que de fato ocorreu e, em seguida, serviu como via de escoamento da produção do futuro Distrito Industrial ali criado. Essas transformações desencadearam a pavimentação e abertura de novas ruas, com a instalação de serviços especializados como casas bancárias, clínicas e ambulatórios, centros comerciais e etc., possibilitando um novo momento em seu crescimento.

Esses fatos não ocorreram de forma isolada, mas inseridos num contexto mais amplo que é o da região Amazônica, quando políticas públicas foram implementadas pelos governos militares pós 64, que ao assumirem o Estado, viabilizaram a inserção do grande capital na Amazônia. Essas medidas proporcionaram aos grupos nacionais e estrangeiros se instalarem na região. Destes, alguns se localizaram preferencialmente no distrito de Icoaraci, fundamentalmente nos setores voltados às atividades industriais relacionadas ao beneficiamento das matérias-primas regionais, em função de alguns fatores: - sua posição geográfica excelente tanto em relação à Belém, quanto por sua localização de frente para a

baía do Guajará e às margens do furo do Maguari, possibilitando tanto maior circulação de matérias-primas regionais, como o escoamento da produção; [70] além disso, por dispor da infra-estrutura urbana de Belém, como o Porto, Aeroporto, Bancos, Escritórios, entre outros serviços; e apresentar uma concentração populacional relativamente disponível a ser inserida no mercado de trabalho. Como afirma Abelém:

> O Estado além de seu papel de gestor, assumiu vários investimentos produtivos e infra-estruturais na região, sendo ainda o avalista e repassador dos recursos provenientes do exterior. Destacam-se os grandes investimentos nos setores rodoviários, ferroviários, hidrelétricos e de telecomunicações, sem os quais se inviabilizariam os projetos a serem implementados. (ABELÉM, 1992, P. 2).

Porém, Corrêa, ao analisar esse período, afirma que:

> (...) se inicia por volta de 1960 implicou um poderoso processo de mudança da rede urbana da Amazônia, alterando a sua natureza e significado, e redefinindo o papel da região na divisão internacional do trabalho, através de sua incorporação ao processo geral de expansão capitalista no país.
> O montante de capital investido – rodovias, aeroportos, usinas hidrelétricas, fábricas etc. -, o volume de força de trabalho que para lá se desloca e a apropriação de terras pelas grandes empresas transformaram a Amazônia na "fronteira do capital". E isso acompanhado pela maciça atuação do Estado capitalista através de planos e instituições que, de modo complementar, viabilizaram a integração capitalista no país. (CORRÊA, 1989, P. 48).

A Amazônia torna-se a fronteira em expansão em múltiplas dimensões: de acumulação de capital, agrícola, demográfica, tecnológica, urbana, entre outras, e o discurso oficial é o de ocupar a fronteira pelo viés da integração física do território a partir da implantação da malha técnica que interligou a Amazônia ao restante do território nacional, possibilitando maior fluidez de pessoas, mercadorias e capital.[71] Os problemas ambientais decorrentes desse processo se tornaram mais evidentes. Para Santos, esse período significa:

> A participação à modernização contemporânea exige dos países periféricos um esforço de equipamentos mais extensos e intensos do que às modernizações precedentes. Esse esforço reclama uma enorme massa de recursos utilizados na construção das infra-estruturas econômicas, de tal maneira que o processo de incorporação do país à globalização dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes. Como somente

---

[70] Essas vêm se processando de duas formas, tanto fluvial, como rodoviária.

[71] Em busca de modernizar o país, os militares ao assumirem o governo, envidam esforços, visando criar mecanismos estratégicos a fim de atingir os objetivos, os quais eram necessários criar condições e dotar o mesmo de condições infraestruturais: física, econômica, técnica, científica etc., preparando o país para integrar-se cada vez mais a economia mundo. Em contrapartida, aos esforços encetados pelo Estado na busca de tal modernização, têm-se como conseqüências, entre outras, um intenso processo de migração campo-cidade no contexto do território nacional em geral, chegando ao final do século XX com um percentual de mais de 80% da população total vivendo em assentamentos urbanos, acentuando o processo de urbanização do país.

> poucas firmas podem realmente utilizar em escala nacional as infra-estruturas instaladas, a modernização conseqüente é seletiva, deixando fora dos benefícios uma parcela importante da atividade urbana e da população.(SANTOS, 1994,p. 47).

A fronteira em expansão passou por um intenso processo de urbanização, uma vez que ela era a base "estratégica de ocupação utilizada pelo Estado". [72] Como forma de ocupação, o governo passa, a partir de 1970, a orientar e induzir o processo de migração, especialmente feito por colonos agrícolas de fora da região que vieram iludidos pela miragem do acesso à propriedade da terra e de enriquecimento rápido. Dessa forma, o Estado, ao induzir a migração, promoveu o adensamento nas cidades antigas, assim como o surgimento de novos núcleos, que passaram a dar suporte às atividades desenvolvidas na região. Para Becker:

> A urbanização não é simplesmente o aumento do número e tamanho das cidades. ela se manifesta em duas dimensões: (a) a do espaço social, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produtos excedentes e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna; (b) a do espaço territorial, correspondendo ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente, no planejamento estatal e na articulação deste com a sociedade local.
> É face a esse duplo papel que o projeto de ocupação da fronteira teve a urbanização como estratégia, intimamente associada a mobilidade do trabalho.[73]

As condições naturais de Icoaraci, associadas a sua localização geográfica ocasionaram-lhe, no processo de seu crescimento, diferentes usos e apropriações, cada vez de forma privada da beleza, dos recursos naturais, do ar puro, da paisagem deslumbrante das ilhas do seu entorno, da orla, do casario do período da borracha, como lugares de maior valorização, tornando-se "raro" e adquirindo novos significados.

Portanto, adquiriu novos significados – espaços de lazer, de turismo – ou de consumo do espaço, pois a maioria dos antigos casarões, ao longo da orla, foram transformados em restaurantes e bares, caracterizando as antigas formas como novos usos. Desse modo, o natural, o bucólico, o aprazível entra nas relações de trocas, na relação do valor, de valor de troca, pois se tornou local de encontro. O natural foi capturado e se tornou um produto a ser consumido pelos freqüentadores dos restaurantes e bares da orla. Uma natureza que não tem mais nada de natural, pois ao ser inserida na relação de valor, perdeu o encanto, tornando-se proibitiva à maioria da população local, tornando-se um

---

[72] BECKER, Berta. K. (1990. p. 66).
[73] BECKER, (Ibdem. p. 52).

local de passagem. Nas últimas décadas, tem sido alvo do poder local, que tem intervindo na orla da baía do Guajará e do Furo do Maguari, visando sua requalifição a serviço do turismo.

Com o crescimento, o distrito passou a exercer a função de "pólo" comercial, articulador e distribuidor de gêneros alimentícios e de produtos não duráveis (foto 14), assim como de receptor da produção extrativa, pesca artesanal e industrial; vegetal (sementes oleaginosas, fibras, e madeiras); sendo as responsáveis pelo processo de produção e de reprodução do espaço urbano local, que pode ser traduzido pelo fortalecimento de uma elite local, assim como a forte presença de migrantes sírios, libaneses, portugueses, que investiram na atividade comercial no local, presente até os dias atuais, principalmente a partir da década de setenta, quando se tornou um lócus privilegiado das atividades industriais no contexto belenense com investimentos de capital extra regional. Dessa forma, o lugar não perdeu os ares de cidade do interior, com vida pacata, num bucolismo, onde as relações de vizinhanças ainda estão presentes. Em contrapartida, houve maior intervenção do homem sobre a natureza, ou seja, maior apropriação, transformação e dominação, tendo em vista que o mesmo não deixou de se expandir.

A instalação de indústrias no distrito de Icoaraci está relacionada às políticas implementadas a partir dos Planos de Desenvolvimentos criados para a Amazônia (PDAs), [74] quando políticas de incentivos e isenções fiscais [75] começam a promover a instalação das mesmas [76] em extrativa e de beneficiamento dos recursos naturais no espaço urbano metropolitano paraense, de forma isolada.

---

[74] A Região amazônica em face de sua situação geopolítica e de interesses do capital nacional e internacional diante de seus recursos, passa a ter atenção especial do governo federal, quando o Estado planejador se fez presente através dos PDAs, que passaram a gerenciar o desenvolvimento regional, objetivando forjar um desenvolvi, mento a qualquer preço e a integração a partir de diretrizes orientadoras que refletiam mais a conjuntura econômica mundial diante das sucessivas crises econômicas provocadas pelos choques do petróleo nas décadas de 70 e 80 principalmente, e as falhas no modelo de desenvolvimento e crescimento econômico adotado naquele período.

[75] Como forma de implementar suas ações de cunho econômico e político o governo federal a partir de 1964 transforma o BCB (Banco de Crédito da Borracha) em BASA (Banco da Amazônia Sociedade Anônima), que passou a financiar economicamente os projetos a serem implantados e a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que tinham por atribuição aprovar os projetos a serem implantados na Amazônia Legal.

[76] As novas atividades implementadas estavam relacionadas às indústrias alimentícias; pesqueira, palmito, beneficiamento de Castanha-do-pará; beneficiamento de madeiras – aparelhadas, laminados, compensados, lambril; amianto, fibras; fósforo; óleos vegetais; vidro; laticínios; entre outros.

Santos (1993), referindo-se ao período, destaca que a sociedade começa a experimentar a expansão e diversificação do consumo, o aumento nos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, em função da malha técnica projetada sobre o território, consolidando o Projeto de Integração Nacional, tendo entre outras conseqüências, a redefinição da divisão social e territorial do trabalho a nível nacional, além de ocasionar a concentração de efetivos populacionais nos centros regionais.

Foto 14. Vista parcial do trapiche municipal do distrito de Icoaraci. Foto de Mario Benjamin Dias. 2005

É indiscutível que os incentivos fiscais e creditícios funcionaram como elemento chave de atração de empresários de fora da região que passaram a desenvolver atividades produtivas no contexto regional.

Entretanto, nos anos 70, começa a ter indícios o processo de urbanização no país, como conseqüência do processo de modernização implementado em nível do território nacional. As cidades passam a sofrer o chamado inchaço populacional, principalmente com o êxodo rural a partir da modernização agrícola ocorrida no país.

Portanto, essa é também uma cidade marcada pelo crescente e desordenado processo de urbanização como a que ocorreu no Brasil, nas últimas décadas. Enquanto distrito administrativo, concentra diferentes atividades: industrial (madeira, alimentícias, metalúrgicas, etc.), comercial, residencial e de serviços. Essas atividades surgiram em

função das atividades industriais ali existentes, o que fez com que houvesse um processo de migração de força de trabalho, que as pessoas passaram a buscar no distrito, alternativas de trabalho e de reprodução de sua existência, passando a fazer pressão pelo solo urbano, que passou logo a se tornar uma mercadoria restritiva, ou melhor, acessível somente àqueles que dispunham das condições objetivas a sua aquisição. Fato esse o que levou parte desses migrantes à ocupação e apropriação de terras das mais diferentes formas, proporcionando problemas dos mais variados tipos pela forma como o distrito foi sendo ocupado ao longo do processo, confundindo-se com a lógica imprimida na produção do espaço da cidade de Belém e provocando os problemas no ambiente que ocorrem no momento atual.

Fatores como a proximidade de Belém e a existência de terrenos disponíveis próximos da cidade foram decisivos para que ocorresse a instalação de unidades produtivas para o processamento de matérias-primas regional no distrito de Icoaraci; assim como os incentivos estatais aos empreendimentos industriais no espaço metropolitano, capazes de alavancar o desenvolvimento da cidade de Belém.

É nesse período que começa a se efetivar a ocupação das áreas ainda livres e firmes do que são hoje, os bairros do Cruzeiro e da Ponta Grossa e uma tendência de ocupação do atual bairro da Campina de Icoaraci, tendo em vista que o seu crescimento começa a distanciar-se da orla fluvial, interiorizando-se cada vez mais.

Com a ocupação das áreas periféricas, correspondendo à área de expansão da cidade e do distrito de Icoaraci, este passou a apresentar os mesmos problemas de ordem ambientais e sociais, com maiores conseqüências, tendo em vista a ausência de normas ou lei do uso do solo urbano que disciplinasse a ocupação naquele período. Logo, as transformações que ocorrem na cidade e no espaço urbano, no momento atual, refletem o nível de desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento social.

Todavia, as mudanças espaciais estavam acontecendo relacionadas a fatores de diferentes ordens: o local sempre serviu de ponto de concentração de pessoas das regiões das ilhas e de ribeirinhos que para ali se deslocam com o objetivo de comercializarem sua produção e para terem acesso a serviços e equipamentos urbanos capazes de atender essa população carente de toda sorte de serviços, que procuram no distrito satisfazer as necessidades básicas.

Em função de suas condições geográficas, possibilitou às pessoas que não dispunham de condições econômicas para aquisição da moradia na cidade, passarem a ocupar a orla da baía do Guajará, principalmente trechos do bairro da Ponta Grossa, às margens dos igarapés que cortam o Distrito em vários sentidos, assim como as ocupações clandestinas através do movimento dos Sem Teto, ocasionando uma paisagem urbana diferenciada no núcleo, e, finalmente, por apresentar uma concentração de indústrias que atrai, a cada dia, um número considerável de trabalhadores originários, principalmente das áreas rurais, de pequenas cidades do Estado e de outras regiões em busca de melhores condições de vida.

Nesse sentido, o espaço urbano vem se constituindo como alternativa à moradia de uma população migrante que na maioria foi expulsa da terra, a partir dos empreendimentos agropecuários instalados na região e, principalmente, do interior do Estado; às famílias dos ilhéus e/ou ribeirinhos, como possibilidade de acesso à escola, trabalho etc., porém, mantendo as residências no local de origem, como forma de manter a pequena propriedade agrícola, e poderem continuar a desenvolver suas atividades econômicas fundamentais, estabelecendo, em certo sentido, a antiga separação campo-cidade.

As ações estatais refletiram na forma de ocupação do espaço regional em geral, e nas cidades em particular, por falta de políticas setoriais que possibilitassem atender a demanda da população migrante, que passou a se deslocar em várias direções, do campo para cidade em busca de melhores condições de reprodução da vida. Essas populações, ao chegarem às cidades, não encontraram perspectivas que fossem capazes de atender suas necessidades básicas como: emprego, habitação, entre outros. Dessa forma, foram submetidas a viverem em áreas insalubres, sem infra-estrutura, serviços e equipamentos de consumo coletivo que pudessem lhes garantir as mínimas condições de vida digna e, ao mesmo tempo, contribuindo de acordo com o modo de vida para poluir rios, igarapés, mananciais, enfim, ampliando as áreas de risco. Essa situação não é particular às cidades amazônicas, generalizam-se às outras cidades brasileiras, tendo em vista que a omissão do poder público e a desigualdade gerada pelo modelo de desenvolvimento adotado têm acentuado a agressão ao meio ambiente e à qualidade de vida de parcela significativa da população nessas cidades.

Esse processo se tornou generalizado nas cidades, no qual o processo de urbanização é extremamente excludente, pois a segregação sócio-espacial-ambiental exclui da cidade formal os segmentos de menor ou nenhum poder aquisitivo, para espaços que não são de interesse do capital naquele momento.

Desse modo, verificamos que as contradições manifestadas sobretudo nas formas de ocupação do espaço urbano, como materialização do processo de metropolização ocorrido nas últimas décadas do século XX na cidade de Belém, são marcantes no núcleo urbano de Icoaraci, por concentrar estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços importantes para economia urbana da metrópole.

O distrito vem crescendo em direção a Belém com a criação de novos bairros com sérios problemas de ordem social, infra-estrutural e ambiental; o mesmo acontece com os serviços públicos e equipamentos de consumo coletivo, que não acompanham o crescimento, submetendo grande parte de sua população a condições precárias de sobrevivência, comprometendo a qualidade de vida de uma parcela de seus habitantes, como deu destaque o (JORNAL DE ICOARACI, 1992, p.1). "A metamorfose para cidade dormitório impôs-se como ônus pela proximidade de Belém, forjando uma consciência generalizada de que a vila não passa de um bairro, e, como tal, não merece tratamento diferenciado das autoridades constituídas."

A falta de infra-estrutura se manifesta pelo não investimento em políticas sociais capazes de garantir melhor atendimento, como da saúde, educação, saneamento, transporte, entre outras, sendo que a maioria de sua população, ao necessitar de melhores serviços, tem que se deslocar até Belém. Ademais, apesar das indústrias empregarem grande número de operários, elas não são suficientes para absorver a grande massa de trabalhadores locais que se vêem obrigados a procurar em Belém, mercados que sejam capazes de absorvê-los e vice-versa, por isso, contribuem para sobrecarregar o sistema de transporte coletivo bastante precário e deficitário.

Icoaraci, por concentrar diferentes atividades, torna-se um importante pólo de atração populacional. De acordo com Moraes:

> Existem vários fluxos exercitando-se conjuntamente no território nacional: há os que fazem o sentido campo-cidade, outros interurbanos (indo das cidades pequenas para as grandes), e os que demandam às capitais estaduais e, finalmente, os que se orientam para as metrópoles. Em todas as escalas, tais

> populações chegantes não são assimiladas pela economia formal local, constituindo-se segmento marginal que exerce forte pressão ao aumentarem a demanda de serviços urbanos, num quadro marcado por carências estruturais históricas neste setor.
> Os níveis que as carências urbanas não cobertas vão atingir no Brasil, põem o país num patamar bastante baixo de desempenho, por exemplo, no setor de saneamento básico. Tais níveis são atingindo exatamente no cruzamento de uma herança colonial-escravista de grande dívida social, com a forma socialmente perversa da modernização operada no pós-guerra,marcada pela seletividade e excludência social. Tais populações sobrantes vão alojar-se no espaço urbano litorâneo exatamente nas áreas deixadas sem uso pelas outras atividades, geralmente áreas de vulnerabilidade e/ou de proteção ambiental. (...) A forma espontânea e precária de assentamento de tais populações vai resultar em efeitos impactantes significativos no que tange à contaminação do meio ambiente, o que redunda em alta instabilidade no que toca à qualidade de vida local.(MORAES, Ibdem, p. 39-40).

Icoaraci vem experimentando fluxos variados de população que tem migrado em busca de melhores oportunidades de emprego. Porém, em conseqüência de não ter autonomia política e econômica, que esteve abandonado, relegado a segundo plano diante dos interesses políticos e econômicos dos poderes constituídos de Belém, não teve condições para criar infra-estrutura e serviços urbanos capazes de garantir melhores condições de vida a esses migrantes. É importante destacar que um distrito Administrativo do porte de Icoaraci, por não possuir autonomia, sobrevive dependendo política e economicamente da cidade de Belém, que é quem arrecada os tributos gerados pelas atividades no âmbito do município, e decidindo a forma de redistribuição destes na forma de investimentos.

O distrito de Icoaraci vivenciou, após a década 1970, um amplo processo de instalação de indústrias ao longo da Rodovia Arthur Bernardes e no interior do núcleo, à margem esquerda do furo do Maguari, expandindo-se pela Rodovia Augusto Montenegro. Na década de 1980, ocorreu oficialmente a instalação do Distrito Industrial de Icoaraci (D.I.I) (fotos 15 e 16). Esses fatos não ocorreram de forma isolada, mas inseridos num processo mais amplo que é o da Região Amazônica, quando os governos pós 64, assumiram o poder. Tais medidas proporcionaram a instalação de grupos nacionais e internacionais na região. Destes, alguns se localizaram em Icoaraci, fundamentalmente nos setores voltados às atividades industriais e ao beneficiamento de matérias-primas regionais em função da sua localização ser privilegiada às margens da baía de Guajará e furo do Maguari, o que possibilitou um maior intercâmbio na circulação de mercadorias, pessoas e de capital, com a população da Ilha de Marajó, Nordeste paraense, baixo Tocantins, ribeirinhos e/ou ilhéus que vivem nas ilhas da RMB, bem como infra-estrutura (porto,

aeroporto, bancos, escritórios, entre outros), além da concentração de mão-de-obra disponível a serem inseridas no mercado de trabalho.

Constatamos que vários fatores contribuíram para o processo de industrialização no sentido de proporcionar a expansão urbana de Icoaraci tanto no Sul, quanto a Oeste, como alternativas à sua expansão em função das condições naturais de sítio, uma vez que para Norte e Leste existe o impedimento físico à expansão, representado pela baía do Guajará e do furo do Maguari, abrindo, dessa forma, novas perspectivas para o núcleo, as quais podem ser apontadas como: a localização geográfica privilegiada às margens da baía do Guajará e do furo do Maguari, abertura do ramal da Estrada do Pinheiro (da Estrada de Ferro de Belém-Bragança) no início do século XX, da Rodovia Arthur Bernardes no sentido Oeste ligando a cidade de Belém nos anos 40. Posteriormente, a Rodovia Augusto Montenegro fez a ligação com Belém e a Rodovia Belém–Brasília, no sentido Sul-Oeste, como pode se

Foto 15. Vista parcial da Rodovia Arthur Bernardes e a localização de indústrias.
Foto de Mário Benjamin Dias. 2004.

Dessa forma, ocorreu o adensamento do núcleo pioneiro com a ocupação dos miolos das quadras dando origem a vilas e passagens até então desocupadas, e à expansão, anexando os núcleos populacionais com fisionomia "rural" ao espaço da cidade. Essas condições fizeram com que ocorresse o distanciamento de uma parcela da população do núcleo pioneiro, que passou a localizar-se cada vez mais longe da orla fluvial. Esse processo se intensificou na medida em que o núcleo começou a melhorar a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivos urbanos. Nesse sentido, verificamos que as

melhorias não atingiram as áreas baixas existentes no núcleo pioneiro e a periferia distante. Então, a preferência pelos terrenos de cotas mais altas predominou na forma de ocupação e, na medida em que um obstáculo natural surgia (rios, igarapés, áreas baixas, entre outras), a alternativa era de contorná-los, o que só foi resolvido, quando os mesmos foram retificados. Isso fez surgir uma malha urbana que apresentava um perfil irregular, com grandes áreas desocupadas, correspondendo aos terrenos de cotas baixas (áreas alagadas ou alagáveis).

Foto 16. Vista parcial da Rodovia Arthur Bernardes que liga o distrito à cidade de Belém as margens da baía do Guajará e por onde teve o processo de industrialização. Foto de Mário Benjamin Dias. 2005

O crescimento urbano se dá no sentido da periferia da cidade através, principalmente, da ação dos agentes imobiliários, em especial, nas áreas que apresentam aspectos de beleza natural, de fácil ocupação e acessibilidade, e que esteja próximo do centro comercial, para um segmento de maior poder aquisitivo, assim como as áreas que apresentam carências de infra-estrutura e equipamentos de consumo coletivo e adversidades naturais, para os segmentos de menor poder aquisitivo, cada vez mais longe do centro de atividades (fotos 17, 18, 19, 29, 21, 22, 23 e 24) da periferia de Icoaraci. Para a realização do capital, não há barreiras ou impedimentos a sua realização, desde que esteja garantida a sua reprodução. Pois nesse processo, o capital se apropria, modifica ambientes adversos, uma vez que tem a seu dispor a tecnologia a auxiliar suas empreitadas.

A expansão da cidade possibilitou a formação de uma periferia heterogênea formada, principalmente no sentido Oeste em direção a Belém, ligada pela Rodovia Augusto Montenegro, (com o surgimento de habitações que abriga população de baixa

renda incluindo ocupações urbanas que proliferaram nos anos 80 e 90), conjuntos habitacionais populares, condomínios fechados; aliados aos equipamentos da gestão do governo estadual, que a partir dos anos 80, transferiu parte dos órgãos da administração para este setor da cidade de Belém. Essa lógica seguiu certa tendência da segunda metade do século XX, com a saída do aparato administrativo do Estado do centro da cidade de Belém. Dessa forma, o eixo da Rodovia Augusto Montenegro passa a ser alvo do capital imobiliário ao fragmentar a propriedade privada da terra em loteamentos dos mais populares aos de mais altos padrão. É uma área da metrópole com grande adensamento populacional. Aliados a esses fatores, existem ainda a presença de atividades industriais e comerciais que reforçam essa atração da população no entorno. O ambiente da cidade de Belém é uma dos que tem passado por grande processo de transformação, pois o que era área rural, é incorporada no contexto urbano metropolitano com usos diversos.

A expansão da mancha urbana de Icoaraci, no sentido de Belém, consolidou a periferia da cidade que vem sendo transformada pelo mercado imobiliário em espaços destinados, especialmente à habitação.[77] Paralelos ao uso residencial, encontram-se inúmeras instalações industriais, comerciais, sedes campestres, casas noturnas, ao longo do eixo da rodovia, o que tem servido como elemento de atração de investimentos no setor imobiliário, aliado à própria expansão da cidade de Belém e, conseqüentemente, o esgotamento da terra urbana, do mesmo modo em Icoaraci.

O processo de expansão do núcleo urbano, ao incorporar o que era a sua área "rural", transforma Icoaraci em um núcleo com características mais homogêneas, com dois subcentros importantes: o primeiro correspondendo à área mais antiga, localizado no bairro do Cruzeiro, com funções e serviços urbanos bem definidos, e o segundo no bairro da Capina de Icoaraci (Fotos 25 e 26), [78] com serviços voltados à população de menor poder aquisitivo. Esses dois subcentros estão ligados por um eixo viário: rodovia Arthur Bernardes-Manoel Barata-travessa Cristóvão Colombo-Augusto Montenegro, na qual se encontram umas série de serviço, atividades comerciais e residenciais. Esse corredor é uma

---

[77] Atualmente, não existe política pública para a habitação popular que procure solucionar e/ou amenizar o déficit habitacional, principalmente, voltado para a população de baixa renda no Estado.

[78] As terras correspondentes ao Bairro da Campina de Icoaraci pertenciam ao Matadouro; área coberta por campos naturais, destinados ao descanso dos animais que provinham do Baixo Amazonas e ilha do Marajó, e também onde estavam localizados os campos de futebol de alguns clubes, e residências de trabalhadores do matadouro e de uma pequena parcela da população de menor poder aquisitivo.

das mais importantes vias de circulação, articulando diferentes bairros do Distrito. É uma forma de espinha dorsal da cidade, ligando as duas saídas da cidade, tanto no sentido Sul/Oeste, quanto à Oeste, como está demonstrado no mapa nº 3 das principais vias de acesso.

Foto 17. Vista parcial do bairro do Paracuri. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. Foto de Mário Benjamin Dias. 2005

Foto 18. Vista parcial do bairro. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. Foto de Mário Benjamin Dias. 2005

Foto 19. Vista parcial do Bairro da Ponta Grossa. Área com carência de infra-estrutura básica. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 20. Bairro do Cruzeiro. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. Foto de Mário Benjamin Dias. 2005

Foto 21. Vista parcial do bairro da Agulha . Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006.

Foto 22. Vista parcial do bairro da Maracacuera. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 23. Vista parcial do bairro do tenoné. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 24. Vista parcial do bairro das Águas negras. Área com carência de infra-estrutura e saneamento básico. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 25. Vista parcial do centro comercial tradicional de Icoaraci.
Foto de Mário Benjamin Dias e Maria de Jesus B. da Silva. 2004.

Icoaraci é uma área da metrópole densamente ocupada, com sérios problemas no que se refere ao ambiente urbano em função do intenso processo de industrialização, do crescimento demográfico, das atividades de serviços, entre outros, que fez aumentar o fluxo de transporte nas rodovias que ligam o distrito à cidade, por meio de veículos individuais, de passageiros e de cargas. Esse movimento tem provocado além de acidentes, poluição sonora, visual e química, a partir da liberação de dióxido de carbono que, associado à poluição produzida pela atividade industrial, comercial, entre outras, compromete a qualidade de vida da população residente, além do estresse. Em contrapartida, acarretam problemas no espaço urbano que vão desde a precariedade em infra-estrutura, serviços e meios de consumo coletivo à maioria da população, a falta de políticas públicas setoriais voltadas a amenizar carências ali presenciadas, marcando a cidade com problemas de ordem ambiental. Oliveira e Hermann afirmam que:

> Sendo a preocupação ambiental uma percepção exclusiva da humanidade e vivendo grande parte da humanidade nas cidades, antes de buscar conhecer a Natureza, para preservá-la, o fundamental para as nossas necessidades é o conhecimento que nos permite usar e modificar nosso ambiente sem precisar destruí-lo, pois as cidades são os espaços nos quais a Natureza se transforma em Habitat humano (OLIVEIRA & HERMANN, Ibdem, p. 149).

Os referidos autores complementam ainda que: "Com efeito, a questão fundamental para todos os habitantes da cidade é saber se seu habitat tem sido projetado de forma a atender suas expectativas e necessidades. Esta é a questão que devemos colocar de início,

pois as cidades são o espaço histórico das relações políticas." (OLIVEIRA & HERMANN, Ibdem, p. 151)

Foto 26. Vista parcial do centro comercial do bairro Campina de Icoaraci. Foto de Mário Benjamin Dias e Maria de Jesus B. da Silva. 2004.

Com o crescimento demográfico ocorrido a partir dos anos 70, formado principalmente por migrantes, fez com que a população não se limitasse mais a ocupar apenas as áreas de cotas mais altas, tendo-se então verificadas outras formas de ocupação; a utilização dos fundos de quintais para a formação de vilas com um ou dois cômodos, aumentando a densidade populacional das terras altas e fazendo diminuir as áreas verdes do núcleo.

Na medida em ocorria o crescimento populacional do núcleo, houve a necessidade de ampliação da malha urbana e a ocupação das terras altas e baixas do núcleo pioneiro que corresponde aos bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa. Tal crescimento deu-se no sentido beira-centro [79] com as ocupações regulares ou clandestinas ultrapassando o bairro da

[79] GONÇALVES, Carlos Walter Porto. (2001, p. 94). "É possível identificarmos um modelo de ocupação tradicional na Amazônia plasmado por um intercâmbio orgânico com os ecossistemas: o rio, vertedouro natural de toda a água que circula através a floresta, solo e atmosfera, que serviu para diferentes atividades que se desenvolveram explorando a floresta, os campos e várzeas.
Foi pelos rios que se garantiu a conquista da região. O controle geopolítico da foz da bacia, por meio da cidade de Belém, foi decisivo para o domínio da maior parte da região por Portugal. Na dificuldade de ocupação efetiva das terras pela escassez demográfica do próprio colonizador o controle das águas foi decisivo."Esse padrão de ocupação foi denominado de ribeirinho, ocorrido desde início da ocupação do espaço regional. Entretanto, um novo padrão emerge após a segunda metade do século XX, principalmente, a

Campina de Icoaraci. O crescimento demográfico e conseqüentemente o fluxo de pessoas, mercadorias, capital, entre outros, modificou sobremaneira as características do espaço urbano local. Esse processo foi marcante porque representa a continentalização, ou seja, o domínio do homem sobre a natureza representado pela floresta naquele momento.

É no processo de produção e reprodução do espaço urbano na Amazônia, especificamente em Icoaraci, que possui características próprias, associadas à forma de ocupação surgida ao longo dessas últimas décadas que foi possível analisar as transformações no ambiente urbano, como resultantes de múltiplas mudanças e, em particular a pressão demográfica pelo uso do espaço urbano que vem se manifestando no distrito.

Portanto, na medida em que o núcleo se expande, vai-se estruturando a morfologia da cidade e tornando o núcleo pioneiro o mais importante em relação à infra-estrutura e aos equipamentos de consumo coletivo, no qual se localizam parcelas significativas da população de maior poder aquisitivo, correspondendo, em larga medida, parte dos bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa. Historicamente, o traçado da maioria das ruas localizadas nas áreas de várzeas eram interrompidas pelos rios e igarapés que cortam o traçado em vários sentidos. O bairro do Cruzeiro, a partir da rua 15 de Agosto, correspondia a várzea do igarapé Tabocal. As ruas Coronel Juvêncio Sarmento, Santa Isabel, Dois de Dezembro e parte da Travessa do Cruzeiro e Pimenta Bueno são cortadas pelo igarapé no bairro do Cruzeiro, o que impedia o acesso físico direto. Essa situação só foi solucionada na segunda metade do século XX, quando foram construídas pontes e aterraram grande parte da várzea, do mesmo modo que em alguns trechos do igarapé foi feita a tubulação para melhor circulação e ocupação populacional.

A intervenção pública, na parte leste, a partir da Travessa Cristóvão Colombo, possibilitou maior integração física no espaço da cidade. O seccionamento dessas ruas impossibilitava maior circulação da produção das fábricas localizadas na margem do furo do Maguari.

---

partir da abertura dos eixos rodoviários, possibilitando, um novo padrão e ocupação a parti das estradas, na qual Gonçalves (2001) denominou de "estrada-terra firme-subsolo" face as formas de ocupação gestadas pelo Estado planejador.

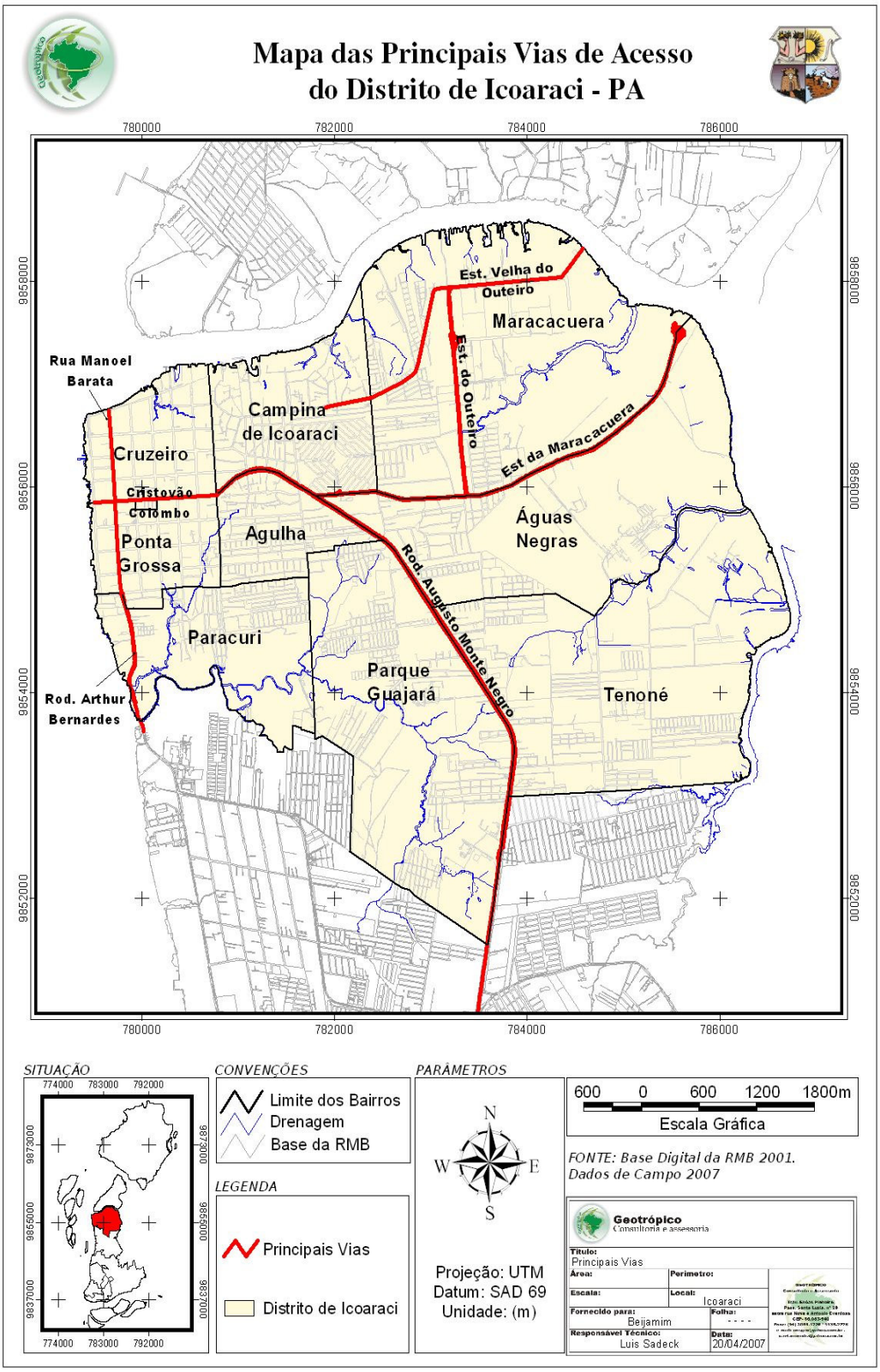
A ocupação inicial, do que é hoje o distrito, procurou evitar localizar-se ao longo das margens e várzeas dos rios e igarapés que cortam o núcleo no sentido de seu interior em função das condições fisiográficas, com cotas altimétricas baixa, correspondendo a planície de inundação constantemente alagadas provocados pelo fluxo diário das marés e inundações das águas de março e pelo elevado índice pluviométrico que ocorre na região, como pode se observado no mapa 4, Planialtimétrico de Icoaraci (página 166). A partir da integração física, essa área passou por um grande processo de valorização face ao esgotamento do solo urbano nas áreas mais elevadas e a proximidade do centro comercial, portanto, de maior valor. O aterramento da várzea do igarapé Tabocal oportunizou maior fluidez de pessoas às demais áreas da cidade e eliminou um velho problema causado pelos periódicos alagamentos causados pelo fluxo diário das marés.

A pavimentação da rua 15 de Agosto e da travessa do Cruzeiro integrou o núcleo pioneiro e a área em expansão, o que possibilitou maior circulação em direção ao centro comercial e à orla, mas só proporcionou a ocupação da micro-bacia do igarapé Tabocal a partir da década de 80, principalmente por sua localização geográfica ficar próxima ao furo do Maguari e no miolo do núcleo pioneiro.

A expansão da cidade, no sentido Sul, consolidou o bairro da Campina de Icoaraci com usos residenciais, comerciais e serviços, por ser a mais próxima da área tradicional. A Campina foi gradativamente sendo ocupada e incorporada à cidade, inicialmente pela população de baixo poder aquisitivo, que construía suas casas com todos os tipos de materiais característicos da região, principalmente madeira, palha, pau a pique. Raras eram as casas de alvenaria cobertas com telhas. Na medida em que esse processo se intensificou, as terras foram sendo loteadas e vendidas. Essa área passa por um intenso processo de reestruturação espacial, ao longo do qual foi ocupada pelos mais diversos segmentos sociais, tornando-se o bairro mais densamente ocupado hoje (Vide quadro 02), e uma das áreas mais dinâmicas no espaço urbano de Icoaraci, por possuíam serviços diversificados, concorrendo com o mais tradicional [80] centro comercial do núcleo, levando à quase estagnação de suas atividades.

[80] É a área mais tradicional originária da fazenda Pinheiro, no qual até os anos 80 era a mais importante do Distrito por concentrar as principais atividades comercias e de serviços, e onde residem as famílias mais tradicionais de Icoaraci.

Mapa 2 Principais vias de acesso do Distrito de Icoaraci



QUADRO 2
POPULAÇÃO POR BAIRRO E SEXO NO DISTRITO ADMINISTRATIVO. DE ICOARACI (DAICO) - 2000

BAIRRO	TOTAL	HOMEM	MULHER
Águas Negras	6.555	3.271	3.284
Agulha	18.149	8.870	9.279
Campina de Icoaraci	27.082	13.165	13.917
Cruzeiro	11.369	5.529	5.840
Maracuera	9.819	4.878	4.941
Paracuri	8.767	4.416	4.351
Parque Guajará	23.073	11.423	11.650
Ponta Grossa	12.442	5.941	6.501
Tenoné	15.894	7.772	8.122
TOTAL	133.150	65.265	67.885

FONTE: Anuário Estatístico do Município de Belém, 2005
Org. Mário Benjamin Dias – 2005

É a área mais antiga e que oferece maior e mais diversificado número de atividades e funções, conseqüentemente, onde circula um grande número de pessoas. Desse modo, o vetor da travessa Cristóvão Colombo, o mais importante corredor comercial e de serviços. No núcleo pioneiro, destaca-se comercialmente um quadrilátero formado pelas seguintes ruas: Travessa do Cruzeiro, 15 de Agosto, São Roque, Siqueira Mendes, tendo ao centro a travessa Cristóvão Colombo, onde estão localizadas as mais importantes atividades comerciais e serviços, como está demonstrado no Mapa 2.

A pavimentação das principais vias se processou como forma de adequar o núcleo com infra-estrutura viária para possibilitasse a fluidez de mercadorias em função da implantação de atividades econômicas ali desenvolvidas. Pois a implantação do PGC (Projeto Grande Carajás), preconizava a instalação de Distritos Industriais no entorno da cidade de Belém com o objetivo de atrair novos investimentos industriais, capazes de gerar novos empregos e, por conseguinte o desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém (RMB). Dessa forma, foram projetados os Distritos industriais de Icoaraci e de Ananindeua, bem como a transferência e/ou instalação de novos empreendimentos industriais, redefinindo novos usos e espaços na RMB, tendo em vista que a Lei do Uso do Solo Urbano, em vigor no Município de Belém, já previa a instalação de grandes e médias indústrias, assim como de pequenas poluentes, fora dos limites do Município.

Icoaraci tem experimentado uma "vocação" econômica de caráter secundário, que tem como ponto culminante a implantação de diversificadas unidades industriais, comerciais e serviços que ali se instalaram em razão das condições naturais do lugar,

aliadas a outras condicionantes, e torna o distrito, no contexto metropolitano, um espaço concentrador de elevado número de estabelecimentos industriais diversificados voltados especialmente ao beneficiamento dos recursos naturais existentes na região (madeiras, pescados, sementes oleaginosas, entre outras), além das que operam com matérias-primas nacionais (navais, metalúrgicas, amianto, plástico, química entre outras).

No entanto, se no contexto regional a empreitada não surtiu os efeitos desejados, a não ser os mega-projetos industriais, que constituíram verdadeiros enclaves regionais, em nível local, proporcionou o surgimento de um número significativo de indústrias que se disseminaram pela RMB, em particular. No distrito de Icoaraci, localizaram-se, principalmente, em quatro áreas distintas, mas interligadas. Rodovia Arthur Bernardes; Furo do Maguari; Rodovia Augusto Montenegro e, por último, o Distrito Industrial de Icoaraci. Esses fatos contribuíram cada vez mais para atrair contingentes populacionais, que procuram no núcleo urbano local alternativas para sobrevivência.

Contudo, é possível analisar a existência de desequilíbrios entre crescimento e desenvolvimento. Icoaraci, apesar de apresentar um dinamismo econômico pelo fato de concentrar um número significativo de indústrias, essa atividade não tem se refletido no sentido do desenvolvimento local e urbano, uma vez que existe grande disparidade sócio-econômico-ambiental, entre a sua população.

É importante destacar, no sentido de melhor compreender o processo de produção do espaço urbano local, a submissão existente da Agência Distrital (AD) ao governo municipal, o que impossibilita gerar e implementar políticas sociais no sentido de melhorar ou amenizar os problemas evidenciados. A Agência Distrital é uma espécie de escritório a implementar políticas gestadas a partir do poder local - Prefeitura Municipal de Belém (PMB) -, o que se evidencia na administração local, é a extrema dependência em relação aos recursos distribuídos pela PMB, ou seja, apesar de ela arrecadar impostos a partir das atividades econômicas ali desenvolvidas, esses não retornam na forma de investimentos.

As contradições existentes entre desenvolvimento e crescimento são marcantes no núcleo urbano de Icoaraci, por concentrar um grande número de estabelecimentos industriais, que se manifestam, sobretudo nas formas de ocupação e uso do espaço urbano, como materialização do próprio processo de metropolização. O Distrito vem se

expandindo, originando novos bairros a partir das antigas áreas "rurais", assim como a periferia, ocupações urbanas e do entorno dos canais de drenagem urbana; o mesmo não acontece com os serviços e equipamentos urbanos, que não acompanham esse crescimento, submetendo a maioria de sua população a condições precárias de sobrevivência.

Essa situação se manifesta pelo não investimento dos recursos arrecadados pelas atividades econômicas em saúde, educação, saneamento, transporte, entre outros, o que tem se consubstanciado em um reduzido número de atendimentos clínico-hospitalares, sendo que a maioria de sua população, ao necessitar de melhores serviços hospitalares ou de atendimento médico mais especializado, tem que se deslocar até a cidade de Belém. O mesmo acontece no setor educacional em todos os níveis e graus, pois a oferta de vagas não acompanhou o crescimento da demanda, forçando a grande maioria de jovens a procurar, nos estabelecimentos da capital, a alternativa para a complementação e/ou continuação de seus estudos.

Além dos problemas concernentes ao espaço urbano, parece que não existe uma real preocupação dos poderes constituídos em Belém em atender as mínimas necessidades básicas da população; uma outra questão é quanto à preservação do que restou do patrimônio histórico e cultural, o qual guarda a memória de um tempo de riqueza do que era o núcleo, principalmente no final do século XIX e início do XX, quando ele foi transformado em balneário, em razão das condições naturais e de ser o local mais próximo para o veraneio de famílias ricas e tradicionais de Belém, que constituíram residências amplas e com apurado bom gosto, em grandes terrenos com árvores frutíferas e jardins, refletindo o seu poder econômico. [81]

No entanto, do passado só restam algumas formas na paisagem, como testemunhas de uma época cada vez mais distante de nossa realidade, e que é preciso resguardar como memória às gerações futuras. Ao longo dos anos, o núcleo pioneiro permanece como local privilegiado, onde se localiza a população de melhor poder aquisitivo com antigas residências que se transformaram ou deram lugares a restaurantes ao longo da orla fluvial,

[81] As residências em estilos variados são frutos do período áureo da borracha, quando os europeus, principalmente os ingleses que passaram a residir em Belém em função das atividades econômicas relacionadas a economia gomífera, introduziram a cultura de segunda residência em locais aprazíveis e próximo de amenidades naturais, que passou a fazer parte do modo de vidas das famílias de seringalistas, comerciantes e industriais que formavam a elite local da época..

armarinhos, bazares, magazines, lojas de departamento, clínicas especializadas, casas bancárias, posto de combustível, farmácias etc.

A localização de atividades comerciais tem se intensificado nesta área da cidade em função do papel que Icoaraci exerce na área de influência; é um importante entreposto de verduras, frutas, produção pesqueira industrial e artesanal que vêm das ilhas, do nordeste paraense, ilha de Marajó, Baixo Tocantins. É também o local onde se localizam os comércios que fornecem gêneros de primeiras necessidades às populações ribeirinhas que vivem nas ilhas ao longo da baía do Guajará e do furo do Maguari. Da mesma forma que é o local que oferece os mínimos serviços como assistência médica pública e privada, ambulatorial, bancária, religiosos, educacional, comercial etc. É intensa a vida na orla fluvial, o movimento de embarcações no porto local que se deslocam com destino a vários municípios, como nas demais cidades ribeirinhas da Amazônica, em que a população que mora ao longo dos rios procuram nas cidades mais desenvolvidas satisfazer as necessidades, em outras palavras, é um lugar de grande importância no contexto da micro-região onde se encontra, sendo um importante pólo articular com a região do entorno.

O centro tradicional, apesar de não estar no centro geográfico da cidade, é o que apresenta maior dinamismo econômico, uma vez que a pavimentação de importantes artérias possibilita maior fluidez para essa área, integrando o sistema espacial, ou seja, articulando este à área de expansão, correspondendo aos seus bairros e adjacências, como conjuntos habitacionais e bairros de Belém mais próximos.

O surgimento de conjuntos habitacionais no interior do núcleo, [82] alguns em áreas até recentemente consideradas inadequadas, e que, apesar das condições criadas para a sua implantação, ainda precisam de um conjunto de serviços e infra-estrutura. O crescimento prolongou-se pelo eixo da sétima rua atingindo o bairro do Paracuri, no qual foram projetados dois conjuntos habitacionais populares: Paracuri I e II, construídos sob a forma de mutirão com a ajuda do governo do Estado que forneceu o material de construção e a população responsabilizou-se pelas construções. Essa ação do governo possibilitou

[82] - Conjunto da Cohab, cidade Jardim, Lopo de Castro, Tapajós, Paracuri construído através de mutirões e etc.

melhorias nas condições de vida de um número significativo da população que vivia em condições precárias com moradias subnormais.[83]

Portanto, esses são apenas alguns dos problemas vivenciados por uma parcela da população, que nas últimas décadas do século XX, vem ocupando áreas exíguas, principalmente as baixadas, freqüentemente alagadas ou alagáveis pelo movimento diário dos fluxos das marés, que atingem em larga medida as áreas de cotas mais baixas do conjunto Cidade Jardim, 7ª rua, trechos dos conjuntos Paracuri I e II, Comunidade São Vicente de Paula, ocupação do Cubatão, Baixada Fluminense, entre outras.

Tais problemas estão diretamente relacionados às seguintes questões: ausência de serviços e equipamentos urbanos, tal como vem ocorrendo também em outras cidades, no entanto, em Icoaraci estes aparecem, atingindo obviamente as camadas populacionais de menor poder aquisitivo e/ou excluídos, marginalizados pelo desigual mercado de trabalho, que cada vez mais seleciona a mão-de-obra pelos baixos salários que oferece. Esse fato é perceptível em regiões onde o Estado se fez presente, com a intenção de criar condições para a reprodução do capital, e na qual estas poderiam ser realizadas pela indústria, ocorrendo a concentração de mão-de-obra, na sua maioria desqualificada, tornando-se, dessa forma, barato e passível de manobras, subordinando-se às condições existentes, tanto à reprodução dos meios de produção, como as de seus meios de existência. Como a maioria da mão-de-obra está diretamente vinculada à indústria ou ao comércio, há, pois, predominância do emprego nas unidades industriais, oportunizando uma certa monopolização nos salários; a demanda pelo trabalho industrial tem sido maior que a oferta. Essa lógica é inerente ao modo de produção capitalista, deslocando parcelas significativas da população para o chamado setor informal ou subemprego.

---

[83] As construções dos conjuntos Paracuri I e II foram realizados em parceria com o Estado em regime de mutirão com a comunidade. São construções de alvenaria possuindo em média 4 a 5 cômodos, com água, luz e fossa séptica. Enquanto o Paracuri II originou-se a partir de ocupações de famílias oriundas do próprio distrito e de áreas próximas ao bairro. Da mesma forma que o Paracuri I, foi construído com o apoio de governo do Estado, que fornecia kits de material de construção. O conjunto foi concluído em 1998, sendo que é o que possui melhor infra-estrutura, com pavimentação asfáltica, rede de esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo. Apesar dessas melhorias, ainda não foi suficiente para atender a demanda que cresce como um todo.

3.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O AMBIENTE EM ICOARACI

A cidade, enquanto obra humana, apresenta diferentes ambientes, expressos na paisagem, nas áreas centrais e periferias (loteamentos clandestinos, áreas de baixadas, ocupações urbanas, entre outras). Em muitos casos, esses ambientes apresentam um mesmo padrão de ocupação, ou seja, apresentam forma espontânea, sem preocupação, por parte do Estado, de um ordenamento territorial em que a qualidade do ambiente, ao não ser levado em consideração, compromete-o seriamente, resultando, na maioria das vezes, na deterioração da qualidade de vida. O que pode ser apontado como responsável por essa situação, é a ausência de políticas públicas urbanas, articuladas ao planejamento integrado com maior participação popular.

A formação da cidade e sua fragmentação deu origem a bairros diferenciados e hierarquizados de acordo com os níveis de renda e da classe social, materializado em bairros mais equipados, destinados aos segmentos sociais detentores de maior poder econômico, por isso, mais salubre e equipado, e os dos trabalhadores pobres e excluídos na maioria das vezes, insalubres e desassistidos. Para Carlos:

> A fragmentação se liga à existência no espaço da propriedade privada, deste modo, o acesso ao espaço na cidade está preso e submetido ao mercado onde a propriedade do solo urbano aparece como condição do desenvolvimento do capitalismo. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano. O processo de fragmentação da cidade também revela a hierarquização dos lugares e pessoas como articulação entre morfologia espacial e social. Esta estratificação revela as formas da segregação urbana. (CARLOS, Ibdem, p. 27).

Nessa mesma perspectiva, nas cidades capitalistas, a fragmentação e a hierarquização estão em constantes mudanças num processo dialético de produção, destruição, reprodução em função da própria dinâmica da sociedade. De acordo com Corrêa:

> A fragmentação, entretanto, não se realiza de uma vez para sempre, apesar da forte inércia das formas espaciais fixadas pelo homem. Ao contrário, está sempre refeita. Por derivar da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações sociais de produção e dos conflitos de classes, a ação dos agentes modeladores gera mudanças de conteúdos e/ou das formas das diversas áreas, de modo que novos padrões de fragmentação do espaço emergem, desfazendo total ou parcialmente os antigos e criando novos padrões no que diz respeito a forma e ao conteúdo. (CORRÊA, 1997, p. 146).

Na cidade, ao mesmo tempo em que ocorre o processo de fragmentação e hierarquização, existe a articulação em que ambos se complementam. O que significa dizer, que cada subespaço da cidade se articula com o todo, e vice-versa, de formas e intensidades variadas. É nesse processo que o espaço urbano ganha unidade "originando um conjunto articulado, cujo foco de articulação tem sido o núcleo central da cidade que, entre outras funções, realiza as de gestão das atividades".(CORRÊA, Ibdem, p. 147).

A articulação está expressa, principalmente pela malha técnica que possibilita o movimento dos fluxos de pessoas, mercadorias, capital, informações, que dão sentido à vida e que estão refletidos no espaço da cidade como resultantes dos processos sociais que ocorre tanto no passado quanto no presente, denunciando as características do espaço nas cidades capitalistas, com áreas segregadas e periferias cada vez mais distantes e caóticas "refletindo a complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo".(CORRÊA, Op. Cit. 148). [84] Desse modo, no processo de reprodução da cidade, a hierarquização reflete também na separação entre os lugares de moradia, de trabalho, de lazer; entre outros, dentro da lógica da reprodução do capital que é por sua natureza desigual e contraditório.

A expansão da mancha urbana que ocorre nos países subdesenvolvidos é promovida em larga medida pelos agentes produtores do espaço urbano "proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas mobiliárias e de construção, associadas ou não ao grande capital, e o Estado e grupos sociais excluídos", (CORRÊA, Op. Cit. p. 146), principalmente (moradores com menor poder aquisitivo, sem habitação, sem direito à cidade etc.), grupos privados que através de loteamentos na "periferia" buscam maior rentabilidade ao incorporar terra de uso agropecuário ao urbano. "Cada um destes atores tem sua própria estratégia e entre os três primeiros há conflitos que são, em maior ou menor grau, resolvidos pelo Estado, simultaneamente ator árbitro desses conflitos". (CORRÊA, Op. Cit, p. 122). A cidade de Belém e o distrito de Icoaraci não fugiram a este padrão, quando incorporaram "áreas rurais" ou periféricas ao espaço urbano.

A limitação do acesso a terra, imposta no século XIX [85] aos pobres, deu origem a ocupações irregulares no espaço da cidade, onde as condições de habitabilidade eram

---

[84] CORRÊA, (Op. Cit. p. 148).

[85] Em 1850 foi instituída a Lei de Terras no Brasil, tendo por finalidade estabelecer as formas de acesso a mesma, dando início a formação da propriedade privada no país através de relações monetarizadas.

adversas em face das condições naturais, como as áreas de cotas baixas (baixadas de Belém) que predominam na cidade, alagadas ou alagáveis periodicamente em função do fluxo e refluxo das marés existentes na área central de Belém e que deram origem aos bairros mais antigos da cidade, da mesma forma que os loteamentos de grandes propriedades, marcando a transição urbana de Belém do final século XIX e início de XX. Esse processo reforçou a concentração das atividades econômicas e das classes privilegiadas na área central, em particular. Na áreas de terra firme e nas baixadas os trabalhadores, compreendendo as várzeas dos rios e igarapés, e nos subúrbios em formação, naquele período. Para Corrêa:

> A emergente Área Central passou a desfrutar, assim, da máxima acessibilidade dentro do espaço urbano. Esta acessibilidade foi responsável pelos mais elevados valores da terra urbana que aí se encontram, o que levou a uma competição pelo uso da terra. Nessa competição saíram vitoriosas aquelas atividades que podiam transformar acessibilidade em lucro, suportando pagar o alto valor da terra. Entre estas atividades estão o comércio varejista em expansão, ponto final do processo de distribuição da crescente produção industrial, e novos serviços cuja área de mercado era todo o espaço urbano ou a hinterlândia da cidade.
> A concentração de atividades nesta área representa, pois, a maximização de externalidades, seja de acessibilidade, seja de aglomeração. Do ponto de vista do capital, a Área Central constituía, na segunda metade do século XIX e ainda hoje, para muitas atividades, uma localização ótima, racional, que permitiria uma maximização de lucros. (CORRÊA, Ibdem, p. 124).

Com a expansão da cidade de Belém, as ocupações urbanas vão ocorrer na área de transição e expansão da metrópole, como pode ser observado no mapa 4. O crescimento da cidade tem amplas relações com a morfologia do seu sítio urbano, que corresponde a um extenso platô terciário, constituindo os divisores de água, mais conhecidos por "firme" ou terra firme, com cotas altimétricas que não ultrapassam 15 m, entrecortados por inúmeros igarapés, onde se desenvolvem as várzeas ou "baixadas". A cidade foi assentada sobre aluviões recentes e sobre tabuleiros terciários. A maior parte do terreno é de origem Plioceno-Pleistocênico (Série Barreiras), e entrecortada por micro-bacias hidrográficas, [86] que condicionaram ao longo de seu crescimento a atual estrutura urbana. As duas vertentes de maior expressão que orientam os cursos de água são as baías do Guajará e de Santo Antonio no sentido ocidental; e o rio Guamá no meridional. Os divisores de água constituíram os vetores que orientaram a expansão da cidade, definindo as ocupações da

[86] PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Plano Diretor de Transporte Urbano. Belém: CODEM, 1990. p. 25 "Existem 18 bacias hidrográficas completas e uma incompleta na parte continental e 15 na parte insular do Município de Belém.

Região Metropolitana de Belém e sobre as quais foram sendo historicamente assentadas as populações.

Foi com a expansão da cidade que as populações foram ocupando os terrenos mais elevados (os divisores de Águas), naturalmente fugindo dos terrenos mais baixos, alagados ou alagáveis das várzeas e igapós dos rios e igarapés, sujeitos aos fluxos e refluxos das marés. Com o crescimento demográfico ocorrido na cidade, os firmes ou terras firmes foram se esgotando, de forma que até os anos 50, a cidade já ocupava todos os terrenos livres das inundações e o seu crescimento se ocorre em direção a dois vetores, das as terras localizadas no entorno da área central com cotas mais baixas; e no sentido da periferia do núcleo, atingindo os limites e ultrapassando a Primeira Légua Patrimonial.

Com a formação dos primeiros subúrbios, no início do século XX, principalmente nas áreas mais afastadas do centro histórico, como Guamá, Cremação, Sacramenta, Jurunas, Pedreira, Fátima, Terra firme, até as atuais periferias, o processo foi muito semelhante, destinado a assentar as populações pobres, distantes da Área Central da cidade. Para Spósito:

> A análise do processo e produção e estruturação das cidades tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro. (...) Não é possível discutir a implantação de loteamentos e periferização sem falar do centro/centralidade, falta de componente e infra-estrutura urbana, sem falar de concentração destas melhorias no centro, espaço de reprodução da força de trabalho, sem falar no espaço da circulação e de produção de serviços. (...) Historicamente, a geografia urbana vem utilizando o termo estrutura urbana para designar o arranjo dos diferentes usos do solo no interior das cidades; a estrutura seria então, como um mosaico resultado deste processo de alocação/realocação das atividades econômicas e das funções residência e de lazer nas cidades. (SPÓSITO, 1991, p. 5).

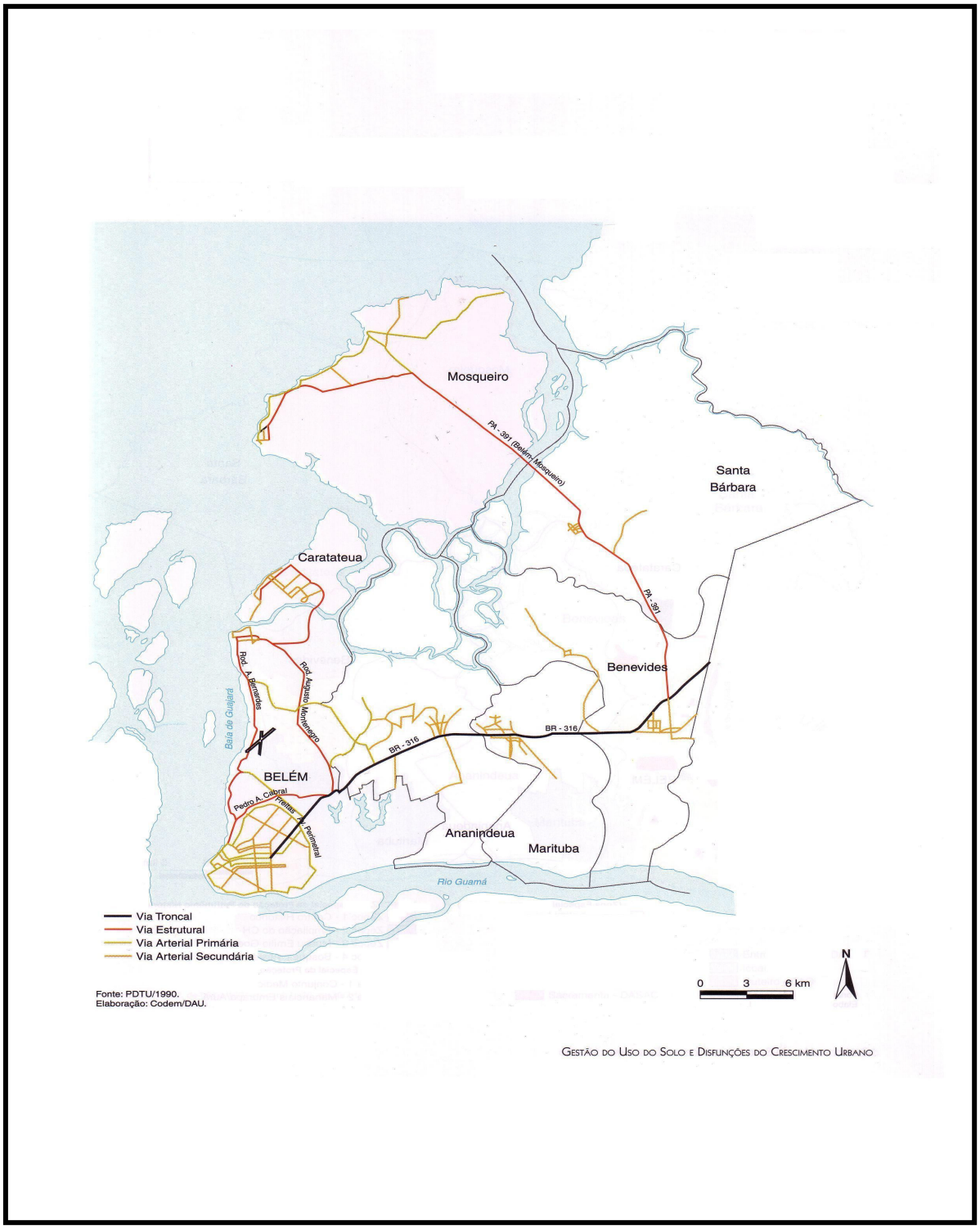
O processo de urbanização da cidade de Belém ocorreu proporcionando a expansão da mancha urbana em direção ao Município de Ananindeua, localizado na porção Sul da cidade, através da efetiva ocupação da BR-326, prolongamento da Avenida Almirante Barroso; e no sentido norte, em direção ao distrito de Icoaraci, acompanhando o topo do platô, correspondendo a Rodovia Augusto Montenegro, assim como pela orla da baía do Guajará, representado pela Avenida Arthur Bernardes, únicos vetores de expansão da cidade, haja vista o poderoso impedimento físico representado pelo rio Guamá e pela baía do Guajará, como pode ser observado no mapa 3 do sistema viário principal do município de Belém.

O Espaço urbano, como produto de relações, por sua natureza, não é homogêneo, mas fragmentado e hierarquizado, como produto da própria sociedade, originando a segregação sócio-espacial-ambiental contraditória entre áreas centrais mais desenvolvidas e periferias cada vez mais distantes, problemáticas e caóticas, marcadas pela ausência ou deficiência de equipamentos públicos, infra-estrutura urbana como meios de consumo coletivo, em oposição à área central, bem mais equipada, onde estão localizadas as principais funções urbanas; centro de negócios, lazer, zonas residenciais dos que detém o poder, originando um movimento ininterrupto diário no sentido das periferias para o centro e do centro para as periferias. Em Belém, essas mudanças vão estar refletidas em vários aspectos da vida social, econômica, política e cultural. Tais mudanças são resultados da forma como as relações de produção foram se desenvolvendo, estando intimamente relacionadas com a dinâmica econômica da sociedade, a qual o país passou a vivenciar.

A cidade de Belém retrata diferentes momentos do processo de produção, reprodução, apropriação e dominação do espaço regional e urbano como produto da forma de como a cidade foi produzida. Esses tempos inscritos na cidade e no seu entorno são revelados na paisagem pelo processo de urbanização no qual ela se encontra. A urbanização aconteceu com maior intensidade a partir da segunda metade do século XX, sem ocorrência do processo de industrialização na forma clássica, como ocorreu na Europa e em outros países desenvolvidos. Na cidade, a urbanização vai ocorrer a partir do papel que esta passa a desempenhar no contexto regional, enquanto capital estadual e concentradora das atividades do chamado setor terciário (comércio e serviços e uma reduzida atividade industrial em relação aos centros mais dinâmicos do país), originando um processo de urbanização sem industrialização, voltado para o beneficiamento dos recursos naturais, com base extrativa ou semi-elaborados, estando na base da economia urbana, aliada a um forte setor de serviços federais (os principais órgãos de governo federal a nível regional tem sedes na cidade), estaduais e municipais, que aliado ao comércio, que abastece as microrregiões do entorno da cidade, faz uma maior circulação de mercadorias, capitais e de pessoas no contexto estadual.

Esse fato se deve por ser Belém a principal cidade da Amazônia Oriental, exercendo papel de comando no desenvolvimento regional, o que de certa forma ajuda

Mapa 3. Sistema viário principal do município de Belém.



explicar o processo de urbanização e metropolização da cidade. São as políticas públicas e de projetos agrominerais nas proximidades da metrópole que vão impulsionar o crescimento demográfico da cidade e, ao mesmo tempo, criar mais problemas a ela,

restando às pessoas, como estratégia de sobrevivência, morar como podem, de acordo com as condições que lhes são próprias e como alternativa, as periferias da cidade, as quais são uma opção cada vez mais freqüente no cotidiano dos cidadãos, com suas características peculiares como: ausência de serviços de consumo coletivo e de infra-estrutura urbana.

Portanto, na medida em que a cidade se expande, novas periferias vão surgindo em função do processo de valorização da terra urbana que lhe agrega valor, impedindo o acesso daqueles que não têm as condições objetivas de pleiteá-las. E, dessa forma, parte da população migra para os municípios e distritos que formam a RMB ou se junta ao movimento dos Sem Teto e passam a ocupar a terra urbana pública ou privada, originando as ocupações irregulares e, na maioria das vezes, formando novos bairros, sem as mínimas condições de qualidade de vida.

O crescimento demográfico foi resultante, por um lado, pela migração ocorrida a partir da segunda metade do século XX – Projetos de Colonização -, e por outro, pelo crescimento vegetativo ocorrido a partir daquele período. Como conseqüência desse processo, houve maior pressão pela ocupação do solo urbano no interior da Área Central. Notadamente, nesse movimento, foram se esgotando as terras localizadas nas áreas de cotas baixas, levando a população a passar a ocupar as áreas para fora da Primeira Légua Patrimonial.

As transformações urbanas se intensificaram a partir da década de 50 e 60 através das ocupações nas áreas baixas, marcam de forma profunda, a cidade, em vários sentidos, mas principalmente do ponto de vista do ambiente. Na medida em que o processo de produção da cidade vai se consolidando, o ambiente vai se transformando pelos efeitos de ações antrópicas em um primeiro momento, como por exemplo, com a retirada da cobertura vegetal por meio dos desmatamentos para as ocupações humanas, retiradas de areia, argila, pedra-Pará etc., para a construção civil e, num segundo momento, como o espaço da cidade é produto das relações sociais que se estabelecem, se cristalizam, produzindo e reproduzindo o espaço da cidade, aliada de forma ininterrupta à ocupação desordenada, produzindo um quadro caótico do ponto de visto sócio-ambiental-urbano.

O distrito de Icoaraci, nas ultimas décadas (80 e 90), vem passando por um intenso processo de ocupação de terras públicas e privadas por famílias de baixa renda que

encontraram no movimento de ocupação uma forma rentável de se manterem, através da comercialização dos lotes ocupados a preços populares àqueles que podem pagar, promovendo o adensamento e a expansão da mancha urbana. É como destaca Flores que:

> La expansión de la mancha urbana es promovida, en gran medida, por los mismos organismos de vivenda, por los proprios pobladores pobres sin vivenda y por supuesto por grupos privados que buscan una alta rentabilidad al incorporar tierra en uso agropecuario al urbano, Esto incluso en grandes cuidades donde aún es posible encontrar terrenos amplios, con todas los serviços dejados a la engorda especulativa. (FLORES, 1993, p. 83)

A incorporação das áreas rurais ou periferias imediatas vai ocorrer através da forte atuação do Estado e suas agências via construção de conjuntos habitacionais financiados pelo extinto Sistema Financeiro de Habitação (SFH), Banco Nacional de Habitação (BNH), Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA) e loteamentos realizados por setores pequenos e médios da burguesia. Essas medidas estavam vinculadas ao fenômeno da urbanização que as cidades atingiam em todo o país.

Uma das contradições fundamentais do processo de produção do espaço da cidade se impõe quando ocorre a transformação de bairros carentes em infra-estrutura, sem serviços e sem qualidade socioambiental. Aqueles que lutam por transformações e melhorias de vida não podem usufruir desses benefícios em função do processo de valorização da terra ao agregar valor, o que impossibilita a população carente de menor poder aquisitivo arcar com a tributação advindas de tal processo como o IPTU progressivo, sendo em muitos casos, obrigados a migrar para as áreas mais distantes e dar início novamente ao processo de lutas por melhorias infraestruturais. Em outro sentido, quando essas áreas são de interesse do poder local, o Estado promove, em nome do progresso, do desenvolvimento e da modernização, a remoção da população da área central da cidade para áreas distantes, reforçando o crescimento das periferias. Isso foi, por exemplo, o que ocorreu com as populações que viviam há décadas às margens dos rios e igarapés que formam as micro bacias urbanas existentes no espaço da cidade, em especial a do igarapé do Uma, que foi objeto de intervenção do Estado ao realizar a revitalização através do projeto de macrodrenagem. Sobre esse Estado e seu papel, Lefebvre esclarece que:

> É um fragmento da sociedade que se erige acima dela, juntando às funções socialmente necessárias (em dado momento) superfetações permitidas pelo exercício do poder. Os homens no poder se apoderam da racionalidade inerente à práxis; aproveitando-se de seu caracter incompleto, dirigem-na para a obtenção de seus próprios fins e voltam-na contra o conjunto da sociedade. O movimento

> dialético do Estado é, pois, completo na Historia e no pensamento. Erigindo-se acima da sociedade, tem seus interesses próprios e seu próprio suporte social, a burocracia. Detém múltiplos poderes: organização, ideologia, coerção, decisão política. Mas ele não se pode abstrair da sociedade real, que lhe serve de base: classes e lutas de classes. Contendo uma realidade distinta, porém não autônoma - embora tendente a tornar-se tal - sua realidade depende das relações sociais. Se, por conseqüência, o aparelho do Estado tende a se estabelecer acima das classes, nem por isso está menos penetrado pelas classes existentes e seus conflitos. Serve à classe dominante ou às classes dominadas, arbitrando suas rivalidades quando estas ameaçam a existência da sociedade. Ele é, pois, ao mesmo tempo, o terreno das lutas políticas, objeto que se arrisca nessas lutas, sua finalidade, e prêmio final muito disputado.(LEFEBVRE, 1979, p. 90).

É a partir das reivindicações da população das periferias (baixadas) por melhores condições de infra-estrutura viária, equipamentos e serviços coletivos públicos, capazes de amenizar as precárias condições de vida da população, que o Estado se faz presente, equipando determinadas áreas com "estivas", ligando as residências. Em outros momentos, aterrando as áreas baixas, ou melhor, as várzeas dos rios e igarapés que cortam e recortam a RMB, com materiais os mais diversos: serragens, cascas de castanhas, em uma primeira fase, e num segundo momento, com entulhos de construções, lixo, entre outros.

Nesse sentido, a cidade vai sendo constituída por diferentes ambientes como as baixadas que, apesar de estarem localizadas na área central da cidade, são, do ponto de vista econômico, desvalorizadas em função das dificuldades que a população nelas residentes encontra, como: deficiência no fornecimento de água canalizada, ausência de esgotamento sanitário, precariedade no serviço de iluminação pública, dificuldade e escassez de transporte coletivo, entre outras. É importante ressaltar que muitas dessas carências estão associadas às condições morfológicas do terreno, com cotas baixas drenadas por rios ou igarapés, ocupadas com habitações insalubres que avançam sobre a várzea, destruindo as matas ciliares, comprometendo as margens e o leito pelo processo de assoreamento, além de que as construções, associadas à deposição de lixo doméstico e entulhos, dificultam a sua drenagem natural. Em uma perspectiva ambiental, é esse ambiente que se apresenta comprometido, tendo em vista que a dificuldade de descarga dos resíduos depositados nos leitos, com o refluxo das marés, ficam depositados sobre o leito, expostos aos ataques diários de ratos, urubus, assim como de micros organismos e que no processo de decomposição liberam odores fétidos danosos à saúde.

Nesse sentido, na medida em que o processo de expansão e periferização se acentuam no espaço metropolitano de Belém, impõem-se novos problemas que se vão se associando aos já existentes, relacionados ao ambiente urbano, porque nesse processo, a

expansão ocorre sobre áreas com características ainda naturais do que ainda permanece, sejam vegetais ou hidrográficas, por onde a expansão e a ocupação têm ocorrido, principalmente nas áreas de cotas baixas, orla da baía do Guajará, mananciais, cobertura vegetal. O relatório da PMB considera que:

> Na área do meio ambiente é notório o processo de degradação que a ocupação irracional do espaço metropolitano vem acarretando à preservação dos recursos naturais. Os mananciais de água, os igarapés e canais, as margens dos rios e a orla da baía do Guajará, encontram-se gravemente comprometidos pelo uso inadequado dos espaços nos seus entornos. (...) Os grandes espaços verdes remanescentes na RMB, notadamente as áreas destinadas aos parques distritais e metropolitanos estão, a cada ano, tendo o seu potencial florestal nativo seriamente ameaçado, não só pelo sistemático processo de ocupação clandestino (invasão), que para se viabilizar simplesmente dizima as espécies arbóreas existentes em algumas subáreas existentes no interior da região, como também, pela própria ocupação oficial implementada pelos poderes públicos que, por não disporem de instrumentos norteadores da estruturação do espaço, a nível mais global e supra municipal, vem se limitando, nos últimos anos, a desenvolver ações pontuais e desordenadas, quase sempre visando solucionar demandas imediatas e/ou problemas setoriais específicos, sem uma preocupação com o macro espaço metropolitano. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1990, P. 13-4).

A forma de ocupação e usos do espaço urbano, no interior do distrito de Icoaraci, vem sendo comprometida social e ambientalmente. Ao longo da orla da baía do Guajará e do Furo do Maguari a ocupação se deu com usos diferenciados, variando de feiras-livres, indústrias alimentícias, beneficiamento de madeiras, estaleiros, terminais de combustíveis, comércio em geral, e instituições públicas que passaram a ocupar esses ambientes, em sua maioria, com portos particulares, que, em certo sentido, dificultam uma maior fiscalização pelos órgãos competentes e que, na maioria dos casos, transformam em depósito, as áreas de ocorrência dos recursos hídricos por depositarem resíduos sólidos e líquidos, comprometendo a fauna e flora desse ecossistema de grande importância para a população do distrito e da Região Metropolitana de Belém.

Em uma outra perspectiva, a área central de Icoaraci que marca a sua gênese, é caracterizada pela predominância da segunda natureza. Trata-se de um subespaço onde a intervenção do homem foi mais intensa e profunda, como o aterramento da várzea do igarapé Tabocal, destruição da cobertura vegetal, que foram paulatinamente sendo destruídos com o processo de urbanização em curso.

A densificação que ocorre nessa área levou ao esgotamento da terra urbana para uso residencial destinado à classe de menor poder aquisitivo. Como forma de amenizar o

problema, a alternativa encontrada foi a ocupação nas áreas mais distantes do núcleo pioneiro.

Os problemas vão se acentuando em face da deficiência em infra-estrutura e serviços urbanos, agravados, sobretudo, pelas ocupações urbanas, loteamentos para segmentos de menor poder aquisitivo reproduzindo a periferia, principalmente no distrito administrativo de Icoaraci, comprometendo, sobremaneira, a qualidade ambiental e de vida de parcelas significativas da classe trabalhadora.

3.4 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO E AS DESIGUALDADES AMBIENTAIS EM ICOARACI

Em Icoaraci e na Região Metropolitana de Belém, a natureza do processo histórico da produção, apropriação, uso e consumo do espaço, resultou entre outros fatores, em um ambiente marcado pelas desigualdades sociais e ambientais, como resultantes de um processo mais amplo, no qual a segregação sócio-espacial-ambiental é marcante no momento atual. O espaço urbano, como produto desses processos, resulta em ambientes produzidos com paisagens diferenciadas, em função dos conflitos de interesses sociais ou de classes que permeiam a sociedade.

No processo de expansão do núcleo urbano de Icoaraci, as áreas de cotas baixas passaram a ser alvos da ocupação pela população de menor poder aquisitivo em função de que estas, em grande maioria, localizam-se próximo e no interior dos bairros pioneiros, onde se localizam as principais funções e os equipamentos de consumo coletivos.

O distrito de Icoaraci, após sua integração à metrópole paraense, passou por um intenso movimento de ocupação de terras públicas e privadas em função do próprio processo de periferização da cidade de Belém e do crescimento do distrito, passando a constituir-se em verdadeiros movimentos sociais em prol do direito de morar. Dessa forma, os proprietários entraram em conflitos com os ocupantes e travaram verdadeiras batalhas judiciais em busca da reintegração de posse da propriedade.

A luta pela terra urbana e o direito de morar têm se configurado como um processo de longa duração, pois a institucionalização da Lei de Terras no país proporcionou a concentração destas nas mãos daqueles que detinham maior poder econômico e político, enquanto parcelas da população destituídas dessas condições, passaram a ser organizar em buscas de alternativas para adquiri-las, o que ganhou maior relevância nas últimas décadas do século XX, em função das condições econômicas que o país passou a vivenciar e à política do Estado que pouco ou nenhum investimento em habitação popular realizou, conseqüentemente obrigando parcelas da população de menor ou nenhum poder econômico a ocupar terras como alternativas à moradia.

Analisando o ambiente urbano é importante o enfoque dos problemas socioambientais, como segregação, periferização, ausência de políticas públicas voltadas para uma grande parcela da população colocando em evidência que tais processos estão vinculados à degradação social e ambiental. Partindo dessa premissa, compreendemos que o espaço urbano, por sua natureza, é dinâmico, complexo e contraditório em função da forma de como é produzido, e que historicamente está associado à forma de sua ocupação e de seu uso, o que significa dizer que a sociedade, em seu processo de constituição, produz, reproduz, apropria e consome o espaço como reflexo de seu próprio desenvolvimento. Para Barros:

> É indispensável não ignorar o fato de que a sociedade em grupo ou subgrupos animados por interesses diferentes e opostos, despedaçada e antagônicas entre si, dilacerada por constantes tensões e lutas; que as relações de produção não são relações de harmoniosa colaboração, mas, isso sim, relações opostas e inconciliáveis entre proprietários-dominantes e trabalhadores-subalternos. E que isso tudo se dá mediante uma lógica que perpassa a organização/mercantilização do tempo e do espaço territorializado.
> Todavia, é preciso não ignorar também que a história das sociedades é literalmente a história da reprodução das condições de sobrevivência da própria espécie humana, ou seja, a produção e reprodução dos próprios seres humanos. Não se pode ignorar tampouco que o ser humano seja de fato o ponto de interseção de duas histórias, uma história natural (a evolução biológica) e uma história social (a transformação das relações de produção e das superestruturas). BARROS, Ibdem. p. 261).

Dessa forma, compreendemos que tanto a cidade quanto o processo de urbanização são resultantes da relação entre sociedade-natureza e que nesse processo as relações sociais são de importância fundamental, como elemento explicativo para a compreensão das questões relativas ao ambiente urbano em função de que elas são causadoras de transformações no espaço num processo ininterrupto, portanto, têm início, mas não têm fim. São elas que imprimem a dinâmica tanto social quanto ambiental, em espaços determinados, de acordo com os interesses de classes e frações destas. Há uma relação intrínseca de causa efeito, de ação reação entre o natural-social, que reproduzem ambientes adversos de forma desigual.

Constantemente na maioria dos discursos, de que os problemas ambientais, sejam no campo ou nas cidades, são causados pela pobreza. Entretanto, é necessário deixar claro que esse fator é produto do modo de produção dominante, que não deu conta de superar sua própria contradição, ao dividir a sociedade em classe. O que nos leva a concordar com Barros que:

> Mais do que nunca, os fatos históricos nos levam a duvidar de que seja a pobreza a causadora dos problemas ambientais. Ao contrário, nossa convicção tende a se consolidar na direção de que esta causalidade reside tendencialmente na concentração da riqueza, espacial e economicamente. Em outras palavras, a cultura capitalista – fundada na racionalidade técnica e no mercado – tenderia a gerar exclusão.
> É evidente que é possível se constatar também que os fenômenos da pobreza e da degradação ambiental podem coexistir, e em algumas sociedades isso é real, sem que seja causa do outro. Todavia, a tendência global do capitalismo (pela sua necessidade inerente de revolucionar permanentemente os meios de produção), é de concentração e acumulação. Esta condição objetiva impõe uma lógica que resulta na apartação socioespacial, na geração de fronteiras invisíveis no interior de cada cidade. (BARROS, (Ibdem. p. 267).

Nesse sentido, observa-se que na cidade e no espaço urbano coexistem formas de relações diferenciadas e que estão materializadas na paisagem, expressando um modo de vida urbano, com feições da forma como a sociedade produz e reproduz o seu espaço. Na modernidade, o modo de produzir dominantemente, atingiu um nível de desenvolvimento nunca visto, e que apoiado no desenvolvimento científico-técnico, potencializou a capacidade de produção destrutiva como nunca vista, tornando-se, desse modo, uma ameaça ao sistema como um todo, assim como da vida no planeta. Em outras palavras, é uma crise inerente ao próprio modo de produzir, e que está associada ao regime de acumulação engendrado pelo capitalismo, mas que põe em jogo os elementos estruturantes do sistema como um todo. Para Acselrad:

> O que caracteriza a cidade contemporânea, sob os efeitos da globalização, é justamente a profunda desigualdade social na exposição dos riscos ambientais. Além da incerteza do desemprego, da desproteção social e da precarização do trabalho, os trabalhadores são submetidos aos riscos da moradia em encostas perigosas, beira de cursos d'água sujeita a enchentes, áreas contaminadas por lixo tóxico, situadas sobre gasodutos ou sob linha de transmissão de eletricidade. Têm acesso também desigualmente aos recursos ambientais como água, saneamento e solo seguro. (ACSELRAD, (2001. p 32.

Partindo do pressuposto de que a cidade é formada por espaços diferenciados, como produto da sociedade dividida em classe, e que esta se localiza de acordo com os níveis de renda, como materialização dessas ações, encontramos classes e frações de classes vivendo em espaços da cidade em condições precárias de vida. Há, portanto, uma luta pelo direito à cidade, à cidadania plena e à apropriação desta. Porém, é necessário se estabelecer um dialogo sobre as condições do ambiente na cidade. Se a cidade é produto de relações sociais, ela não é um espaço homogêneo em função do jogo de interesses dos agentes envolvidos, o que se pressupõe afirmar que há injustiça social em função da exclusão de massa de trabalhadores que estão à margem dela, assim como existe concomitantemente

umas injustiças ambientais, que impõe parcelas significativas da população a viverem à margem da cidade, excluídos de espaços, com melhores condições a reprodução do homem.

Tal fato acontece por causa do crescente o processo de expansão das cidades que passa a concentrar elevada densidade populacional, que não pára de crescer. Evidentemente que à medida que esse fenômeno ocorre, não é acompanhado pelo crescimento das condições mínimas de infra-estrutura, que sejam capazes de dar condições a essa população, haja vista que o crescimento populacional, naturalmente, vem acompanhado por um incremento no consumo de recursos naturais, principalmente, a água, então, o que vai acontecer foi o que com a expansão urbana de Icoaraci, que fez aumentar a pressão por serviços e equipamentos de consumo coletivo, ocasionando um déficit por infra-estrutura em saneamento básico, que é precário, especialmente, no caso do sistema de esgoto e de drenagem urbana.

A concentração de atividades industriais foi importante como elemento a atrair contingentes populacionais, pois a partir da década de setenta, o incremento da atividade industrial foi grande, revelando o caráter da política do Estado, visando o desenvolvimento da Amazônia Oriental. No que diz respeito ao espaço metropolitano, ocorreu um maior incremento de industriais voltadas ao beneficiamento de matérias-primas regionais e de gêneros alimentícios no espaço metropolitano. Para Acselrad:

> Empresas e outras organizações preferem o espaço urbano devido à proximidade do banco, serviços de contabilidade, computadores e outros serviços, acesso fácil à burocracia administrativa e disponibilidade de escolas, hospitais e entretenimentos culturais, todos inevitavelmente atraindo pessoas da classe média. Em adição a esses fatores que atraem pessoas para áreas urbanas, uma poderosa corrente de êxodo rural foi introduzida pela modernização e mecanização da agricultura, (...) a introdução de culturas de fácil comercialização e as agroindústrias. Milhões de ex-pequenos proprietários e trabalhadores rurais foram excluídos pelo efeito combinado de inovações tecnológicas e da concentração de terras em áreas rurais. A pressão exercida por pessoas demandando por habitação, transporte, escolas, saneamento e centros de saúde forçaram as autoridades (locais, estaduais e federais) a investirem em obras públicas, ampliando e atraindo, por sua vez, novos migrantes. (HATTNER, 2001. p. 13).

Na acepção de Acselrad (2001), o distrito de Icoaraci, apesar de não oferecer as condições por ele apontadas, tem vantagens comparativas do tipo: proximidade da cidade de Belém e de sua infra-estrutura e serviços, terrenos disponíveis e mão-de-obra que não paravam de chegar à medida em, que as indústrias se instalavam, além de uma excelente

localização geográfica que potencializava o processo. Essas transformações causaram sérias implicações no ambiente do distrito.

Logo compreender que as questões relacionadas ao ambiente sejam urbanas ou rurais, nada mais são do que a materialização da forma como o homem, ao longo do processo civilizatório, vem se relacionando entre si e com a natureza. É na cidade que essas questões emergem com maiores profundidades em função das complexas relações que nela ocorrem. Desse modo, a sociedade ocidental produziu uma forma de pensar o mundo de forma binária, em oposição e em contradição: homem de um lado, e natureza de outro, em uma luta perpétua de dominação de um sobre outro. Gonçalves chama atenção para essa forma de pensar da sociedade Ocidental quando afirma que:

> Podemos dizer que a separação homem natureza (cultura-natureza, história-natureza) é uma característica marcante do pensamento que tem dominado o chamado mundo ocidental, cuja matriz filosófica se encontra na Grécia e Roma clássica.
> (...) a afirmação dessa oposição homem-natureza se deu, no corpo da complexa História do Ocidente, em luta com outras formas de pensamento e práticas sociais. Ter isso em conta é importante não só para compreender o processo histórico passado, mas, sobretudo, para compreender o momento presente. (GONÇALVES, 2005, p. 29).

Assim, o processo de separação entre homem e natureza foi sendo gastada na medida em que a sociedade foi se desenvolvendo e tornando-se complexificada, e principalmente, com a afirmação do Cristianismo, como dogma, potencializando a oposição homem-natureza e espírito-matéria, em função de que os homens estão reféns de racionalidade que não está mais vinculada ã natureza, mas em outro cosmo.

É indiscutível que o ambiente urbano é o espaço de múltiplas contradições, entre elas está o chamado "problema urbano" que se impõe como um marco, que nas cidades do país é marcado pela injustiça ambiental ao negar, a uma parcela da população, o acesso à moradia, saúde, educação, transporte, lazer, propriedade, pela ausência da intervenção do poder público, através de programas voltados a amenizar esse quadro de carência que se vivencia no momento atual.

> Alguns autores consideram que parte da população está exposta aos efeitos da modernização tardia – poluição do ar e da água, contaminação no local do trabalho e nos bairros de moradia. Para Lynch "Esses riscos não estão confinados às megacidades de cada região, mas são experimentados nas cidades menores e nas franjas do perímetro urbano, onde as indústrias mais freqüentes se instalam". (LYNCH, 2001, p. 60).

A discussão em torno da qualidade do ambiente das cidades, no momento atual, demonstra que essa situação não ocorre apenas no nível local, mas também no mundial, e

estão associadas à forma de como o capitalismo se desenvolveu ao longo do processo histórico e de como as cidades são produzidas, "pois o que degrada o meio ambiente é o modo como se realiza o processo de acumulação respondendo a uma lógica da reprodução capitalista", Carlos, [87] que por sua natureza, ao produzir a cidade, promove o processo de degradação e a segregação sócio-espacial-ambiental.

A urbanização, enquanto processo que se generaliza no mundo moderno, carrega em seu bojo inúmeras contradições de ordem local à mundial em função do processo de mundialização que ocorre nesse momento, impulsionado, principalmente, pelo desenvolvimento dos transportes e das comunicações, graças ao desenvolvimento tecnológico que proporcionou a redução das distâncias e interligou os lugares. Todavia, vivenciamos o processo de mundialização da economia que impõe inúmeras possibilidades ao homem do nosso tempo, gerando novas formas de viver e de pensar a cidade e o urbano, como lócus dessa relação. Porém, é no plano do lugar que as relações mais específicas ligadas à reprodução do humano, da vida, do plano do viver ganham sentido e finalidade.

O distrito, enquanto lugar específico na metrópole, ganha relações no plano do mundial por apresentar um perfil com características de cidade comercial e uma significativa atividade industrial para os padrões amazônicos, tendo em vista que uma variedade de produtos beneficiados localmente faz parte dos produtos exportáveis para o mercado mundial, [88] além de serviços que atendem a população local e do entorno, apresenta níveis de carência, em determinados aspectos que só são satisfeitas na cidade de Belém. Nesse sentido, é possível compreender o ambiente produzido em Icoaraci, tendo em vista a pressão demográfica pela ocupação e uso do solo urbano pela população em geral e, em particular, de baixo poder aquisitivo associado ao crônico déficit de moradia para a classe trabalhadora que migrou para Icoaraci em busca de melhores condições de vida, em função das atividades econômicas que passaram a ser desenvolvidas localmente.

Tendo por base essa realidade, o discurso sobre a questão do ambiente também se configura na ausência e/ou carência de saneamento, atendimento à saúde, escolas, transportes, etc. Nesse contexto duas outras dimensões da análise também ajudam a

---

[87] CARLOS, (Ibdem, p. 146.

[88] Atualmente grande parte da madeira beneficiada, peixes, camarões, cerâmica, entre outras estão voltadas para o mercado nacional e mundial.

compreender essa questão. Uma delas está centrada na questão do direito à cidade; e a outra no papel do Estado, como afirma Carlos:

> Constatamos que ao ser identificado à idéia de 'qualidade de vida' o 'direito a cidade' é esvaziado e o debate se resume à constatação das situações que surgem das novas condições de raridades com as quais nos deparamos: a água, o ar, o espaço. O debate, circunscrito ao minimalismo que ignora que estas raridades devam ser entendidas como momentos de único momento histórico; um momento critico onde a abundância se torna raridade como produto de um modelo de crescimento da economia capitalista, ignora a contradição que funda a realidade". [89]

Passando dessa forma, a ser construído um discurso em que a raridade dos elementos da natureza passa a ser vista enquanto desequilíbrio. As questões do Estado estão relacionadas às relações que esse estabelece com e no espaço e que, ao direcionar os investimentos para determinadas parcelas do espaço da cidade, visando adequá-lo com infra-estrutura capaz de dar condições à realização das atividades econômicas mais rentáveis, possam se desenvolver como as indústrias e o comércio em detrimentos das áreas residenciais e das periferias da cidade destinadas à população de menor poder aquisitivo, demonstrando o real papel que o estado estabelece na sociedade.

É perceptível que a industrialização ocorrida com indústrias modernas a partir de capitalistas do Centro-Sul, que vieram atraídos, por um lado, pelos recursos naturais existentes na região, e por outro, pelos recursos disponíveis do governo federal através de estímulos fiscais e creditícios, passou a definir e redefinir o urbano, principalmente porque ele passa a ser o lócus da produção e reprodução do capital industrial, passando ainda a ser o articulador do desenvolvimento econômico local. É importante, e não podemos ignorar, o papel que a industrialização proporcionou ao mundo moderno com o processo de urbanização da sociedade ao generalizar o valor de troca em detrimento do valor de uso, o que impôs contradições na sociedade, haja vista que:

> Não se pode ignorar que a industrialização permitiu o desenvolvimento do mundo da mercadoria; nessa direção a generalização do valor de toca invadiu a vida cotidiana capturando o tempo cíclico da vida e submetendo-o ao tempo linear da indústria; articulou as mais distantes áreas do planeta, desenvolvendo a rede de comunicação e redefinindo a informação, com a evidente hierarquização dos lugares no espaço entre dominantes e dominados. No espaço permitiu a realização da propriedade privada da terra ao longo do processo histórico, pela generalização da mercadoria espaço. CARLOS [90]

---

[89] CARLOS, Ana Fani A. Espaço urbano. Novos Escritos sobre a Cidade. Ibdem 137

[90] CAROS, Ana Fani Alessandri. Espaço urbano. Novos Escritos sobre a Cidade. Op. Cit. p. 134.

Foi com o processo de industrialização, ocorrido em Icoaraci, que o acirramento entre o novo e o velho se impõe (fotos 28 e 29), marcando as transformações que os processos sociais e espaciais passaram a ditar e a normatizar a vida dos cidadãos e da cidade, impondo valores, normas, modos de vida, isto é, "O choque entre o que existe e o que se impõe como novo na base das transformações dos lugares que vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições entre o centro e periferia e não entre o campo e a cidade".(CARLOS Op. Cit. p. 1340).

O Estado, enquanto um dos agentes produtores do espaço urbano, é quem cria as condições básicas de infra-estrutura, serviços, equipamentos de consumo coletivos e financiamento para que os serviços e as indústrias sejam instalados no espaço metropolitano, como também é ele que assume os setores da economia de rendimentos em longo prazo, do mesmo modo que investe em determinados subespaços utilizando o discurso de que os investimentos são necessários para amenizar e/ou reduzir carências em nome da superação das necessidades coletivas, colocando em evidência o seu real papel.

Foto 27. Vista parcial do antigo curtume Maguari. Fonte www.icorarci.com.br. Um dos primeiros empreendimentos industriais do início do século XX. Acesso em 10 de setembro de 2005

Foto 28. Vista parcial da moderna atividade industrial ao longo da rodovia Arthur Bernardes. Foto de Mário Benjamin dias

Desse modo, foi nas últimas décadas de século XX, que a população carente, não somente a de Icoaraci, mas de outras localidades, passou a ocupar as áreas urbanas inóspitas ainda disponíveis, as várzeas dos rios e igarapés existentes no interior do núcleo, principalmente os do Tabocal em primeiro lugar, originando a ocupação denominada de "Cubatão" e, posteriormente, a do Paracuri, Tenoné, margens da baía do Guajará, produzindo a mesma lógica imprimida no contexto metropolitano, com número significativo de ocupações no espaço urbano. A partir desse período, as ocupações urbanas no distrito de Icoaraci e na RMB, tornaram-se práticas corriqueiras, principalmente nos bairros mais afastados do núcleo pioneiro, onde ainda existia terra disponível e, a maioria das vezes, com comprometimento ambiental, como podemos observar no mapa 4 de planimetria, na qual as ocupações ocorreram nas áreas de cotas mais baixas, correspondendo as várzeas e áreas baixas.[91]

Nas últimas décadas do século XX, Belém foi considerada a capital com maior índice de ocupações de terras. O Distrito de Icoaraci, como parte integrante da metrópole não ficou livre desse processo, como bem demonstra o quadro 3. As ocupações ocorreram

[91] São áreas de cotas altimétricas baixas sujeitas aos fluxos das marés, assim como várzeas de igarapés e/ou remanescentes de florestas secundárias, entre outras.

acompanhando os principais vetores de ligação com Belém e/ou com o núcleo urbano do distrito com as margens da baía do Guajará, com as várzeas dos rios e com os igarapés existentes nele. Os que, predominam nas ocupações de terra e na periferia é a população de origem local, (Esse assunto será abordado no capitulo seguinte).

QUADRO 3
ÁREAS DE OCUPAÇÃO CARENTES EM INFRA-ESTRUTURAS – DISTRITO ADMINISTRATIVO DE ICOARACI - DAICO . 1996

BAIRRO	DENOMINAÇÃO LOCAL	LOCALIZAÇÃO	FAMILIAS	POPUL
Águas Negras	P. Zoghbi	Est. Acesso à ilha de Outeiro	300	1.329
Campina de Icoaraci			60	266
Maracuera	Tancredo Neves	Estrada do Outeiro	400	1772
Paracuri	Café liberal	Rod. Augusto Montenegro	330	1.462
Parque Guajará	Jardim Canarinho	Rod. Augusto Montenegro	900	3987
Tenoné	Jardim Paraíso	Rod. Augusto Montenegro	310	1373

FONTE: Anuário Estatístico do Município de Belém 1996
Org. Mário Benjamin Dias

Um aspecto interessante que nos chama atenção diz respeito às ocupações ao longo das várzeas dos rios e igarapés, denominados "moradores de rios urbanos", [92] pois grande parte desses moradores buscam reproduzir o modo de vida "rural" como forma de enfrentar as adversidades do viver na cidade, que impõe novas relações, principalmente as monetarizadas (fotos 29 e 30).

No processo de ocupação da terra urbana, é comum a mercantilização dos barracos nas ocupações, decorrentes de suas transferências ainda quando essas se encontram sem as mínimas condições de habitabilidade. Esse processo, em grande parte, ocorre com a retirada da cobertura vegetal, a demarcação dos lotes e a construção das primeiras habitações, com materiais dos mais diversos, [93] o que reforça uma concepção de que grande parte das pessoas que participam do movimento transformou o mesmo em um grande negócio, ocupa-se e vende-se, para ocupar mais adiante.

[92] Procuro denominá-los de "moradores de rios urbanos" em função do modo de vida que essa população procura reproduzir na cidade (possuem instrumentos de pesca, embarcações, criam animais e cultivam determinadas plantas em giraus, extraem produtos naturais de áreas florestas nas ilhas próximas da acidade etc.). Considero prematuro denominá-los de ribeirinhos urbanos, por falta de uma melhor discussão teórica capaz de sustentar essa definição.

[93] É muito comum no movimento de ocupações urbanas se construírem os primeiros barracos com plástico preto, refugo de madeira e outros materiais sem conforto térmico e valor econômico.

Mapa 4. Planialtimétrico do distrito de Icoaraci

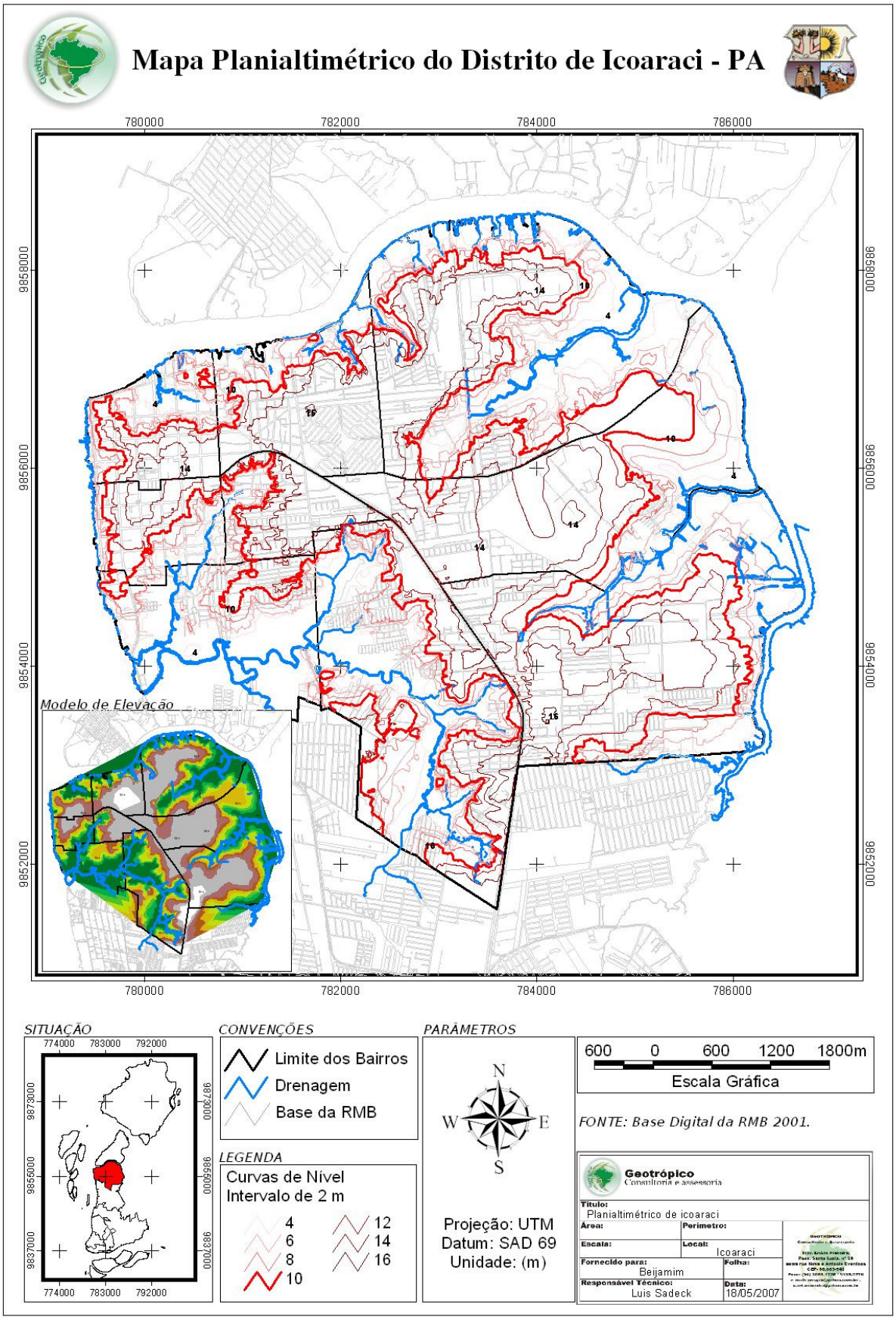


Foto 29. Vista parcial da habitação de moradores sobre igarapés no interior do núcleo urbano de Icoaraci. Embarcação fluvial típica de modo de vida ribeirinho. Foto Mário Benjamin Dias. 2006

Em contraposição, a essa tendência, as ocupações nas várzeas e na orla de Icoaraci estão relacionadas ao modo de vida "rural", o que, de certa forma, mantêm essas populações fixadas nesses lugares.

Foto 30. Vista parcial da habitação de moradores sobre a várzea do igarapé tabocal no interior do núcleo urbano de Icoaraci. Foto Mário Benjamin Dias. 2006

As ocupações mais antigas se transformaram em parte integrantes dos bairros, e são atualmente ocupadas pelo segundo ou terceiro proprietário. Poucos são os oradores originários da primeira ocupação, principalmente ao longo dos eixos rodoviários de ligação com a cidade. [94]

De forma geral, as ocupações urbanas imprimiram uma nova paisagem no espaço urbano das cidades amazônicas, que têm se acentuado nas últimas décadas em função da falta de investimentos em habitação popular, forçando contingentes da população a submeterem-se a viverem nesse ambiente.

A população que vive nas ocupações é formada, na maioria, por um contingente de mão-de-obra desqualificada para o mercado formal de trabalho urbano. Vivem sobremaneira no setor informal da economia, atividades que não requerem mão-de-obra especializada ou fazem pequenos trabalhos de forma precarizado.

Fazendo uma retrospectiva da forma como o núcleo foi ocupado desde sua criação, é possível identificar as alterações que ocorreram em seu meio natural. A cobertura vegetal que recobria o que é hoje o núcleo urbano, era predominantemente composta por vegetação nativa tipicamente de floresta amazônica nos três estratos: floresta de terra firma, de Igapó e de várzea. Em função do processo de ocupação e adensamento, essa vegetação foi sendo reduzida drasticamente. As primeiras investidas na floresta ocorreram à medida que o núcleo urbano se constituía, havendo pressão sobre a floresta de terra firma, principalmente por ser habitat natural das espécies mais nobres, além de sua transformação de matéria-prima para a construção de habitação, indústria da construção naval, beneficiamento para abastecer o mercado local e regional e outros produtos. Mais tarde, com a entrada das atividades fabris, [95] a floresta passa a ser transformada como força motriz nas caldeiras das máquinas a vapor das usinas que beneficiavam as matérias-primas no local. Dessa forma, na medida em a floresta de terra firme ia sendo destruídas novas formações vegetais iam sendo inserida na lógica produtiva até o seu esgotamento para manter o processo produtivo

---

[94] No que se relaciona ao Distrito Administrativo de Icoaraci, as ocupações ocorreram nos eixos de ligação entre a cidade de Belém e núcleo urbano do mesmo. Essas se localizam próximos de empreendimentos industriais, condomínios fechados de médio e alto padrão e próximos as desembocadura dos rios e igarapés.

[95] A presença de grande número de olarias no interior, provocavam sérios danos de ordem ambiental, como: a queima da lenha nos fornos, o consumo de argila das várzeas, provocaram a retirada da mata ciliar e o assoreamento dos mesmos, a quantidade de fumaça liberado durante a queima nos fornos, além das condições insalubres no interior das mesmas, comprometia a qualidade de vida dos trabalhadores.

e a reprodução do capitalismo a nível local, tendo por base a exploração de recursos naturais.

A partir da expansão e ocupação do núcleo, é possível observar, em uma primeira análise, que a urbanização não foi acompanhada por uma efetiva arborização. O que ocorreu foi uma redução drástica, ou melhor, a destruição da cobertura vegetal original. Dessa forma concordamos com Rodrigues, quando este relata que:

> As áreas verdes são fundamentais para a qualificação do equilíbrio ambiental do espaço urbano. A vegetação tem a capacidade de controlar o calor e frio a depender da época; tem influência nos níveis de poluição do ar; dificulta a erosão do solo; reduz os efeitos do fenômeno conhecido por "ilha de calor", reduz a temperatura, dinamiza a circulação do ar, possibilita a redução de ruídos, particularmente em áreas de intensa circulação de veículos. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem postulado a necessidade de se preservar pelo menos 30% do espaço urbano para a preservação de áreas verdes. Esse estoque seria, segundo o órgão, um dos pressupostos de qualidade de vida nas cidades. (RODRIGUES, 2000, p. 125).

Em 2003, observando a área de ocupação da micro-bacia do Tabocal, foi possível constatar que há uma relação inversamente proporcional em relação à área edificada e à vegetação do entorno, tendo em vista que à medida em que aumenta a ocupação nas margens do igarapé, a cobertura vegetal diminui, uma vez que esta, na realidade, desapareceu completamente. É lamentável essa situação em função de não haver maior preocupação dos órgãos competentes em inventariar os elementos da paisagem natural existente naquele micro ecossistema. Portanto, perde-se a possibilidade de uma maior investigação do patrimônio natural existente na área.

Atualmente, o que predomina em algumas propriedades é a cultura de fundo de quintal, voltada para a produção de frutas regionais sem maior valor comercial; assim como o contínuo processo de ocupação com o adensamento populacional, instalação de atividades industriais, comerciais e de serviços por todo núcleo. Do que restava de matas ciliares, foram destruídas nas duas últimas décadas do século passado a partir da ocupação das áreas baixas alagáveis e das várzeas dos rios e igarapés.

Essa forma de ocupação, associada à grande incidência de precipitação pluviométrica, provoca um intenso processo de erosão dos solos que são carreados para os leitos dos igarapés fazendo com que os cursos naturais de águas das diversas micro bacias e canais de drenagem locais sejam afetadas pelo assoreamento. Com isso, ocorre a alteração

no sistema natural de drenagem, causando a elevação do nível das águas, o que torna cada vez mais precárias as condições de vida da população residente nesses espaços.

As várzeas e igapós dos rios e igarapés que comportavam as formações vegetais, a partir da década de 80, com a pressão demográfica por solo urbano e a falta de políticas públicas, principalmente voltadas para a habitação, geração de emprego e renda, resultaram em um processo de ocupação desordenada da terra urbana.

Partindo da compreensão de que a cidade formal, do ponto de vista da ordem, do plano urbanístico, sofre a carência de inúmeros equipamentos e serviços de consumo coletivo, podemos imaginar as ocupações irregulares, freqüentemente sem saneamento, energia, transporte público coletivo, postos de saúde, escolas, posto policial, onde são potencializadas suas carências cada vez mais, refletindo e reforçando a segregação sócio-espacial-ambiental freqüente nas cidades brasileiras, que além de conviverem com as questões relacionadas à raridade desses elementos naturais, têm que conviver com a ausência do Estado e suas políticas sociais.

A situação do ambiente local torna-se, a cada dia, bastante preocupante. Estudos realizados por meio de levantamentos do sensoriamento remoto revelaram a situação atual do distrito. Como destacou o jornal local:

> O aerolevantamento na RMB comprova que Icoaraci é um distrito que apresenta os problemas ambientais mais sérios, em função dos seus recursos naturais estarem seriamente comprometidos ou ameaçados e sua paisagem profundamente deteriorada, devido à desordenada e acelerada ocupação e uso do espaço físico. Os responsáveis direto pela degradação do meio ambiente são a instalação de indústrias na orla fluvial da baía do guajará e Rio Maguari, a extração de areia e argila na bacia do Paracuri, ocupação das áreas de baixadas provocando desmatamento indiscriminado e lançamento de lixo e esgoto sanitários nos corpos d'água.
> Esta realidade devidamente georeferenciada e identificada em todas as suas múltiplas facetas fornece subsídios para a reflexão da real necessidade quanto aos investimentos em políticas de preservação, como recuperação e monitoramento dos recursos hídricos. Ações que possam reduzir impactos sócio-ambientais decorrentes das atividades humanas no espaço urbano. Hoje a exigência de políticas públicas voltadas para a preservação dos recursos hídricos está na Lei federal n^0 9443/97, que regulamenta e organiza o setor quanto ao planejamento e gestão, considerando a água como bem finito, vulnerável e de valor econômico, adotando as bacias hidrográficas como unidade de planejamento. A lei determina ainda a gestão descentralizada e participativa do uso múltiplo dos recursos hídricos (...) Na área em estudos estão assentadas três bacias hidrográficas formadas pelos igarapés Pacaruri, Outeiro e Anani, com distribuição nos nove bairros que compõem o distrito e lei municipal n^0 7.603/93 define e estabelece diretrizes para a implantação de políticas de saneamento nessas áreas com sedimentos, poluentes, lixo etc. (...) Problemas ambientais do DAICO , como a ocupação desordenada da orla fluvial e das bacias do Paracuri (38 Km) Outeiro (26 km) e Anani (20 km).(JORNAL O LIBERAL, 2000, p 10).

O texto desse jornal vem reforçar o que já vínhamos comentando sobre a ausência de políticas públicas mais efetivas no distrito. Portanto, nessa perspectiva, o poder local negligenciou as normas estabelecidas pela Lei Orgânica do Município de Belém que prescreve em seu Art, 160 da Lei Orgânica do Meio Ambiente, do Município de Belém, quando destaca ns incisos I, II, III, VI, IX, XIV, XVIII.

> Compete ao Município, em colaboração com o Estado e a União e no exercício de suas atribuições, a defesa, conservação, preservação e controle do meio ambiente, cabendo-lhe:
> I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
> II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio biológico, paisagístico e genético, fiscalizando na sua área de competência as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético;
> III - definir, no Município, áreas e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, inclusive dos já existentes, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; VI - proteger a fauna e a flora, vedadas, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade;
> VII - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
> IX - estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando, especialmente, a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem corno a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;
> XIV - promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;
> XVIII - fomentar a recuperação da vegetação em áreas urbanas e da vegetação nativa nas áreas protegidas, segundo critérios definidos em lei; (PREFEITURA DE BELÉM. Lei Orgânica do Município, 1999, p. 53-4).

De acordo com os artigos da Lei Orgânica, do Meio Ambiente, do Município de Belém, observamos que a forma como a ocupação do espaço nessas áreas vem ferindo os preceitos da lei, colocando em risco a qualidade do ambiente da cidade.

Dessa forma, a cidade, por ser alvo de diferentes usos, torna-se um complexo ambiente em que se evidenciam os problemas de ordem no ambiente, como o que vem ocorrendo em Icoaraci, com a ocupação das baixadas não saneadas, em que a drenagem natural dos rios e igarapés é comprometida pela forma de ocupação ocorrida sobre eles, que associado ao elevado índice pluviométrico da região ocasiona alagamento, em função da precária e deficiente rede de drenagem, da contaminação no sistema de distribuição de água potável pela deficiência na tubulação e da instalação clandestina e do volume de lixo doméstico produzido diariamente etc. São nesses ambientes comprometidos social e ambientalmente que se concentram a maior parte das famílias que não possuem condições econômicas e sociais para uma boa qualidade de vida, e que necessitam de maior

assistência do poder público na forma de investimento sócio-econômico-estrutural-ambiental, capaz de amenizar as péssimas condições ambiental e de vida, como exemplo, os bairros Cruzeiro, Paracuri, Tenoné, Águas Negra, Maracuera, Parque Guajará, entre outros.

Portanto, no distrito, onde o processo de ocupação ocorreu em vários pontos da cidade, observamos a grande quantidade de lixo e entulhos amontoados e espalhados nas proximidades dessas ocupações, provocando a proliferação de ratos e urubus que passam a conviver passivamente com a população e transformando esses ambientes em foco de propagação de doenças infecto-contagiosas, como bem destacou a Sra. Maria das Dores, "[...] que o maior índice de doenças na ocupação Tabocal, por exemplo, está relacionado a leptospirose e esquistossomose que levam aos óbitos em função da quantidade de lixos depositados embaixo das palafitas"[...] (Entrevista realizada em maio de 2006).

Dessa forma, nas áreas próximas aos rios e igarapés, os problemas são mais graves, tendo em vista que os depósitos de lixo e dejetos humanos são lançados na própria calha dos rios, que aliados à deposição de entulhos por empreendimentos comerciais voltados para a venda de materiais de construção que depositam seus resíduos na foz dos mesmos, provocam o assoreamento, comprometendo, dessa maneira, o ecossistema fluvial, e, em conseqüência do fluxo e refluxo das marés, transportam diariamente resíduos poluentes para o ecossistema maior da baía do Guajará e furo do Maguari.

Outro grave problema encontrado e considerado muito sério é que por falta de autonomia econômica e política, o distrito carece de políticas públicas setorizadas voltadas a dirimir as questões sociais mais prementes. Coisas que não acontece no distrito, o que vem acontecendo a nível distrital é que ele sendo contemplado no Plano Diretor de Belém, recebendo um tratamento homogeinezante, como se os problemas apresentados na cidade de Belém fossem os mesmos dele. Na verdade, Icoaraci apresenta problemas específicos que requerem soluções específicas do ponto de vista da cidade, do urbano e do ambiente. O planejamento como forma de intervenção do Estado sobre o espaço reforça a ideologia no sentido da homogeneização que encobre as contradições postas pela forma de produção, reprodução e dominação do espaço através da reprodução do capitalismo.

No que se refere aos problemas no ambiente, é possível identificar os de diversas naturezas, porém, os de maiores gravidades, a nosso ver e que chama bastante atenção, é a ocupação dos igarapés Paracuri, Tabocal, orla da baía do Guajará, margem do furo do Maguari, áreas do igarapé no Tenoné e áreas de baixadas disseminadas no interior do núcleo urbano que podem ser identificados como os de maiores dimensões no ambiente, variando de forma de ocupação em geral por populações de menor poder aquisitivo, com habitação de forma popular, construídas com materiais dos mais diversos. Assim como na periferia dos bairros mais afastados do núcleo central. (Fotos nº 31, 32, 33, 34, 35 e 36).

A partir da década de 50, ao longo do curso médio e próximo à desembocadura do igarapé Tabocal, foram instaladas várias olarias e grande parte da matéria-prima -argila – a ser utilizada era extraída no próprio local. Essa atividade deu início ao desmatamento, pois com a retirada paulatina da argila, a vegetação foi sendo destruída provocando o assoreamento do seu leito.

Foto 31. Vista parcial da ocupação sobre a várzea do Igarapé Tabocal. A quantidade de lixo depositado, a cor escura da água e a tipologia das habitações revelam as condições de vida dessa população. Bairro do Cruzeiro. Foto Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 32. Vista parcial da ocupação sobre a várzea do igarapé. Bairro do Tenoné. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Portanto, o igarapé, no período de fluxo das marés, constituía importante fonte de alimento à população que vivia às proximidades dessa micro-bacia. Na década de 80, com a decadência da atividade oleira, a área ficou exposta e sujeita a ocupações urbanas pela população integrante dos sem teto. A primeira ocupação teve início a partir do terreno da olaria mais próxima da foz, provocando o desmatamento do que restava da mata ciliar para a instalação dos primeiros barracos, foi seguindo o curso natural das margens e ocupando o miolo das quadras por onde drenam as águas do igarapé alterando o ecossistema fluvial.

A ocupação ocorrida no bairro do Cruzeiro – Cubatão - proporcionou a elevação do índice de violência, tendo em vista que parte dos ocupantes era formada por migrantes e população despossuída das condições objetivas de vida, passando a ocupar habitações subnormais, além da violência que se instalou no âmbito desse bairro, naquele período, também houve constantes registros de casos de violência no interior da ocupação, então ela passou a ser considerada perigosa vide (figura 1).

Foto 33. Vista parcial da ocupação sobre a várzea do rio Paracuri. Foto de Mário Benjamim Dias. 2003

Foto 34. Vista parcial da ocupação sobre a várzea do rio Paracuri. Foto de Mário Benjamim Dias. 2003

Foto 35. Vista parcial da ocupação da orla da baía do Guajará. Bairro do Cruzeiro e Ponta Grossa. Foto de Mário Benjamin Dias. 2003.

Foto 36. Vista parcial da ocupação da orla do furo do Maguari. Foto de Mário Benjamin Dias. 2004

Figura 1. Micro bacia do Igarapé Tabocal.

O ambiente onde vive a população do "Cubatão" é extremamente precário (vide fotos 37, 38 e 39), o que compromete a sua qualidade de vida tendo em vista que habitar em palafitas, sem fossa séptica/biológica, na qual os resíduos depositados nas margens do igarapé são totalmente carreados para fora ficando retidos nos quintais, embaixo do assoalho das casas, e, que ao entrarem em decomposição, liberam odores fétidos e desagradáveis; e também de possíveis elementos tóxicos que podem comprometer a saúde dessa, população, em função das condições geomorfológicas do terreno, formado principalmente pelas várzeas e igapós, o que dificulta o deslocamento da população ocupante, sendo necessária, naquela época, a pavimentação com estivas [96] e o aterramento com materiais, os mais diversos, como: serragens, restos de capinação de ruas, lixo etc.

[96] Estiva – ponte de madeiras construída sobre a várzea e/ou igapó nas partes baixas das cidades amazônicas, ligando os barracos entre si e uma principal, uma forma de passarela que da acesso a uma rua pavimentada. É muito comum no conjunto da RMB, onde o terreno apresenta estas condições morfológicas.
É importante destacar na cidade de Belém o Projeto de Macrodrenagem que implantou um gigantesco projeto de drenagem urbana nas principais micro-bacias existentes na parte central da cidade, destacando-se a da bacia do Uma, em uma parte da cidade que se tornou bastante valorizada.

O governo estadual, da época, implementou políticas setorizadas de cunho assistencialistas ao permitir, de forma clandestina, a ligação de energia elétrica e água encanada gratuitamente às famílias das ocupações ocorridas em seu governo.

Processo semelhante vem ocorrendo com a micro bacia do rio Paracuri, onde a retirada da cobertura vegetal e da mata ciliar já foi bastante comprometida e a ocupação desordenada não pára de crescer. Essa ocupação vem ocorrendo no sentido do interior do núcleo e em direção à cidade de Belém, com casebres de madeira, em forma de palitas sobre a várzea e o igapó vide (figura 2).

A ocupação, na micro bacia do igarapé Paracuri, compromete o ecossistema fluvial, tendo em vista que, ao ser ocupada, foi transformada em depósito de lixo, comprometendo a drenagem do igarapé em face do assoreamento causado pela queda das terras existentes nas margens; a ocupação com barracos que acompanha as margens no sentido foz nascente e que impede a drenagem na várzea; deposição de resíduo de diferentes formas [97] no canal. Segundo o jornal Diário do Pará (22 de Outubro de 2000. Caderno cidade): "Está faltando matéria-prima para que os artesões de Icoaraci produzam as peças de cerâmica. [...] a causa seria a ocupação desordenada nos leitos dos rios do Paracuri e nos que se encontram as suas proximidades". Portanto, na medida em que a ocupação vai ocorrendo nas várzeas dessa micro bacia, a retirada de argila torna-se impossibilitada.

De forma geral, as ocupações urbanas atraem o comércio popular de materiais de construção. Particularmente, nas áreas das micro bacias urbanas, o problema desse tipo de comércio é bastante prejudicial ao ambiente, pois se localizam na desembocadura dos rios e igarapés, passando a depositar resíduos sólidos (caco de tijolos, telhas, resto de areia e de

---

O projeto em sua fase de operação, transferiu parte significativa da população residente (baixa renda) para áreas mais distantes da parte central da cidade, numa clara evidência do processo de valorização do e no espaço urbano marcando a presença de um dos agentes mais importantes no processo de produção do espaço urbano – o Estado -, nos três níveis de manifestação, financiado com verbas de agências internacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).
O projeto da macro drenagem revitalizou as baixas e saneou grande parte da pobreza do local, ao expulsarem essa população para as áreas mais distante. O projeto não atingiu as áreas baixa da cidade como um todo, mas somente alguns bairro ou parte de bairros da área central de interesse para o capital. Portanto, as estivas vão permanecer por algum tempo na paisagem da metrópole paraense.

[97] Na foz do Igarapé Paracuri e ao longo da direita da baía de Guajará com a ocupação ocorreu a proliferação de estabelecimentos comerciais voltados a venda de materiais de construção (madeiras, telhas, tijolos, arreia, barro, entre outros que produzem grande quantidade de resíduos sólidos, que naturalmente são depositados no leito do rio e da baía. (Fonte: Trabalho de Campo realizado em 2003).

Figura 2. Micro bacia do Igarapé Paracuri

areia e de madeiras, entre outros) em sua foz. O surgimento de estabelecimentos comerciais voltados para a venda de materiais de construção às proximidades das ocupações é uma prática que tem se generalizado por toda a Região Metropolitana de Belém.

A construção de barracos nas várzeas dos igarapés e rios, assim como a pavimentação dessas áreas com estivas impossibilitam a coleta de lixo e a construção de

fossas sépticas, o que leva essa população a depositar ao longo do curso dos igarapés seus resíduos, que naturalmente são carreados pelos fluxos das marés ao furo do Maguari e da baía do Guajará.

Foto 37. Vista parcial do comércio de material de construção ao longo da orla rio Paracuri. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Diante das condições naturais desse ambiente, a vida das crianças é afetada, em função da falta de terra firmes e livres para elas brincarem, o que faz com que estas restrinjam-se ao interior das "casas". Outro fator a contribuir para a afetar as condições de vida dessa população é quando ocorre a fluxo das marés, as pessoas transformam o rio em área de lazer para tomar banho, passear de canoa, nadar, pescar, entre outras, diversões. Contudo, o contato com esse ambiente pode comprometer a saúde, o desenvolvimento e o próprio futuro desses seres por causa da concentração de poluentes nas águas.

Em 2003, observamos um grande número de crianças brincando com filhotes de peixes guardados em vidros com água, como uma espécie de animal de estimação.Isso nos levou a constatar em nossas observações, que essas crianças, na maioria, não freqüenta escola, porém estão inseridas nas atividades dos pais na busca de complementar a renda, pescando, coletando açaí nas ilhas próximas. O ambiente, como um todo, demonstra as péssimas condições em que vive a população dessa comunidade. Grande parte dela mantém culturalmente atividades relacionadas à vida dos ribeirinhos amazônicos, possuindo canoas,

apetrechos de pesca, que revela um modo de vida do caboclo amazônico. A prática agrícola não ocorre por falta de terra, pois muitos mantêm pequenos cultivos de ervas medicinais, pimenta e temperos em jiraus, [98] para suprir as necessidades mais imediatas.

Foto 38. Vista parcial do comércio de material de construção ao longo da orla fluvial da baía do Guajará e furo do Maguari. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Recorrendo a princípios básicos de higiene e conservação do ambiente, notamos, nas áreas inóspitas ocupadas por uma parcela da população, que a falta de coleta de lixo produzido aliado a outros fatores, comprometem o ambiente pela contaminação que esse resíduo provoca, seja pelo lixo jogado diretamente no leito dos igarapés e rios, seja pela contaminação por ele provocada, além da proliferação de insetos e roedores que, conjugado ao desmatamento da área e do entorno, compromete tanto a qualidade da água das micro bacias, com o odor fétido causado pela decomposição do material depositado, assoreamento, quanto a saúde da população que reside nesse espaço.

Um outro aspecto observado e considerado grave está relacionado às condições climáticas que imperam na região uma vez que, contribuem para a propagação de insetos em face à rápida deteriorização dos resíduos deixados a céu aberto, e que aliado ao elevado índice pluviométrico que atinge a região, mais de 2.500 mm/aa corroboram para transportar

[98] - Espécie de assoalhos sobre a várzea ou igapó dos igarapés com plantações em vasos, livre das águas.

os detritos que não são acondicionados de forma correta, sendo levados para os leitos dos rios e igarapés provocando o assoreamento e o entupimento de bueiros.

Esse mesmo fato acontece com o movimento das marés haja vista que ela provoca o desmoronamento da margem dos igarapés por meio da erosão causada pela falta da mata ciliar, comprometendo os barracos que ali foram construídos, havendo a necessidade de um permanente reforçamento da estrutura das casas e/ou mudança do local.

Esses são apenas alguns dos problemas vivenciados por uma parcela da população de menor poder aquisitivo que, nas últimas décadas, vem ocupando áreas exíguas, principalmente as baixadas, freqüentemente alagadas ou alagáveis, as periferias, empurrada pelo perverso processo de valorização e especulação da terra, confinando essa população a viver em situação de risco sócio-espacial-ambiental no distrito.

Nesse sentido, a maioria dos lugares do distrito, passam pelo processo de valorização, mas em níveis diferentes, por estarem em continua transformação/produção numa forma de dissolução da cidade e o desenvolvimento do processo de urbanização.

Compreendemos que a problemática ambiental está intimamente relacionada à problemática social, ou seja, ela é conseqüência desse processo. A esse respeito Coelho comenta que:

> O ambiente ou meio ambiente é social e historicamente construído. Sua construção se faz no processo da integração contínua entre sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente. O ambiente é passivo e ativo. É, ao mesmo tempo, suporte geofísico, condicionado e condicionante transformado de vida social. Ao ser modificado, torna-se condição para novas mudanças, modificando, assim a sociedade. Para a ecologia social, a sociedade transforma o ecossistema natural, ou melhor, um ecossistema urbano [...]. [99]

Dessa forma, na mediada em que os processos sociais se materializam produzindo a expansão da mancha urbana, modificam espaços pré-existentes ou espaços que ainda mantém fisionomia de natural, tendo como conseqüências um outro ambiente ou ecossistema, o urbano com suas características e contradições. Para Ajara:

> A problemática ambiental é inseparável da problemática social, concebendo-se o meio ambiente como um sistema integral que engloba elementos físico-bióticos e sociais. Assim sendo, a apreensão

[99] COELHO, (Ibdem. p. 29).

> de uma dada questão ambiental dar-se-á apenas quando recuperadas as dinâmicas dos processos sociais e ecológicos, atribuindo igualmente ênfase a história da sociedade e da natureza. [100]

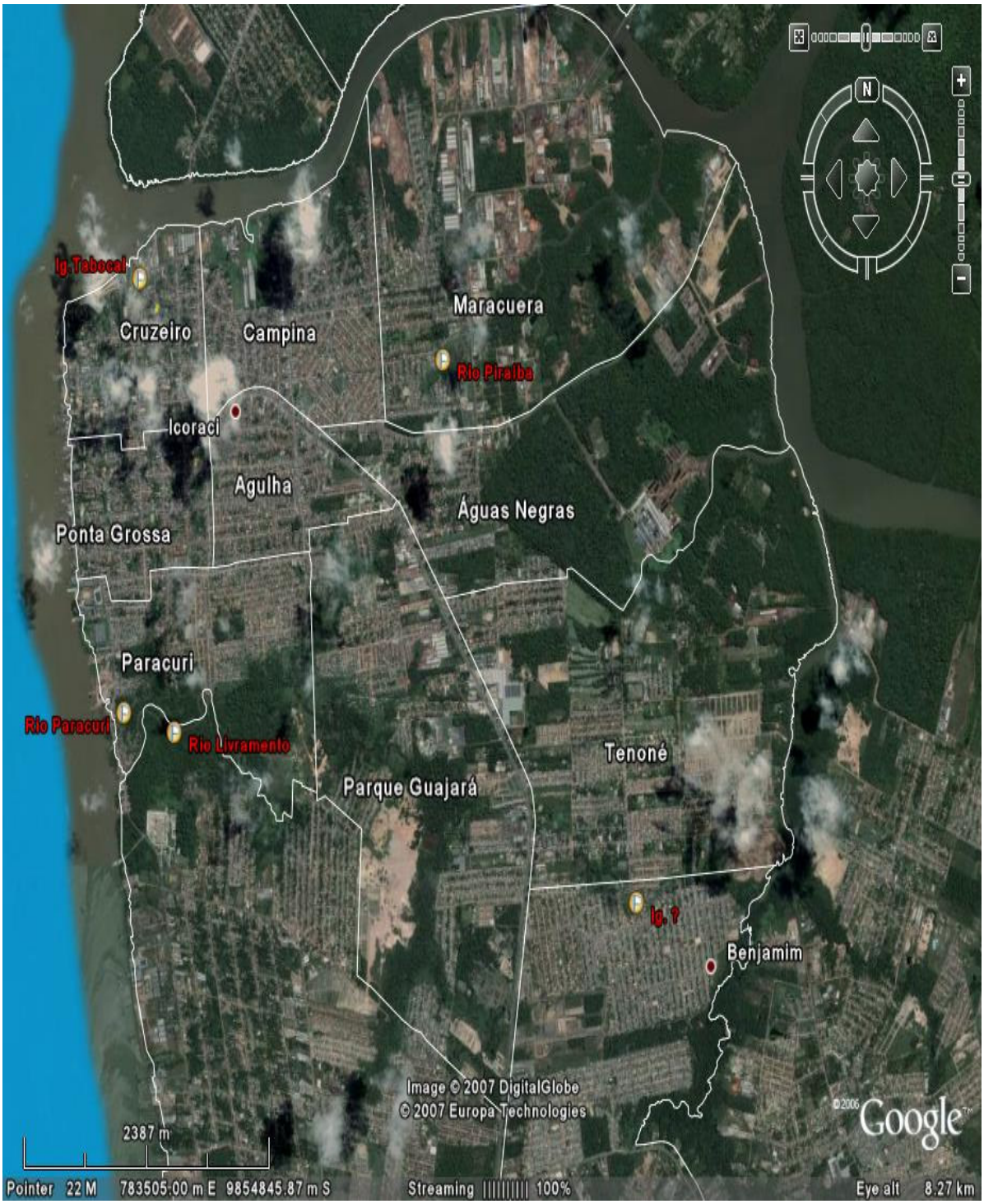
É importante que as análises e reflexões propostas a partir da Geografia, enquanto campo do conhecimento, permitam-nos avançar nos estudos relacionados à problemática do ambiente urbano, com os cuidados de não cair na armadilha do discurso oficial de os problemas no espaço urbano são decorrentes da falta de planejamento ou que a falta de água, do ar puro, do verde são problemas do meio ambiente.

É necessário compreendermos que as carências de recursos naturais sempre estiveram em discussão em diferentes épocas do desenvolvimento da sociedade, e que está relacionada à raridade desses recursos por causa do uso intensivo pelas sociedades ao longo de seu desenvolvimento e da divisão internacional do trabalho que direciona o que a sociedade deve consumir, pois é isso que torna indispensável à reprodução do homem enquanto espécie, pela intensificação dos diferentes usos atribuídos ao longo do processo de desenvolvimento do modo de produção dominante.

Nesse sentido, temos que ter cuidado para não correr o risco de naturalizar as reflexões sobre a cidade, o urbano e o ambiente, o que não significa dizer que tais reflexões não contribuam à análise da realidade, pois são de grande importância e têm, como perspectiva analítica, sobre a sociedade como um todo, são resultantes do modo de produção capitalista que, para garantir a sua própria reprodução, apropria-se da natureza, transformando-a em mercadorias para satisfazer as suas necessidades e garantir a reprodução ampliada do capital.

---

[100] AJARA, (Ibdem. p. 03).



CAPÍTULO IV

A PERIFERIA DE ICOARACI: LOCUS DA REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.

4.1 A PERIFERIA ENQUANTO LOCUS DA EXCLUSÃO SOCIAL

> *A degradação ambiental, visível na maior parte das grandes cidades do mundo, é a transição espacial de uma crise social, econômica e política que afeta a civilização capitalista. Essa crise é bem mais grave nas cidades da periferia da economia globalizada, onde a expansão da pobreza e a "desculturalização" de setores crescentes da sociedade se refletem na desintegração dos espaços nacionais e na degradação progressiva do tecido urbano (Kuhn. F. S. 1997, p.79)*

O homem no processo civilizatório, para garantir sua sobrevivência, necessita ocupar um determinado lugar no espaço e essa ocupação por sua vez envolve o ato de produzir o mesmo. Dessa forma, a periferia enquanto uma das manifestações da sociedade é uma produção social que reflete a forma de como os homens se relacionam entre si, com o espaço e com a natureza.

A gravidade dos problemas sociais e ambientais das cidades dos países em desenvolvimento passou a ser uma preocupação no plano internacional. A situações das grandes periferias, da favelização, das ocupações urbanas, ente outras, passaram a dominar as paisagens nessas cidades nas últimas décadas. Afinal, essas condições de vida, em larga medida, poderiam colocar em risco a manutenção de quantidade significativa de trabalhadores, tendo em vista que o modo de produzir não cessou de expandir pelo mundo, e essa situação poderia colocar em risco a sobrevivência do sistema como um todo. Dessa forma, compreendemos a preocupação das agências de fomento internacional em relação à situação da população pobre e miserável desses países.

Pereira ao analisar a produção do espaço e a degradação ambiental, na cidade no momento atual afirma que: "Os problemas ambientais dizem respeito, portanto, às formas pelas quais o homem produz esse lugar com o objetivo de garantir suas condições de sobrevivência. (...) A compreensão do espaço como uma produção social leva à compreensão de que a questão ambiental decorre das relações entre os homens e não apenas das relações entre homens e natureza".[101]

A migração ocorrida nas últimas décadas do século XX na RMB teve um papel fundamental, enquanto elemento importante no processo de reprodução e de acumulação do

---

[101] PEREIRA, (Ibdem. p. 35).

capital, assim como intimas relações com a periferia urbana de Icoaraci. Por isso é importante e não podemos desconsiderar o movimento migratório, através do intenso fluxo de migrantes que passou a chegar no Distrito nos últimos trinta anos agravando ainda mais a situação. Esses em sua maioria chegam sem as mínimas condições de reproduzir-se a não ser nas periferias. De forma geral, essa é a forma de como consideráveis parcelas da força de trabalho na cidade têm se reproduzido, principalmente com a aquisição de terrenos mais baratos nas periferias e nas áreas mais centrais da cidade com precárias condições de infra-estrutura e de comprometimento ambiental.

Para a cidade o movimento migratório que ocorreu, além de representar o aprofundamento da segregação sócio-espacial-ambiental, em função da forma como foram sendo ocupadas as áreas desocupadas, significou também, um progressivo aumento nos problemas sociais: elevação nos níveis de criminalidade, mendicância, informalidade do emprego, invasões de áreas públicas e particulares, entre outros, nas quais as soluções estão longe de serem encontradas.

São fatos que refletem nas periferias da cidade uma paisagem extremamente diferenciada, na qual o quadro edificado reflete os níveis de renda, dando um aspecto do instantâneo, do inacabado e do efêmero, um constante refazer em permanente construção. Nessa perspectiva, a massa de excluídos que não tem condições objetivas para adquirir habitação com dignidade, passa a viver em condições tão adversas colocando em risco a sua própria sobrevivência, marcando um profundo quadro de exclusão social. Monteiro chama atenção de que: "O fato capital a assinalar é aquele da sintonia entre o contraste que se revela na 'habitação, que é um espelho da organização social contrastante no processo de apropriação (produção) do espaço urbano. A casa de nós (privilegiados) é um abrigo que exibe o luxo. Enquanto a dos outros (explorados), no mais das vezes é um esconderijo associado ao lixo". [102]

O processo de exclusão social espacializada nas periferias reflete um modo de viver e de ser. Como resultado desses processos, resta à maior parte da classe trabalhadora, a alternativa de viabilizar sua reprodução, a construção de suas moradias em áreas mais afastadas do núcleo pioneiro do distrito, principalmente através de loteamentos

[102] MONTEIRO, (2004. p. 40).

clandestinos ou irregulares localizados próximos às indústrias, às vias de acesso aos locais de trabalho, centro de serviços, entre outros.

O crescimento do processo de periferização, também tem origem em um outro fator, o da política de renovação urbana [103] que vem afetando, paulatinamente, parcela da população de menor poder aquisitivo, proprietária de imóveis nessa área de renovação que a partir da intervenção do poder local passam pelo processo de valorização; por isso, são também forçadas a migrar pela força do mercado imobiliário, em função dos elevados encargos que essas áreas passam a apresentar. Essas áreas normalmente têm apresentado como característica dominante a precariedade ou inexistência de infra-estrutura e serviços comunitários. Portanto, essa é a realidade que ocorre nas cidades, principalmente nas periferias, que cada vez mais passam a apresentar características comuns, como: distribuição de terrenos; irregularidade do traçado viário, debilidade da infra-estrutura e dos equipamentos comunitários; construções com baixo padrão de acabamento e feita nas formas de autoconstrução nos finais de semanas; com famílias normalmente numerosas. [104]

É preciso pensar a cidade e seus diferentes problemas, em especial os do ambiente urbano, em função de que ela é na atualidade o *lócus*, na qual vive a maior parte dos habitantes do planeta. Esse fenômeno de adensamento demográfico foi potencializado, a partir da segunda metade do século XX, em função de vários fatores, que proporcionaram essa concentração, que não deixam de fazer pressão por infra-estrutura e serviços de consumo coletivo. Para CHESNAIS E SERFATI:

> Entre as questões "ambientais" críticas, a da urbanização maciça do planeta é, sem dúvida, uma das mais notórias. O processo foi brutalmente acelerado após a Segunda Guerra Mundial. Este é particularmente marcante nos países antigamente colonizados. A urbanização das últimas décadas é, antes de tudo, o resultado da expropriação do produtor rural, camponês ou artesão, e foi acelerado pela substituição das culturas de subsistência por produções destinadas a exportações que criaram situações de penúria alimentar dramática. [105]

---

[103] - O processo de renovação urbana ou "gentrificacão" passou a ser uma tendência dominante no Brasil a partir da década de 1980, como forma de valorização das áreas central das cidades, redefinindo usos e uma tentativa de atrair a população de volta ao centro.

[104] Essas informações foram obtidas durante a realização da pesquisa de campo, quando foram relatadas de maneira informal, que na maioria das vezes o migrante ao se estabelecer no lugar passa a atrair o restante dos familiares ou amigos, seja para estudar, trabalhar, entre outro, aumentando, naturalmente, o número de ocupantes na moradia.

[105] CHESNAIS e SERFATI (2003, p. 72).

A realidade vivenciada pela sociedade brasileira, após a década de cinqüenta, demonstra bem essa situação, quando a chamada "modernização no campo" que expulsou massas de trabalhadores rurais para as cidades, expropriados de seu meio de vida e trabalho, passando a engrossar as periferias das grandes e médias cidades, no início do processo, e hoje, se generalizou pelas demais. Assim, é perceptível a condição em que vive a população nesses ambientes, social e ambientalmente inapropriados, em muitos casos sobrevivendo de filantropia da igreja e grupos organizados assistencialistas, como relatou a Sr. Maria das Dores "vivemos da ajuda do grupo de ação da igreja católica, aqueles jovens que a cada quinze dias promove a distribuição de sopa na comunidade, é um ajuda muito grande, assim como, a escolinha de nossas crianças que funciona com a ajuda das professoras voluntárias..." (Pesquisa de campo realizado em março de 2006). [106]

Em uma outra perspectiva, após a referida década, presenciou-se um crescimento demográfico, assim como, a potencialização da ideologia do consumo, gerando uma maior desigualdade entre as condições de vida, índices elevados de extrema miséria a uma parcela significativa da população, nos países da periferia do sistema mundo.

A cidade por sua natureza é o local no qual as diferença se espacialiazam, tendo em vista a desigual distribuição da população, em que os privilegiados habitam os lugares com melhores condições de viver, enquanto os desfavorecidos ocupam os espaços em condições adversas, como demonstra o quadro 4 da distribuição da população. Como chama atenção Monteiro: "Na lama, nas várzeas inundáveis, nas vertentes íngremes dos morros, aliando intimamente na ecologia urbana, a condição ambiental à condição social".[107]

A Quadro nº 03 apresenta a distribuição da população pelos noves bairros que formam o território urbano, no qual o de Águas Negras é menos povoado e o da Campina de Icoaraci é o que apresenta a maior concentração populacional.

É indiscutível, que vivemos nesse período um grande paradoxo, no qual o homem moderno vem apresentando uma queda crescente na qualidade do ambiente em que vive.

---

[106] Nas inúmeras visitas realizadas na área, nós deparamos na ocupação Cubatão com uma escola comunitária, com um grande números de crianças sem as mínimas condições de infra-estrutura para funcionamento, sem mesas, cadeiras, material escolar. Para complementar o quadro a energia elétrica havia sido cortada por falta de pagamento da conta. As crianças estavam em um ambiente de penumbra, sob os cuidados de um jovem que mal havia terminado o ensino fundamental.

[107] MONTEIRO. (Ibdem. p. 16).

Entretanto, é neste período, que a sociedade atinge níveis de desenvolvimento nunca visto na história da humanidade. Vivemos em um período em que o desenvolvimento técnico-cientifico proporciona através da engenharia genética, o melhoramento das espécies animais e vegetais, os países batem recordes de superprodução de alimentos, de drogas que combatem e/ou curam doenças que dizimavam populações pelo planeta. Entretanto, o desenvolvimento, o crescimento, o progresso e modernização, não consegue eliminar índices elevados de miséria na qual se encontram partes da população mundial.

É de conhecimento que essas questões, entre outras, não são problemas da sociedade contemporânea. Eles remontam a própria história do homem e se aprofundou com o modo de produzir mercadorias, e estão associados à forma de como o mesmo operou ao longo de seu desenvolvimento, ao transferir trabalhadores do campo para as cidades, fazendo com que houvesse um incremento da população urbana que passou a partir daí a viverem amontoadas, uns sobres às outras, em ambientes inapropriados, sem qualidade de vida a partir daquele período. Dessa forma, compreendemos que atualmente, essas condições tornaram-se bastante precárias, principalmente nos países subdesenvolvidos, associados à falta de condições ambiental e de vida para uma grande parcela da população.

Os problemas vivenciados nas cidades são também resultantes do processo de industrialização, que ao se desenvolver, não levou em consideração os limites dos recursos naturais, e que ao se apropriarem pelo processo de trabalho, transformam os elementos da natureza em mercadorias, provocando a degradação ao ambiente, e que em contrapartida, vem comprometendo a qualidade de vida da população em vários sentidos, sendo os mais evidenciados, a contaminação e escassez de água, do ar limpo e puro, os desmatamentos, queimadas, a poluição, morte e extinção de espécies da fauna e flora. Da mesma forma, o processo de urbanização que se generalizou, passando a concentrar parte da população cada vez mais distante dos locais de trabalho, lazer, serviços, entre outros. Nessa perspectiva, acentua-se a degradação do ambiente da cidade e, inevitavelmente, a qualidade de vida da população que se aglomeram nas cidades e conseqüentemente no espaço urbano.

É inegável que em função das condições econômicas, vontade política, o poder local do Município de Belém não tenha condições de amenizar com recursos próprios, serviços de fornecimento de saneamento básico, escolas e transporte para atender as necessidades

fundamentais de uma parcela da população periférica e carente que não pára de crescer, em razão das condições adversas em que se encontram. Essas questões, associadas aos problemas inerentes ao capitalismo, têm resultado na proliferação de assentamentos ilegais, em aglomerações numerosas que exercem pressão no ambiente por causa das formas precárias na utilização de recursos naturais em conseqüência da pobreza, como por exemplo, a deposição dos esgotos sem tratamento nos leitos dos rios, igarapés e baía, a falta de aterros sanitários, a coleta regular do lixo e de entulhos produzidos na cidade, o sistema de esgoto e a rede de drenagem, tudo isso acaba produzindo ambientes extremamente insalubres ao homem.

No caso do distrito de Icoaraci temos um problema real, uma vez que as condições do ambiente na cidade apresentam-se em diferentes níveis de complexidade. Uma primeira análise está relacionada à própria morfologia na qual ele foi assentada: na planície de inundação entrecortada por inúmeros rios e igarapés que cortam e recortam o sítio urbano, formando micro-bacias urbanas e, que ao longo, a sua expansão e do processo de urbanização foram densamente ocupadas, principalmente pela camada pobre com habitações em forma de palafitas sobre as várzeas e/ou baixadas. Todavia, enquanto espaço integrado à cidade, é preciso compreendê-lo, enquanto espaço socialmente produzido em função dos interesses dos agentes produtores do espaço urbano.

A segunda análise, refere-se à expansão do núcleo urbano e à quantidade de resíduos produzidos no na cidade, os quais são destinado ao lixão do Aurá, o qual se localiza as proximidades da nascente dos mananciais que abastecem a cidade como os Lagos Bolonha e Água Preta. como alternativa de eliminá-los, porque geram sérios impactos ao ambiente urbano.

Como terceiro a análise abordamos a própria expansão e densificação do distrito em função do uso do solo, de sua impermeabilidade, da falta de arborização como conseqüências da própria ocupação que vem ocorrendo, da carência em saneamento, tendo em vista que grande parte dos resíduos líquidos produzidos na cidade são lançados na baía de Guajará e furo do Maguari.

É evidente que as transformações que ocorrem no ambiente urbano de Icoaraci estejam inter-relacionadas, principalmente porque de que o processo de urbanização no país

não cessa de crescer, acentuando as contradições postas pelo modelo de desenvolvimento adotado, pois tal modelo está intimamente relacionado à reprodução do capital que em seu processo de desenvolvimento, separa, isola os homens pelos níveis de renda. Em contrapartida, produz cidades com extremas desigualdades sociais e ambientais. A cidade, então, é vista como o lócus da reprodução, garantindo dessa forma, a manutenção do modelo de acumulação. Porém, não é o que aconteceu com a produção do distrito cada vez mais fragmentada e hierarquizada.

Pensar a (re)produção do espaço urbano em Icoaraci significa levarmos em consideração, de um lado, o papel que as determinações econômicas e políticas engendradas pelo Estado imprimiram no lugar, enquanto *lócus* da reprodução do capital industrial em um determinado momento histórico, ou seja, a forte intervenção do poder da Estado após a década de 1960, visando a integração; por outro, as condições geográficas do lugar ao longo desse período, associadas à dinâmica socioespacial nele ocorrida com a chegada da atividade industrial, tornando-se um espaço diferenciado no contexto da metrópole. [108]

É nesse contexto que procuramos entender a produção da periferia enquanto espaço destinado à classe trabalhadora. É nessa direção que caminha esta análise, ao mostrar a complexidade da qual se encontra o processo de (re)produção da cidade no momento atual e ao analisar enquanto periferia suas características comuns e as particularidades desses espaços, destacando em um primeiro plano as condições sócio-espacial-ambiental enquanto fragmentos da cidade.

A partir da década de setenta, Icoaraci vivencia um novo momento no processo de industrialização passando a representar para a população migrante a possibilidade de emprego formal com segurança e vantagens trabalhistas o que não foi a realidade para muitos, porque a maioria da mão-de-obra migrante era desqualificada para as atividades urbanas formais, além de que a geração de postos de trabalhos na atividade industrial não foi capaz de absorver a demanda existente. Dessa forma, a migração gerou uma massa de

[108] O surgimento da indústria paraense ocorreu de forma inteiramente diferenciada do processo ocorrido no centro econômico do país, em especial São Paulo, no qual a base da acumulação de capital se deu através da agroexportação, possibilitando o desenvolvimento das relações capitalistas, tendo o café como produto de maior importância na pauta de exportação. A acumulação de capital pela oligarquia cafeeira, possibilitou maiores investimentos na atividade industrial, como formas de dinamizar e ampliar a reprodução do capital.

trabalhadores excedentes que passaram a gravitacionar pelo espaço urbano em busca de melhores oportunidades e como alternativas para a sua sobrevivência, as áreas menos adequadas à vida.

O Segundo PND colocou em suas premissas econômicas a consolidação da atividade industrial brasileira, com isso ela passou a ocorrer em diferentes lugares do espaço nacional, o que significou, em última análise, uma nova divisão territorial do trabalho sendo implementada no país. Porém, mantendo-se o centro de decisões do poder econômico em um único ponto do território, ou seja, na região Sudeste.

O crescimento da atividade industrial, na economia local, impôs gradativamente a instalação em nível municipal, de um conjunto de objetos técnicos que pudessem viabilizar a ampliação da escala de produção, como também permitir maior integração das ações referentes aos processos de produção, circulação e distribuição dos produtos desse setor. Daí a importância da localização do distrito de Icoaraci no município de Belém.

Com isso, o incremento da atividade industrial passa a se configurar como expressão da modernização e da racionalização requerida pelo capital em seu processo de produção e acumulação, requerendo um conjunto de sistemas técnicos e de ações. Mas, a modernização não ocorreu de forma homogênea pelo espaço da cidade, ocorreu apenas naqueles de interesse para o capital. Em contrapartida, permaneceram e se acentuaram as áreas com extremas precariedades e deficiências de saneamento, transportes coletivos urbanos inexistentes, precariedade e insuficiência nas redes de ensino, que não conseguiram atender a demanda, entre outros.

Dessa maneira, para compreender os processos que ora ocorrem em Icoaraci, é necessário também entender o processo de produção do espaço de Belém, assim como a sua expansão, tendo em vista que Icoaraci é parte integrante dessa cidade.

O processo de periferização ocorrido em Belém, é um fenômeno que começou a se generalizar a partir da expansão da cidade, com o crescimento populacional. Essa expansão se deu a partir da década de cinqüenta, quando os terrenos de cotas mais elevadas e livres das inundações, já se encontravam ocupados pela população de melhor poder aquisitivo, restando naquele período, os de cotas mais baixas, localizados no interior da área central. A população em geral ocupava preferencialmente essas áreas em função da localização das

atividades econômicas estarem concentradas nesse espaço e que absorvia grande número de trabalhadores. Na medida em que a pressão por solo urbano aumentava, as áreas de baixadas passaram a ser alvo de intervenção do poder local, que como forma de valorização e readequação, interviam objetivando sua recuperação. Esse processo ocasionou a transferência de parcelas da população das baixadas de Belém para áreas mais distantes do centro da cidade. Essa ação atingiu a população de menor poder aquisitivo que não dispunha de melhores condições econômicas para permanecer nessas áreas.

A expansão urbana da cidade de Belém implicou sobretudo nas formas de ocupação e uso do solo urbano na metrópole. Portanto, é importante ressaltar que o crescimento demográfico na RMB é resultante da migração interurbana e intraurbana. No primeiro caso, esse processo está relacionado ao próprio movimento demográfico na metrópole; enquanto o segundo é resultante do movimento em nível do Estado, da região e do país, sendo responsáveis pela elevação dos contingentes populacionais, quando a cidade de Belém passou a ser um pólo de atração naquele momento. Diante dessa situação, foi intensa a pressão por solo urbano na cidade, tornando a área central, cada vez mais valorizada.

Assim o crescimento da cidade de Belém ocorreu produzindo a periferia, que passa a ser o local de morada da classe trabalhadora a partir daquele período, porque os terrenos eram mais baratos, porém, apresentando toda sorte de carências. Paralelo a esse processo, o Estado projeta, na área de expansão, a construção de inúmeros conjuntos habitacionais para diferentes segmentos sociais. Nesse percurso, o movimento de ocupação urbana pelos sem teto foi muito grande nessa área, proporcionando grande adensamento.

Dessa foram, a concentração populacional na periferia da cidade se intensifica, pois na década de setenta, com a criação da Região Metropolitana de Belém (RMB) e associada ao fracasso de projeto de colonização nas áreas de expansão da fronteira amazônica, o qual vivenciou um êxodo rural sem precedente na história da região, amplia-se então, essa população migrante passou a se concentrar nas principais cidades ligadas pelas rodovias federais em busca de melhores condições de vida, ocasionado a concentração de grande número de pessoas em espaços carentes de infra-estrutura e de serviços que pudessem garantir-lhe melhor qualidade de vida.

Nesse contexto a constituição da Região Metropolitana de Belém insere-se na política do Estado com forte intervenção no espaço urbano, tendo a capital como cidade principal e que centraliza as melhores oportunidades de emprego, trabalho, serviços públicos que a tornou um pólo de atração na região.

Dessa maneira, o processo de produção do espaço de Icoaraci, ao longo das últimas décadas, tem estreitas relações com o próprio processo de expansão da cidade de Belém, pois a partir da década de cinqüenta, do século XX, com o esgotamento do solo na área central, promoveu o deslocamento de parte dessa população para a área de transição e de expansão, passando a ser também o local de moradia da população de menor poder aquisitivo. Dessa forma, grandes contingentes da população, passaram se localizar na área de expansão, correspondendo à atual Avenida Augusto Montenegro, Icoaraci, Caratateua e BR 316 no sentido do Município de Ananindeua, Mosqueiro.Como demonstra a mapa no 5 de estruturação metropolitana, conforme relato do Ipea, que:

> As sucessivas crises dos anos 80 fragilizaram ainda mais a base de Belém, projetando nessa região parte das dissonâncias do desenvolvimento: taxas de crescimento do PIB inferiores à taxa de crescimento demográfico, baixos níveis salariais, elevados níveis de desemprego e subemprego, concentração de renda, desassistência social e educativa e déficit urbano crônico de infra-estrutura e de serviços estatais.
> Essas características socioeconômicas refletiram diretamente na estruturação da cidade, configurando um perfil no qual um centro urbano adensado, ocupado pelas populações de média e alta renda, contrasta com uma periferia dispersa, ocupada pelas populações empobrecidas. Esse quadro propiciou a verticalização urbana acelerada e a segregação espacial/concentração da pobreza em que áreas não apropriadas à habitação humana (baixadas), além de meios de transporte inadequados, em razão de um subsistema que privilegiava o deslocamento individual via automóvel; de um processo de urbanização deficiente, principalmente nas áreas periféricas; de um crescimento da especulação imobiliária; e das formações de vazios urbanos que impendem o acesso à terra pela grande maioria da população. Os problemas urbanos comuns a Belém e à maioria das capitais brasileiras, como o binômio centro/periferia, a verticalização e os vazios urbanos, fazem parte da lógica social, em especial da dominação no interior das grandes cidades: uma lógica de segregação na qual, de um lado, estão aqueles que se beneficiam com os investimentos estatais e com a valorização imobiliária deles decorrentes, e, de outro, os que vivem em situação de degradação das condições de vida sem opção de moradia, sem acesso aos serviços públicos e à infra-estrutura. [109]

Com isso, o crescimento urbano no sentido de Icoaraci ocorre através da ação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano, entre eles os promotores imobiliários. A ação destes ocorre, principalmente, em áreas que apresentam aspectos de beleza natural, de fácil ocupação, acessibilidade e que esteja próxima de infra-estrutura e equipamentos de consumo coletivo, como é o caso dos conjuntos habitacionais e condomínios fechados ao

---

[109] IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas. (2002, p. 11).

longo do leito da Rodovia Augusto Montenegro. Esses fatos também acontecem com as áreas que apresentam carência de infra-estrutura e equipamentos de consumo coletivos e adversidades naturais (áreas alagadas, baixadas não saneadas, áreas distantes, ocupações urbanas, isto é, para a realização do capita, não existem barreiras físicas ou naturais, desde que estejam garantidas a sua reprodução ampliada, este se apropria e modifica o ambiente, uma vez que tem a seu dispor o conhecimento cientifico-técnico para auxiliá-la em suas empreitadas.

> (...) verifica-se a relação espacial e proximidade dos conjuntos habitacionais públicos e privados de baixa renda com os pontos de maior incidência de invasões nas áreas de transição e de expansão da RMB. Essa constatação reforça a tese de que os investimentos públicos, a partir de 1996, na implantação de conjuntos e conseqüentemente expansão de infra-estrutura, induziram inicialmente a construção de conjuntos habitacionais privados e, concomitantemente, o cada vez mais acelerado processo de invasão em áreas públicas, privadas e em conjuntos em construção.
> Desse conjunto de ações resultou também um dos mais graves danos ao meio ambiente ao longo da rodovia augusto Montenegro: a ocupação descontrolada do espigão e poluição das nascentes dos igarapés que deságuam na baía de guajará e no rio Ariri. Vale salientar que mesmo os conjuntos regulares – públicos e privados – não dispõem de tratamento adequado no lançamento dos resíduos de seus sistemas de drenagem e de esgoto. (IPEA, Ibdem p. 57/58).

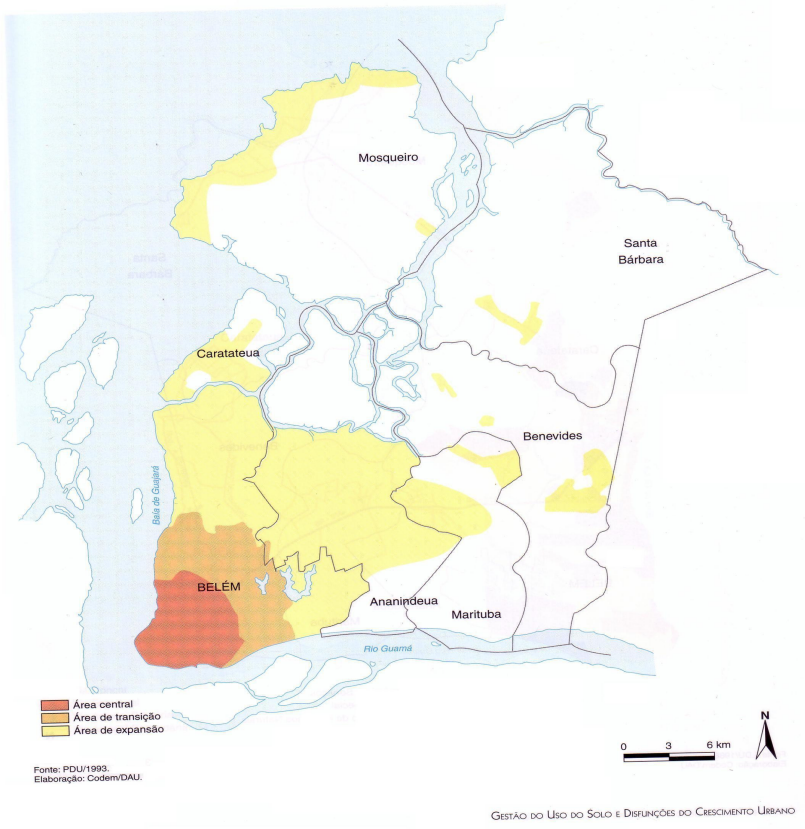
Da mesma forma, a atividade industrial passou a ocupar as margens da baía do Guajará/Rodovia Arthur Bernardes, Furo do Maguari, Distrito Industrial, Rodovia Augusto Montenegro e BR – 316 no sentido de Ananindeua, exercendo forte atração da população que passou a se fixar no entorno desses empreendimentos.

Então a expansão do núcleo urbano de Icoaraci tornou-se em um negócio dos mais interessantes e lucrativos através da venda de terrenos até então considerados rural. Na medida em que a população ia ocupando os loteamentos, os moradores passaram a reclamar para o poder local, melhoria como: ruas pavimentadas, água, luz, remoção de lixo etc., acarretando ao erário público despesas adicionais superiores a retribuição em formas de impostos e taxas.

Na década de setenta, com a dinamização da atividade industrial, ocorrera profundas modificações na paisagem urbana do Distrito, assim como de forma geral, o desenvolvimento econômico no Estado do Pará não ocorre de forma homogênea em nível do território, mas somente em alguns lugares que apresentam condições naturais favoráveis, como recursos minerais e vegetais de valor comercial. Os demais municípios que não apresentam essas condições, sobrevivem em condições adversas, na qual o movimento

migratório em direção as cidades de maior dinamismo é uma constante, principalmente para Belém e sua RMB.

Mapa 5. Estruturação urbana metropolitana.



Desse modo, à medida em que o Distrito assumia o comando da divisão territorial do trabalho, a partir da atividade industrial, começou a apresentar, no contexto urbano, profundas alterações. Foi com a atividade industrial que passou a consolidar, na década de

1970, quando novas áreas foram incorporadas ao tecido urbano como forma de garantir a reprodução do capital e da força de trabalho. Nesse período, começou de fato a ocorrer a incorporação de áreas com fisionomias rurais, através da instalação de novas unidades produtivas, assim como de loteamentos regulares ou não. Naturalmente, a incorporação ocorreu nas áreas mais próximas do núcleo pioneiro pelo fato de o comércio e dos serviços estarem concentrados nessa área da cidade, enquanto as indústrias localizaram-se preferencialmente nas margens dos cursos da baía de Guajará e do furo do Maguari. Porém, paulatinamente, as áreas mais afastadas passaram também a serem incorporadas, em função dos fluxos populacionais que passaram a migrar para o local.

Como é de conhecimento geral, a lógica da atividade industrial, na maioria das vezes requer grandes áreas à sua instalação, e, portanto, com o esgotamento do solo no interior da área central da cidade Belém, passou a se localizar para além desta, ocasionando pressão sobre a periferia que não parou de crescer.

No contexto geral, as transformações que vêm ocorrendo no espaço urbano têm relação direta e estreita com a atividade industrial, com a expansão urbana de Belém, com as políticas impostas à Região, sendo os responsáveis pelo crescimento de Icoaraci e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento do seu comércio e de seus serviços. Historicamente, o processo de industrialização atrai atividades complementares para seu desenvolvimento, como comércios e serviços.

A criação do Distrito Industrial de Icoaraci (D.I.I) representou um momento importante para a consolidação de Icoaraci, dentro da divisão territorial do trabalho, haja vista que naquele momento, consolidava-se uma vocação à atividade industrial. Nesse sentido, o D.I.I. tornou-se, em larga medida, um Distrito especializado na atividade de beneficiamento de madeira, além das existentes no entorno. Passada a euforia dos capitalistas em instalar indústrias [110] na RMB, nas áreas já mencionadas anteriormente, nas décadas seguintes, assistiu-se uma certa consolidação e especialização das atividades: em primeiro lugar das madeireiras, pesqueiras, navais, entre outras. Atualmente, existe um

[110] Com a criação da SUDAM e do BASA, foram criadas diversificadas indústrias ao longo do eixo da Rodovia Arthur Bernardes, como produtoras de fósforo, óleo comestível, tecelagem de aniagem, vidro, pesqueira, madeireira, amianto, beneficiamento de palmito da palmeira açaí,

número muito grande de empresas de transporte fluvial regional, associadas as que permaneceram no local. [111]

A produção madeireira abastece dois circuitos; os mercados internos, representados pelas empresas de pequeno, médio e grande porte; e o mercado internacional, pelas de médio e grande portes, principalmente as estrangeiras. Um outro fator a ser considerado está relacionado à localização geográfica de Icoaraci em relação à cidade de Belém, por estar se beneficiando dos efeitos da chamada economia de aglomeração dos efeitos locacionais.

Nesse processo, o distrito de Icoaraci, gradativamente, passou a concentrar um maior número de indústrias beneficiadoras do setor Notadamente, essa concentração de atividade em nível municipal, é o setor madeireiro porque tem impulsionado mais a economia local através da tributação de impostos.

De modo geral, a população considera que o processo de industrialização foi de suma importância, no sentido de ser gerador de empregos, pois incrementado o setor secundário da economia, promove o crescimento do núcleo urbano local, mesmo havendo um descompasso entre industrialização e crescimento econômico, principalmente por todos os benefícios que a arrecadação tributária poderia proporcionar.

Com as transformações que vem ocorrendo no espaço urbano do núcleo, fruto do avanço do capital industrial e comercial, num processo de (re) produção do espaço como condição e meio da reprodução do capital e das relações sociais de produção, este ainda não foi transformado completamente.

> Dono de uma estrutura industrial capaz de fazer inveja a qualquer município paraense, Icoaraci, contudo não perde o ar provinciano e o clima sereno e bucólico de suas ruas e praças. Abrigando uma extensa produção artesanal, vendida para todo o país e exterior, Icoaraci é também uma grata opção de lazer. A qualquer hora do dia ou da noite, a orla fluvial da vila é procurada em função dos restaurantes, da tradicional água de coco ali vendida ou pelas barraquinhas instaladas nas areias da praia do Cruzeiro - um ponto de referência do Distrito. (JORNAL O LIBERAL, 1990, p. 11).

O capital industrial ainda não conseguiu capturar ou aniquilar totalmente as formas passadas, convivendo aparentemente com elas de maneira harmoniosa no local. A forma

[111] Essa especialização está relacionada, em função de que muitas indústrias encerraram suas atividades nas décadas de oitenta e noventa por diferentes fatores, como a necessidade de matérias-primas de fora da região, retração dos incentivos e isenções fiscais, os sucessivos golpes dados por empresários. inescrupulosos, entre outros.

como vem sendo (re) produzido o espaço urbano local está prenhe de contradições e antagonismos, ele mascara o que está por detrás do processo recente de industrialização, ocultam-se privilégios e interesses que não são revelados à população, quando não aparecem como positividade, levando muitas vezes esta a sair em defesa dos mesmos. Para a população, as indústrias aparecem como possibilidade de geração de empregos, não se importando em que condições estejam operando, que problemas sociais e ambientais poderão advir, qual retorno poderá gerar em termos de investimentos sociais.

Nesse sentido, o processo de urbanização do Distrito de Icoaraci ganhou maior dimensão nesse período por causa dos incentivos fiscais estatais e da instalação de atividades industriais no entorno da RMB, os quais dependeram dos financiamentos federais que sustentam parcelas ponderáveis de agentes produtores do espaço urbano, assim como foram responsáveis pelo surgimento de novas cidades e crescimento das já existentes no contexto regional. Com os efeitos da intervenção visando à dinamização da economia regional, esse processo proporcionou uma nova etapa de atividades industriais, comerciais e serviços na RMB em geral, e em particular, à concentração de indústrias em Icoaraci, que, naquele período, passou a ser denominado de Parque Industrial da Amazônia. Nessa fase, ocorre a distritalização [112] do município de Belém. Então, Icoaraci passou a integrar-se ao Município enquanto Distrito Administrativo (DAICO). É marcante nesse período o agravamento dos problemas no ambiente urbano, como resultantes do intenso processo de produção, reprodução, apropriação e dominação do homem sobre a natureza, com sérios danos de ordem ambiental a parcelas significativas da população.

---

[112] PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Estudo/proposta de Criação de Distritos Administrativos. Ibdem. p. 03. O Distrito de Icoaraci foi criado em 30 de Dezembro de 1943, através do Decreto Lei 4.505. Entretanto na década de 90, a Prefeitura Municipal de Belém realizou a distritalização do território municipal através da Lei, Nº 1.682 de 06 de abril de 1993, quando foi instituída a criação de 08 administrações regionais ou Distritos Administrativos de Belém. Na metodologia utilizada para a criação, conservou-se a nomenclatura de três antigos distritos do Município a saber: Distritos de Mosqueiro, Carateteu e Icoaraci, este último teve seu limite territorial reduzido em extensão. A configuração administrativa passou a ter a seguinte denominação: DAMOS (Distrito Administrativo de Mosqueiro), DAOUT (Distrito Administrativo de Outeiro), DAICO (Distrito Administrativo de Icoaraci), DABEM (Distrito Administrativo do Bangui), DAENT (Distrito Administrativo de entroncamento), DASAC (Distrito Administrativo Da Sacramenta), DABEL (Distrito Administrativo de Belém) e DAGUA (Distrito Administrativo Do Guamá).
A divisão distrital teve por base a descentralização administrativa, objetivando ao Prefeito administrar aspectos locais ao geral e vive-versa, articulando-se as ações governamentais aos órgãos setoriais da Administração Municipal. Nesta perspectiva, os Distritos passam a configurar como unidades, para fins de subsídios ao funcionamento e aperfeiçoamento do sistema Municipal de Planejamento e Gestão.

Os Distritos Administrativos foram estabelecidos em consonância com o Plano Diretor Geral de Belém (PDGB), estruturado em territórios, por reunirem características que os identifiquem com problemas comuns. Para a PMB, os Distritos Administrativos (DA):

> Passam a constituir territórios a serem administrados regionalmente, propostos de acordo com as seguintes características: I – relação de integração funcional de natureza econômica e social; e II – urbanização contínua entre bairros e/ou áreas limítrofes ou que manifestem tendências nesse sentido.
> Portanto, considera-se Distrito Administrativo o agrupamento de bairros e/ou áreas limítrofes com densidade demográfica e funções diversificadas, ou não, de modo que reúnam as características acima citadas, e peculiaridades a exigirem planejamento integrado, ação conjunta e permanente união de esforços para a execução de serviços públicos de interesses comuns e/ou de caráter local.
> Na porção continental do município de Belém, o critério básico de composição dos Distritos Administrativos procurou considerar o bairro, instituído e/ou proposto, com a unidade menor de controle administrativo. Nos casos onde não se pode mentê-lo por inteiro, observou-se a possibilidade de manutenção de setores censitários integrais – esses as menores porções de unidades de planejamento – por medida de respeito às séries históricas das células menores de controle espacial.Resultante da observação in loco"inclusive, da realidade, comparada com a distribuição espacial desses setores censitários, observou-se que, em alguns casos, alguns também estão repartidos, uma vez que os critérios, aleatórios, adotados pelo IBGE, não puderam ser obedecidos na determinação dos distritos. [113]

Com a instituição dos distritos Administrativos, o de Icoaraci passou a ter a seguinte configuração territorial: é formado por nove bairros: Cruzeiro, Ponta Grossa, Paracuri, Campina de Icoaraci, Tenoné, Águas Negras e Agulha.

O processo de industrialização em curso, no distrito, não foi ocasionado pela desconcentração da atividade industrial no contexto metropolitano, mas como um fenômeno de instalação de novas indústrias atraídas pelos programas, projetos e políticas implantadas na Amazônia pelo governo federal, via incentivos fiscais e creditícios, e não pela transferência de unidade produtivas da área central para a periferia da metrópole.

No contexto urbano do Distrito de Icoaraci, as transformações resultaram numa paisagem urbana diferenciada, tal como vem sendo produzido o urbano nas cidades capitalistas, em que é marcante a segregação sócio-espacial e os problemas ambientais. Os contrastes e desigualdades são evidenciados no espaço construído, alguns bairros mais bem equipados do que outros, refletindo em larga medida o padrão sócio-econômico de seus moradores, que contrasta com as áreas periféricas, caóticas e de infra-estrutura deficiente, onde se localizam a maioria das indústrias, que atuam predominantemente nas áreas do

[113] PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. (Ibdem. p. 14).

distrito industrial, nas rodovias Arthur Bernardes e Augusto Montenegro, e na fachada do núcleo que margeia o furo do Maguari.

Esse processo ocorreu em Icoaraci, na maioria das vezes, com a aquisição de antigas instalações industriais que operavam com capital local/regional e baixo now haw e com a chegada de novos produtos do Centro-Sul com a construção da Belém-Brasília, quando as empresas de capital local não suportaram a concorrência e passaram a encerrar suas atividades. As antigas unidades produtivas passaram a comportar as novas atividades industriais definindo e redefinindo o espaço urbano de Icoaraci.

Sem dúvida que a localização industrial no espaço metropolitano foi resultado do papel do estado ditadorial (intervencionista), assim como a política urbana a partir da construção de conjuntos habitacionais daquele período. O Estado gestou a política urbana e passou a direcionar os fluxos de crescimento e de desenvolvimento das cidades. Gottidiner chama atenção para o papel do Estado, em relação ao espaço, quando afirma que:

> O papel do Estado foi incisivo menos na forma de planejamento do que de subsídios indiretos mediante políticas que visavam mais ajudar os poderosos interesses dos negócios do que desenvolver o espaço. Assim, os efeitos sobre os padrões espaciais metropolitanos foram grandemente imprevistos e desordenados, porque não são objetos de uma política coerente de governo (...). (...) embora as indústrias capitalistas tardias sejam como que uma conseqüência das transformações econômicas mundiais, o modo atual de organização sócio-espacial era produzido, em parte pelo Estado. No caso de padrões intra-regionais de localização, estes parecem quase sempre uma mistura de projetos locais, estaduais e federais. Desse modo, embora os governos locais detenham poderes fundamentais para intervir no espaço como reguladores de terra, a maioria dessas restrições são ignoradas quando a indústria deseja ingressar numa área – o espaço está a serviço do crescimento.
> A construção de novas fábricas na periferia da cidade ou em áreas suburbanas se devia a vários fatores relacionados com o desenvolvimento imobiliário, que incluem terra barata, taxas mais baixas e a presença de empreendedores dentro do governo capazes de fazer acordos especiais que possam atrair indústrias. Tal movimento inspirou um bem estar fiscal entre a cidade e os subúrbios e entre áreas suburbanas adjacentes, na medida em que cada um lutava para tornar atraente a sua área. [114]

A atividade industrial que se desenvolveu no local a partir da década de setenta, fortemente subsidiada pelo governo federal, passou a absorver grande parte da mão-de-obra local, com baixo padrão técnico. Entretanto, a indústria pesqueira empregava pescadores artesanais no comando dos barcos pesqueiros pelos conhecimentos das áreas fluviais e do litoral dos Estados do Pará e Amapá, ao contrário de outros ramos industriais, como a madeireira, na qual o processo é em grande parte automatizado.

---

[114] GOTTIDINER (1993. p. 251/2).

A limitada condição financeira de uma parcela significativa da população associada a dos migrantes, assim como a ínfima qualificação profissional que possuíam quando chegaram à cidade, aliadas, tanto à insuficiência de emprego regular e quanto à especulação imobiliária, fizeram com que a moradia na periferia e nas ocupações urbanas irregulares e clandestinas no distrito de Icoaraci tornasse-se à única alternativa que possibilitassem se reproduzir socialmente.

No início das ocupações, as famílias tiveram que conviver em condições precárias em relação ao mínimo necessário à reprodução delas. Foram ocupando as várzeas no sentido da desembocadura para o interior das quadras por onde drenam esses rios e igarapés. No caso da ocupação tabocal, no bairro do Cruzeiro, teve início a partir da Travessa do Cruzeiro e no Paracuri na Rodovia Arthur Bernardes, com casas de madeira tipo palafitas sobre as suas margens, ligadas à rua principal por estivas. No inicio não havia rede de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, entre outros serviços. Durante vários anos, a população teve acesso à água através de ligações clandestinas a partir da rede geral; da mesma forma que a energia elétrica, essa característica se generalizou pelos demais bairros. Esses problemas só foram solucionados na década de oitenta, no entanto, ainda persistem o problema das ligações clandestinas.

> Como se pode verificar, as invasões nas áreas de transição e de expansão da RMB foram induzidas, ou melhor, seguiram a localização dos grandes conjuntos habitacionais de baixa renda, públicos e privados, visando às facilidades infra-estruturais e de localização de comércios e serviços e equipamentos públicos requeridos para os primeiros.
> Esse processo de ocupação coletiva teve inicio no final da década de 70, fora da área de abrangência da Primeira Légua Patrimonial, em direção à rodovia BR-316 (Belém-Brasília) e rodovia Augusto Montenegro, que liga Belém ao distrito de Icoaraci e à ilha de Caratateua. (IPEA, ibdem, p. 39/40).

Essa forma de ocupação deu origem à cidade informal, caracterizada pelas formas de ocupação e uso do solo nas áreas de cotas baixas, várzeas inundadas e/ou inundáveis e ocupações urbanas em áreas mais elevadas de propriedade da União, Estado ou Município, que passaram a ocorrer sem nenhum controle formal por parte do poder público e sem ordenamento territorial e nos padrões de urbanização.

> Pela sua clandestinidade, essas áreas não obedecem a padrões de adensamento, alinhamento, condições de ocupação do lote etc. e inviabilizam, muitas vezes, obras cruciais para a estruturação da cidade, pela invasão rápida de áreas a elas reservadas, sobretudo quando esses pontos estão próximos de fontes geradoras de empregos ou de fácil acessibilidade de fontes geradoras de empregos ou de fácil acessibilidade ao centro.

> A característica marcante dessas áreas é a concentração de populações de baixa renda, segregadas socialmente, que habitam ruas sem pavimentação, arborização ou áreas de lazer e convivem com a falta de saneamento básico e coleta de lixo além de transporte público deficiente. Trata-se de benfeitorias realizadas esporadicamente, proporcionando a transformação da favela em bairro popular. (Idem, p. 55).

Atualmente, observa-se uma certa melhoria no padrão das construções, sendo que em áreas mais antigas de ocupação e/ou loteamentos populares, essas constatações começam a serem substituídas por alvenaria, em função de que os moradores já não são os primeiros ocupantes, possuindo melhores condições econômicas para construir. As entradas das ocupações ao longo das várzeas estão aterradas, porém, em trechos do canal de maior profundidade, ainda predominam as pontes e as estivas. A coleta de lixo é feita pelos próprios moradores que têm de se deslocarem até a rua principal por onde passa o carro coletor. Daí a ocorrência de grande quantidade de lixo depositado na calha dos rios e igarapés. Em função das condições geológicas do terreno, impossibilita a instalação de rede de esgoto que possibilite atenuar as precárias condições sanitárias da população.

> À medida que se realizam os aterros, dois caminhos apresentam-se a essa população: a convivência com a precariedade das estivas e palafitas nas áreas permanentemente alagadas ou a mudança para uma área mais afastada, mediante a recuperação e valorização das terras. O destino para os mais afortunados seriam os conjuntos habitacionais, em terra firme e saneada, mas longe do centro; para outros, invasões nas proximidades desses conjuntos ou áreas evitadas para o levantamento destes. Esse processo é recente; remonta a meados da década de 60. Poderia ter sido evitado por uma política que visasse à reforma urbana, conforme o movimento que pleiteasse a instituição do estatuto da cidade ou, simplesmente, pela implementação dos instrumentos da PEN, voltados à produção de moradia e resgate da função social da cidade. (Idem, p. 57).

Infelizmente essa situação é pouco observada nas baixadas e ocupação em Icoaraci. Uma questão importante a destacar refere-se à situação da população que não dispõe das condições objetivas, tendo em vista que as melhorias em infra-estrutura e serviços comunitários representam, em certa medida, a valorização do espaço implicando em aumento nas despesas por conta do valor das contas de energia elétrica, água, IPTU, entre outros encargos, que em muitos casos acabam forçando a migração dessa população para áreas mais inóspitas.Portanto, é como afirma Gottidiner de que:

> (...) a intervenção no espaço pelos capitalistas é sempre produtiva e lógica, mesmo quando escolhe novas localizações com base na mão-de-obra disponível. Fenômenos como deteriorização, especulação, altos e baixos na propriedade, poluição, os padrões espaciais diferenciais de áreas

residenciais etc., são produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista da terra, pois esse processo é descoordenado e anárquico.[115]

O poder local, ocasionalmente, promove a instalação de infra-estrutura básica em algumas áreas da periferia. Essa forma de ingerência do Estado no espaço, ainda que não atendam a boa parte da demanda requerida pela população residente, tem de forma geral, na maioria das vezes, possibilitado a permanência e o barateamento da, força de trabalho, o que em outras palavras significa o papel do Estado em desobrigar o capital no provimento das condições gerais de produção, assim como proporcionar ao capital o aproveitamento dessa força-de-trabalho livre e disponível na periferia da cidade.

Portanto, dentre as áreas industriais, destaca-se aquela, objeto técnico importante, implantado no espaço do núcleo local – o Distrito Industrial -, localizado a Nordeste do núcleo urbano, na porção mais interiorizada, às margens do furo do Maguari, liga-se à rodovia Augusto Montenegro pela Estrada da Maracuera, assim como ao interior do núcleo urbano, pela Estrada do Outeiro. A instalação desse distrito proporcionou maior integração do bairro da Maracuera à cidade, tendo em vista que até os anos setenta, essa área ainda mantinha características suburbanas com resquícios de atividades rurais, como pode ser observado na figura 3.

A instalação do D.I., na periferia de Icoaraci, com a presença de indústrias madeireiras, alimentícias, navais, acabou servindo como fator de atração para essa área do espaço local, tanto de fluxos externos de migrantes como de internos, de trabalhadores que buscam garantir a sua reprodução na cidade. A maioria das ocupações no interior do bairro surgiram a partir das ocupações irregulares ao longo da estrada do Outeiro, próximo do D.I. como as ocupações: Morada de Deus I e II, e outras no interior do D.I.

É mister destacar que o surgimento dessas ocupações, na periferia e no interior do núcleo urbano de Icoaraci, não aconteceu de forma simultânea, na realidade, estão vinculadas a diferentes momentos do processo de urbanização de Belém, de Icoaraci e do processo de industrialização que passou a ocorrer naquele espaço, refletindo, igualmente, as diferentes etapas das atividades industriais no contexto urbano local.[116]

---

[115] GOTTIDINER. (Ibdem. p. 107).

[116] Em Icoaraci desde a primeira metade do século XX, já vinham ocorrendo atividades industriais de capital regional e local com base no beneficiamento de matérias-primas regionais, como o beneficiamento de

Da mesma forma, que podemos associar esse crescimento demográfico ao processo de migração ocorrido no nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, fazendo a população do núcleo explodir, como pode ser observado conforme o quadro 4.

É justamente no período de maior crescimento da atividade industrial no contexto metropolitano de Belém, que as ocupações passam a ocorrer, assim como o crescimento populacional no Distrito de Icoaraci, como pode ser observado no mapa 6 de distribuição da população de Icoaraci.

Observa-se que as migrações para o Distrito de Icoaraci continuam a ocorrer. O movimento orientado pela busca de empregos e de melhores condições de vida é regulado pela dinâmica da produção industrial local que, contribuem para a reprodução de novas ocupações irregulares na cidade, diante do agravamento das condições de acesso ao mercado imobiliário, dada a diminuição de financiamento e empreendimentos habitacionais voltados a segmentos da população de menor poder aquisitivo, que associados aos elevados preços de aluguéis, empurram esses segmentos cada vez mais a engrossar o movimento de ocupação da terra na cidade. Nesse sentido, os próprios dados da Prefeitura Municipal de Belém apontam um déficit de habitação de mais de 75.000 famílias. [117] Embora o município apresente um grande déficit habitacional, nenhum programa oficial voltado para reduzir essa disparidade tem sido implementado. Os programas vigentes, tanto do governo estadual, quanto do municipal, tem-se pautado em financiamento de habitação

---

castanha-do-pará, andiroba, murumuru, fabrica de sabão, indústria têxtil, serrarias, entre outras, com baixo padrão tecnológico e valor agregado. A partir da década de setenta, o processo de industrialização no Distrito de Icoaraci, foi bastante significativo, tendo em vista que se viva a auge dos incentivos fiscais e creditícios do governo federal, quando o núcleo passou a ser o espaço privilegiado a atividade industrial. Naquele período as indústrias que se localizaram no mesmo estavam voltadas ao beneficiamento de matérias-primas regionais, sendo que as principais eram de beneficiamento de palmito, óleos vegetais, fósforo, vidro, madeira, pesca de camarões e piramuntaba. Numa segunda fase, o processo de industrialização passou a especializar e a atividade industrial passou a ser de pescado e beneficiamento de madeiras principalmente.

[117] PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Mensagem da Prefeitura de Belém a Câmara Municipal. Belém: PMB, 2005. De acordo com a mensagem de suas atividade realizado no ano de 2005, o atual prefeito de Belém, demonstrou que "segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da década de 1970, se intensificou na Região metropolitana de Belém a ação de pessoas sem um teto para morar, que passaram a realizar ocupações desordenadas em áreas públicas e particulares, principalmente na periferia. O resultado "dessas invasões" foi o crescimento do déficit habitacional em Belém, hoje em torno de 75 mil famílias sem moradia, elevando-se para 180 mil se for considerado as que vivem em habitações precárias". PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM (2005, 84)

popular, para funcionários públicos estadual e municipal, demonstrando a quem se dirige a política habitacional em nível do Estado e do Município. [118]

QUADRO 4
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE ICOARACI E MUNICÍPIO DE BELÉM DE 1920 A 2000 (MIL HAB.).

ANO	BELÉM	ICOARACI	%
1920	218 . 184	8. 634	3 . 95
1940	206 . 331	13. 694	6 . 95
1950	254 . 949	16. 127	6 . 32
1960	402 . 170	23. 474	5 . 83
1970	649 . 545	38 . 277	9 . 95
1980	949 . 545	83 . 492	8 . 79
1991	1. 246 . 435	280 . 205	22 . 48
2000	1.279.861	133.150	10.39

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos de 1920 a 2000

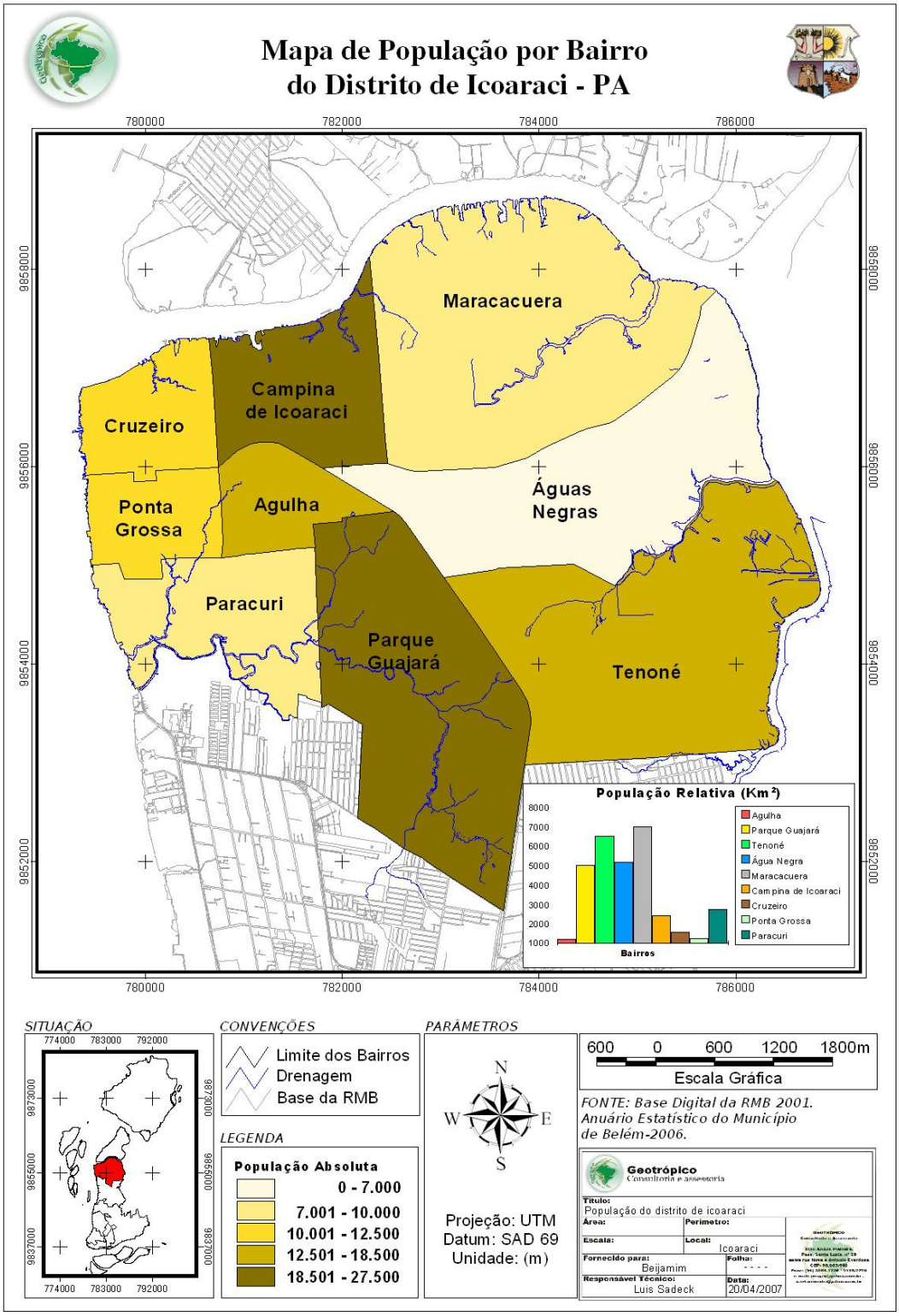
Nesse contexto, a presença de migrantes associada à falta de empregos nos mercado,s local e regional, tem de certa forma, dificultado o acesso à casa própria ou à alocação de imóveis, contribuindo, dessa maneira, para que ocorram uma intensificação das ocupações urbanas da população local em áreas de várzeas, baixadas não saneadas, margens de igarapés e da baía de Guajará, além do déficit habitacional.

No entanto, a partir desse período, tem início o processo de periferização do próprio distrito em função do processo de crescimento natural ou vegetativo e pela migração que passou a pressionar por solo urbano, por sua condição de mercadoria restritiva são levados a viverem em condições adversas.

No processo de produção do espaço urbano do distrito de Icoaraci, as ocupações aumentaram, principalmente a partir da década de oitenta, de forma acelerada e desordenada. Na medida em o núcleo foi sendo ocupado, foram anexadas ao tecido urbano, as várzeas dos rios e igarapés que formam as micro bacias urbanas, as baixadas e periferias cada vez mais distantes, que avançam de forma desordenada espraiando o núcleo urbano.

[118] Campanhas publicitárias tem veiculados de forma ideológica a política de financiamento da habitação para a população de baixo poder aquisitivo, entretanto, só tem acesso ao sistema de financiamento, os funcionários públicos de baixo poder aquisitivo, assim como o financiamento de material de construção para aqueles que já possuem imóveis.

Mapa 6. Distribuição da população do distrito de Icoaraci.



As condições em que vive parte da população de baixa renda nas periferias, nas ocupações irregulares, nas várzeas dos rios e igarapés existentes em Icoaraci sofrendo com a falta de condições elementares de vida são contrastante com muitos terrenos em áreas

privilegiadas passíveis de edificações, equipadas com toda sorte de infra-estrutura e que se encontram na maioria das vezes subutilizados retido pelo processo de especulação imobiliária, à espera de maior valorização. No contexto do espaço urbano, com ambientes tão adversos produzidos pelo homem apenas uma minoria que detém a propriedade da terra urbana se beneficia de toda infra-estrutura realizada pelo poder público, mas pago com recursos auferidos do conjunto da população. Além disso, formam os chamados vazios urbanos, passíveis de serem transformadas em depósitos de lixo, áreas de violência de marginais, ocupações clandestinas, entre outras, causando danos ao ambiente e à população como um todo.

São marcantes no espaço urbano as características de riquezas e que, não obstante, estão associadas com a pobreza, marcando a fragmentação e hierarquização do mesmo, sendo que a periferização no entorno do espaço urbano demonstra os níveis de degradação ambiental e social no momento atual. Parece cada vez mais distante a possibilidade de evidenciar a degradação do quadro natural nas áreas urbanas sem pensar o modelo econômico, o tipo de urbanização, o processo de industrialização, a função dos espaços não urbanizados e as necessidades específicas dos grupos sociais.(LOMBARDO, Ibdem, p. 41).

Em Icoaraci, enquanto realidade analisada, observa-se a inexistência de políticas urbanas por parte do poder local, como as relacionadas ao planejamento e conseqüentemente ao uso e funcionalidade do espaço urbano, o que de certa forma acarreta uma série de disfunção sócio-espaciais, dando origem ao crescimento anárquico à concentração de população em áreas ambientais de frágil manutenção, tendo como conseqüência a deterioração do espaço urbano.

No processo de produção do espaço urbano, torna-se evidente a não preocupação com a qualidade de vida da população como um todo, o que significa um aprofundamento da degradação dos ambientes da cidade, ou melhor, do ambiente urbano. Esse processo ocorre dessa forma, porque a expansão urbana se encontra mais associada às relações de reprodução da sociedade, onde a lógica dominante é a do mercado e a especulação imobiliária uma das suas características, estas se manifestam, determinando padrões de loteamentos, parcelamento, requalifição, gentrificação etc. alheio às condições do ambiente. Nesse processo, as condições de vida e do habitar tornam-se, na maioria dos casos,

inapropriadas à reprodução do homem enquanto espécie. Dessa forma, é exemplar os conjuntos habitacionais cinzentos, sem vida, sem verde, sem rede de relações, produzidos no auge da produção a habitação popular pelo Estado planejador. De acordo com Rodrigues:

> Durante o regime militar acelerou-se um modelo de urbanização que entre outros aspectos recriou a necessidade de morar em casa própria. Não vou repetir aspectos conhecidos. Mas vou destacar que o processo implicou numa urbanização excludente e periférica. Na criação de valor em áreas distantes do centro que servem ainda como deposito de gente (lembremos que a cidade se expande e é medida pelo número de população como riqueza). Mas os depósitos de gente são distantes de toda infra-estrutura de meios e equipamentos de consumo coletivo: transportes, vias de acesso, escolas, postos de saúde, hospitais, centros de vivência de cultura e lazer etc. [119]

Para Oliveira e Hermann, no mundo moderno, a relação de dependência entre o meio e a sociedade é cada vez mais imperceptível, Afirmam esses autores que:

> Esta relação, sem ser menor, é aparentemente menos evidente. Diversos fatores contribuem para esta perda de visibilidade entre homem, o meio ambiente e a sociedade urbana que se desenvolve acima dele. Um deles refere-se às características que tem assumido a organização das sociedades crescentemente condicionadas pelos limites impostos pela ciência e a técnica. Por outro lado, a relação homem-meio ambiente, assim como as formas, que assumem a organização espacial da cidade se modificam no tempo. Em cada momento histórico, a produção do espaço depende em parte do modo de produção vigente e das técnicas disponíveis, fatores que condicionaram decisivamente a forma como a sociedade irá se organizar. [120]

O distrito de Icoaraci é um espaço no qual a urbanização e o meio ambiente são processos que se apresentam com maior evidências em bairros com sérios problemas desta natureza, tendo em vista que o distrito vem passando nas últimas décadas por um intenso crescimento urbano que atingiu a cidade, a nosso ver, sem ocorrer desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

É no processo de produção e reprodução do espaço, como resultante das relações sociais, que compreendemos as questões relacionadas ao ambiente da cidade em constante processo de transformação. Entretanto, nas inúmeras visitas de observações, em contato direto com a população nas áreas na qual aplicamos os questionários, possibilitou-nos identificar características e contradições na forma como vivem parcelas significativas da população, levando-nos a denominá-las de acordo com Ferrara (1999) de periferias da periferia.

---

[119] RODRIGUES. www.cibergeo.org/agbnacional/documento/cartadhc.htm. (2003, p.03) Acesso em 30/10/2003. .

[120] OLIVEIRA e HERMANN. (Ibdem. p. 32).

Figura 3. Principais áreas de indústrias no distrito de Icoaraci.

4.2 O ESPAÇO URBANO DO DISTRITO DE ICOARACI E A SEGREGAÇÃO AMBIENTAL.

> "a contaminación, el médio ambiente, la ecologia y los ecossistemas, el desarrollo y su finalidad, fragmentan y disimulan los problemas del espacio". (Henri Lefebvre, 1976, p.6)

A cidade se produz, reproduzindo contradições como uma lógica inerente ao modo de produção. Assim, na medida em que o espaço urbano de Icoaraci vai sendo produzido, os problemas de toda ordem vão surgindo, considerando que foi na década de cinqüenta e sessenta que a ocupação do solo urbano ocorreu de modo extensivo, espontâneo e com reduzida densidade demográfica. Uma vez que a população se localizava, em sua maioria no núcleo pioneiro - bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa -, além de pequenos núcleos de caráter rural extrativo, espalhado no entorno do que era a vila do Pinheiro, formada na maioria por migrantes ribeirinhos e dos municípios das regiões do Salgado, Baixo Tocantins, Ilha de Marajó, entre outros. Nesse período, o crescimento ocorreu ocupando as quadras com terrenos de terra firme nos referidos bairros, tendência que se alterou na década seguinte, quando a ocupação se deu predominantemente no sentido Sul/Oeste, em direção aos atuais bairros da Campina de Icoaraci e Agulha, evitando-se as terras de cotas mais baixas – baixadas - das várzeas dos igarapés e rios existentes no núcleo urbano.

O processo de urbanização proporcionou a periferização da cidade de forma rápida e intensa mas os problemas de toda ordem avolumaram-se, uma vez que os investimentos ali realizados não conseguiram sanar os problemas que surgiam constantemente. Esse processo espacializou-os e provocou conseqüências sociais e ambientais de grande monta, como a destruição de recursos naturais.

Entretanto, nas décadas de setenta e oitenta permaneceram as mesmas tendências, porém, tem início a ocupação das terras baixas no interior dos bairros pioneiros em função da pressão pelo uso do solo e, principalmente, pelo crescimento demográfico que passou a ocorrer nele, assim como, naquele período, as funções e os serviços estavam localizados nessa área. As décadas de oitenta e noventa se caracterizam pela expansão da malha urbana,

marcada pela ocupação contínua das áreas com características rurais e/ou a periferia do núcleo, ou seja, essas áreas foram incorporadas ao tecido urbano, embora apresentam deficiências quanto à infra-estrutura e serviços de consumo coletivo.

A construção e pavimentação da rodovia Augusto Montenegro interferiu na dinâmica de ocupação dos bairros localizados a Oeste do Distrito. Foi induzido um adensamento ao longo dessa rodovia mediante a construção de conjuntos habitacionais, atividades comerciais, industriais e serviços. Esse crescimento populacional concentrou-se nessas áreas, principalmente os bairros ligados ou próximos à rodovia: Tenoné, Maracacuera, Parque Guajará, Campina, Agulha e Águas Negras, com a presença de conjuntos habitacionais populares e de média renda, [121] ver fotos (39 e 40).

Foto 39. Vista parcial de conjunto habitacional ao longo da Rodovia Augusto Montenegro. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006.

Nos bairros do distrito de Icoaraci, a produção do espaço ocorre produzindo desigualdades e a periferia aparece enquanto espaço social e lugar de vivência das famílias de menor poder aquisitivo, nesse sentido, estão segredados. A maioria desses bairros parece

[121] A forte migração verificada a partir da década de 1960 foi uma característica marcante no espaço regional amazônico, e principalmente no Pará, acarretando um crescimento desordenado das cidades, agravando ainda mais a estrutura já cronicamente deficiente, dos serviços públicos básicos, cuja expansão não foi acompanhou a demanda gerada pelo acentuado aumento demográfico.

esconder a contradição existente no processo de produção do espaço urbano, uma vez que, apresenta fachada, uma plasticidade, uma fisionomia, que, à primeira vista esconde, mascara essa contradição do desenvolvimento urbano que as indústrias locais produzem. Alguns bairros apresentam ruas pavimentas, arborizadas, com edificações de elevado padrão, porém quando são analisados com maior profundidade, ou seja, quando adentra-se nos mesmos é que os problemas aparecem, como é o caso do bairro de Águas Negras, Parque Guajará, Tenoné, Cruzeiro, Paracuri, Maracuera, entre outros.

Foto 40.Vista parcial da rodovia augusto Montenegro. Conjunto habitacional voltado para a casse média. Foto de Mário Benjamin Dias e Maria de Jesus B. da Silva. 2005

A periferia, enquanto produção social, aparece como um momento no processo de produção do espaço, apresentando uma paisagem produzida na qual se evidenciam os loteamentos regulares e/ou clandestinos, as construções de casas populares pelo poder local, mas principalmente as autoconstruções realizadas nos finais de semanas e feriados, com baixo padrão de acabamento. Para Silveira essas formas:

> Tem possibilitado um barateamento no custo de reprodução da força de trabalho, incluindo o exército industrial de reserva. Isso porque, apesar de esses assentamentos residenciais de baixa renda significarem concretamente o rebaixamento das condições de habitação, eles acabam sendo funcionais ao capital, na medida em que, como expedientes de reprodução da força de trabalho,

permitem a manutenção de salários deprimidos, configurando, assim, no caso da autoconstrução, um processo de superexploração do trabalho pelo capital. [122]

Observa-se, por um lado, que paralelo ao processo de urbanização, está a superexploração da classe trabalhadora pelos aviltantes salários que recebem, assim como a drenagem da acumulação de capitais que a atividade proporciona, tendo em vista que o capital empregado na atividade é de base extra-local. Por outro lado, a drenagem dessa acumulação, além de viabilizar a ampliação do capital fixo no âmbito da indústria, [123] estão sendo reinvestidos nos locais de origem desse capital, ou na cidade de Belém, onde reside parte desses capitalistas.

Dessa forma, a penetração e a expansão do capitalismo no desenvolvimento da economia local produziu um espaço diferenciado, com bairros bem mais equipados em detrimentos de outros com carências generalizadas. De fato, ocorre um processo de desenvolvimento desigual e combinado – lógica pelo qual o capital industrial se (re) produz no espaço local.

Todavia, o processo de industrialização ocorrido pós-década de 1970, com capital extralocais, através dos incentivos fiscais e creditícios do Estado, promoveu a decadência e/ou encerramento das atividades industriais de capital de base local e imprimiu novas formas de produção nas décadas seguinte, acelerando o processo de urbanização em Icoaraci.

Refletindo as mudanças que a atividade industrial introduzida nos anos setenta, ou melhor, a consolidação do capitalismo em nível local, quando o distrito de Icoaraci começou a apresentar profundas transformações urbanas e ambientais. O processo de urbanização em curso desenvolveu-se apresentando as seguintes características: substancial incremento demográfico; ampliação da área urbanizada; incorporação e especulação imobiliária e crescimento significativo de ocupações na periferização urbana. Portanto, essas características apresentam-se enquanto processos intimamente articulados e subjacentes à própria dinâmica pela qual o espaço urbano local passou, a partir dessa atividade passando a produzir e (re) produzir o espaço urbano local. Para Silveira:

---

[122] SILVEIRA. (2003. p. 119/20).
[123] No caso em questão, refere-se a aquisição de novos equipamentos, áreas construídas etc.

> No capitalismo, as necessidades de reprodução do sistema fundado no capital é que vão estabelecer os rumos, os objetivos e as finalidades do processo geral de reprodução, no qual o espaço aparecerá como condição, meio e produto. Assim, na mediada em que o espaço produzido pelo capital reflete a principal contradição inerente a esse modo de produção, o espaço passa a ser, simultaneamente, produzido socialmente e apropriado individualmente. Isso explica por que a produção espacial no capitalismo se desenvolve de forma desigual. De fato, essa desigualdade se materializa no espaço urbano através da divisão do trabalho existente entre diversas parcelas e em cada uma delas. Como resultado, temos, no âmbito da paisagem urbana capitalista, um mosaico de situações, usos do solo e lugares que traduzem a lógica do desenvolvimento desigual e excludente pela qual a sociedade e produzida. [124]

Tendo as indústrias madeireiras e as pesqueiras como carro chefe a incrementar a atividade industrial no distrito passando a refletir as mudanças econômicas em nível local, tornando-se importante pólo de geração de emprego naquele momento.

O processo de reprodução do capital industrial, em pleno desenvolvimento passou a demandar um conjunto de condições necessárias à reprodução e à realização da mais-valia, condições que no âmbito da atividade industrial estão vinculadas necessariamente à continuidade do processo produtivo. Dessa forma, um conjunto de atividades comerciais e de serviços passa a ser criada a dar suporte a atividade industrial. [125] Para Carlos:

> O capitalismo só pode desenvolver-se a partir do urbano, uma vez que tem como pressuposto básico a produção industrial que se realiza a partir de duas tendências fundamentais: a continuidade e a produção em escala. A continuidade implica tornar o processo cíclico uma unidade ininterrupta de modo que as fases se sucedam sem perda de tempo ou paralisações. A produção em escala, pressupondo a venda também em escala, gera a aglomeração dos meios de produção e troca; de bancos e do comércio; dos trabalhadores e do mercado consumidor; a concentração dos meios de circulação e de consumo coletivo. [126]

É importante destacar também, que em função desse processo, as ações ingeridas ao poder local pelos capitalistas industriais, visaram criar e melhorar condições e melhorias no sentido da infra-estrutura e serviços urbanos que pudessem contribuir para melhorar o desempenho de suas atividades. [127] A atividade industrial, na medida em que se expande, requer atividades complementares, assim como atrai outras atividades industriais complementares. Nesse sentido, a indústria metalúrgica se faz presente, produzindo balsas, empurradores, barcos de ferro e rebocadores, bastante utilizados pelas empresas no transporte de madeiras, sejam em estado bruto ou semibeneficiadas.

---

[124] SILVEIRA. (Ibdem. p, 85).
[125] É exemplar a ampliação de agencias bancárias, lojas de departamentos, redes de supermercados, entre outros a partir desse período.
[126] CARLOS. (Ibdem. p. 26).
[127] Podemos destacara a criação do Distrito Industrial, abastecimento de água, rede de telefonia, coleta de lixo, energia elétrica, entre outros.

Com o crescimento demográfico, a população passou a pressionar pelo uso e ocupação do solo urbano, enquanto terra, que possue a capacidade de acumular riqueza. Para Gottidiner:

> Essa capacidade ou potencialidade é imutável enquanto as relações capitalistas de produção continuarem hegemônicas. (...) Como a posse a terra continua sendo um meio de acumular riqueza sob as relações capitalistas de produções, indivíduos de toda ordem social têm acesso a esse meio. Por conseguinte, proliferam por toda a sociedade interesses puramente econômicos, centrados em torno dos valores de trocas de lotes de terra, e esses interesses podem ou não ser compatíveis com outros envolvidos no processo de acumulação (...). Todas essas frações são potencialmente livres para utilizar a terra para adquirir riqueza, porque é uma mercadoria que foi pulverizada pelo mercado imobiliário. [128]

Nessa perspectiva, as camadas da população de menor ou nenhum poder aquisitivo, são empurradas para espaços menos equipados em infra-estrutura, formando as periferias, cada vez mais distantes, as ocupações urbanas, na maioria das vezes em áreas inadequadas. É no processo de valorização da terra urbana que ocorre a fragmentação e hierarquização na cidade, ganhando concretude; o que demonstra o caráter de classe na luta pelo uso da terra em função dos interesses individuais.

Notadamente que o processo de ocupação de terra, na cidade, de modo geral, e em particular, em Icoaraci, tem sido objeto de luta política pela posse das mesmas. É desse modo que o Estado, através de mecanismos previstos em Lei, garante em determinadas situações, a legitimidade da propriedade privada, ao realizar a integração de posse. Em outros, o próprio Estado intervém, desapropriando e promovendo o loteamento, garantindo a permanência das famílias. Nesse sentido, o processo de ocupação de terras urbanas originou o surgimento de inúmeros bairros na periferia da metrópole. O que de certa forma configura a intervenção do Estado no espaço, ou agindo como um agente poderoso no processo de produção do mesmo, pois: "O espaço tornou-se para o Estado um instrumento de importância capital. O Estado usa o espaço de uma forma que assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. É assim, um espaço controlado administrativamente e mesmo policiado". (LEFEBVRE, 1979, P. 288) Apud GOTTIDINER, Ibdem, p. 129).

Esse tem sido o eixo norteador do crescimento urbano das cidades capitalistas, pois à medida em que Icoaraci se expande, não deixa de apresentar inúmeros problemas. O

[128] GOTTIDINER. (Ibdem. p. 163/64).

crescimento carrega em suas entranhas inúmeras contradições, como o de atrair para as áreas onde o fenômeno está ocorrendo, grande contingente populacional que passa a pressionar por serviços públicos, como: escolas, hospitais, transporte coletivo, habitação, limpeza urbana etc., na qual nem sempre são capazes de serem atendidos de acordo com a demanda. Obviamente que as carências em infra-estrutura e serviços serão supridas em determinados períodos, desde que haja interesse do poder local e/ou para a realização do capital. Não podemos perder de vista que o processo de produção, reprodução, dominação e apropriação produzem danos ao ambiente, já que passam a concentrar pessoas em áreas cada vez mais exíguas, gerando violência, criminalidade, entre outras, em função dos conflitos sociais inerentes a uma sociedade dividida em classes.

Os efeitos da degradação no ambiente urbano não estão dissociados das questões sociais, principalmente as relacionadas com a pobreza, o que torna a questão mais complexa, por falta de perspectiva de solucioná-la no momento.

Os problemas no ambiente urbano, ali encontrados, não são diferentes dos que ocorrem nas grandes metrópoles ou mesmo nas cidades capitais, com população superior a um milhão de habitantes. Nesse contexto, observamos que em função da segregação sócio-espacial, os maiores problemas ambientais urbanos estão localizados nas áreas na qual estão concentrada a população de menor poder aquisitivo. São nessas áreas que estão localizados os maiores problemas em função da ausência do poder local em criar condições dignas de vida a essa população.

Durante o trabalho de campo e nas várias visitas à área de estudo, constatamos as condições de pobreza em que vivem parcelas significativas da população de Icoaraci na periferia da periferia, ou seja, estão afastadas geograficamente do centro do bairro, como é caso do Tenoné, Paracuri, Agulha, Ponta Grossa, Maracuera, Parque Guajará. Enquanto nos demais estão relacionados às ocupações urbanas e às condições de infra-estrutura, como no bairro de Cruzeiro. A ocupação Cubatão, no centro do bairro, próxima à área mais valorizada da cidade, vive em condições precárias, no plano do imediato, lutando pela própria sobrevivência, tendo em vista que a maioria vive no mercado informal, as mulheres complementam a renda familiar com trabalhos eventuais do tipo faxina, lavagem de roupas, entre outros. No bairro da Campina de Icoaraci, o principal problema è de ordem de infra-

estrutura, como asfaltamento, saneamento, serviços públicos equipamentos de consumo coletivo. O bairro da Ponta Grossa convive com a ocupação na orla de baía do Guajará, com palafitas e estivas em condições de vida semelhante às demais áreas de ocupação. De forma geral, em relação às condições de vida da população periférica de Icoaraci, poucos são os que estão no mercado formal de trabalho, com registro em carteira.

O que se evidencia que por falta de maior articulação política, uma vez que a participação nos movimentos populares de bairro (associação de moradores, centros comunitários, clube de mães, entre outros) é muito reduzida. A função primordial é garantir a reprodução da vida.

Com relação às questões sobre o ambiente urbano, é indiscutível que não fazem parte da agenda de lutas políticas dos movimentos de bairros já que, estas estão voltadas para outras necessidades mais imediatas, como creche, rede, de esgoto e de água encanada, asfaltamento de ruas, segurança, iluminação pública etc. É compreensível, pois as discussões sobre o ambiente urbano são relativamente recentes, em muitas ocasiões parecem estranhas, como se tivessem circunscritas ao meio acadêmico. Por outro lado, a questão da gestão do poder, local relacionada a essa questão tem deixado a desejar. A sua atuação tem se restringido a intervir em determinados espaços da cidade que tem maior visibilidade, enquanto os que apresentam grandes problemas e que necessitam de maior intervenção, ficam alheios, largados à própria sorte. (LIMA & RONCAGLIO 2001, p. 60) declaram que:

> Porém, a associação da percepção dos problemas urbanos, como uma crescente degradação da qualidade de vida nas grandes cidades, à questão ambiental ainda é recente. Ou melhor, inicialmente a percepção dos problemas urbanos é vinculada a uma corrente preservacionista que os aponta como necessidade de criar e/ou ampliar áreas verdes no espaço urbano ou denunciar cortes de árvores.

Somente nas últimas décadas do século passado que os problemas relacionados ao ambiente urbano passaram a chamar maior atenção dos poderes constituídos, quando a imprensa passou a dar destaque, como o problema do abastecimento de água, rios, igarapés e lagoas assoreados, enchentes e alagamentos provocados pelo elevado índice pluviométrico etc. Entretanto, a busca de soluções fica circunscrita às áreas mais nobres da cidade, deixando de lado as áreas mais pobres e periféricas.

É indiscutível a importância da criação de organismos e estruturas administrativas em níveis estadual e municipal voltadas ao meio ambiente. Essa ação de fato corresponde ao cumprimento das leis estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, tendo por objetivo acompanhar as transformações sociais, adaptando-se às agendas política-administrativa, propondo intervenções técnicas que possam dirimir e/ou solucionar os problemas existentes, tendo por base as propostas da agenda política-ambiental internacional, produzida a partir da Conferência das Nações Unidas – Rio 92, Habitat II, realizada em 1996 em que sua atuação tem sido pontual, em espaços da cidade na qual a visibilidade põe em "cheque" a atuação do órgão ou quando a comunidade, através de sua organização, consegue perante a imprensa denunciar situações extremas, como, por exemplo, a contaminação do rio Piraíba acontecida, pela atividade de curtume ou o esgotamento de argila nas várzeas do rio Paracuri, ocasionado pelo processo de ocupação ao longo de sua calha, impedindo acesso de matéria-prima aos artesões. A Constituição Federal, em seu Art. 225, estabelece que:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
> § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Poder Público:
> I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
> II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
> III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
> IV – Exigir, na forma de lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
> V controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
> VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
> VII – Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. [129]

Embora o texto constitucional seja claro e avançado, constatamos que as maiorias desses preceitos são ignoradas, uma vez que a população continua vivendo em sub-espaços, em condições precárias de vida, comprometendo o ambiente urbano de forma contínua pelo processo de produção do espaço urbano originando a periferia do distrito.

---

[129] CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. (1989. p. 146).

É preciso colocar em evidência que os problemas no ambiente urbano são resultantes dos conflitos e dos interesses dos agentes produtores do espaço urbano e sua responsabilidade pelos danos causados, a partir de sua intervenção, o que evidencia a complexidade dos problemas em função dos interesses que estão em jogo.

Lima & Roncoglio ao analisarem a degradação socioambiental urbana, argumentam que:

> Com relação as cidades, o uso da noção de sustentbilidade urbana torna-se ainda mais complexo, pois os espaços urbanos são incapazes de satisfazer todas as necessidades, próximas ou distantes; são grandes consumidores de energia; produzem enorme quantidade de resíduos, que não podem ser internamente eliminado ou reaproveitados; provocam profundas mudanças na ocupação do solo, decorrentes de transformações de áreas naturais, gerando diversos impactos ambientais e socioeconômicos.(LIMA & RONCAGLIO. (Ibdem. p. 61).

Acreditamos que a compreensão do cotidiano da parcela da população que sobrevive na periferia e áreas inóspitas na área central de Icoaraci, em condições em que o dia-a-dia é cercado de pobreza, desemprego, baixos salários, moradias subnormais, carência alimentar, associada à desnutrição, violência doméstica, desintegração da família, carência em assistência médica e educacional. A cidade e sua formação sócio-espacial é extremamente desigual, marcada por injustiças sociais que permeiam a vida de uma parcela significativa da população. Essa realidade demonstra as desigualdades existentes nas cidades, na qual a população por viver em função da reprodução do capital, em que as relações são mediadas pelo valor de troca e pelo mercado. Esse processo se espacializa, produzindo a cidade de forma diferenciada com espaços desiguais, onde cada um vive de acordo com os níveis de renda.

O ato de morar, nessa perspectiva, está relacionado ao lugar que cada um ocupa na cidade. Pois o solo urbano entra na relação de valor e passa a ser comercializado de acordo com a sua localização e os atributos criados, potencializando o processo civilizatório. Portanto, é no processo de uso e ocupação do solo, enquanto terra urbana, que as camadas de menor ou nenhum poder aquisitivo vão ocupando e produzindo espaços diferenciados, com ambientes urbanos comprometidos.

É importante salientar a gravidade das ocupações que ocorrem nas várzeas dos igarapés e rios, bem como as ocupações nas margens da baía de Guajará e furo do Maguari, igarapés que percorrem no interior do núcleo, que estão associados à deposição dos

resíduos líquidos e sólidos produzidos pela cidade formal, que vertem para esses áreas, comprometendo esses ecossistemas fluviais pelo volume de resíduos depositados.

A maioria das ocupações periféricas no distrito de Icoaraci correspondem a áreas inundáveis pelo fluxo das marés, em outras ocorrem o afloramento do lençol freático que dificulta a estruturação dos serviços urbanos básicos, como: a instalação dos serviços de rede de esgotamento sanitário ou mesmo de fossas sépticas. Em função da precariedade, essas ocupações caracterizam-se por falta de serviços públicos e equipamentos urbanos de todo tipo, como transporte, rede de drenagem, de esgoto, saúde, educação, entre outros.

4.3 A PAISAGEM URBANA DA PERIFERIA, SITUAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS DE ICOARACI E QUALIDADE DE VIDA.

O processo de urbanização brasileira ocorreu até aproximadamente a primeira metade do século XX, sempre se evitando ocupar os terrenos que apresentavam problemas de ordem natural (morfológicas do terreno) para assentamento populacional. Significa dizer, por exemplo, que as áreas com acentuada declividade, solos frágeis e propensos à erosão, áreas alagadas ou alagáveis, entre outras, que em muitos casos se encontravam próximos do centro da cidade, no qual se localizam os espaços bem mais equipados e por isso valorizados, estando sujeitos a uma maior pressão para ocupação humana.

A partir da década de 1950, de forma geral, ocorreu o processo de expansão da mancha urbana, acompanhando os eixos viários de expansão da cidade, dando origem ao processo de periferização, como pode ser observado no mapa 06. Essa formação binária centro-periferia vai ser a marca da urbanização brasileira a partir daquele momento. Notadamente, a periferia vai se constituindo com precárias condições de uso e ocupação, com exceção dos conjuntos habitacionais populares construídos pelo poder público, a partir daquele momento, equipados com relativa infra-estrutura de serviços públicos.

A cidade, em sua feição moderna, é formada por diferentes ambientes que apresentam fisionomias semelhantes e diferenças entre si. A estruturação destes refletem a forma de como a sociedade está organizada e que por sua natureza é dividida em classes. As semelhanças se dão em função de que muitos dos problemas existentes nas periferias têm origens comuns, pois são formadas por população migrante, expulsas das áreas centrais da cidade ou na maioria das vezes da terra, com baixos níveis de escolaridade, vivendo com baixos salários, entre outros. Essa condição possibilita a produção de uma paisagem diferenciada, com casas construídas com materiais diversos de forma precária e caótica. Diferentemente do que encontramos em determinados bairros, os quais são equipados com melhor infra-estrutura e serviços, com casas de elevado padrão arquitetônico, ruas pavimentadas e arborizadas refletindo a segregação sócio-espacial e a hierarquização dos lugares.

Um aspecto que nos chamou atenção quando observamos a cidade foi a diferenciação das pessoas no modo de viver, de morar, de lazer, de trabalhar, nas diferentes formas de uso do solo, entre outras, assim como, pelas diferentes atividades econômicas e sociais delas. A periferia, afastada geralmente, sem infra-estrutura, é formada na maioria das vezes por ocupações urbanas, ocupada por trabalhadores que lutam por sua sobrevivência em uma sociedade cada vez mais desigual e contraditória. Também encontramos diferenças nos bairros que são marcados pelo movimento das pessoas nas ruas. Nos bairros onde reside a população de melhor poder aquisitivo as ruas são normalmente vazias, enquanto nas periferias, onde se encontra a população pobre, a rua é plena de vida, de um vai e vem, marcando uma vida de relação de vizinhança, de camaradagem, de cumplicidade, cheia de conteúdo, o qual, ainda é o lugar do público, do encontro, da festa. Isso demonstra que há um uso diferencial da cidade, demonstrado pela forma de como ela é produzida. Carlos, ao analisar a paisagem compreende que:

> (...) a paisagem urbana tende a revelar uma dimensão, necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; essa perspectiva da análise já introduziria os elementos da discussão do urbano entendido enquanto processo e não apenas enquanto forma. A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução da produção espacial, e do modo pelo qual foi produzida.
> A paisagem urbana é a expressão da "ordem" e do "caos", manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O aspecto fenomênico coloca-se como elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, enquanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento. Conseqüentemente, essa forma apresenta-se-á como história, especificamente determinada, logo concreta.
> Cabe pensarmos as diferenças expressas na paisagem enquanto manifestação das contradições que estão no cerne do processo de produção do espaço. A cidade diferencia-se por bairros, alguns em extremo processo de mudança; mas cada bairro isoladamente, impede o entendimento da cidade em sua multiplicidade, em sua unidade. (CARLOS, Ibdem, p.36).

Há uma historicidade presente na paisagem revelando os diferentes momentos e o nível de organização da sociedade ao longo de sua existência, ou seja, a forma de como a cidade vem sendo produzida historicamente.

> A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência "caótica", sob a qual se descortina a essência articulada e objetiva do espaço geográfico. Mas por que caótica? Porque o nível da aparência, do que se vê, é nível do não explicado, não entendido. Esta paisagem, este "instantâneo" que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático mas prenhe de movimento, de vida, de uma vida de relações que o homem (o individuo) mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie.
> Sob esta aparência estática se esconde e revela todo o dinamismo do processo de existência da paisagem, produto de uma relação fundamentada em contradições, em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo do desenvolvimento das relações sociais.

> Essa paisagem é humana, histórica e social; existe e se justifica pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade. É produzida e justificada pelo trabalho enquanto atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento de desenvolvimento das forças produtivas, e aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, cores, usos, etc.
> A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material, um modo que se vai desenvolvendo e criando a natureza. Esta, aos poucos, deixa de ser natural, primitiva e desconhecida para se transformar em algo humano. A paisagem ganha novas cores e matizes, novos elementos e é reproduzida de acordo com as necessidades humanas. (CARLOS, Ibdem, p. 38-9).

A periferia, enquanto produção social, é parte integrante do espaço da cidade, apesar das condições adversas em que vivem partes significativas da população, ela é rica em conteúdo social.

A paisagem, na periferia da cidade, é marcada por um movimento e por uma temporalidade que, dependendo do dia e da hora, marcam um momento na forma de viver e de ser da população. Pela manhã, vemos o movimento de trabalhadores e estudantes que se deslocam apressados para o ponto de ônibus e, na hora do almoço, estudantes retornado para suas casas. Já final do dia, o retorno de trabalhadores, estafados, extenuados por mais uma jornada de trabalho.

Portanto, uma característica que vai marcar o núcleo urbano do distrito administrativo de Icoaraci é a ausência quase total de funcionalização dos espaços. A maioria dos nove bairros do distrito apresenta como característica dominante o uso misto, ou seja, é difícil distinguir com maior nitidez se o bairro é residencial, comercial, industrial. Isso ocorre em função da forma como os agentes produtores do espaço urbano o produziram. Notadamente, em função da falta de uma melhor legislação do uso e ocupação do solo urbano, isso oportuniza que muitas atividades econômicas importantes se beneficiem dos espaços urbanizados e do entorno do Distrito, espacialmente a indústria, que passa a induzir o processo de produção, reprodução, dominação e consumo do espaço.

A pesquisa de campo, realizada na área de estudo, deu-se através da aplicação de questionário semi-aberto e de entrevistas, especialmente nas periferias e áreas de ocupação nos bairros de Icoaraci. Através das informações coletadas foi possível delinear um perfil dos moradores. Nessa perspectiva, os resultados do trabalho foram de suma importância e bastante reveladores por demonstrar as condições em que vive parcela significativa da população, assim como evidência as precárias condições em que essa população vive, provocado pelo perverso processo de urbanização que vem ocorrendo no país, nas últimas

décadas, demonstrando que a mesma é extremamente excludente e segregadora e, que em função dessas características, gera uma gama de problemas no ambiente da cidade relacionados às condições de vida de uma grande parcela da população de Icoaraci que se encontram em estado de pobreza, de miséria, de exclusão sócio-espacial-ambiental como conseqüência desse processo.

O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi composto por três partes: a primeira procurou diagnosticar o perfil socioeconômico do universo da população por meio de entrevista, num total de 382 pessoas; a segunda, estava relacionada à infra-estrutura local; e a terceira, à compreensão da população sobre as condições ambientais nos bairros.

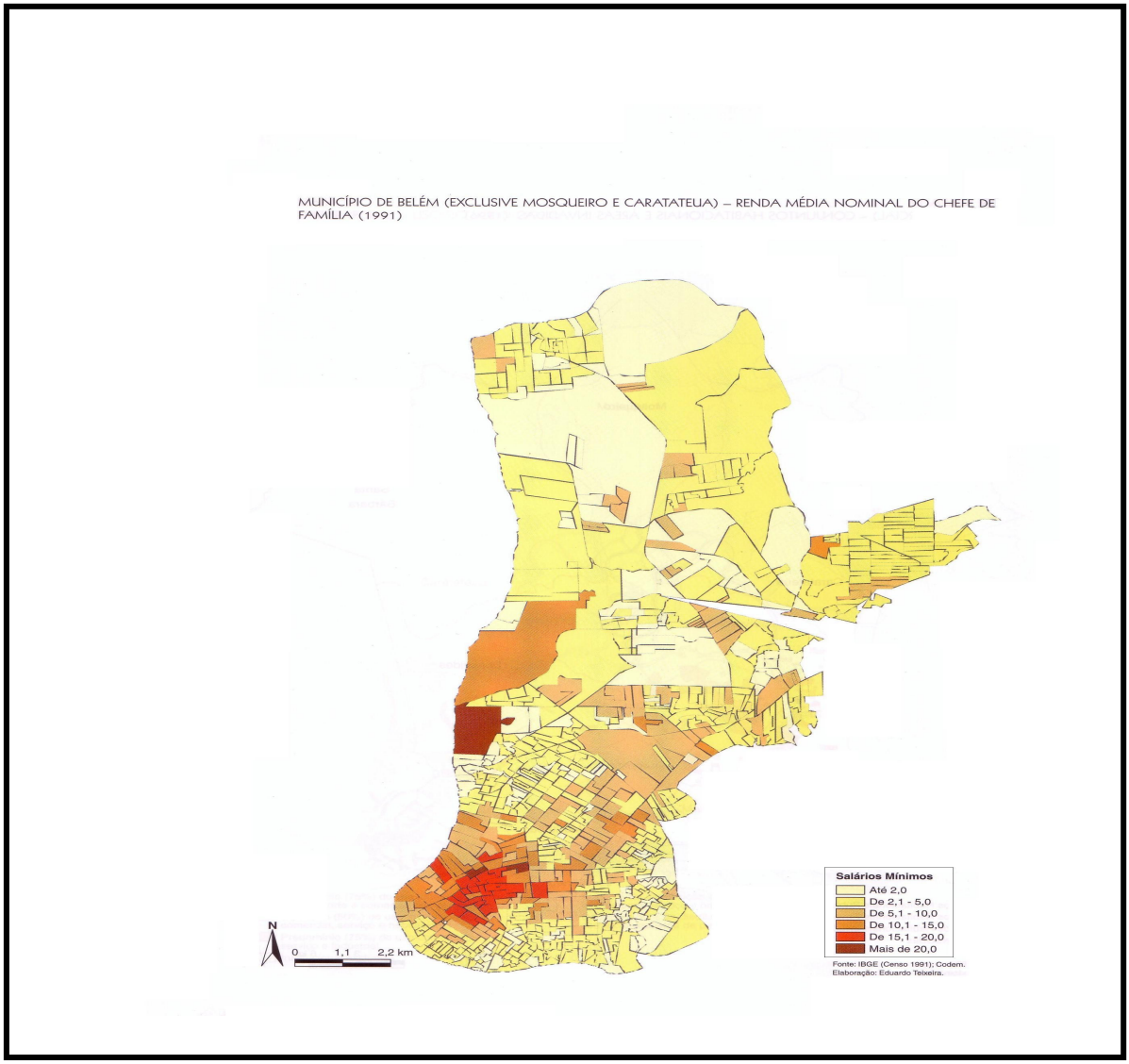
A primeira parte da pesquisa analisou o perfil socioeconômico da população entrevistada. Nesta é perceptível o predomínio de pessoas do sexo feminino, a qual corresponde a 62 %, enquanto a masculina foi de 38 %. [130] Quanto ao grau de instrução, é marcante a baixa escolaridade, a maioria não possui o Ensino Fundamental completo, (ver gráfico 1). Esse fato, de certa forma, está associado à condição de migrante, principalmente das áreas rurais dos municípios e/ou de outras regiões, em que a permanência na escola é freqüentemente prejudicada em função de que a criança e/ou o jovem nessa fase, são considerados como força-de-trabalho na terra a complementar a renda familiar ou levados por sucessivos deslocamentos.

Ao associarmos a variável escolaridade e níveis de renda, esclarecemos porque mais de 50% dos entrevistados ganham até um salário mínimo. Os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada IPEA (2002) demonstram que a maioria da população do distrito administrativo de Icoaraci recebe em média um e meio salários mínimos como pode ser observado no mapa 7 do IPEA, de renda media nominal dos chefes de família. Essa situação está relacionada em função das condições financeiras limitadas dessas pessoas e por não possuírem sem grandes qualificações profissionais. Quando chegam à cidade, a insuficiência do mercado regular de trabalho e a especulação imobiliária fazem com que a moradia, nas áreas com grande comprometimento no ambiente da cidade, sejam a única alternativa de moradia.

---

[130] Com a preocupação de que os resultados da amostragem predominassem a população do sexo feminino, realizamos o trabalho em dias alternados, inclusive aos sábados e domingos.

Mapa 7. Renda média nominal do chefe de família na RMB-1991

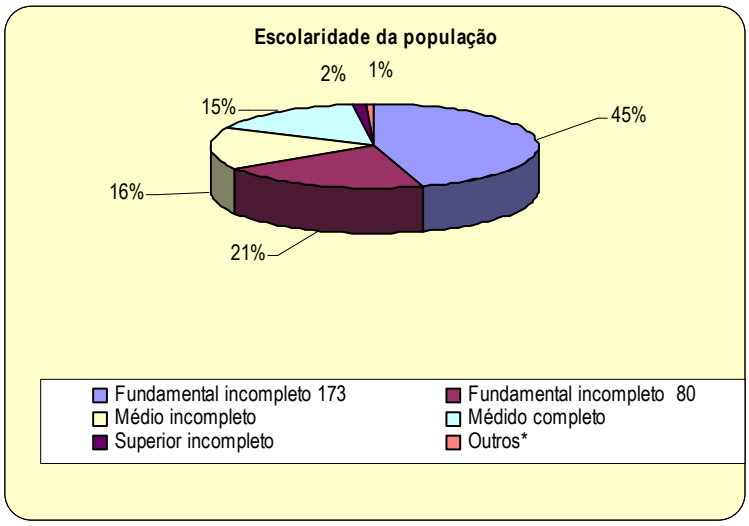


Considerando as condições de vida dessa população, é possível afirmar que os baixos salários estão vinculados aos níveis de escolarização, repercutindo na baixa qualificação da mão-de-obra da população. Pois do universo da população que foi entrevistada; 46 % não completaram o ensino fundamental; 16 % o médio; e apenas 2 % o superior. O que significa dizer que a maioria da mão-de-obra não tem qualificação que reflete nos baixos salários. Ver gráfico 1.

É mister destacar que fatores como a renda familiar e da população da periferia dos bairros de Icoaraci refletem também os dados da Região Metropolitana de Belém revelados a partir da pesquisa realizada pelo IBGE, provenientes do censo de 2002. Para a realidade

analisada, os sujeitos objeto da pesquisa revelaram uma situação bastante precária, haja vista viverem com renda mensal abaixo do que revelou a pesquisa do IBGE, ver gráfico 2 e mapa 8. Dessa forma, podemos inferir que a renda mensal de grande parte da população é insuficiente para suprir as necessidades básicas mínimas, o que pode indicar condições de vida extremamente precária.

Gráfico 1
Escolaridade da população entrevistada



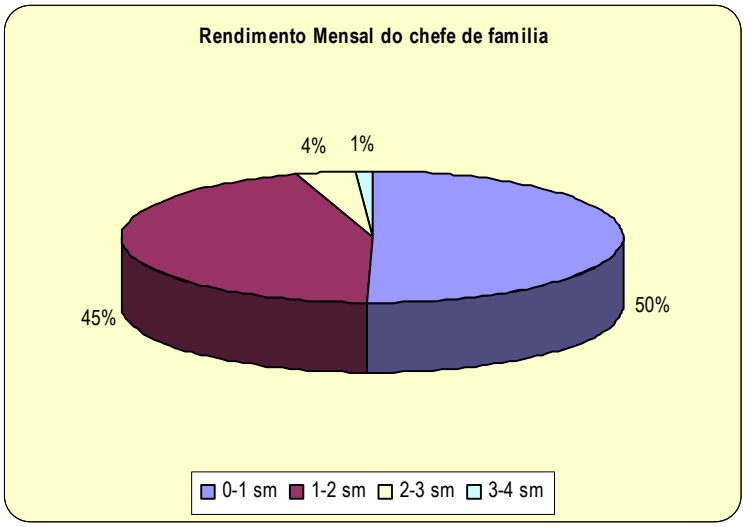
Fonte: Trabalho de campo realizado em 2007

Esse fator demonstra a forte segregação econômica da população refletida pelos níveis de renda, que, na busca de sua reprodução, tem se materializado na paisagem da cidade, através do movimento de ocupação de terras e/ou invasões urbanas em áreas com comprometimento sócio-espacial-ambiental. As fotos 41 e 42 demonstram as formas de ocupação às margens das Rodovias Arthur Bernardes e Augusto Montenegro, várzeas de rios e igarapés existentes no núcleo. Essa situação produz uma paisagem associada à forma de como as construções são produzidas: de forma desordenada e sem ordenamento territorial, predominando os barracos, palafitas construídas, principalmente de madeira, sem acabamento, nem estilo ou linha arquitetônica, conformando as áreas periféricas de Icoaraci.

Durante o trabalho de campo, entrevistamos pessoas que deram seu depoimento sobre a renda mensal:

"Sobrevivemos com os programas do governo do tipo bolsa escola em que recebemos R$ 45,00 por cada menino na escola, somando os três recebemos R$ 90,00 é a norma do governo né. A minha família é formada por oitos pessoas incluindo os netos, filhos de mãe solteira, nenhum têm emprego com carteira assinada. O mais velho é quem faz alguns bicos e ganha em média R$ 10,00 por semana. Moro nesse barraco de quatro por quatro (4x4) e meu sonho e construir mais um pedaço para poder dar mais conforto. Eu complemento a renda familiar de aproximadamente um salário mínimo, lavando roupas e fazendo faxina, mas sobe como é, nem todo o dia aparece trabalho, além do mais, tem muita gente fazendo esse serviço (...).Os políticos só aparecem em época de eleições oferecendo o mundo, dando tapinha nas costas, pegando na mão. Quando eleitos e sentados em seus gabinetes, esquecem de suas promessas e dizem que não nos conhecem... Levamos a vida como Deus quer [...]!" [131] (Vide foto 41).

Gráfico 2
Rendimento mensal do chefe de família



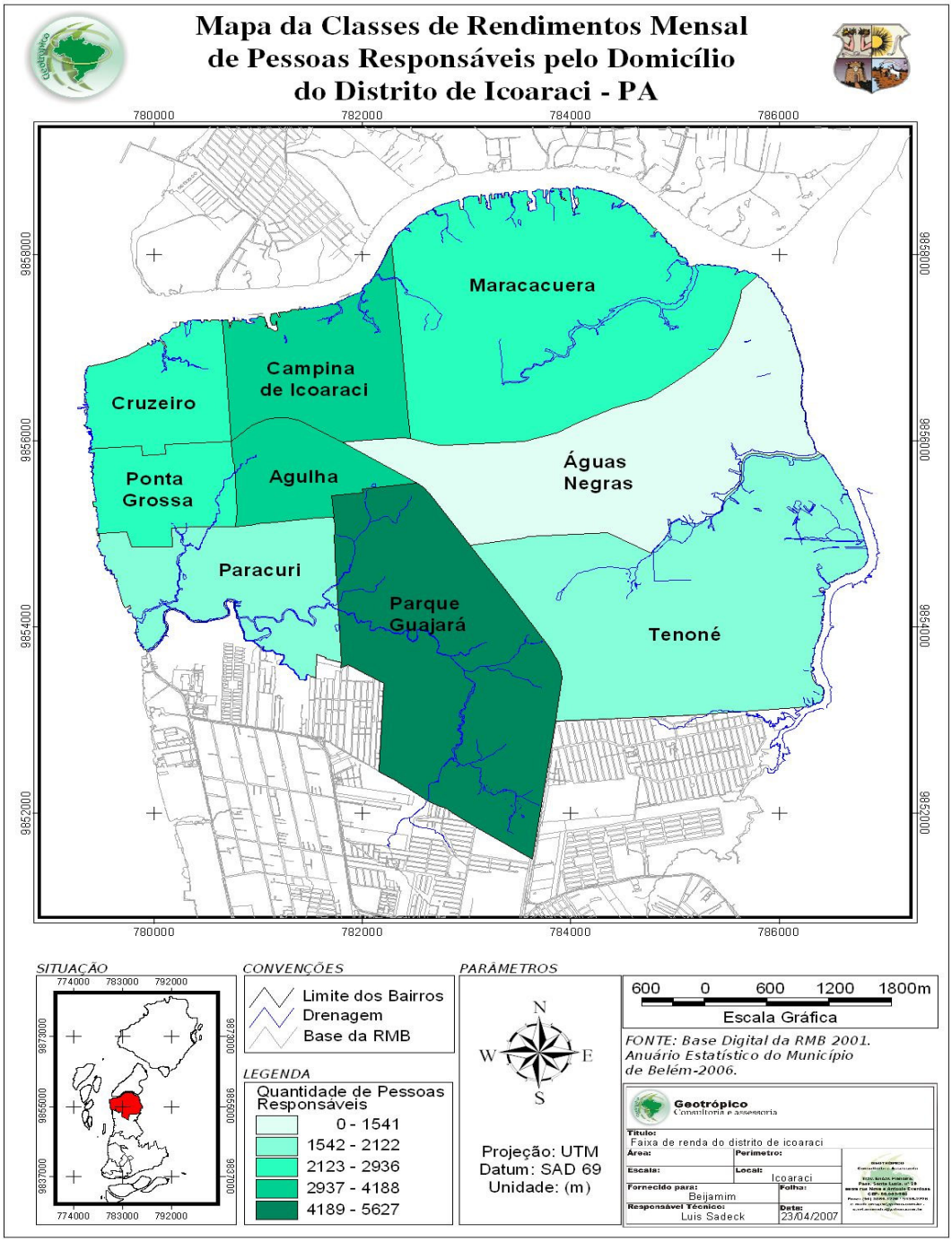
Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006.

Uma outra variável sobre o perfil socioeconômico está relacionada aos meios de transportes utilizados, sendo os ônibus coletivos urbanos e as bicicletas os de maiores usos, ver gráfico 3. Se associarmos as variáveis níveis de renda com meios de transportes, torna-se mais compreensiva a situação. Pois como é de conhecimento, o custo do transporte onera economicamente a vida do trabalhador.

A utilização de bicicletas, como meio de locomoção, por uma maioria da população local, está relacionada a alguns fatores como: grande parte dos entrevistados a utiliza por economia em seus deslocamentos para o trabalho, estudo, compras e lazer; a ausência de transporte coletivo urbano interno, interligando os bairros, torna-se esse meio de deslocamento muito importante no contexto local.

[131] Entrevista realizada no bairro do Tenoné com a Senhora Iracilda Silva em maio de 2006

Mapa 8. Classes de rendimentos mensal de pessoas responsáveis pelo domicílio do distrito de Icoaraci.



Histórica e culturalmente, Icoaraci é conhecida por seu grande número de bicicletas. Observamos durante o trabalho de campo uma grande parcela da população se deslocando a pé para os locais de trabalho, como tendência nas cidades em geral diante de uma

conjuntura econômica desfavorável à classe trabalhadora. Poucas são as empresas que possuem transporte coletivo próprio, vide gráfico 3.

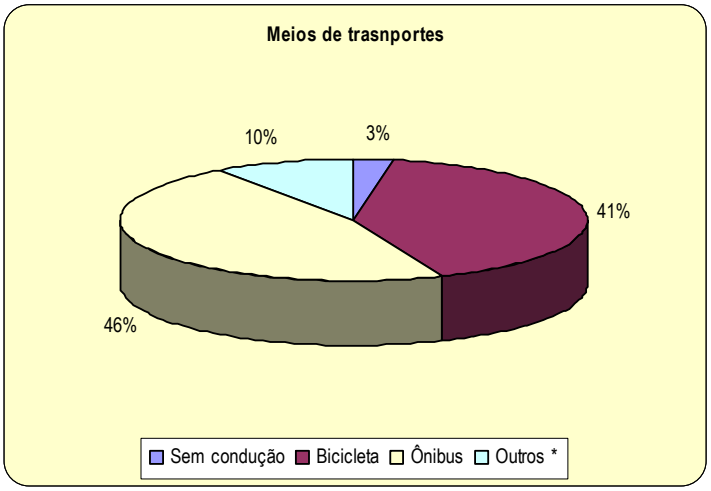
Foto 41. Vista parcial de ocupação urbana no bairro do Paracuri. Foto de Mário Benjamin dias. 2006

Foto 42. Vista parcial de ocupação urbana no bairro de Tenoné. Foto de Mário Benjamin dias. 2006

No que se refere a origens da população pesquisada, além desse levantamento o trabalho de campo tinha uma preocupação mais geral que era demonstrar uma questão

formulada nos objetivos do trabalho, de que a industrialização, como produto das políticas publicas do Estado, gestadas para a região, tenha sido um dos principais agentes responsáveis pelo processo de migração, assim como pela produção do espaço urbano no distrito. Essa assertiva se confirma quando 205 dos entrevistados responderam que não nasceram no distrito de Icoaraci, correspondendo a 53 % desse universo. Conforme o gráfico 4,83 % são migrantes dos mais diferentes municípios que compõem as microrregiões do Estado, com especial destaque para a microrregião de Belém, correspondendo a um percentual de 41 % do total destes, destacando a cidade de Belém, em função da migração intraurbana, seguida pelas, microrregiões do Salgado com 12 %, Bragantina 9 %, Arari (Marajó) 8 %, Cametá 6 %, Guamá, 4 % Tomé-Açu 3 %, Castanhal 3 %, Santarém 2 % e Parauapebas 05 %. É compreensível que parte significativa desses migrantes sejam oriundos da microrregião de Belém em função da proximidade e acesso fácil. Os 12 % restantes correspondem a migrantes de outros estados com maior destaque para os da região nordeste, vide gráfico 4.

Gráfico 3
Meios de transportes mais utilizados pela população

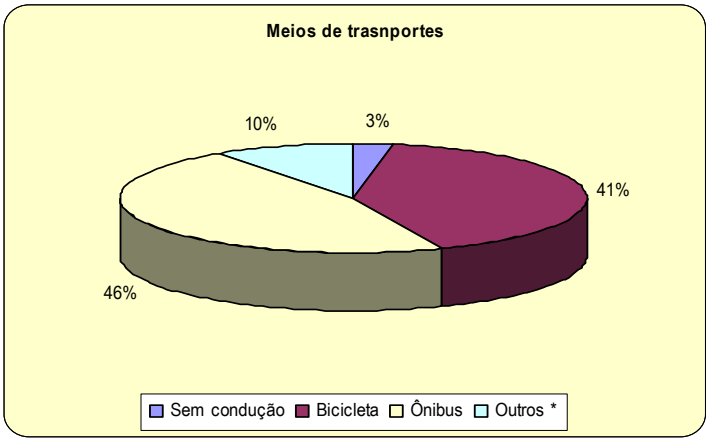


Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

Em relação ao motivo de terem migrado, a variável de maior destaque foi a busca por trabalho, com 68 % (vide gráfico 5). Esse é um fator que tem pesado na hora da decisão da população de se deslocar pelo território por causa da necessidade de manter a própria sobrevivência ou pela influência de membro da família que já morava no lugar. O que nos leva a refletir na estratégia utilizada pelos migrantes de modo geral é que primeiro migra o

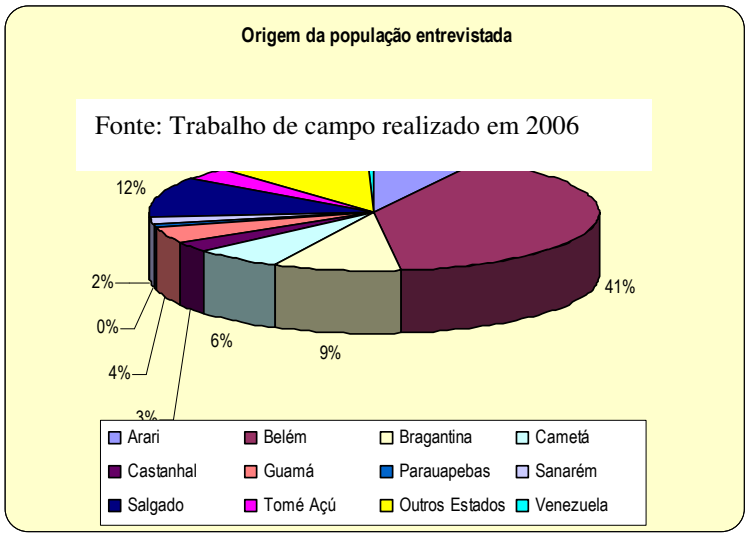
pai e/ou os filhos mais velhos, depois de se "estabilizarem", mandam buscar os demais membros da família, que vão se agrupando e se inserindo na vida urbana. O que comprova que a função de atividade industrial tenha servido como fator de atração de crescimento populacional de Icoaraci. Outra variável foi o estudo. Motivados pela aquisição da casa própria, pela tranqüilidade do lugar, aluguel mais barato, valor do terreno barato na época, as pessoas vinham com a esperança de "crescer" na vida (vide gráfico 5).

Gráfico 3
Meios de transportes mais utilizados pela população



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

Gráfico 4
Origem da população migrante de acordo com a microrregião



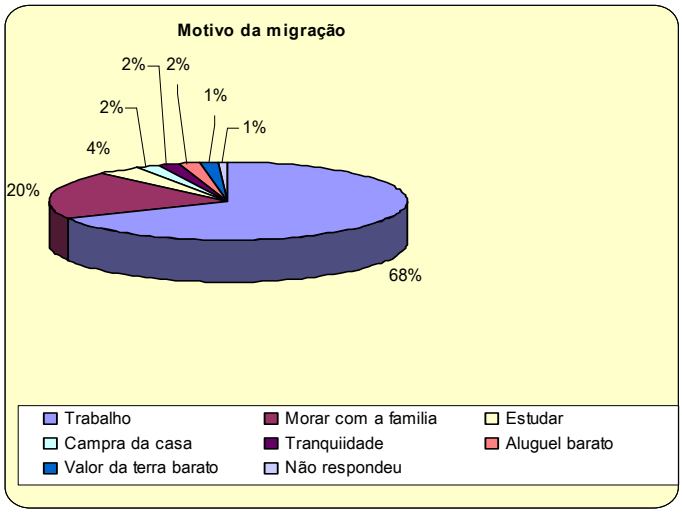
Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

A presença marcante de famílias moradoras migrantes na formação da população revela a importância que os fluxos migratórios desempenharam no crescimento da população urbana de Icoaraci e de sua periferia, nos últimos trinta anos. Dos 57% que

nasceram no distrito de Icoaraci vivem também nessa área. Essa situação está relacionada a diferentes fatores, como o próprio processo de expansão do núcleo urbano, da valorizada terra nas áreas mais prestigiadas da cidade, assim como dos parcos salários que elas recebem. Nesse sentido, segundo Silveira (2003) apud (PELEGRINO, 1990, p. 125/126), as migrações:

> (...) tornam-se e essencialmente simbolizam a alienação da produção capitalista. Ao refletirem os pressupostos da divisão social do trabalho, traduzem os contornos populacionais do processo global de acumulação capitalista por representarem as conseqüências sociais das transformações econômicas manifestas no espaço produtivo territorial. Isto é, se antes apenas refletiam estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, enquanto expediente natural de recomposição objetivas de trabalho, as migrações no capitalismo servem fundamentalmente de mecanismo de distribuição territorial da força de trabalho de acordo com a dinâmica da produção e reprodução do capital.[132]

Gráfico 5
Motivo da migração para o DAICO



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

A migração, principalmente para as cidades, é um processo importante para a produção e reprodução do capital, uma vez que é através desse movimento que o capitalismo tem, a seu dispor, massas de trabalhadores ávidos a serem inseridos no processo produtivo. A força de trabalho é um fator indispensável para a realização do capital. É um componente básico para que o processo se realize, por isso, deve estar concentrada e livre em um determinado lugar à disposição do capitalista. De acordo com Harvey:

[132] SILVEIRA, Op.cit. p.160.

> La fuerza de trabajo es uma mercancía, pero las condiciones que gobiernan su movilidad son muy especiales. Es la única mercancía que pode legar al mercado por sus proprios pies (...). Em la teoria burguesa, y frecuentemente em el lenguaje cotidiana, se refere a la liberdad del trabajador para vender su fuerza de trabajo cuando y donde quiera, a quem él desee y para los propósitos que le plazcan. (...) Em vista de las condiciones generales del trabajo asalariado, a liberdad del trabajado para moverse se convierte exatamente em lo contrario. En busca de empleo y de um salario para vivir, el trabajador se ve obigado a seguir o capital a dondequiera que este fluya (...). La versatilidad y movilidad geográfica de la fuerza de trabajo, así como la "indiferencia" de los trabajadores al contenido de seu trabajo son esenciales para la "fluidez del capital." [133]

Isso demonstra o nível de alienação dos moradores da periferia premidos pela necessidade de sobrevivência, submetendo-se às condições vis de moradia, lazer, vida digna, agravando de forma profunda o seu modo de vida.

Todavia, no que se refere à segunda parte da pesquisa, a qual está relacionada à infra-estrutura, principalmente voltada às condições de moradia, de habitação, infra-estrutura, saneamento e serviços de consumo coletivo.

É nítido no depoimento dos entrevistados, intitularem-se proprietários do imóvel, [134] correspondendo a 80 % deles, porém, poucos são os que detêm o título definitivo da terra, possuindo apenas a benfeitoria. Para Valente (2003), essa situação é bastante comum nas periferias da cidade e é caracterizada como "inadequação fundiária urbana relacionada à regularização da posse da terra, ou seja, quando o morador possui a propriedade da habitação, mas legalmente não tem a posse do terreno". [135] A variável que se referia à tipologia do imóvel revelou que 54 % são de alvenaria e 37 % de madeira, como pode ser observado no gráfico 6 e nas fotos (43 e 44).

Observando a tipologia das casas nas áreas pesquisadas, em sua maioria, apresentam como característica predominante a forma de palafita nas áreas de várzeas e de cotas baixas, construídas de madeiras e alvenarias de forma precária, assim como nas áreas de ocupações nos terrenos não sujeito às inundações, como bem mostram o gráfico 7 e as fotos (45 e 46). Essas ocupações passaram a ocorrer em maior escala a partir dos anos 80, em função do esgotamento de terras em cotas mais altas e de maior valor comercial no interior dos bairros mais tradicionais.

---

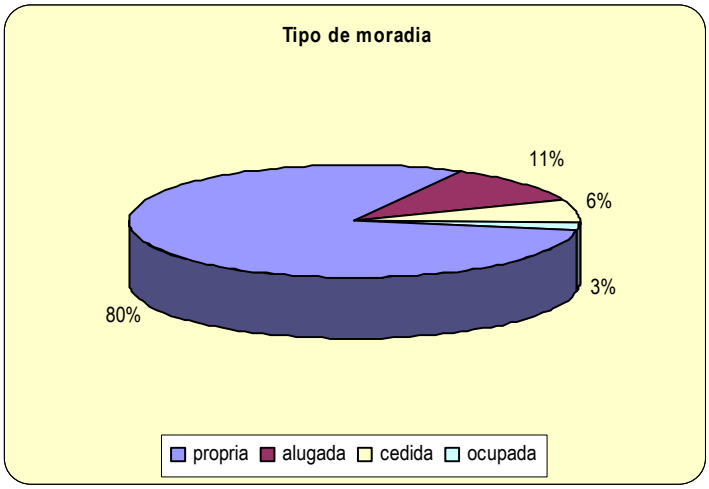
[133] HARVEY, D. (1990. p. 384-385).

[134] A maioria das famílias que vivem nessas áreas possui a propriedade da unidade habitacional em função de que a origem dessas são de loteamentos irregulares, ocupações em terra públicas ou de particulares. De fato, elas não possuem o titulo de propriedade da terra, embora aguardem com ansiedade a distribuição dos títulos por parte do Poder Local.

[135] Valente, (2003, p. 111).

Essas áreas, diante das condições naturais desfavoráveis a atividades econômicas e à ocupação humana em condições de habitabilidade digna, permaneceram até a década de 1970, praticamente intocadas em função do desinteresse do mercado imobiliário e de intervenções dos poderes públicos. As condições econômicas e sociais desfavoráveis das décadas 80 e 90 atingiram parcelas significativas da população, principalmente os planos econômicos que achataram e/ou congelaram salários, gerando desemprego e subempregos, tornando-se as opções mais viáveis para essa faixa da população ocupar essas áreas.

Gráfico 6
Tipo de moradia



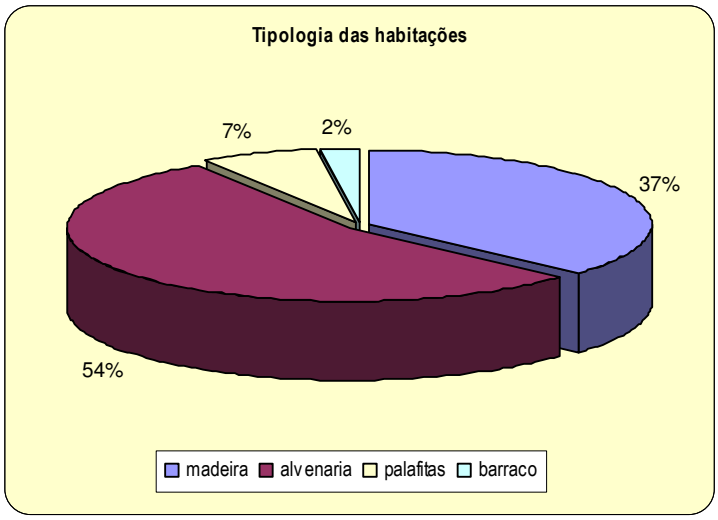
Fonte: trabalho de campo realizado em 2006

Foto 43. Vista parcial da periferia do bairro da Agulha a partir do movimento de ocupação urbana. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 44. Vista parcial da periferia do bairro da Agulha. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Gráfico 7

Tipologia das habitações da população entrevistada



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

Foto 45. Vista parcial da tipologia das habitações na periferia de Icoaraci. Construções feitas com madeira com assoalhos elevados, fugindo das inundações do fluxo e refluxo das marés. Bairro do Tenoné.Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 46. Vista parcial das palafitas nas áreas de ocupação em Icoaraci. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Nas áreas de ocupações urbanas, nas quais predominam áreas com terrenos livres de inundações, as habitações também são construídas em madeira, com poucos cômodos, mas diferentes das palafitas que são feitas com assoalho elevado. O acesso à infra-estrutura torna-se mais fácil em relação a das baixadas pela natureza geomorfológica do terreno com instalação da rede de energia e de água, geralmente implantada pela concessionária de

forma mais rápida do que nas baixadas, sendo comum as ligações clandestinas (gato), bem como observamos a construção de fossas (abertas ou fechadas) para os banheiros e de poços rasos para a retirada de água, vide fotos 47 e 48. De acordo com o IPEA:

> A malha viária é menos desorganizada, e as construções em alvenaria surgem com maior rapidez diante da facilidade da solução de fundação corridas, tradicionais na região. Outro fato a destacar é a presença significativa de pontos comerciais, principalmente pequenas quitandas, mercearias e lojas de materiais básicos para a construção.
> É interessante verificar que, mesmo nessas áreas secas, as casas são construídas inicialmente com pisos de madeira elevados, não tanto como as palafitas, talvez porque o uso da madeira propicie um trabalho mais rápido ou porque haja alguma herança tecnológica das construções ribeirinhas e em baixadas. Somente em uma segunda etapa, quando começa a surgir as construções em alvenaria, os pisos são substituídos por cimentado. [136]

Fotos 47 e 48. Vista parcial da periferia do bairro de Icoaraci, poço aberto como alternativa ao abastecimento de água e Vista parcial da periferia de bairros de Icoaraci. Ligação clandestina como alternativa ao abastecimento de Água.. Foto de Mário Benjamin Dias, 2006.

[136] IPEA, (Op. Cit. p. 40).

A habitação é um indicador importante relacionado à qualidade de vida e um elemento de fundamental importância para a reprodução do homem enquanto espécie. Nesse sentido, o déficit habitacional que o país enfrenta um grave problema. De acordo com Valente apud Fundação João Pinheiro (2001), o déficit habitacional no Brasil em 2000 era de 6.500,000 moradias. [137] Essa situação revelada por esse estudo deve ser associada à ausência de políticas públicas efetivas destinadas à habitação da população de menor poder aquisitivo, porque, em função dessa situação, parcelas significativas da população procuraram alternativas à moradia, entre elas, as periferias pelo fato de os terrenos serem de menor valor de mercado, assim como outros, que procuram no movimento de ocupação de terra urbana, a alternativa de aquisição da mesma, elevando os índices de ocupação da terra na cidade de Belém.

Na RMB, em geral; e no distrito de Icoaraci, em particular, a questão habitacional é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos poderes públicos. Lima comenta que:

> Percebe-se como um dos maiores desafios para o poder público, a questão habitacional, que remete a direitos e necessidades elementares de qualquer ser humano. Antes mesmo de melhoria dos padrões habitacionais existentes, visando otimização do consumo de energia, ou de utilização de materiais e processos ambientalmente menos impactante, há que se verificar as condições de pobreza existentes no âmbito metropolitano, em que as subhabitações configuram uma solução para a carência extremada, um problema sócio-econômico de responsabilidade do Estado. A questão habitacional encontra-se centrada na falta de opções de acesso a moradia para as camadas de baixa renda.[138]

A habitação tornou-se um problema generalizado no país como um todo, haja vista que a política habitacional do governo, nos diferentes níveis, tem privilegiado os segmentos populacionais que detém renda compatível para investimentos na mercadoria habitação, ou seja, não existe de fato política habitacional destinada à população de menor poder aquisitivo, e nem para os excluídos da cidade. Valente (2003) demonstra que esse:

> Déficit indica a necessidade de construção de novas moradias, seja por incremento, seja por reposição de estoque de moradias em uso. O incremento de estoque representa uma ampliação física, determinado por um fator cultural ou socioeconômico, enquanto a reposição do estoque está relacionada com a precariedade física do imóvel, moradias rústicas e depreciadas.
> Os 4 (quatro) componentes desse déficit de moradias são a reposição por depreciação, o ônus excessivo com o aluguel, habitação precária e a coabitação, (...).
> Esses componentes do déficit podem ser dividido de acordo com a necessidade de incremento e de reposição de estoques de moradias.
> No incremento de estoque de moradias estão a coabitação familiar, quando mais de um núcleo familiar habita uma mesma unidade física, e o ônus excessivo com aluguel, caracterizado por

---

[137] VALENTE, (2003, p. 107).
[138] Lima (2001, p. 101).

famílias com rendas de até três salários mínimos que despendem cerca de 30% dessa renda mensal com aluguel.
Na reposição de estoque de moradia está a habitação precária, caracterizada pelas moradias que não têm paredes em alvenaria (e, conseqüentemente, são feitas com madeiras não aparelhadas) e pela reposição por depreciação, que é relacionada com o desgaste físico da unidade habitacional.[139]

Portanto, o que predomina nas áreas de ocupação e nas várzeas dos canais de drenagem, são as habitações na forma de palafitas caracterizadas como habitações inadequadas que comprometem a qualidade de vida de seus moradores. A forma de construção demonstra o nível de precariedade dos imóveis, a maioria feita em estilo mutirão nos finais de semana. Dessa maneira, Valente explica que:

> O conceito de habitação inadequada está ligado à qualidade de vida dos moradores. É uma dimensão bem subjetiva, nada tangível, e que tem a ver com condições específicas do estoque de habitações que está sendo considerado, seja por carência dos serviços básicos que o a tendam, como o de saneamento básico, ou mesmo por esgotamento do tempo de vida da habitação. (VALENTE, OP. CIT. p. 108).

Na medida em a cidade cresce e o processo de urbanização se instaura, ocorre naturalmente uma maior demanda por unidade de moradia que passou a aquecer o setor imobiliário e da indústria da construção civil. Nesse período, houve um aumento nos valores dos aluguéis, frente à demanda por habitação, e desmembramento de casas e construções de pequenos cômodos nos fundos de quintais a preços mais baixos para a camada da população assalariada passou a dinamizar esse setor.

Nesse processo, por um lado, do ponto de vista da dinâmica espacial, a urbanização vem refletindo o avanço e a reprodução do capitalismo a nível local, que não se faz dissociado de um processo desigual de ocupação e uso do solo, resultando tanto das condições adversas, quanto econômicas, sociais, e das ações dos diferentes agentes responsáveis pelo processo de (re) produção do espaço do distrito. Por outro lado, o processo de ocupação e expansão do espaço urbano em Icoaraci tem garantido ao capital industrial, principalmente as industriais madeireiras, metalúrgicas, navais, um contingente de mão-de-obra espacialmente concentrada e de fácil recrutamento, disponível a serem inseridas na lógica da reprodução do capital.

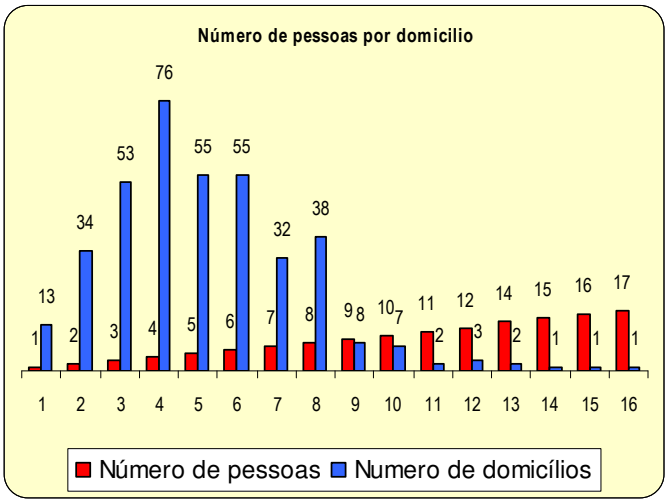
A maior parte dos domicílios não possuem infra-estrutura básica, como é o caso das ocupações Cubatão, Paracuri, Baixada da Agulha, Orla da Baía do Guajará, periferia do

[139] Valente. (Op. Cit. p. 108).

Parque Guajará, áreas do bairro da Campina de Icoaraci. Algumas áreas, ao longo das últimas décadas, conseguiram, por meio dos movimentos populares, algumas melhorias. Porém, a ocorrência desses serviços é marcada pela irregularidade, como o do abastecimento de água que existe, mas o serviço é precário quanto ao atendimento e ao fornecimento nas mesmas. Um outro exemplo bastante significativo é quanto à instalação da rede de energia elétrica, na qual grande parte das pessoas utiliza ligações clandestinas feitas em fios de alta tensão num emaranhado de fios precariamente ligados rede geral, oferecendo constantes riscos aos usuários.[140]

O gráfico 8 demonstra o número de habitantes por residência nas áreas pesquisadas, havendo uma relativa ocupação por domicílios, no qual predominam em número de 4 (quatro habitantes) por domicílios, correspondendo a 20 % do universo pesquisado.

Gráfico 8
Número de pessoas por domicílios



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

Na periferia a presença de mais de uma família por habitação é bastante significativa. Em muitos casos, por causa da solidariedade. Quando ocorre a cedência a familiares e/ou amigos que migraram e não tiveram acesso a terra na cidade. Da mesma forma, a existência de mais de uma casa no terreno, com pequenos cômodos sub-alocados a

[140] É freqüente a ocorrência de incêndios nos barracos e/ou queda de potencia no fornecimento de energia causado por esse tipo de ligação, da mesma forma que donos nos eletrodomésticos.

preços baixos, oportunizando auferir renda extra para o proprietário garantir melhores condições de vida a sua família. [141]

A maior parte das moradias é de madeira ou alvenaria, resultado do processo da autoconstrução que os moradores realizam numa relação de solidariedade ente parentes e amigos, normalmente nos finais de semana e feriados, representando um sobretrabalho para o trabalhador. Levando-se em consideração o baixo poder aquisitivo da grande maioria, isso ajuda explicar, de certa forma, o grande número de barracos que forma a paisagem na periferia, além das condições geológicas do terreno que em muitos casos não suportam outro tipo de construção.[142] Entretanto, em áreas de terra firme desses bairros, é bastante comum encontrar casas de alvenaria, construídas nos moldes das de madeiras, sem acompanhamento técnico, falta de acabamento, sem grande linha arquitetônica, construídas por etapas.

As áreas de baixadas em Icoaraci podem ser caracterizadas como áreas com "habitação" normalmente feitas através da autoconstrução em forma de palafitas, que impedem o escoamento superficial das águas pluviais e fluviais. A circulação interna de pedestre se faz de modo precário, em geral, através de estivas de madeiras quase sempre em péssimo estado de conservação ou aterrada com materiais diversos. Em face às condições geomorfológicas, há a impossibilidade de implementação da rede de esgotamento, de água potável e de coleta regular de lixo; são áreas que apresentam uma série de problemas de ordem ambiental e grande parte da população residente vive em permanente estado de risco.

Parte significativa dos que migram dos bairros mais bem equipados ou da migração intra-urbana em direção à periferia permanecem em habitação com precárias condições de

---

[141] É muito comum encontrar na periferia da cidade a presença de mais de uma casa no terreno, principalmente formada por um conjunto de quartos (4X4) ou sala e cozinha destinada, a princípio a pequenas famílias, popularmente denominada de vila. Na maioria das vezes as instalações sanitárias, abastecimento de água quando tem, energia elétrica são de uso coletivo. A reprodução dessa forma de habitação é realizada por pequenos capitalistas que vão construindo essas vilas por etapas na medida em que vão se capitalizando com a sub-alocação.

[142] No Distrito de Icoaraci em muitas áreas é formada por terreno de cota baixa drenado por rios e igarapés, com formação argilosa que não comporta função de alvenaria em função da fragilidade do terreno. Construir as fundações de alvenaria nas várzeas pode colocar em risco a própria estrutura da construção, como dos moradores. Além de que a realização de uma obra nessas condições requer sofisticação de engenharia e grande conhecimento técnico, que para os padrões econômicos da população torna-se proibitivo tal empreitada.

habitabilidade, sejam elas construídas, alugadas, cedidas, ocupadas. Muitas vezes o cidadão sem renda fixa não consegue realizar nem a auto-contrução no lote, seja ele próprio, cedido ou ocupado irregularmente. A tendência, nesses casos, é a busca de alternativas menos onerosas e formal, como as ruas, as áreas com grande comprometimento sócio-espacial-ambiental, com habitação construída com qualquer tipo de material.De acordo com Fernandes de que a moradia é:

> Elemento essencial ao direito à vida é o direito de todos morarem em algum lugar adequado, em condições dignas e com qualidade de vida.– o que é um dos temas centrais do direito Urbanístico.
> Entretanto, o padrão de crescimento das cidades brasileiras tem se caracterizado pelo desconhecimento desse direito. Como resultado das décadas de urbanização intensiva, as cidades brasileiras são poluídas, caras, ineficientes, injustas e ilegais (...) A urbanização crescente deverá ser acompanhada do aumento da pobreza e, como já se sabe, os impactos da combinação de tais processos serão de toda ordem, sobretudo ambiental e social.
> Essa pressão crescente sobre a terra urbana e seus recursos tem ganhado um peso ainda maior no que toca aos processos de produção da moradia. Dados existentes revelam que, na falta de opções adequadas e acessíveis de moradias oferecidas pelo mercado e pelas políticas públicas, entre 40% e 80% da população brasileira estão vivendo ilegalmente nas áreas urbanas, se consideradas as condições de acesso ao solo e de produção de moradia. (...) viver ilegalmente significa viver sem segurança de posse, sem ter acesso a serviços e equipamentos públicos e comunitários e sem desfrutar dos benefícios e oportunidades trazidos pela urbanização. Deve-se ressaltar que tal processo de crescimento da ilegalidade urbana de forma alguma se reduz aos grupos mais pobres – como indica a proliferação de formas ilegais de uso e ocupação do solo entre as camadas mais ricas, como os chamados "condomínios fechados", revelando a crise do direito como um todo. Contudo, o impacto desse processo sobre os grupos mais vulneráveis é certamente maior em termos sociais, políticos e ambientais, e como tal precisa ser urgentemente enfrentado. Tal processo de exclusão social e segregação espacial tem, ao mesmo tempo, causado e sido afetado por um processo crescente de degradação ambiental nas cidades brasileiras. (FERNANDES, 2004, p. 115).

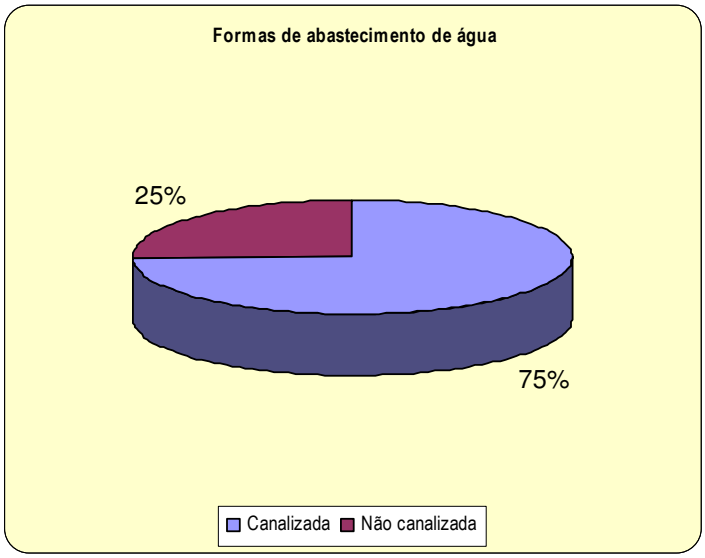
Diante dessa assertiva, a realidade dessa população está longe de ter acesso à moradia digna, com qualidade e conforto ambiental em função da própria dinâmica do mercado da terra e dos interesses dos agentes imobiliários que subverteram a relação do valor intrínseco à mercadoria habitação. Esse perverso mercado que subordinou o valor de uso em valor de troca, torna cada vez mais restrito o acesso dessa parcela da população a esse bem de importância fundamental à própria sobrevivência do homem enquanto espécie.

No que se refere aos níveis de carências, principalmente relacionados com o fornecimento de água e banheiros ligados à rede, como pode ser observado no gráfico 9, observamos que existe uma predominância de habitações ligadas à rede de abastecimento de água.

O gráfico 10 demonstra o número de domicílios visitados, em que 75 % possuem água encanada ligada ao sistema público de fornecimento, enquanto 25 % não possuem por

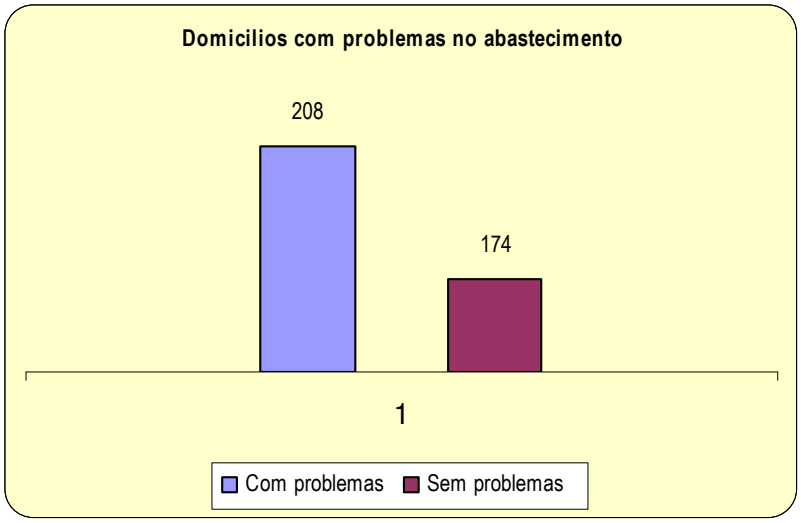
serem em locais em que não foi possível a instalação da rede pública, nem a construção de poço devido às condições geológicas do terreno que são áreas permanentemente alagadas ou correspondem às várzeas dos rios e igarapés. Nessa situação, encontramos áreas de bairros que não apresentam as condições anteriormente citadas, mas que não possuem rede de abastecimento.

Gráfico 9
Formas de abastecimento de água



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

Gráfico 10
Domicílios com problemas no abastecimento de água



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

Em relação ao sistema de abastecimento de água, a rede é formada por dois sistemas públicos: SAAEB e COSANPA. O primeiro é de âmbito municipal, possui fonte natural de captação no local através de poços e abastece parte da população. A sua concepção e desenvolvimento está intimamente ligada ao processo de crescimento e expansão da cidade de Belém. O segundo está organizado em nível estadual.

Atualmente, grande parte do DAICO tem problemas no sistema de abastecimento de água e esgoto e de drenagem: O que existe, é descarregado diretamente nos cursos d'água representados pelos rios, igarapés, baía de Guajará e furo do Maguari, intensificando a degradação e qualidade do ecossistema fluvial. Dessa forma, essa situação só faz agravar a qualidade de vida de grande parte da população que utiliza esse recurso, principalmente os ribeirinhos que vivem no entorno desses ambientes, nas várzeas dos rios e igarapés. O escoamento superficial urbano, que aumentou nos últimos anos, tem o mesmo destino dos esgotos, provocando entre outros danos, o assoreamento dos igarapés e rios que cortam o núcleo e despejam resíduos de diferentes naturezas no furo do Maguari e na baía do Guajará.

Os dados do IBGE, divulgados em 2002, sobre o sistema de abastecimento de água e esgoto sanitário na RMB, revelam a real situação em que ela se encontra em função da importância que esses sistemas têm em relação às condições de vida. A RMB possui apenas 2.275 Km de rede de abastecimento de água, com um consumo de 361.532 m^3 de rede, correspondendo a apenas 5.925 m^3 dia, sendo que apenas 2.067 m^3 dia tem tratamento adequado, Lima & Pereira (2003). Esses dados demonstram que o sistema de abastecimento de água é bem superior ao do esgotamento sanitário. Lima e Pereira consideram que:

> A maior parte da água consumida (convertida em esgoto) não é adequadamente coletada e tratada antes de retornar ao meio ambiente. Essa mesma desestruturação também ocorre com os sistemas de resíduos sólidos e de drenagem urbana, o que acaba comprometendo a qualidade de vida da população". (LIMA & PEREIRA, 2003, p. 70).

O distrito de Icoaraci é atendido pelo sistema de abastecimento público de água, como resultado do esforço do governo federal nas últimas décadas de século XX, em atender as populações carentes desse serviço através do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e financiado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Contudo, esse sistema não consegue garantir um serviço contínuo e permanente do

mesmo nas residências. Nesse sentido, apesar da maioria das residências estarem ligadas à rede de abastecimento, na realidade, todas estão submetidas ao racionamento e à intermitência. Essa situação forçou uma parcela significativa da população a encontrar alternativas individuais para superarem essa situação, como a construção de reservatório, caixa d'água, poços, entre outros. Com isso, um outro problema se impõe, pois: "Durante parte do dia os canos de distribuição ficam vazios, propensos a infiltração de esgotos e submetidos a tensões que os terrenos frágeis quando a água volta. Em razão da intermitência do abastecimento, toda a rede oferece um serviço descontinuo e pouco seguro".(BITOUN, Ibdem, p. 262).

Essa situação coloca em permanente estado de risco a qualidade de vida da população local em função da falta de vigilância sanitária das condições de armazenamento da água, assim como, dos poços abertos, sem obedecer às normas da vigilância sanitária que estipulam uma distância mínima entre o poço e a fossa negra ou séptica.

No universo da população entrevistada, 25 % respondeu que recorre a poços artesianos ou de "boca aberta" no quintal, como alternativa ao abastecimento de água. Essa situação, no entanto, é preocupante, uma vez que não há vigilância sanitária para esse tipo de abastecimento, tendo em vista que a maioria dessas fontes de água estão fora do padrão exigido pela secretaria de saneamento e da vigilância sanitária, pois localizam-se em muitas situações próximas às fossas sépticas e/ou negras, o que pode, comprometer a qualidade da água consumida pela população, a qualidade de vida das pessoas. Nas que existe, não é suficiente para o esgotamento do que é produzido.De acordo com a Senhora Joana: "Não temos saneamento básico, a água é aquela coisa fedendo a podre, amarela, a água não presta, é ruim, tomamos banho com ela porque não temos como cavar um poço aqui, essa água que estais vendo é de fossa, porque ali estourou um bueiro e contaminou tudo [...]". [143]

É recorrente nas áreas periféricas a conexão na rede de abastecimento de água ou a ligação de um único cano para abastecer a comunidade que não tem condições de manter esse serviço. Essa forma de solucionar esse problema coloca em risco a saúde da população em função da falta de cuidado com a água, estando sujeita à contaminação por diferentes

[143] Essa entrevista foi realizada no primeiro semestre de 2006 e de 2007.

agente transmissores de doenças. Essa situação contribui para aumentar o número de pessoas afetadas por doenças infecciosas, transmitidas pela água sem qualidade.

Com relação ao poço, seja o artesiano ou de boca aberta, surge como alternativa à solução do crônico problema da falta da rede de abastecimento ou do fornecimento de água pelo sistema público.

O que chama atenção no gráfico 9, é que apesar de 75 % dos entrevistados estarem ligadas à rede de abastecimento, 208 dessa amostragem têm problemas de abastecimento, correspondendo a 55 % e relataram como os problemas mais sérios a "falta no abastecimento, com interrupções sucessivas ou o fornecimento apenas durante à noite, além de a água ser suja, com forte odor, imprópria para o consumo humano," [144] significando que essa população convive com racionamento e intermitência do serviço prestado pela concessionária, como pode ser constatado no mapa 9. Bitoun chama atenção para:

> O fato que parcelas da sociedade conseguiram implantar soluções individuais para enfrentar a intermitência (reservatórios, caixas d'água ou poços) não as eximem de conhecer as graves conseqüências dessa realidade objetiva. Durante parte do dia os canos de distribuição ficam vazios, propensos a infiltração de esgotos e submetidos a tensões que os terrenos frágeis quando a água volta. Em razão da intermitência do abastecimento, toda a rede oferece um serviço descontinuo e pouco seguro.(BITOUN, Op. Cit. p. 262).

Nas cidades brasileiras, a baixa qualidade no abastecimento de água é um dos problemas mais sérios a ser enfrentado pela população no dia-a-dia, tendo em vista que os processos de urbanização que ocorrem no país não foram acompanhados por uma rede de infra-estrutura e por serviços que atendessem a demanda. Associado a esses fatores, ocorre a deteriorização dos já existentes.

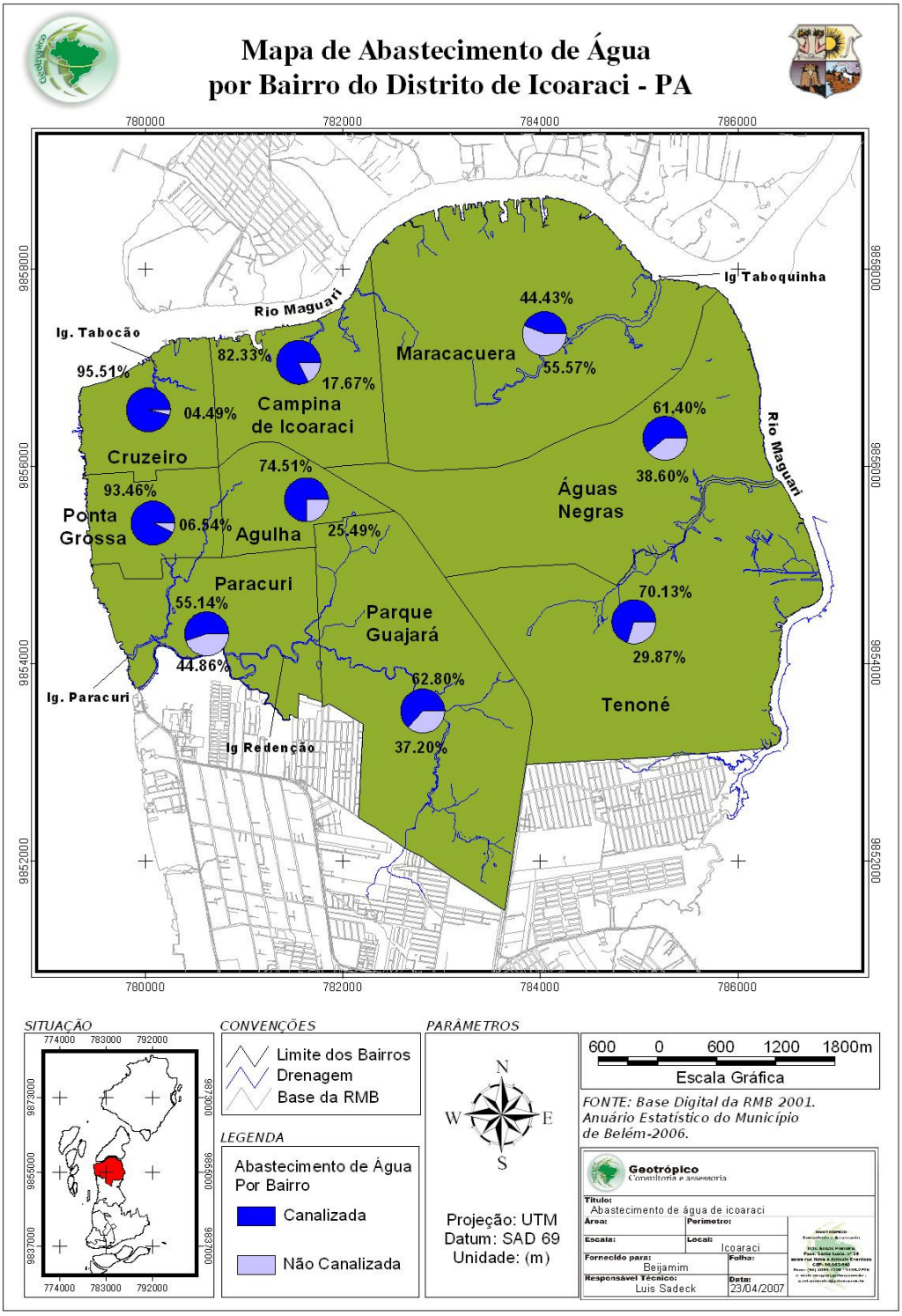
> A baixa qualidade do abastecimento de água das cidades é um dos problemas mais sérios enfrentados pela população. Observa-se uma deteriorização constante, provocada pela ocupação irregular, por transações clandestinas de terras, pelo lançamento maciço de esgotos, pela destruição de matas ciliares, pelo assoreamento e pelo lançamento de lixo. (JACOBI, 2004, p. 177).

Outro elemento importante no são os banheiros nos domicílios, se estes tinham ligação com rede de esgoto. Dos entrevistados, 72 % responderam que não e justificaram suas assertivas, afirmando que a situação se relacionava "pela ausência de saneamento na área". Entretanto, dos 28 % que responderam sim, na realidade, confundem o esgoto do banheiro que depositam nas caneletas com o sistema de esgotamento sanitário que não

[144] Entrevista realizada em maio de 2006, com a Senhora Izilda Silva.

existe. Bitoun destaca que existe confusão entre redes de esgotos e de rede de drenagem, na qual:

Mapa 9. Abastecimento de Água por bairro do distrito de Icoaraci.



> A população denomina esgoto tanto o coletor destinado aos esgotos quanto aquele construído para coletar as águas das chuvas. Essa confusão, que expressa uma prática real, (...) o espalhamento dos esgotos nos corpos d'água e, devido aos alagamentos freqüentes, uma convivência com esgotos que constitui um problema de saúde pública.
> (...) Evacuar sem tratar significa poluir recursos naturais e mandar carga pesada e mal cheirosas para vizinhos dos quais então não se pode esperar em retorno relações amigáveis.Tratar da qualidade da rede de esgoto é, portanto, um imperativo para todos, mesmos para aqueles que mantêm a ilusão de viver num lugar "saneado". (BITOUN, Op. Cit. p. 264).

É natural que haja essa confusão, pois o nível de escolaridade da população que vive nessas áreas é bastante baixo, e que em muitas ocasiões não têm dimensão da gravidade do problema. Para os mais esclarecidos, em muitas ocasiões, consideram viver em áreas saneadas e que a falta de sistema de esgotamento nas áreas carentes não lhe diz respeito.

Com relação ao tratamento dos resíduos sólidos, 84 % dos entrevistados responderam que existe coleta no distrito de Icoaraci, entretanto, esse serviço que é de fundamental importância social para a cidade, higiene dos domicílios, melhoria na saúde e na qualidade de vida da população, não vem sendo atendido de forma satisfatória como destacou a Senhora Maria da Costa: "é muito lixo acumulado, principalmente as ruas e feiras livres que são imundas. Não tem coleta de lixo regular e as pessoas acumulam tudo nas proximidades das ruas, quando passamos por lá só vemos as montanhas de lixo com frutas podres e outros restos de produto da feira, é uma sujeira só, é uma poluição total". [145] O gráfico 11 demonstra à periodicidade da coleta, revelando que não há uma constância para os diferentes bairros.

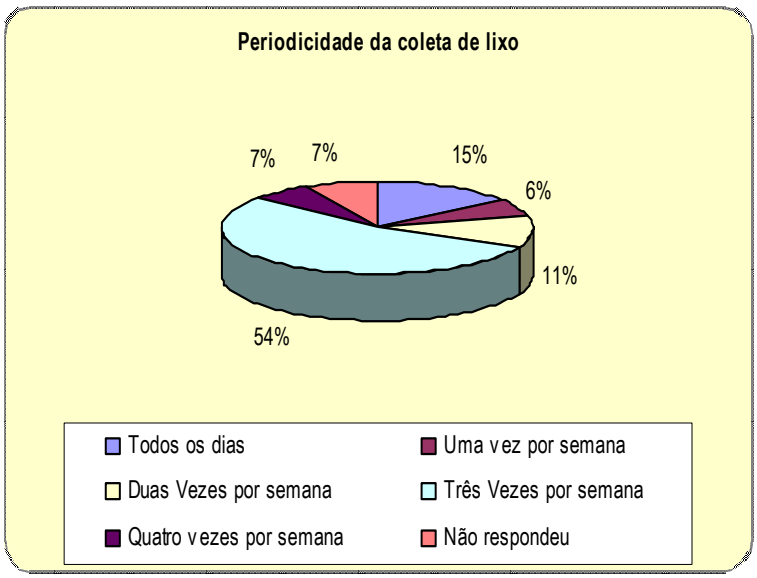
Na análise, foi possível identificarmos que, de acordo com a localização dos bairros, ocorre uma periodicidade quanto à coleta dos resíduos sólidos. Nos mais valorizados e nas ruas pavimentadas, a coleta é realizada diariamente, como nos bairros Cruzeiro, Ponta Grossa, Campina de Icoaraci. Na medida em que os bairros são mais afastados, a coleta vai se tornando mais esporádica. Nas áreas de cotas baixas, alagáveis, o material tem de ser armazenado em depósitos ou em lixeiras espalhadas para posterior recolhimento, enquanto que nas áreas de várzeas é impossível, por causa das condições morfológicas do terreno, nas quais predominam as estivas, impossibilitando o tráfego de veículos. É como argumenta Jacobi: "A questão do despejo dos resíduos sólidos tem se tornado altamente problemática na maioria das cidades, que não dispõem de espaços adequados para o

[145] Entrevista realizada no bairro do Cruzeiro com a Senhora Maria Costa em abril de 2007

despejo". (JACOBI, Ibdem, p. 172). Nessas áreas, grande parte dos resíduos é jogado diretamente nas várzeas e leitos dos rios e igarapés, passando a ser carreado para os cursos d'água, como podem ser observados na foto (49).

Foto 49. Vista parcial do acúmulo de resíduos sólidos ao longo da calha do Igarapé no distrito de Icoaraci. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Gráfico 11
Periodicidade da coleta de lixo no DAICO



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006.

A limpeza urbana, como uma atividade básica de saneamento na grande maioria das cidades, tem se revelado como o setor que tem recebido pouca atenção por parte do poder

local e dos munícipes, que não armazenam seus resíduos de forma adequada, repercutindo de modo desfavorável no nível de qualidade de vida da população, principalmente daquela que vive em áreas desprovidas de saneamento básico. Desse modo, as ações da limpeza pública, na maioria das vezes, quando muito, têm se limitado a recolher o lixo domiciliar de forma mais ou menos regular, depositando em algum lugar, sem nenhum tratamento sanitário. O lixo, enquanto problema do ambiente urbano tem de ser apagado da paisagem da cidade. Deve ser depositado longe da vista da população.

No mesmo sentido, um grave problema que atinge a maioria das cidades é falta a falta de aterros sanitários e quando existem, muitos não tem tratamento adequado. O que é comum são lixões a céu aberto e ocupados por pessoas que não tem condições econômicas objetivas, que as transformam em fonte de sobrevivência, catando as sobras, como ocorre no lixão do Aurá [146] que recebe a maior parte dos resíduos sólidos da RMB. Para Jacobi: "A magnitude do problema está diretamente relacionada ao fato de que as enormes quantidades diariamente produzidas, e o alto grau de heterogeneidade da composição do lixo sólido ficam aumentadas por uma crescente falta de áreas físicas e ambientalmente adequadas para a alocação das atividades de descarte e de tratamento final." (JACOBI, Ibdem, p. 175).

Nas cidades, diariamente aumenta o volume de resíduos sólidos produzidos pela população, potencializando o problema da coleta e de seu armazenamento. De forma geral, existe um sentimento na população em se livrar o mais rápido possível de seus resíduos, essa maneira de agir faz com que muitas práticas sejam desenvolvidas como depositando-os em qualquer lugar longe da fiscalização do poder público, em terrenos baldios, áreas de fragilidade ambiental, originando os depósitos clandestinos.

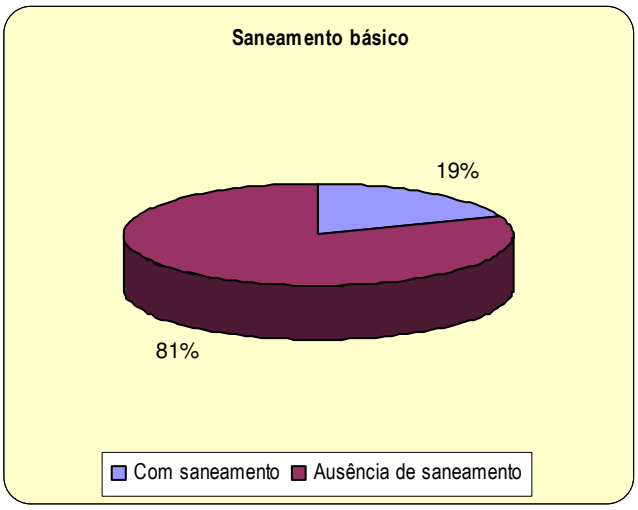
No que se refere ao saneamento básico relacionado à rede de esgotos, 81. % dos entrevistados declararam a inexistência desse serviço, como está demonstrado no gráfico 12. A canalização existente está relacionada ao esgotamento das águas pluviais que são despejadas na tubulação, quando existe, a partir de caneletas sem nenhum tratamento nos cursos de água da baía, dos rios e igarapés.

---

[146] O lixão do Aurá ocupa uma área de 140 hectares localizado a 19 quilômetros de Belém e recebe diariamente em torno de 1,5 mil toneladas de lixo proveniente da região metropolitana de Belém.

O Saneamento básico, na forma de esgotamento sanitário e das águas pluviais, é outro problema muito sério em Icoaraci, em que apenas uma pequena parcela da população é atendida, naturalmente aquela localizada nas áreas mais privilegiadas, mesmo assim, estas permanecem a maior parte do ano sem manutenção, quando parte dos resíduos líquidos correm a céu aberto, nas caneletas feitas para amenizar os problemas causados pelas chuvas. Todavia, os que vivem nas periferias e ocupações dos bairros mais antigos, sofrem com a ausência desses serviços. A população que ocupou a rua Siqueira Mendes, na orla da baía do guajará, deposita os esgotos sanitários na própria baía, o que denuncia os níveis da carência da mesma, como declarou dona Maria da Costa:

Gráfico 12
Condições de saneamento no DAICO



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

> Quando chove tem que atravessar de canoa, os bueiros entupidos que derramam tudo que não presta, inclusive detritos humanos, por toda parte [...] Mora há 23 anos aqui e essa situação não muda".[147] Enquanto a Senhora Joana, convive com outro tipo de problema: A situação aí é que fica precária, porque quando chove enche, alaga, são cobras e não tem condições de passar horrível, horrível mesmo e ninguém dá importância pra isso". [148] A Senhora Maria das Dores, declarou que: o saneamento é precário, agente já fez várias solicitações e até agora o serviço não foi atendido, e com a acumulo de chuva só faz a gravar o problema. A galeria existente não é suficiente para a vazão e então ela transborda, alaga a rua e as passagens. Agente fica sujeita a pisar na água contaminada, além do odor insuportável. Além disso, não podemos tomar um copo com água da torneira, porque não sabemos se o cano está quebrado e contaminada com essa água, assim como a água do poço artesiano é um risco constante.

[147] A Senhora Maria Costa reside no Bairro da Agulha. Entrevista realizada em abril de 2007
[148] Dano Joana reside em um conjunto habitacional. Entrevista realizada em abril de 2007

Em Icoaraci, durante a realização do nosso trabalho de campo e das inúmeras visitas ali realizadas, foi possível observar que na maior parte da cidade não existem redes de esgotos sanitários e pluviais. Essa situação resulta em lançamentos a céu aberto, sem nenhum controle das autoridades públicas, como pode ser observado nas fotos (50 e 51).

Foto 50. Vista parcial do sistema de esgotamento pluvial despejado diretamente sobre a o leito de igarapé existente no bairro. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

A situação relacionada ao saneamento, ou seja, a falta dele é uma situação preocupante para o conjunto da RMB em geral, e para o distrito de Icoaraci em particular, tendo em vista a importância que esse sistema tem como indicador de qualidade de vida para a sociedade como um todo, vide mapa 10 de rede geral de esgoto. Sobre este assunto Lima afirma:

> Entre os principais sistemas de infra-estrutura urbana estão os de saneamento, que são diretamente relacionados com a preservação do meio físico e com a saúde da população.
> A correta implantação e a eficácia dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de resíduos sólidos e de drenagem pluvial são formas de assegurar a igualdade e os direitos previstos na Constituição Federal do Brasil, bem como podem ser utilizados para estimar as taxas de crescimento, desenvolvimento e progresso dos municípios brasileiros. (LIMA, 2003, p. 22).

A crise do saneamento básico em Icoaraci reflete uma situação mais ampla que envolve toda a RMB, tornando um grande desafio a ser enfrentado diante da precariedade desse serviço, que deveria ser oferecido à população como um todo e não em apenas alguns espaços onde residem segmentos sociais de melhor poder aquisitivo. Essa é uma situação que está acontecendo no momento atual, como destaca Bitoun que:

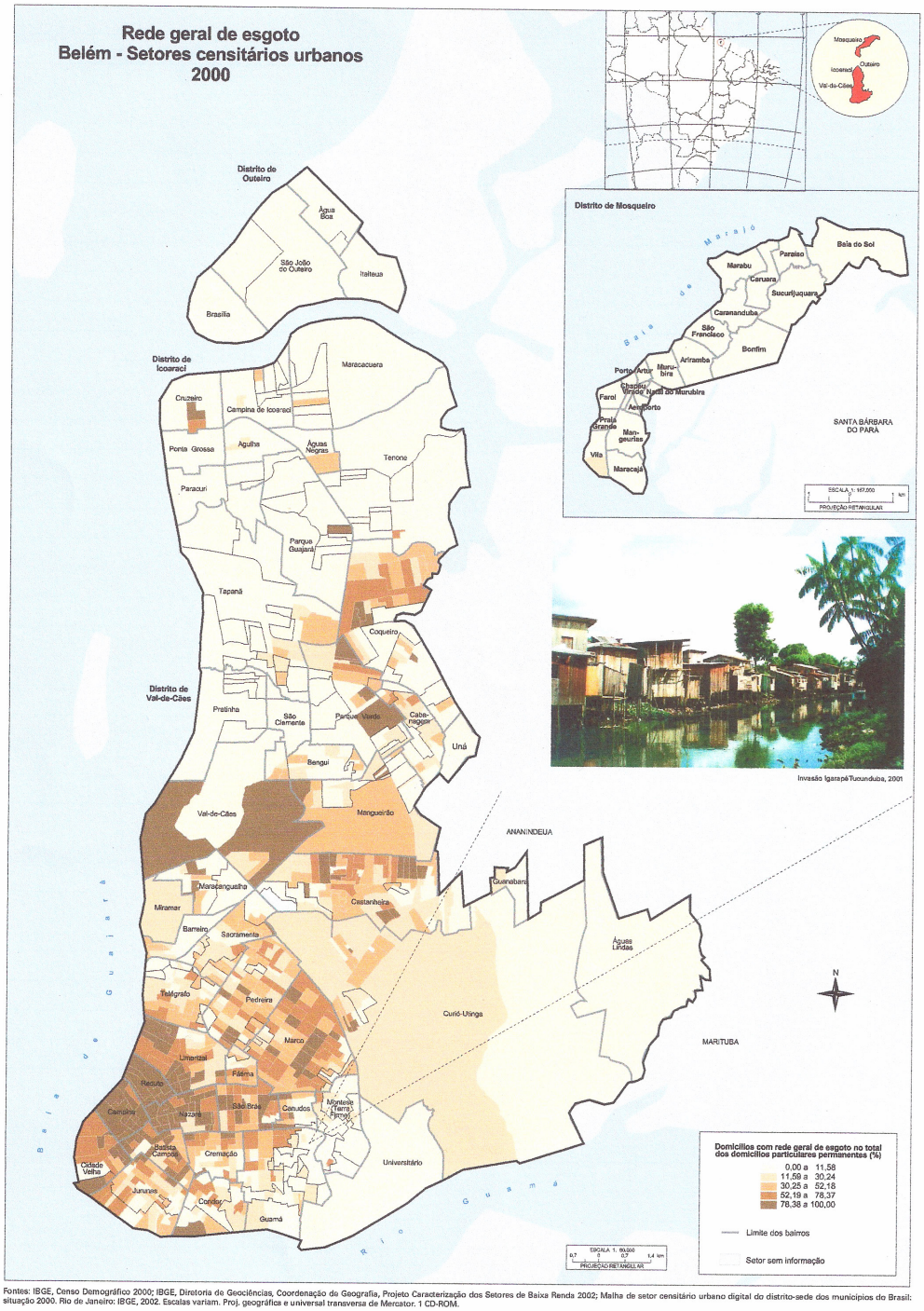
Essa crise se materializa no território pela precariedade das redes construídas e serviços ofertados que não alcançam nem a universalidade nem a integralidade. Precisa desfazer a ilusão que existem partes saneadas da cidade e fazer emergir uma consciência cidadão que, devidamente informada, entenda que o saneamento é problema para todos, qualquer que seja o seu local de moradia e seus recursos pessoais. (BITOUN, Ibdem, p. 261).

Foto 51. Vista parcial da deposição de esgoto no curso d'água existente no bairro. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

O saneamento básico é composto por duas redes: uma de abastecimento d'água e outra de coleta e tratamento de esgotos, compondo um sistema, "que apesar da qualificado 'básico', envolvem tecnologias complexas, pesados investimentos de engenharia e sistemas de gestores capazes de garantir segurança, continuidade, qualidade e reprodução dos serviços". (BITOUN, Idem, p. 262).

Embora previsto pela Constituição Federal Brasileira, esse serviço não vem sendo oferecido à sociedade, sendo privilégios de uma pequena parcela da população que habita as áreas mais nobres e valorizadas da cidade e que possuem todo um sistema de infra-estrutura. Essa situação está relacionada ao que Fernandes chama de poder segregador das leis urbanísticas, quando afirma que: "reservam as melhores áreas urbanizadas (à custa da ação estatal, isto é, dos cofres públicos) para grupos mais favorecidos, assim determinando diretamente os valores fundiários, e, sobretudo o papel determinante da noção conservadora, individualista e absolutista do direito de propriedade imobiliária urbana que a reduz a mera condição de mercadoria". (FERNANDO, Op. Cit. p. 115).

Mapa 10. Rede geral de esgoto Belém – setores censitários urbanos 2005.



Para exemplificar, no município de Belém, o esgotamento sanitário tratado é inferior a 25% do coletado (Lima 2003), o que evidencia a real condição da população que

vive em áreas menos valorizadas. Entretanto, a expansão da mancha urbana, seguindo os vetores rodoviários, proporcionaram a formação da periferia na área de expansão da cidade, causando sérios danos ambientais pela forma como o processo ocorreu. Para Lima:

> A expressiva expansão da malha viária urbana da RMB induziu ao deslocamento e à consolidação de novos núcleos urbanos mais afastados de centro. Como foram reduzidos os investimentos para implantação dos setores de infra-estrutura de saneamento nesses locais, acabaram surgindo diversas áreas densamente ocupadas e ambientalmente desprotegida, nas quais predominam a falta de controle dos resíduos gerados pelos seus próprios habitantes.
> Nesse ponto vale observar que a falta de estruturação acaba interligando de forma errada, os sistemas de esgotamento sanitário, de resíduos sólidos e de drenagem, sendo comum na RMB: a) Lançamentos de esgoto sanitário nas tabulações e canis do sistema de drenagem pluvial; b) Lançamentos de águas pluviais nas tubulações e poços de visitas do sistema de esgotamento pluvial e c) Lançamento de resíduos sólidos (lixo) e lodo nos canais do sistema de drenagem (macrodrenagem). (LIMA, Ibidem, p. 70-1).

Apesar de parte do distrito possuir rede de esgoto que coleta as águas pluviais, nos bairros ou em parte deles que possuem esse sistema de engenharia, não podem ser considerados como bairros saneados, uma vez que o destino final é o corpo d'água da baía de guajará e do furo do Maguari.

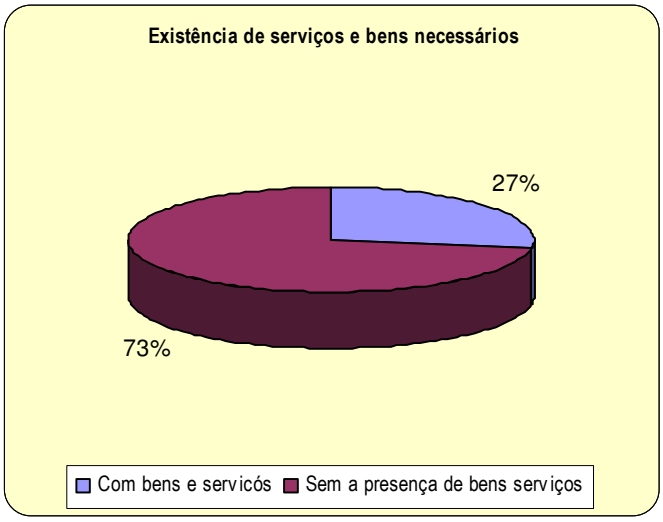
No que se refere à variável serviços públicos e gratuito, as respostas foram bastante divididas. Portanto, 50.3% dos entrevistados responderam que existem esses tipos de serviço, correspondendo em larga medida ao atendimento de saúde, escolas, justiça e posto policial, enquanto 50.7% desses responderam negativamente. De fato, existe carência muito grande em termos de bairros. Analisando isoladamente as respostas, foi possível observar que na maioria deles não existe atendimento médico hospitalar, nem escolas de Ensino Fundamental e Médio, posto policial, entre outros. [149] Para a variável bens e serviços que necessitavam, como está demonstrado no gráfico 13, 73% deles responderam que não. Esse dado revela a carência por esses serviços, em nível dos bairros, que somente são satisfeitos nos mais equipados ou têm que se deslocarem até o centro comercial ou aos shoppings centers de Belém.

A terceira e ultima parte dos questionários relacionava-se à compreensão do ambiente urbano. Em relação à variável problemas existentes no ambiente dos bairros, 77% dos entrevistados responderam positivamente e apontaram os mais diferentes aspectos

[149] Durante o tratamento das informações foi possível detectar que a maioria da população entrevistada confundia serviços públicos gratuitos em nível do bairro, com serviços localizados em alguns bairros, como os existentes do Cruzeiro, Ponta Grossa e Maracuera e servem ao distrito como um todo.

(gráfico 14), destacando-se principalmente o acumulo de lixo (entulho) nas ruas, seguida da falta de saneamento, ruas sujas e cheia de mato, alagamentos nas áreas de cotas baixas, lixo nos canais, poeira, presença de caramujo, [150] de ratos, [151] desmatamento, dengue, [152] diarréia, ausência do Estado, entre outros.

Gráfico 13
Serviços e bens necessários para o atendimento da população



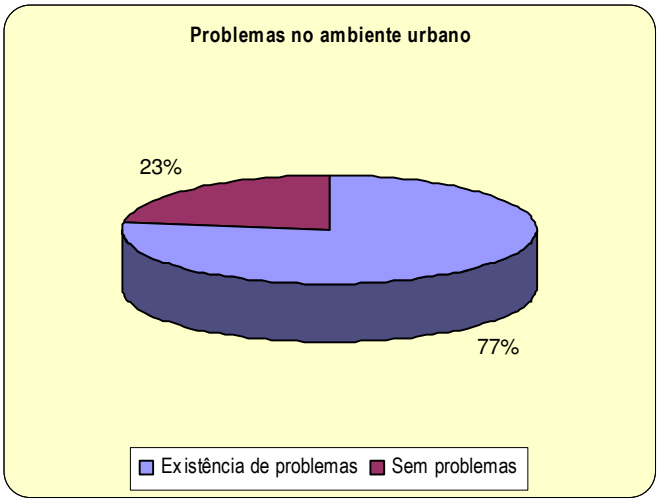
Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

[150] Nesse aspecto eles estão se referindo ao caramujo hospedeiro da esquistossomose, causando infecção por verme parasita da classe Trematoda. No Brasil a esquistossomose é causada pelo Schistossona manoni. O principal hospedeiro e reservatório do parasita é o homem sendo a partir de suas escretas (fezes e urinas) que os ovos são disseminados na natureza. Possui ainda um hospedeiro intermediário que são os caramujos, caracóis ou lesmas, onde os ovos passam a formar larvária (cercaria). Esta última dispersa principalmente em águas não tratadas, como lagos, infecta o homem pela pele causando uma inflamação da mesma. www. abcdasaude.com.br. Acesso realizado no dia 12 de março de 2007.

[151] A *leptospirose* é primariamente uma *zoonose*. Acomete roedores e outros mamíferos silvestres e é um problema veterinário relevante (...). O rato de esgoto (*Rattus novergicus*) é o principal responsável pela infecção humana, em razão de existir em grande número e da proximidade com seres humanos. A *L. interrogans* multiplica-se nos rins desses animais sem causar danos, e é eliminada pela urina, às vezes por toda a vida do animal. O homem é infectado casual e transitoriamente, e não tem importância como transmissor da doença. A transmissão de uma pessoa para outra é muito pouco provável (...). A *L. interrogans* penetra através da pele e de mucosas (olhos, nariz, boca) ou através da ingestão de água e alimentos contaminados. A presença de pequenos ferimentos na pele facilita a penetração, que pode ocorrer também através da pele íntegra, quando a exposição é prolongada. www. Civis.ufrj/informações/leptospirose/leo-iv.hyml. Acesso em 13 de março de 2007

[152] O *dengue* é uma doença infecciosa causada por um *arbovírus* (existem quatro tipos diferentes de vírus do *dengue* - 1, 2, 3 e 4), que ocorre principalmente em áreas tropicais e subtropicais do mundo, inclusive no Brasil. As epidemias geralmente ocorrem no verão, durante ou imediatamente após períodos chuvosos (...) O *dengue* pode ser transmitido por duas espécies de mosquitos (*Aëdes aegypti* e *Aëdes albopictus*), que picam durante o dia, ao contrário do mosquito comum (*Culex*), que tem atividade durante a noite. *O Aëdes aegypti* também pode transmitir a *febre amarela*. No Brasil, estão circulando os vírus 1, 2 e 3. O vírus 3 está presente desde dezembro de 2000. www. Civis.ufrj/informações/dengue/leo-iv.hyml. Acesso em 14 de março de 2007

Gráfico 14
Problemas no ambiente do bairro



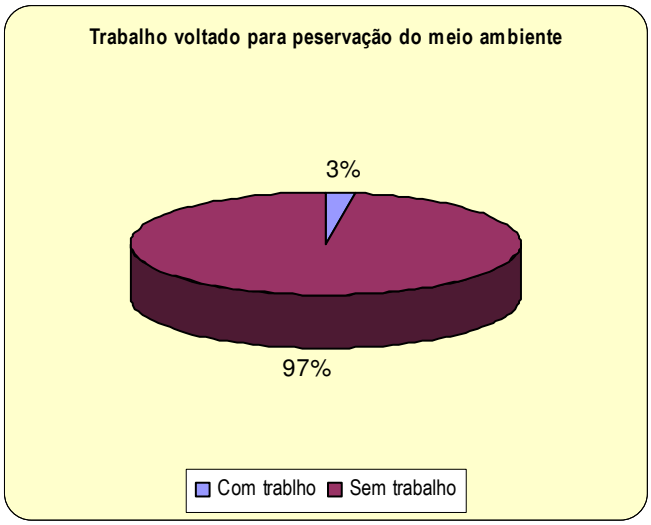
Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

Um aspecto importante a destacar é que mesmo nas condições em que vivem com baixo nível de escolaridade e precárias condições, a população dessas áreas tem consciência das condições do ambiente em que vivem, reconhecendo que não existem trabalhos ou campanhas voltados para a preservação/conservação, como está demonstrado no (gráfico 15), quando 97 % dos entrevistados responderam de forma negativa, assim como tem clareza que a omissão do poder público local não tem efetivamente promovido ações que possam amenizar a real situação, tendo em vista que procuram os órgãos competentes e, na maioria das vezes, não tem ressonância de reclamos, em muitas ocasiões, acabam assumindo o papel do Estado e realizando algum serviço na forma de trabalhos comunitários, como o mutirão. Quanto aos que responderam de forma positiva, procuram nos mínimos serviços públicos prestados uma das formas de preservação, o que não significa afirmar que estejam equivocados, esses serviços são de extrema necessidade para garantir o mínimo de condições de vida digna, pois consideram a limpeza de ruas, coleta de lixo, limpeza dos canais e valas, entre outras, como de muito importante para preservar o ambiente.

Quando nos referimos se o ambiente do bairro compromete a qualidade de vida, 80% deles responderam positivamente e apontaram como as causas principais a falta de saneamento, poeira, poluição nos igarapés e nas ruas, dengue e leptospirose, falta de atendimento à saúde, violência, falta de infra-estrutura e ausência do Estado, como está

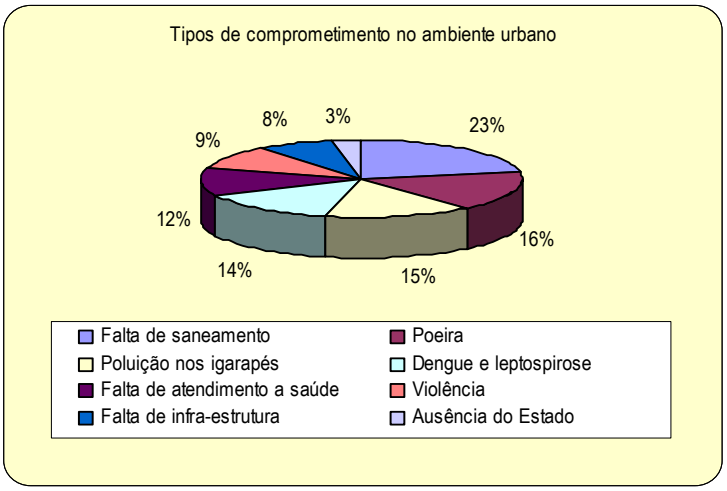
demonstrado no gráfico 16. Essa variável tem uma importância muito grande em função de demonstrar o nível de comprometimento das condições de vida de uma parcela significativa da população.

Gráfico 15
Trabalho voltado para a preservação do meio ambiente



Fonte; Trabalho de campo realizado em 2006.

Gráfico 16
Tipos de comprometimento no ambiente urbano

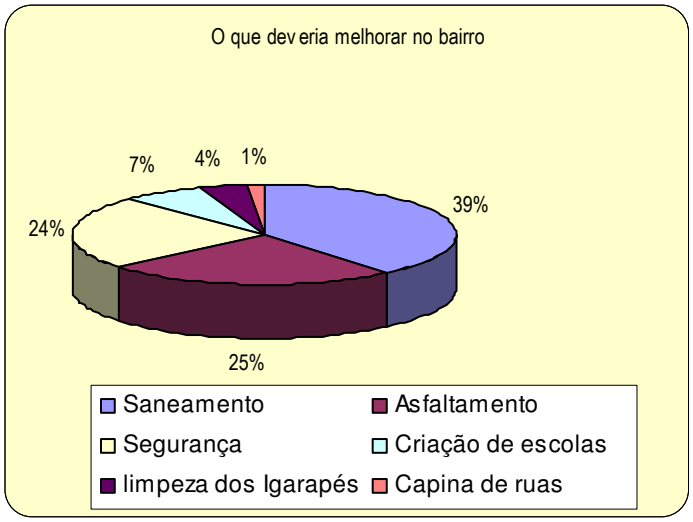


Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

A última questão relacionava-se no que deveria melhorar no distrito de Icoaraci para que houvesse melhores condições de vida à população entrevistada. Dos trezentos e oitenta

e dois entrevistados, [153] as respostas foram surpreendentes, 39% apontaram o saneamento como indicador determinante para a melhoria das condições de vida (gráfico 17). Esse é um dos mais importantes indicadores de qualidade de vida de uma população, por garantir melhorias na qualidade de saúde, de bem estar, entre outros; em segundo lugar, o asfaltamento das ruas em que vivem, pois as maiorias das mesmas são constituídas de terra batida quando estão localizadas em áreas livres de inundações e de estivas quando se localizam em terrenos alagados e/ou nas várzeas dos canais de drenagem que cortam o distrito e também são carentes de infra-estrutura e serviços urbanos, em terceiro, a segurança, a criação de escolas, porque a maioria desses bairros possuem apenas o fundamental de 1ª a 4ª séries, [154] a limpeza dos igarapés, [155] pois estes apresentam elevados índices de deposição de lixo e entulhos comprometendo a drenagem natural e, por último, a capinação das ruas, que em função da ausência de capeamento com asfalto, propicia o crescimento de mato de variadas espécies .

Gráfico 17
O que deveria melhorar no bairro



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2006

[153] Essa questão pela natureza de ser aberta suscitou mais de uma resposta que ao serem tabuladas geraram um total de 970 situações. No entanto projetamos o número de respostas pelo total dos entrevistados.
[154] A pesquisa de campo aplicadas nos bairros revelou como, por exemplo, no bairro Águas Negras, Parque Guajará Maracuera não existe escola de educação básica, unidade saúde e posto policial.
[155] No que se refere a esse item está relacionado aos bairros cortados por rios e igarapés que cortam o núcleo alguns bairros em vários sentidos, como Cruzeiro, Maguari, Tenoné, Parque Guajará, Ponta Grossa.

A segurança foi uma das respostas que chamou a atenção em função de que em todos os bairros era uma das preocupações da população e que deveria ser tratada pelo poder público como indicador de melhoria no bairro.

> Nós não temos segurança nenhuma aqui, a toda hora tem um alvoroço, são assaltos, brigas de gangues, venda de droga. Tem uma casa aqui próximo que é um ponto de venda (...) A noite inteira tem gente ai comprando e tem muito briga entre eles, além de que vem gente de outros lugares comprar também. Essa situação é insuportável porque durante a noite não temos segurança para sair, ir até um comércio desses com medo der agredida, roubada, temos que ficar com as luzes apagadas com medos deles invadirem nossa casa. Já ocorreu até assassinato entre eles (...). Cadê a policia que nunca chega quando chamamos? (Entrevista realizada em maio de 2006, com a Sra Orlândia Pereira, no bairro do Paracuri).

Em outros bairros, a situação não é diferente. No distrito de Icoaraci, existe apenas um posto policial e uma base da polícia militar do Estado. Essa situação demonstra a precariedade do serviço prestado. Quando estivemos no bairro do cruzeiro (ocupação Cubatão), no Tenoné (periferia do mesmo), Parque Guajará e Maracuera, a situação era da seguinte maneira: "Não temos sossego em nossas casas, ocorrem roubos, assaltos e brigas de gangues são freqüentes, na verdade, os bandidos não moram aqui, vêm de outros lugares, fazem suas brigas e apenas passam pelas ruas e vão embora, mas é o bairro que leva a fama de ter bandidos e de ser violento". (Entrevista realizada com o Sr. Domingos Favacho, em maio de 2007). Assim nos relatou a Senhora Maria da Silva: "a segurança pública é péssima, nós não temos aqui um Pmbox que seja. Tínhamos um serviço móvel, mas faz mais de um mês que não aparece, não temos segurança, a gente vive a Deus dará." [156] Igualmente o relato do Sr. Pedro Dantas:

> A segurança em Icoaraci está precisando de mais policiamento, está muito violento (...) A violência cada vez mais cresce e agente já não anda mais nas ruas com tranqüilidade, como antigamente, andamos com medo, todos tem medo, uns dos outros! Ali, os bandidos estão assaltando em plena luz do dia, não escolhem mais horário nem local, pode ser um local movimentado, mas eles assaltam assim mesmo, não sei porque não tem guardas. Existe uma delegacia, mas é como se não existisse, porque não atendem a todas as necessidades do povo de Icoaraci. Desde a época de meu avô, para fazermos uma comparação, Icoaraci mudou muito no aspecto da tranqüilidade, ele era conhecido como uma cidade tranqüila, que quase não havia assaltos, não se via violência, a tranqüilidade da população está a zero [...] (Entrevista realizada em Abril de 2007).

As condições precárias de vida da população leva-os a reivindicar por melhorias infraestruturais e serviços urbanos na área, quando passam a ocorrer esporadicamente ações do poder público com a intervenção na rede de drenagem, construindo estivas, retificando

---

[156] Entrevista realizada no bairro da Agulha em abril de 2006

e canalizando os rios e igarapés, promovendo o aterramento das áreas de várzeas, passando a serem valorizadas e incorporadas ao tecido urbano. Essa ação promovida pelo Estado, enquanto agente poderoso na produção do espaço, em muitas ocasiões, provoca a expulsão da população de menor ou nenhum poder aquisitivo para as áreas mais afastadas, originando novas periferias e/ou loteamentos irregulares.

Essa forma de intervenção do Estado no espaço da cidade revela o papel que ele desempenha, demonstrando que o processo de urbanização em curso subordinou-se aos interesses das classes privilegiadas. Torna-se evidente a segregação e a hierarquização espacial, tendo em vista que os loteamentos periféricos são voltados em larga medida para a população de menor poder aquisitivo. São espaços juridicamente irregulares por não atenderem aos parâmetros de ordem legal e urbanística estabelecidos pelo Estado. Nessa situação de ilegalidade, ficam excluídos de infra-estrutura e serviços públicos. As melhorias ocorrem de forma pontual e esporádica. É como se na cidade existisse uma norma na qual os investimentos em infra-estrutura e serviços ocorrem apenas naquelas áreas mais valorizadas de maior rentabilidade, portanto, equipadas de toda ordem de serviços. Para Jacobi:

> No geral, observa-se um crescente agravamento dos problemas ambientais nas metrópoles, já que o modelo de apropriação do espaço reflete as desigualdades sócio-econômicas imperantes, sendo o período marcado pela ineficiência ou mesmo ausência total de políticas públicas para o enfrentamento destes problemas, predominando a inércia da Administração Pública na detecção, coerção, correção e proposição de medidas visando ordenar o território do município e garantir a melhoria da qualidade de vida.
> Os impactos negativos do conjunto de problemas ambientais resultam principalmente da precariedade dos serviços e da omissão do poder público na prevenção das condições de vida da população, mas também é reflexo do descuido e da omissão dos próprios moradores, inclusive nos bairros mais carentes de infra-estrutura, colocando em xeque aspectos de interesse coletivo. Isto também traz à tona a contraposição do significado dos problemas ambientais urbanos e as práticas de resistência dos que "tem" e dos que "não tem", representados sempre pela defesa de interesses particularizados que interferem significativamente na qualidade de vida da cidade como um todo. (JACOBI, Ibdem, p. 171).

Os agentes produtores do espaço exercem um papel fundamental na produção da cidade. Nesse caso, os promotores imobiliários se manifestam por meio de diferentes práticas espaciais, com o intuito de extrair maior renda. Nesse sentido, por exemplo, podemos destacar o processo de loteamento em áreas isoladas ou próximas aos bairros mais equipados da cidade, onde o preço de monopólio que esses imóveis adquirem no tempo, dada a localização e a infra-estrutura urbana privilegiadas, garantem aos seus proprietários,

através da comercialização, a obtenção de rendas extraordinárias. Nesse sentido, o poder local, por meio de suas ações no espaço público, tem garantido aos agentes que atuam nesse setor todo suporte necessário a fim de garantir condições ideais à circulação e à ampliação do capital ali investidos. Essas áreas inexoravelmente recebem atendimento privilegiado em relação às demais, com investimentos na forma de infra-estrutura e de equipamentos urbanos; uma segunda forma de prática espacial refere-se à expansão urbana por meio da prática da compra de glebas em áreas rurais, no entorno do perímetro urbano, pelos agentes imobiliários ao adquirirem glebas que se localizam em áreas de nítida expansão da malha urbana ou àquelas que possam ser incorporadas a partir da expansão urbana.

Nessa perspectiva, na medida em que a cidade se expande e incorpora essas áreas rurais, cria a possibilidade de o proprietário fundiário poder auferir uma renda diferencial em função das novas possibilidades de uso que o solo tornado urbano lhe proporcionará. Portanto, na medida em que for ocorrendo a incorporação delas ao tecido da cidade, passará pelo processo de valorização, podendo assim, ser comercializado e auferindo os lucros desejados.

Uma terceira forma de prática espacial refere-se à produção de prédios residenciais e/ou destinados aos serviços, principalmente na área central da cidade. Nessas áreas, os elevados preços dos terrenos, por conta dos fatores locacionais, têm permitido o máximo de adensamento na área construída por lote, o que resulta num processo de sua verticalização. Essa prática espacial se realiza fundamentalmente a partir da construção de prédios para a habitação por meio de venda ou aluguéis. Naturalmente que essa prática modifica a paisagem da cidade, possibilitando a efetiva apropriação da renda diferencial da terra. Em alguns casos, os agentes imobiliários viabilizam todas as etapas do processo da produção dos imóveis, como financiamento, promoção e corretagem, o que se configura como a apropriação da renda de monopólio.

O capital imobiliário tem, por sua vez, articulado-se de diferentes formas por meio de parcerias, com o objetivo de reduzir custos e assim ampliar as margens de lucros auferidas nesses empreendimentos, produzindo o espaço urbano. Não podemos perder de vista que essa prática utilizada pelos agentes imobiliários tem se viabilizado,

principalmente pelo papel do poder local no processo de urbanização e da produção da cidade. Silveira, ao se referir às práticas espaciais e ao papel do poder local, destaca que:

> Quando articulados, têm-se constituído um verdadeiro suporte e estímulo à circulação e à reprodução do capital imobiliário. E, quando combinadas com a racionalidade inerente às ações da rede de crescimento que permeia o setor imobiliário, elas refletem uma organização típica na produção da cidade. Refletem ordem quanto ao uso do solo e quanto às formas hegemônicas de apropriação da cidade, ordem que, ao configurar-se espacialmente, procura garantir a funcionalidade necessária à reprodução e à acumulação do capital empregado no mercado imobiliário.
> Entretanto, a regularidade e a repetição pelas quais essas ações se desenvolvem, ao mesmo tempo em que buscam reproduzir esse padrão de organização no espaço urbano, levam à promoção da irracionalidade, da desordem no processo de produção da cidade. (SILVEIRA, Ibdem, p. 113).

Evidentemente que a desordem proporcionada pela lógica da reprodução do espaço pelo capita, tem se materializado no território, pois a cidade se expande horizontalmente de forma contínua, incorporando novas áreas, principalmente quando ainda existem áreas livres, que estão espera da valorização como uma das etapas do processo de acumulação do capital imobiliário. Na medida em que a cidade se expande, vai deixando áreas livres no deu interior, tornando os custos em infra-estrutura urbana mais onerosos tendo em vista que busca atender com as mínimas condições básicas as áreas incorporadas, mas deixando-as subutilizadas no interior da cidade. Santos (1993) afirma que os custos são socializados pelo conjunto da sociedade e apropriados de forma privativa por um reduzido número de pessoas.

De forma geral, o espaço da cidade aparece como algo caótico, desordenado, principalmente nas áreas periféricas, tendo por singularidade a precariedade, a ausência, a irregularidade e a descontinuidade com que os espaços periféricos vão sendo produzidos na cidade. De fato, essa realidade é intrínseca, pois a forma pela qual o espaço urbano do distrito de Icoaraci vem sendo produzido e (re) reproduzido, associado, por um lado, à circulação e reprodução do capital tanto o comercial, quanto o industrial como etapas de um mesmo processo nessas últimas décadas. E por outro lado, salientar que esse espaço é resultante, também, de um conjunto de estratégias de ações colocadas em práticas pelos agentes produtores dele e que ao se reproduzirem, reproduzem o espaço urbano do distrito de Icoaraci.

Se a produção do espaço urbano local, por um lado, está intimamente relacionado aos processos de uso e de ocupação do solo urbano decorrente da lógica e da dinâmica dos agentes que produzem o espaço urbano em conjunto ou isoladamente, por outro, a sua

compreensão somente é alcançada, a nosso ver, se levarmos em consideração o papel que a atividade industrial passou a desempenhar a nível local e em decorrência da configuração espacial da cidade.

A produção do espaço urbano de Icoaraci não pode ser compreendida apenas a partir do lugar ou de como o capital industrial se desenvolve no plano do Município de Belém, embora tenhamos a clareza de que a cidade contemple diferentes temporalidades e espacialidades refletidas na produção e reprodução da cidade. É necessário levarmos em conta as múltiplas determinações e as inter-relações do lugar com a cidade de Belém, o Estado, o País e o mundo. Portanto, essa realidade não se explica por si mesma, mas em sua relação dialética com a totalidade a que pertence, visto que é resultante de múltiplos processos do/no lugar, do/no nível municipal/estadual/regional; assim como do/no nacional/global. Dessa forma, é possível compreender porque esses processos ocorrem nesse e não em outros lugares da metrópole. E como diz Santos "Cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente".O lugar é a síntese de múltiplas determinações.(LEFEBVRE, 1974).

É importante ressaltar também que a questão no ambiente deve ser analisada como resultado dessas contradições postas pelo modo industrial de produzir mercadorias, que não estão dissociadas da necessidade da acumulação de riquezas. Nessa perspectiva, a natureza é compreendida como fonte de recursos a serem apropriados e transformados em produtos mediados pela lógica do mercado, estando expresso com maior evidência no espaço da cidade.

O processo de ocupação nas periferias da cidade tem ocasionado conseqüências drásticas à população e ao ambiente urbano. Moretti demonstra que o processo de urbanização que ocorre traz inevitavelmente impactos de diferentes níveis e destaca a situação dos cursos d'água urbanos, dentre os vários, como:

> Aumento da vazão nos períodos de chuva, em decorrência da impermeabilização, redução da vazão dos cursos d'água nos períodos de estiagem, em função da redução de infiltração de água no solo; aumento da erosão do solo e da quantidade de sedimentos sólidos presentes na água; presença de lixo lançado diretamente nos cursos d'água ou carreadas pelos sistemas de captação de águas pluviais; presença de esgotos oriundos, oriundos das redes de coleta de esgotos, dos lançamentos em valas a céu aberto que desembocam nos cursos d'água, dos lançamentos irregulares no sistema de drenagem de águas pluviais e dos rejeitos da atividade industrial. (MORETTI, 2001, p. 215) (Vide foto 52 e 53).

É necessário considerar ainda que cursos d'água apresentam problemas ambientais causados pela retirada da cobertura vegetal para a construção de habitação, causando o assoreamento, afetando drasticamente as condições de vida da fauna e flora existentes. O volume de resíduos sólidos depositados nas calhas desses cursos são lançados na baía do Guajará e no furo do Maguari, comprometendo o ecossistema maior que também recebe resíduos das atividades desenvolvidas ao longo de suas margens.

Foto 52. Vista parcial do igarapé Piraíba contaminado por resíduos proveniente dos curtumes localizado no interior do núcleo urbano e no D. Industrial de Icoaraci. A quantidade de resíduos libera odor fétido que contamina o ar no entorno do bairro da Maracuera

Foto 53. Vista parcial do Igarapé tabocal e a quantidade de resíduos flutuando no leito. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

No contexto urbano de Icoaraci, o Igarapé Tabocal e Paracuri recebem significativa carga de substância poluidora de origem doméstica e do escoamento superficial da cidade, sem tratamento. Enquanto o igarapé Piraíba recebe elevada carga de detritos residenciais em função de cortar parte do espaço urbano densamente ocupado e industrial, principalmente, detritos de curtumes, localizados no interior do núcleo urbano e no distrito Industrial. Em 2005, os níveis de poluição existentes nesse igarapé foram amplamente denunciado pela imprensa local. Como noticiou o Jornal local:

> Cerca de 65 comunidades do Distrito Industrial de Icoaraci, bairro da Maracacuera, continuam brigando contra os curtumes instalados naquela região e que, segundo algumas lideranças, estariam poluindo o rio piraíba com produtos tóxicos [...].
> [...] Há tempo as comunidades da região vêm sofrendo "as insuportáveis conseqüências decorrentes da instalação de curtumes nas vizinhanças". Os curtumes, além do mau cheiro que produzem, despejam produtos químicos no rio Piraíba de forma inadequada, comprometendo os cursos d'água e originando doenças em diversos moradores ou freqüentadores da área.[157]

O volume de detritos depositados nesse igarapé tornam uma ameaça à saúde da população que vive no seu entorno. Contrapondo-se à argumentação da população local, os empresários se defendem ao afirmar que a atividade industrial é compatível ser desenvolvida no distrito Industrial. Todavia, os índices de poluição líquida são visíveis no curso d'água e o mau cheiro provocado pelos resíduos dos curtumes causam mal estar à população. Entretanto, análises químicas realizadas na água do igarapé, confirmaram elevados índices de contaminação.

> O laudo pericial do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves que atesta a poluição ambiental provocada ao meio ambiente de Icoaraci por três curtumes locais. A conclusão do documento [...] foi elaborado para verificar a poluição ambiental no rio Piraíba e adjacências das empresas [...]Curtume Fênix Curtidora Ltda., Curtume Ideal e Curtume Couro Norte.
> O laudo afirma que [...] diante de todas as evidências constatadas in loco e dos resultados laboratoriais encontrados, "os curtumes periciados provocam poluição ambiental em sua área interna (solo da empresa) e na área circunvizinha, mais especificamente no Curtume Couro do Norte ao Igarapé Uxiteua, e os curtumes Ideal e Fênix ao rio Piraíba, podendo com isso comprometer o equilíbrio do meio ambiente local".
> Os moradores de Icoaraci lutam há cerca de seis anos para que o poder público adote medida para combater a poluição provocada pelos curtumes nos rios do distrito. Além dos produtos químicos jogados nos rios, há ainda a gordura animal que contamina e provoca imenso odor de carne podre nos arredores e a grandes distâncias dos curtumes, além de provocar problemas de saúde aos moradores. (DIÁRIO DO PARÁ, Op. Cit. p. 13).

Os níveis de poluição do Igarapé Tabocal e Piraíba são ambientalmente inaceitáveis em relação à qualidade de vida da população que neles vivem. As fontes de

[157] JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. (2004, p. 06.

recursos hídricos, principalmente das micro-bacias urbanas dos igarapés Tabocal, Paracuri e Piraíba, estão comprometidas em relação ao uso desse recurso. observamos que o entorno desses cursos de água estão ocupados por um contingente populacional, vítima da crescente demanda pelo solo urbano e pelo seu processo de valorização; e a degradação dos recursos naturais como conseqüência do processo de urbanização em curso, associada ao processo de industrialização local e a migração campo-cidade, ocorrida na segunda metade do século XX, podem ser apontadas como as responsáveis por esse processo. Vide (figuras 1, 2, 3, 4).

Nesse processo, os rios e igarapés que foram ocupados de forma sistemática e transformados em esgotos a céu aberto, contendo detritos de diferentes origens sofrem um processo lento de degradação, gerando uma paisagem com aparência cênica desagradável e odor insuportável, como ocorrem nos grandes centros urbanos do país.

O crescimento demográfico do Distrito foi de 10.39 %. Acreditamos que essa situação esteja relacionada a um processo amplo que foi a urbanização e a industrialização ocorridas a partir da década de 70, com a conseqüente degradação ambiental, com comenta Miranda:

> Com o surgimento das cidades industriais e com o aumento da população em todos os lugares, rapidamente a manutenção de um fornecimento de água adequado e seguro tornou-se um problema sério. O desenvolvimento de muitas obras de adução e armazenamento de água proporcionou um maior suprimento para as grandes cidades, porém, a ausência do suprimento individual nas residências refreou o consumo.

O crescimento da população, a construção de melhores sistemas de fornecimento individual de água e a modernização dos sistemas de tratamento foram responsáveis pelo aumento do consumo gerando grandes problemas na sua distribuição. Apesar das melhorias no fornecimento de água, sua qualidade continua a sofrer grandes impactos. Atualmente são a presença de detritos humanos, resíduos e efluentes industriais, defensivos agrícolas e adubos usados na agricultura. (MIRANDA, 2004. p. 108).

De maneiro geral, viver na periferia, apesar de todas as condições adversas, representa a única possibilidade dessa população ter acesso a um teto, como lócus de sua reprodução social, permanecendo a espera dos poderes públicos em algum dia encontrar a solução para desses problemas. São inúmeros os estudos realizados que apontam as conseqüências do processo de expansão das periferias, como os de Mota (1999) apud Moretti quando afirma que:

> Estudos conduzidos pelo U S Forest Service apontam que a quantidade de sedimentos produzidos pelos processos erosivos em áreas de urbanização incompleta (construções subnormais) é cerca de 1000 vezes maior que aquela produzida por uma área residencial após a estabilização. Juntamente com o assoreamento provocado pela erosão, deve ser ainda considerado o aumento do lançamento de lixo e de esgoto sem tratamento que ocorre nas áreas de urbanização recente. Verifica-se assim que a rápida e precária expansão dos bairros periféricos esta transformando a água dos nossos córregos em um caldo de lama, esgoto e detritos. (MOTA, apud MORETTI, Ibdem, p. 216).

Evidentemente que essa situação não atinge somente a micro bacia urbana e seu entorno. Essa degradação extrapola e atinge praticamente toda a cidade, em função da rede hidrográfica formando um conjunto de micro bacias. Essa situação é preocupante por dificultar o acesso à água potável, à fonte de alimento de origem fluvial, à higiene, entre outros, e principalmente, em função de que em Icoaraci não existe estação de tratamento de resíduos sólidos e nem de líquidos. Embora o sistema de abastecimento de água público seja captado em poços artesianos, a população que não tem acesso a esse bem que habita as margens dos cursos d'água ainda utilizam a água fluvial para atividades domésticas.

Figura 4 – Micro Bacia do rio Livramento

Figura 5 – Micro Bacia do rio Piraíba

Foto 54. Vista parcial do rio Paracuri e atividades econômicas em sua foz. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

Foto 55. Vista parcial do Igarapé no interior do bairro do Tenoné, poluído por resíduos domésticos. Foto de Mário Benjamin Dias. 2006

A qualidade do ambiente reflete a desigualdade de renda. As pessoas mais pobres, principalmente migrantes de áreas rurais, vivem em lugares mais degradados, com comprometimento da qualidade de vida, em função da qualidade da água, do ar, da habitação etc.

É perceptível que no espaço urbano do distrito a população esteja desigualmente distribuída em espaços com melhores condições em qualidade de vida, de um lado, com infra-estrutura e serviços de consumo coletivos em função dos estratos de renda, e de outro, os que estão localizados em espaços com grandes carências desses serviços. É como Chasnais & Seratti comenta:

> É evidente que estamos diante de mecanismos e de políticos concernentes de reprodução de uma dominação mundializada [...].
> A dominação repousa em base onde a "a economia" e o "político" estão, inextricavelmente, emaranhados. É impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias [...]. Tomado em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida do proletariado são resultados dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea renovada e quase sem limites do capitalismo financeiro. (CHESNAIS & SERFAIT. ibdem, p. 43-4).

É indiscutível que a população que vive nas áreas inóspitas do distrito tem maior comprometimento em suas condições de vida e saúde e está sujeita à exploração cada vez maior de sua força de trabalho, por causa das condições econômicas, políticas, sociais, culturais, que vivem, tornando-se sujeitos fáceis a serem inseridos no mercado formal de trabalho, a assumirem as atividades de menor remuneração, enquanto mulheres e crianças estão inseridas nos empregos domésticos e/ou no setor informal da economia. Essa situação denuncia a articulação entre o Estado e o capital ao permitirem essa situação. Ocupar esses ambientes é uma estratégia de sobrevivência da população carente, já que, o fundamental é ter um abrigo, sejam em quaisquer condições.

Os problemas no ambiente urbano não se restringem ao lugar. São fenômenos que têm se generalizado pelas grandes, médias e pequenas cidades de formas semelhantes, principalmente nos países subdesenvolvidos, nos quais a característica marcante é a concentração populacional.

Em relação às condições gerais da população, apenas uma pequena parcela desfruta das condições gerais e dos serviços infra-estruturais que o distrito dispõe, pois estão localizados na área tradicional, [158] enquanto as demais áreas necessitam de toda sorte de serviços e equipamentos de consumo coletivo.

Segundo Dias (1996), o serviço de abastecimento de água, em Icoaraci, é um sério problema, pelo fato de que ela só aparece nas torneiras pelas primeiras horas da manhã e nas altas horas da noite, mas bastante fraca, não sendo o suficiente para atender as necessidades domésticas, fazendo com que seja necessário as pessoas estarem alertas para a hora que ela chega para se fazer a estocagem. Quando isso não é possível, tem que se recorrer aos vizinhos que possuem poços em seus quintais, mas se corre o risco de a água estar contaminada, porque o poço não está longe da fossa sanitária, podendo haver contaminação tanto dos lençóis freáticos, quanto diretamente da água. Some-se este há ainda o problema da coleta de lixo, que só ocorre nas áreas onde existem ruas pavimentadas e com alternância de dias, fatos comprovados com as entrevistas realizadas com a

[158] (Centro tradicional e mais antigo do Distrito, localizado na área mais antiga, próxima a Baía de Guajará, onde é possível encontrar produtos frescos (naturais) peixes, mariscos, frutas, legumes etc.) recebidos diretamente por via fluvial. Oficialmente o nome do mercado é São João Batista.

população e constatadas na pesquisa de campo, principalmente nas áreas periféricas e de baixadas.

A falta de coleta regular de lixo acarreta uma volume de resíduos na cidade, comprometendo, dessa forma, a drenagem superficial porque carreados pelo volume d'águas pluviais, provoca o assoreamento dos rios e canais; contamina os lençóis freáticos e cursos d'águas, polui a atmosfera (mau cheiro e incêndio nos lixões a céu aberto em função da formação de gases), estimula a proliferação de vetores de doenças infecto contagiosas, assim como de roedores e degrada a estética do ambiente.

É necessário considerar que além desses problemas existem outros de ordem sanitária e ambiental, como que a falta de coleta seletiva do lixo acarreta perdas pela não utilização e aproveitamento dos produtos recicláveis do lixo como papel, papelão, plásticos, vidros e metais em geral. Devemos levar em conta também a importância da matéria orgânica existente no lixo, que pode ser transformado em composto orgânico, devendo ser usado na agricultura, praças, parques e jardins, funcionando como um excelente recondicionador de solos.

É no processo de produção do espaço urbano que os conflitos de classe se acirram em busca por melhoria de qualidade ambiental e de vida das populações mais carentes, que normalmente habitam em subespaços da cidade com carências variadas. Para Lombardo: "Embora o termo qualidade de vida seja amplamente empregado em estudos urbanos, o seu entendimento e abrangência pode variar conforme o enfoque dado a ele, seja econômico, social, ambiental, etc." (LOMBARDO, Op. Cit. p. 138). Evidentemente, embora a definição seja de grande subjetividade para a população que vive na linha da miséria, da exclusão, a qualidade de vida resume-se a ter o mínimo de condições diária, como abrigo, alimentação, por exemplo. É claro que a noção de qualidade de vida vai estar associado às condições e níveis econômicos, políticas, sociais, ambientais etc. de cada classe social, e variando muito no interior delas.

No processo de conquistas em prol de melhorias em qualidade ambiental o que significa também qualidade de vida levando-os a luta por retificação das áreas de baixadas, por aterramento de igarapés, construção de pontes e de estivas, pavimentação de vias que possibilitem a circulação do transporte coletivo, rede de abastecimento de água, energia,

telefone, entre outras melhorias. É um processo que se origina a partir da mobilização da população carente, na maioria das vezes atendida por meio do clientelismo dos representantes dos poderes públicos em troca de votos e coisas do gênero.

Portanto, a partir das condições gerais reveladas pela pesquisa de campo, é possível fazermos reflexões sobre qualidade de vida da população na periferia do distrito colocando na atualidade múltiplas reflexões, para nós, parece que o eixo principal relacionada a qualidade de vida está relacionado à questão de classe e frações dela. Não podemos perder de vista que o tema em questão é de uma ampla subjetividade. Dependendo da situação da pessoa ou do grupo que faz que faz parte na sociedade, a noção a esse respeito vai se definindo e redefinido ao longo da história dessa sociedade. Nesse sentido, é possível elencar alguns elementos ou condições que podem servir de parâmetros para inferir como elementos indicativos. Barbosa considera que para entender a qualidade de vida de uma população:

[...] deve-se observar de que maneira essa população se articula politicamente, como tem acesso a bens e serviços, num contexto socioambiental mais amplo, onde as condições de moradia, alimentação, salários, lazer, relação de vizinhanças etc. deverão ser observadas.(BARBOSA, 1992, p. 194).

Tornando-se evidente, na atualidade, que as condições de habitação, saneamento, saúde e o ambiente onde vivem os grupos humanos ganham maior significância relacionados à qualidade de vida.

No mesmo sentido, é importante destacar que as discussões acerca do que venha a ser qualidade de vida não estão prontas nem acabadas, dependem de inúmeros referenciais e pontos de vista. Cremos que não deve prevalecer são as discussões da classe dominante. O que nos parece consenso na literatura é que toda e qualquer situação em que estejam envolvidas as questões da qualidade de vida, está relacionada à sobrevivência da sociedade como um todo. Por exemplo, se uma determinada população ou grupo vive em boas condições socioambientais, essa condição refletirá sobre as condições gerais do grupo em um determinado momento histórico.

Nessa perspectiva, em primeiro lugar a qualidade da habitação, enquanto lócus da reprodução, do homem enquanto ser e pertencente a um sociedade, pode ser apontado,

como um indicador de qualidade de vida, em segundo lugar, o saneamento e, em terceiro, a qualidade do ambiente já mencionado anteriormente. Para Gallopin apud. Barbosa ao trabalhar o conceito de qualidade de vida dá grande importância ao ambiente social onde vivem pessoas ou grupos, incluindo:

> [...] fatores tais como o tipo e a qualidade das relações interpessoais, o acesso ao trabalho produtivo, o acesso à educação e à cultura, os condicionantes externos da participação e a liberdade de expressão, as influências psicossociais etc., relacionados geralmente como fatores externos que incidem na probabilidade de satisfazer as necessidades humanas não-materiais. Assim, apesar de esse conceito estar referendado numa proposta da pessoa enquanto individuo, é importante assinalar que "as condições ambientais a que estão expostas as pessoas se relacionam intimamente a qualidade de vida". Conceito esse que é concebido a partir da resultante "saúde psicossomática de uma pessoa e sentimento de satisfação". A saúde depende de processos internos da pessoa e do grau de cobertura das necessidades, e a satisfação depende dos processos internos e do grau de cobertura dos dejesos e aspirações.
>
> Ainda de acordo com Gallopin, o estado do ambiente da sociedade, por outra parte, também pode influir sobre a qualidade de vida das pessoas que pertençam a uma sociedade, mas de modo menos direto. Assim, as condições do ambiente de uma dada sociedade, somadas à organização interna do sistema humano societal, são os fatores principais que incidem sobre a qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, a qualidade de vida pode ser utilizada como um conceito unificador que permite relacionar as necessidades humanas, os ambientes individuais e societais e o desenvolvimento humano.
>
> Nesse sentido o próprio conceito de qualidade ambiental é importante na medida em que, baseado em uma análise do ambiente humano em função da qualidade de vida dos seres humanos, se aceita que uma alta qualidade ambiental está associada àquelas situações do ambiente que favoreçam a melhor qualidade de vida das pessoas que pertençam a um sistema humano dado, e que a qualidade de vida está determinada tanto por fatores objetivos como por satisfações subjetivas. Dentro desse aspecto, a questão maior a nosso ver, que está imbricada na temática da discussão de ambiente e qualidade de vida, é a questão da cidadania, principalmente quando tratamos de um ambiente transformado, de uma estrutura sociocultural deteriorado, de carências básicas não resolvidas, sem contar com um panorama político-econômico pouco animador. (BARBOSA, Ibdem, p. 205-6).

É imprescindível que ao refletirmos sobre o processo de produção, (re)produção, consumo e apropriação do espaço urbano, como resultante de processos sociais relacionados a um constante processo de mudança, seja natural ou social, implique em um ambiente transformado. Devemos levar em consideração as necessidades de satisfações básicas necessárias à própria reprodução dos homens enquanto membros de uma sociedade e que necessitam de alimentação, habitação, educação, ambiente saudável e socializável. Dessa forma, fazendo a junção das necessidades de caráter objetivo e subjetivo é possível chegarmos a uma proposta de definição de qualidade de vida.

Portanto, quando o que está em jogo são as condições gerais de reprodução social do homem, como à assistência a saúde, moradia, dieta alimentar, qualidade do ambiente, deve ser levada em consideração como indicador fundamental a qualidade de vida de uma

população. Mas, para que isso se torne realidade, é necessário que a população lute de forma organizada no sentido de cobrar, das autoridades competentes, investimentos nesses setores como formas de restituição da pesada carga tributária cobrada da população em geral, para que venham amenizar as carências existentes nos ambientes profundamente comprometidos da cidade, pois em decorrência de sua condição econômica são as que estão mais expostas a uma baixa qualidade ambiental e por extensão de vida.

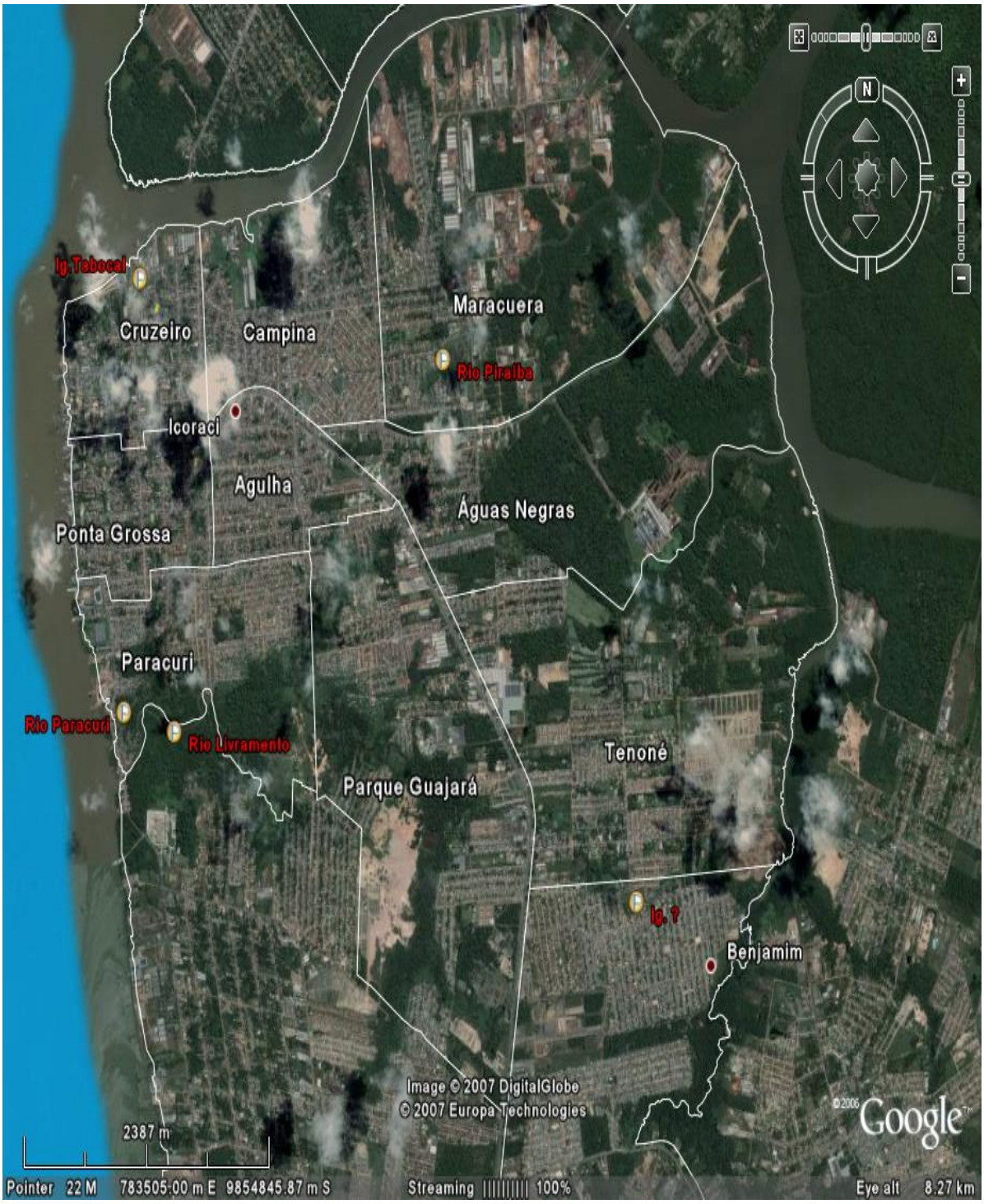
Nas cidades amazônicas, tornou-se comum nas várzeas dos rios, igarapés e entorno dos mananciais, a formação de ocupações humanas, seja na periferia, seja no entorno das áreas centrais, a convivência com o lixo, a miséria, a marginalidade, entre outros.

É necessário termos a clareza de que os problemas no ambiente urbano fazem parte de uma questão maior que é a do modo de produção dominante e que tem ocasionado o chamado problema ambiental em nível do planeta, que põe em risco o ambiente como um todo. Essa situação revela as condições de vida de uma parcela significativa da população de Icoaraci, que movida pela busca de trabalho como forma de reprodução e como estratégia de sobrevivência é levada a estender a jornada de trabalho; ao mesmo tempo, as que recebem parcos salários vêem-se obrigadas a colocarem os filhos menores de idade no mercado de trabalho, como alternativa a complementar a renda familiar. É comum encontrar pessoas em plenas condições de saúde e ainda em idade ativa oferecendo seus serviços (pedreiro, carpinteiro, pintor, encanador, entre outros), o famoso “bico”, “um faz de tudo”.

Buscando analisar o processo de urbanização em Belém, para compreendermos que as áreas periféricas da cidade produziram e produzem um ambiente urbano segregado e degradado, com conseqüências muito graves sobre as condições e qualidade de vida da população que vive nessas áreas sem as mínimas condições econômicas e sociais. Do ponto de vista do ambiente, espaços imprestáveis e inadequados para moradia insalubres foram usados como é exemplar o caso do distrito de Icoaraci, onde foram ocupadas as áreas alagáveis de várzeas, baixadas, ocupações urbanas ilegais nas terras publicas e privadas.

De foram geral, a ausência de políticas públicas voltadas a atender uma parcela da população que vive em áreas de permanente comprometimento do ambiente, o intenso processo de urbanização que cria demandas sociais, sem solução em curto e médio prazo,

provocam cada vez mais o crescimento das periferias. Nessa perspectiva, a ausência de uma legislação do uso do solo mais eficaz poderia controlar o crescimento irregular da mancha urbana, aprofundando a segregação e a hierarquização da cidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procuramos analisar as transformações espacias e ambientais que vem ocorrendo no distrito administrativo de Icoaraci, procurando demonstrar por meio dela, principalmente os processos de urbanização e do ambiente urbano a partir da produção de sua periferia, a qual marca graves problemas no ambiente da cidade. O caminho percorrido para realizarmos o estudo, entre várias etapas, fez um transcurso, que nos levou à análise e às reflexões sobre esses processos, levando-nos a apreender a constituição do distrito, e seus diferentes usos, de seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades.

Isso implicou em considerarmos fatores que convergiram a determinar o atual papel que ele exerce no contexto metropolitano, ao longo da formação histórica, econômica e social, desenvolvida com base na atividade industrial, em distintas fases, resultando no processo de urbanização. Em outras palavras: para compreendermos as condições do ambiente urbano em Icoaraci, tivemos que percorrer diferentes caminhos, buscando desvendar seus tramas e relações que nos levássemos a entender a formação espacial no contexto da cidade de Belém, tendo em vista que a produção da periferia de Icoaraci está associada, num primeiro plano, à expansão da mancha urbana de Belém desde a década de 1960, quando o solo, urbano na área central da cidade, começou a se esgotar, forçando a população de menor poder aquisitivo a migrar para as áreas de transição e expansão. Esse processo foi contínuo em função das sucessivas intervenções urbanísticas nas áreas de cota baixa (baixadas saneadas), ocasionando o processo de valorização e conseqüentemente a expulsão da população de baixa renda. Em um segundo plano, o próprio crescimento demográfico local causado pela migração que ocorreu em nível regional por causa das transformações que passaram a surgir no espaço amazônico a partir da forte intervenção do Estado, na região, visando a integração ao espaço nacional, para garantir a reprodução do capital. E em terceiro plano, o papel que a atividade industrial passou a desempenhar localmente a partir da segunda metade do século XX, como desdobramento dos programas, das políticas e dos projetos colocados em práticas na Amazônia.

A partir da segunda metade do século XX, a cidade de Belém experimenta um intenso processo de transformação no espaço urbano, ocasionado pelas transformações que começaram a acontecer no espaço regional, principalmente a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, que interliga territorialmente a Amazônia ao restante do país. Essa

empreitada possibilitou maior circulação de capital, de mercadorias e de pessoas no espaço regional. Nesse contexto, foi intensa a migração campo-cidade, contribuindo para a ocupação da área central da cidade de Belém, levando a seu esgotamento. Como naquele período as áreas de baixadas passaram a ser alvo de intervenção do poder local no sentido de requalificá-las para uso habitacional por segmentos de melhor poder aquisitivo, porque a área central é a mais bem equipada e, portanto, mais valorizada, as sucessivas intervenções nas baixadas de Belém (baixadas saneadas) provocaram a retirada da população de baixa renda que foi transferida para conjuntos populares na periferia da cidade, especialmente nas áreas de transição e de expansão. No entanto, os que não conseguiram acesso à terra ou à habitação e os migrantes que chegavam, passaram a ocupar os loteamentos clandestinos, as várzeas dos rios e igarapés localizados na periferia da cidade, como o distrito de Icoaraci.

A periferia, enquanto espaço socialmente produzido, tornou-se o lugar da reprodução de parcela significativa da população. Historicamente, é o resultado de sucessivos loteamentos populares que acabam assumindo uma forma irregular refletida na paisagem urbana. O conteúdo social desta, é marcado por carências e conflitos não resolvidos. O acesso aos lotes ocorre normalmente por meio de financiamento a longo prazo ou por ocupações urbanas, enquanto que a habitação, de um modo geral, passa pelo processo de autoconstrução pela própria família e/ou parentes e vizinhos, sem linha arquitetônica definida e, em muitos casos, sem acabamento, dando um aspecto do inacabado e transitório.

As condições no ambiente urbano não são características inerentes a nível local, já que ocorrem em todas cidades, nas quais os processos de urbanização ocorreram de forma semelhante, mas ganharam maior evidência a partir do final do século XX, frente às discussões e reflexões sobre o ambiente em todo planeta. A contemporaneidade é marcada por concentrar nas cidades os maiores efetivos populacionais e porque o processo de urbanização é um processo recorrente, em que os problemas relacionados ao ambiente vão estar em maior evidência em função do uso e ocupação que correu ao longo do século XX.

As atividades industriais passaram a ser um agente poderoso na produção e (re) produção do espaço de Icoaraci e nos reflexos da dinâmica e do funcionamento do mercado regional por causa dos produtos industrializados e dos incentivos fiscais via

BASA/SUDAM (1970) sobre a economia local e, posteriormente, sobre a regional e a nacional, em função da forma como o capital se reproduz a partir da atividade madeireira que passou a predominar no espaço local, inserindo o distrito em uma ampla divisão territorial do trabalho, haja vista que o mesmo atende diferentes mercados nacionais e internacionais. Nesse processo, as condições econômicas e sociais imprimidas no local, historicamente passaram a se colocar como elementos definidores para a reflexão de um conjunto de situações que são freqüentes no espaço urbano, como contradição do próprio modelo de desenvolvimento que é extremamente depredador de recursos, ao mesmo tempo que impõe como lógica inerente ao seu desenvolvimento, a produção e o consumo agressivo dos recursos naturais, tendo seu desdobramento no social.

Icoaraci passou por diferentes etapas de desenvolvimento como resultado da própria expansão do capital, no local, ao longo desses últimos anos, tendo como conseqüência uma gama de problemas, como a degradação do ambiente, os quais também são vivenciados em grandes e médias cidades. No entanto, ficou claro que a maioria da população entrevistada não tem conhecimento da real dimensão destes enquanto problemas urbanos. Falam de violência, de pobreza, da destruição dos recursos, de poluição, de falta de infra-estrutura e de serviços públicos, falta de assistência médico, de escolas públicas e de qualidade de vida com se fossem conseqüências da ausência do Estado, não compreendem que os referidos problemas têm como conseqüências o próprio desenvolvimento do capitalismo e dos interesses dos agentes produtores do espaço na cidade.

O distrito de Icoaraci se produz e (re) produz como resultante da própria dinâmica da reprodução do capital que se instalou na Amazônia em diferentes épocas da história da ocupação regional, visando se apropriar dos recursos naturais existentes e das condições favoráveis que o Estado planejador colocou à disposição dos capitalistas, num determinado momento. Nesse sentido, diante de tantas investidas no espaço regional, fez surgir inúmeras cidades para dar suporte a sua atividade, com inúmeros problemas do ponto de vista social e ambiental como um fenômeno marcante no período atual.

O capital industrial, ao se desenvolver, produziu espacialmente sérios problemas no ambiente do distrito que estão materializados no espaço urbano, dentre ao quais, demos maior destaque ao saneamento e a habitação com condições fundamentais de qualidade de

vida. Nessa perspectiva, não procuramos nos ater aos indicadores como IDH ou outros indicadores, por considerar que eles apontam índices generalizantes, sem deixar de considerá-los, obviamente. Por isso, detivemo-nos na realidade pesquisada como maior evidência e por temor dos indicadores mascararem a real situação.

Nesse contexto, tivemos a oportunidade de verificar a existência de diferentes espacialidades e temporalidades no processo de apropriação do espaço urbano local, tendo como conseqüência desse processo, apreender as condições desiguais de acesso e de uso da cidade na qual lhe é negado o direito. Partindo dessas premissas, podemos chegar a algumas considerações acerca dos processos e dos agentes, que de forma articulada e interdependente, contribuíram e vêm contribuindo para a produção do espaço icoaraciense e suas conseqüências para a população local revelada a partir da análise.

Em primeiro lugar, a introdução das atividades industriais inseriu o distrito numa ampla divisão inter-regional do trabalho, por meio da especialização da economia local pela atividade produtiva a partir da indústria, ocasionando a expansão do capital de forma desigual e combinado pelo espaço do distrito. Essa ação possibilitou a reprodução das relações de produção capitalista no distrito e promoveu a incorporação de áreas com fisionomia rural ao espaço urbano, destruindo antigas relações de produção e inserindo trabalhadores não assalariados (pescadores artesanais e pequenos produtores rurais) a lógica reprodutiva do capital.

Portanto, na medida em que o processo de industrialização e urbanização se intensificam, ocorre a drenagem da renda gerada para outros destinos, uma vez que o capital não é de origem local, migra para as regiões de origem ou são investidos na cidade de Belém onde vivem partes desses capitalistas. Isso reflete o fraco desenvolvimento econômico e social em função da falta de investimento do que é acumulado a partir da indústria. O local serve apenas de base para a transformação dos recursos, tendo em vista que a exploração da matéria-prima ocorre em outros municípios do Estado do Pará. Na medida em que as atividades econômicas se desenvolviam, ocorria o processo de migração do campo e das cidades próximas em busca de mercado de trabalho, fazendo com que os agentes imobiliários realizassem a fragmentação da terra por meio de loteamentos populares, nas áreas que até a década de 1970, tinham fisionomia rural para segmentos de

menor poder aquisitivo. Essas áreas passaram a fazer parte do espaço urbano com toda sorte de problemas.

A atividade industrial, que passou a se desenvolver na década de 1970, desempenhou papel fundamental na aceleração do processo de urbanização de Icoaraci, principalmente por meio da reestruturação das antigas indústrias surgidas na primeira metade do século XX, de capital local e regional, que beneficiavam matérias-primas regionais com baixo valor de transformação industrial (VTI) e pouco valor agregado, que foram suplantadas pelas novas indústrias de capital nacional e internacional. A partir desse momento, a periferia não deixou de crescer e de acentuar os problemas no espaço urbano do distrito, uma vez que, a cada dia, os trabalhadores passaram a ser empurrados para a periferia, acentuando a segregação espacial de segmentos expressivos da classe trabalhadora, que passou a fazer pressão pelo uso do solo urbano. O Estado, através de seu antigo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), produziu um variado número de conjuntos habitacionais para a população de menor poder aquisitivo.

Em segundo lugar, o trabalho evidenciou uma estreita relação entre industrialização, urbanização e degradação no ambiente urbano. Na medida em que a atividade se desenvolvia, possibilitou as condições para o incremento substancial do setor terciário na economia local como lógica inerente a atividades industriais, redefinindo, dessa forma, o mercado de trabalho da população economicamente ativa nesse setor À proporção que o distrito se expandia, ocorria a ocupação ao longo dos canais de drenagem correspondentes aos rios e igarapés que cortam e recortam o espaço urbano de Icoaraci. Essas ocupações ocasionaram a degradação dessas áreas naturais com a retirada da cobertura vegetal que ainda existia para a construção de habitações, provocando o assoreamento deles partir da deposição de resíduos sólidos e líquidos no leito destes, comprometendo todo o ecossistema. Portanto, com o esgotamento do solo urbano, a alternativa dos sem teto foi ocupar as terras públicas e/ou privadas pelo movimento dos sem teto, produzindo uma paisagem urbana diferenciada. Isso aconteceu com o que ainda restava das terras rurais.

Para pensar o futuro da cidade tendo como referência o ambiente urbano, é necessário que o poder local, os agentes e a população adquiram uma nova concepção em relação ao desenvolvimento urbano. O crescimento urbano é produto, em larga medida, do

êxodo rural ocorrido em décadas passadas, dessa forma, é necessário pensar em novas relações do cidadão com a cidade. Somente nessa relação é que podemos compreendê-la como um todo e preservá-la. A partir do momento em que o cidadão cria uma identificação com a cidade, é que poderá defendê-la. Pois "identificação do cidadão com sua cidade é uma condição básica para deter a degradação ambiental." (NEIVA, 1977, p. 21). É a partir do conhecimento e da participação da vida econômica, política, social, cultural e que o cidadão passa a defender, a preservar e a cobrar medidas que possam evitar a destruição do ambiente "natural" que ainda restam na cidade.

É marcante nas áreas periféricas e ocupações urbanas, o aumento da violência, a pobreza crônica e os conflitos sociais, como conseqüências das condições em que vivem a população. É evidente que a pobreza esteja associada à violência e essa se torna cada vez mais comum e banalizada, como uma marca da modernidade no qual a concentração de renda é uma característica dominante e os níveis de pobreza são cada vez mais elevados.

Como demonstra a realidade local, o distrito de Icoaraci é, em larga medida, produto de contingentes de migrantes do campo e das cidades vizinhas em precárias condições de desenvolvimento econômico e social que se instalam na periferia com participação reduzida no mercado de trabalho e de infra-estrutura social. NEIVA (Op.cit. p. 21) afirma que: "O assentamento precário é a expressão material de um modo de sobrevivência em condições de escassez, possibilitado pela construção gradual das habitações em função da disponibilidade de terras e materiais de construções e da instalação posterior de serviços básicos mediantes mecanismos de pressão". Ou seja, a cidade aparece para os migrantes como o lugar de novas possibilidades que seus lugares de origem não oferecem.

Entretanto, a degradação ambiental que vem ocorrendo nas cidades, pode tornar-se um elemento de dispersão de parte da população da cidade em busca de lugares com melhores condições ambientais, deixando a cidade ambientalmente degradada para a população que não dispõe de condições para viverem em condições dignas ambiental e socialmente em outros lugares.

A localização de atividades industriais, de comércios e ocupações ao longo da orla da baía do Guajará e do furo do Maguari, associada às ocupações ao longo das várzeas dos

rios e igarapés e nas áreas não sujeitas a inundações, comprometem imensamente as condições ambientais desses ecossistemas locais. A ausência de rede coletora dos esgotos pluviais, faz com que sejam lançadas, sem tratamento adequado, toneladas de resíduos líquidos e sólidos nesses cursos d'água. Essa situação é preocupante, e se continuar nesse ritmo, sem a intervenção imediata do poder público no sentido de amenizar e/ou encontrar solução adequada, podem colocar em perigo de extinção a flora e fauna aquáticas ainda existente, afetando uma das fontes de alimento da população ribeirinha que vive no entorno e às proximidades do distrito.

As condições em vive a população das cidades ribeirinhas na Amazônia, sem as condições infraestruturais básicas, acabam transformando os cursos d'água em verdadeiros depósitos de resíduos das mais diferentes espécies, que comprometem todo um ecossistema. É necessário que sejam criados mecanismo para o tratamento desses resíduos de forma que os mesmos não sejam direcionados para os cursos d'água, que são de fundamental importância para o conjunto da população que vive nas cidades, ao longo das margens dos rios.

Como forma de amenizar as precárias condições no ambiente urbano de Icoaraci, é necessário realizar um amplo projeto ambiental visando além da recuperação da mata ciliar das áreas degradadas dos rios e igarapés que cortam e recortam o distrito em várias sentidos, recuperando a sua beleza natural para que possam ser explorados ambiental e economicamente; também o tratamento dos resíduos industriais, principalmente os rejeitos das madeireiras que têm servido de aterro nas áreas de baixadas alagadas ou alagáveis, assim como os detritos domésticos. Para que essas ações sejam implementadas, é essencial um projeto de remoção dessas famílias para áreas sociais e ambientais dignas, com habitações que possam lhes garantir um viver com dignidade enquanto ser e membro de uma sociedade.

Embora as cidades sejam um dos objetos mais incríveis criados pelo homem, é fundamental pensarmos em formas de equilíbrio, entre o ambiente construído e o natural, para que as cidades sejam viáveis como local da espécie humana. Mas para que essa situação seja colocada em prática, é preciso transformar o habitante em cidadão para que a cidade seja de fato um ambiente de todos, uma a cidade democrática, apropriada pelos

moradores no sentido pleno, das ruas, praças, mercado, em outras palavras, do espaço público como condição de exercício pleno de cidadania.

A cidade, por sua natureza, vive em constante processo de produção e (re) produção do espaço urbano e provocam transformações (embora não sejam tão perceptíveis num primeiro olhar), como a sua própria expansão que ocorre sobre um ambiente natural, a retificação e aterramento de canais de drenagem, o asfaltamento de ruas, entre outros processos, sejam naturais ou sociais, como resultante das ações implementadas por meio do trabalho sobre a natureza. Dependendo dessas dinâmicas, a cidade passa a ser produzida como um mosaico, com paisagens diferenciadas, em conseqüência do trabalho social imprimido no espaço.

Hoje convivemos com uma gama dos chamados problemas urbanos que, de forma geral, refletem no ambiente da cidade como um todo, tendo em vista que as cidades não cessaram de crescer e, com isso, aumentou os índices de carências não atendidas pelos poderes públicos, que podem ser classificados como de deterioração da cidade com suas grandes periferias, favelas, conjuntos habitacionais monstruosos, entre outras formas, comprometendo a qualidade de vida urbana. Para DAMIANE (1990, p.128):

> Um espaço que deteriora a vida social, reduzida a satisfação de necessidades básicas e primárias – comer, beber, aprender a ler... (...) Qualidade de vida urbana, enquanto um acervo de necessidades básicas satisfeitas (...) exatamente e paradoxalmente pela produção de um espaço deteriorado, enquanto espaço urbano – aquele motivo de encontro, de vida coletiva real, de espaço lúdico vivido.
> Cifra-se, codifica-se, quantifica-se necessidades dissecadas, simulando necessidades sociais e urbanas na sua plenitude. Este espaço, assim produzido, é instrumental, não é inocente, serve ao processo reprodutivo desta sociedade (...) Torna-se claro que o processo reprodutivo não se esgota na fábrica ou no mercado: atinge outros momentos da vida social, sujeitos por sua vez, agora, à irracionalidade produtivista, à sua metamorfose pela ampliação do capitalismo. Atingia decisivamente o urbano.
> Qualidade de vida urbana impregnada da racionalidade lógica da segregação, da classificação, da institucionalização, do poder, da dominação, do controle do terrorismo, da sobre-represão, da re-produção das relações sociais, através da deteriorização do urbano. O urbano ao invés de campo da civilização, do desenvolvimento humano, torna-se o espaço da reprodução do homem animalizado, desumanizado.

Portanto, nessas condições de pobreza e de degradação explodem a violência, a mendicância, a marginalidade no espaço urbano, uma vez que esses são premidos de perspectivas de vida, condicionados em muitos casos às políticas clientelista do Estado que não têm gerado possibilidades a esses cidadãos.

A questão relacionada à qualidade de vida nos ajuda a explicar os níveis e carências que parte da população da cidade vive, com a ausência de infra-estrutura serviços urbanos que lhes garantiriam a sua própria reprodução.

Para PEREIRA (2003, p 28), "é preciso reconhecer as dificuldades para executar trabalho dessa natureza, pois a grande maioria dos distritos não dispõem de informações cadastradas atualizadas e informatizadas dos sistemas de saneamento, bem como a maioria dos gestores desconhecem os números da infra-estrutura de saneamento no próprio município".

Entretanto, questões relacionadas à problemática do ambiente urbano, abrem no momento atual, novas perspectivas para a Geografia cujo objetivo é o de se pensar o presente e o futuro das cidades, diante das formas como elas vêm sendo produzidas, embora havendo diferentes concepções e correntes teórico-metodológicas que desenvolvam estudos nesse campo. Historicamente, os estudos referem-se ao ambiente urbano, com questões socioambientais, ambiente urbano, cidade e natureza, entre outras nomenclaturas. Na realidade, esses estudos estão voltados para a compreensão do ambiente das cidades como resultante do processo de urbanização, uma vez que essa problemática teve um percurso por décadas, na qual a cidade e o urbano eram vistas por um lado, e a natureza por outro, como se fossem coisas dissociadas, separadas, distanciadas, entre outras. Lima & Roncaglio lembram que:

> (...) ao longo da história das cidades e de suas representações sociais, a natureza tenha sido considerada algo a parte, estranha e antagônica, algo a ser escondido ou modificado, algo a ser destruído ou desnaturalizado. Hoje, diante da dimensão e complexidade que assumiram os problemas socioambientais, a questão urbana é percebida, cada vez mais, na sua estreita relação com a natureza e não na sua dissolução.Isso implica, sem dúvida, uma revisão profunda no modo de pensar, planejar e executar políticas públicas; no modo de produzir e reproduzir o espaço urbano, no modo de viver e conviver nas cidades.(LIMA & RONCAGLIO 2001, p. 62).

Foi essa a concepção do homem ao longo da história, na qual a sociedade estava de um lado e natureza de outro, como se fossem coisas separadas. Essa concepção produziu e reproduziu problemas de ordem ambiental que culminaram em perversos processos de degradação dos recursos, produzindo ambienteis com sérios comprometimentos no que se refere à qualidade de vida da população. Concordando com Monte-Mór, que:

> É que não podemos mais trabalhara com as velhas dicotomias reificadas pelo modernismo hegemônico dos tempos recém-passados. Ao contrario, se a questão ambiental recoloca a questão

> central da relação cidade-campo, mediações, articulações, e fragmentações, extensões e segmentações que conseguimos identificar. Movas formas de integração entre centros urbanos-metropolitanos e hinterland rural-região desejáveis e mesmo inevitáveis, se o nosso objetivo é buscar o aprimoramento das formas de ocupação e produção do espaço social. À urbanização extensiva é necessário compreender uma naturalização extensiva, tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais ao nível micro, da vida cotidiana, quanto para enfrentar questões globais da crise ambiental e societal.[159]

Dessa forma, é possível compreendermos os novos desafios que as questões do ambiente urbano, sejam o metropolitano ou não vêm passando no momento, frente aos problemas que as cidades passaram a enfrentar.

É evidente, que no processo de desenvolvimento, a cidade vai sendo produzida com maiores investimentos públicos e privados em infra-estrutura, serviços e instalações urbanas, concentradas predominantemente nas áreas já urbanizadas e ocupadas por segmentos de melhor poder aquisitivo aprofundando a segregação urbana, a qual NOVAES (1977, p. 92) denominou de "separação entre a qualidade de vida e a qualidade ambiental da cidade". Portanto, observamos que na prática da gestão urbana, não se tem levado em consideração as características sócio-culturais da população local e nem de seus desdobramentos no meio ambiente. Identificamos esse fato durante o trabalho de campo realizado em Icoaraci, em que o aterramento das várzeas de igarapés ainda não ocupados, apresentam com resíduos (serragem) das madeireiras para que estas se transforme em carvoarias; há o aterramento das áreas de baixadas; predomina o acúmulo de lixo sob palafitas, associados a essa realidade, o crônico problema dos saneamento básico, a falta de oferta de emprego, o precário serviço de atendimento à saúde, à educação, tornando-se, dessa forma, em elementos que contribuem para comprometer a qualidade de vida dessa população, seja do ponto de vista socioeconômico, seja do ambiente urbano em que vivem essa população.

As formas de uso e apropriação dos espaços bem equipados da cidade já começam a apresentar problemas relacionados ao ambiente, como os elevados níveis de violência contra os seres humanos, a propriedade privada, poluição sonora, visual e atmosférica, colocando em questão essas áreas que representam elevada qualidade de vida relacionada principalmente, ao habitar, aos meios de consumo e de infra-estrutura. Essa condição em que se encontram as cidades é uma evidência dos níveis de degradação em que se

[159] Monte-Mór. Urbanização extensiva e lógica de povoamento: um olhar ambiental. (1994, p.177-8).

encontram os seres, e nesse sentido, Icoaraci não é uma exceção como foi demonstrado ao longo do trabalho.

Para mudar essa situação, é necessário pensarmos outras formas de relações entre os moradores e a cidade, rompendo o modelo atual que privilegia o individual em detrimento do coletivo, a segregação e a hierarquização tão evidentes na sociedade atual. Partindo dessa premissa, o maior desafio a enfrentar nas áreas comprometidas nas periferias dos bairros, está relacionado em amenizar e/ou solucionar os problemas da qualidade de vida da população. AZEVEDO (1977, p 102) argumenta que "Não adianta falar de qualidade de vida para quem não tem onde morar, não tem o que comer e não recebe da sociedade melhoria. Acredito que esse seja o problema mais profundo e também o mais premente, proveniente sobretudo da péssima distribuição de renda".

Em Icoaraci, é possível observar claramente que a cidade é produzida de forma homogênea, fragmentada, hierarquizada e segregada, como nas demais cidades do país, em função dos níveis de renda, na qual à população de menor ou nenhum poder aquisitivo lhe é negado o direito à cidade, e são excluídos, expulsos para as periferias dos bairros. É dessa maneira que surgem a periferia que se amplia, expandindo a sua mancha urbana e a intervenção do Estado, na produção de conjuntos habitacionais para a classe média ao longo do eixo da rodovia Augusto Montenegro e no interior da cidade, que mascara uma plasticidade na cidade, do belo, do organizado, da ordem, enquanto que no interior desses bairros, o caos e a desordem, se impõem formando uma paisagem "caótica".

Outro grave problema que detectamos em Icoaraci, a partir do crescimento populacional, foi a formação da periferia. Nesta não há a instalação de redes de infra-estrutura básica, o que ocasiona a pressão pelo uso e ocupação do solo urbano, no qual a precariedade é marcante.

Diante das idas e vindas ao distrito muitas dúvidas nos foram esclarecidas, porém algumas ainda permanecem, uma vez que ao analisarmos as condições do ambiente urbano em que vive parte significativa da população local, foi possível percebermos o papel das determinações políticas e econômicas e espaciais engendradas pelo Estado planejador na região em um determinado momento histórico, que tiveram efeitos devastadores no plano regional e urbano em Belém e em Icoaraci, e que, na perspectiva de implementar o

desenvolvimento regional foram implantados programas, políticas e projetos visando o desenvolvimento a qualquer custo e entre eles estava o de industrialização.

Baseados na pesquisa de campo e nas observações indiretas *in locum*, foi possível compreendermos que a situação de uma parcela da população pobre, miserável e excluída do direito à cidade, mora nas periferias dos bairros do distrito de Icoaraci, vivendo no plano do imediato, buscando alternativas de sobrevivência diante das condições impostas pelas necessidades de viver, ou melhor, sobreviver na cidade. São vítimas de uma sociedade excludente, que impossibilita o acesso às condições sociais e ambientais mais elementares, empurrados para os espaços urbanos com precárias condições de viver com dignidade, largados à própria sorte, carentes de políticas públicas que possam amenizar essas contradições impostas pelo modo industrial de produzir.

Ao longo do trabalho, observamos que a urbanização, no distrito, apresenta uma dinâmica, simultaneamente nos lugares com grande densidade técnica, principalmente representado pelo distrito industrial, a orla fluvial do furo do Maguari e da baía do Guajará, ocupados com indústrias que se beneficiam das condições naturais representadas pelos cursos d'água, constituindo o que Santos (1996b) denominou de zona luminosa e áreas completamente desprovidas de condições ideais de vida, como as periferias e ocupações urbanas degradas e com sérios comprometimentos ambientais com zonas de penumbra, de sombra, carente de qualidades ambiental e de vida, levando-nos a considerar a periferia do distrito e as condições do ambiente em que vivem como espaços do não cidadãos, sem cidadania plena, sem dignidade de vida (Santos 1987b).

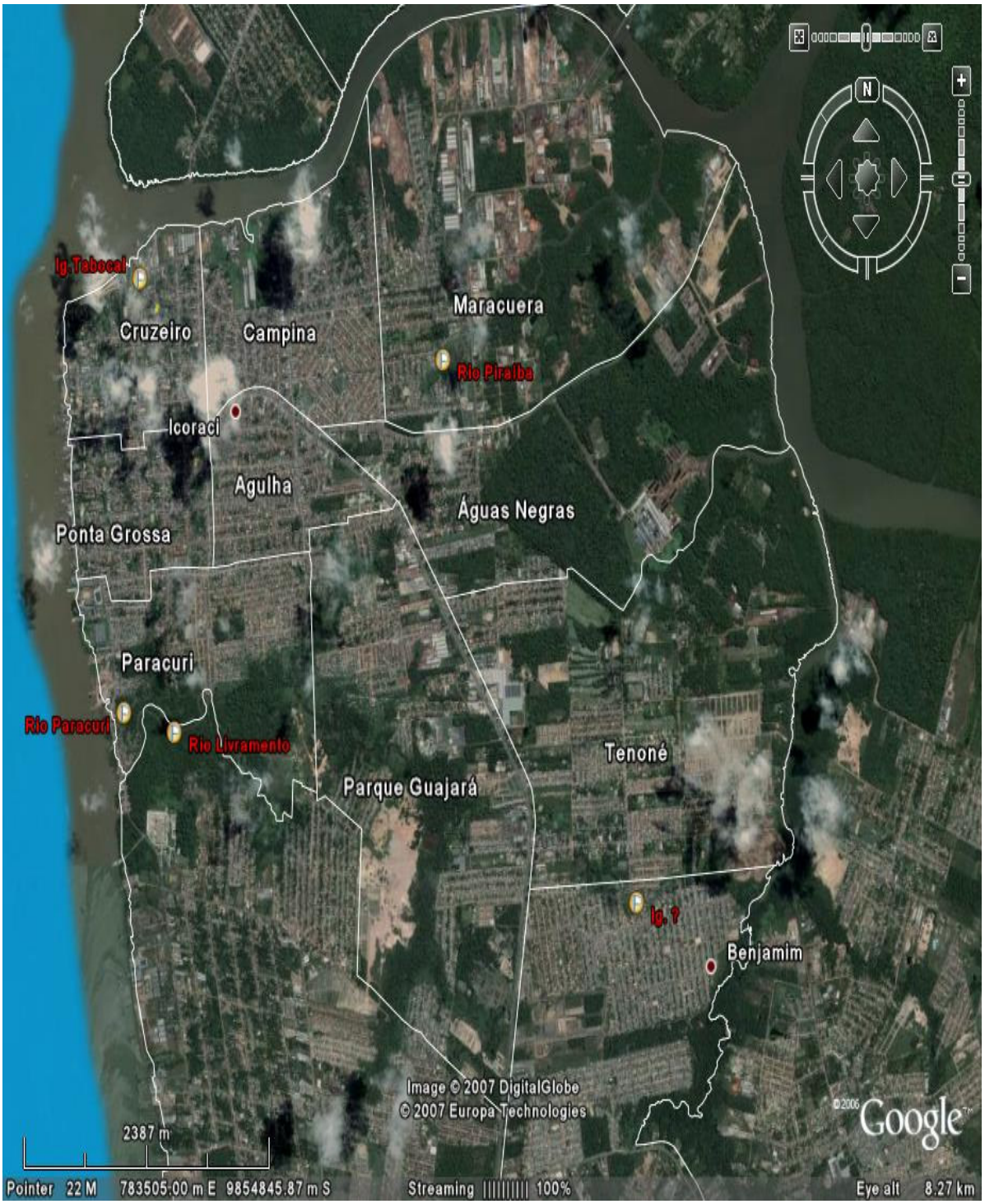
É na cidade que acontecem as transformações e as adaptações ao moderno, as verdadeiras metamorfoses com a quais se implantam a modernidade, que representa um peso sob os outros aspectos da vida local, mediante aos custos públicos municipais, estaduais e federais.

Tais adaptações ao moderno representam a lógica distante que invade sobre as áreas menos privilegiadas do distrito, mediante uma evolução que se realiza com a própria dinâmica do capital, (re) reproduzindo no urbano a segregação espacial, que repercute na cidade e no distrito sobre as conseqüências desse processo.

Num mundo no qual a fluidez é indispensável às atividades mais poderosas e o grosso da produção presente num lugar se diferencia também por suas exigências em infra-estrutura modernizada e pela necessidade de fluidez, é essencial uma relação que se estabeleça, no conjunto do espaço urbano, entre uma tipologia do sistema de engenharia e uma tipologia dos níveis de modernidade na produção do emprego, na circulação, na distribuição e no consumo.

Na realidade, tais situações se submetem a constantes mutações e encobrem uma rica, variada e sempre renovada divisão social e territorial do trabalho. Nessas condições, a cidade está sempre se refazendo, na forma, na função, no dinamismo, na segregação, nos problemas urbanos que refletem o ambiente. Essa maneira de acontecer o inesperado na cidade constitui a possibilidade de construção de novos usos, costumes, hábitos, atitudes na região amazônica.

E, para finalizar, é, sem dúvida, que por sua condição de distrito administrativo de Belém e sem autonomia política, econômica e administrativa, corroboram para o agravamento dessa situação. Apesar das sucessivas investidas em prol da emancipação de sua emancipação política, esse objetivo ainda não foi alcançado pela população local. Icoaraci necessita de um projeto voltado para suas potencialidades e necessidades sociais capazes de implementarem o seu crescimento e desenvolvimento e possibilitar condições dignas de vida à maioria de seus habitantes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. ***Superfícies aplainadas e terraços na Amazônia****.. São Paulo: Instituto de Geografia – USP. 1966. Geomorfologia Nº 04*

ABELÉM, Aurélia Gomes. ***Amazônia ocupação e reorganização do espaço urbano****. In: PINTO, Nilson. Urbanização e remoção: Por que e para quem? Belém: UFPA/NAEA, 1989.*

ABREU, Mauricio de Almeida. **Cidade brasileira: 1870-1930**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). Urbanização e cidades perspectivas Geográficas. Presidente Prudente-SP: Ed.UNESP, 2001.

ACSELRAD, Henri. (Org) **A Duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro; DP&A, 2001.

AFONSO, Cíntia Maria. **Uso e ocupação do solo na zona costeira do estado de São Paulo**; Uma análise ambiental. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1999.

AGAZZI, Evandro. **Filosofia de la natureza**. Ciência y cosmologia. México: Forum Engelberg & Fondo de Cultura Econômica. 2000.

AJARA, Cezar. **A Abordagem geográfica**: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental. In: Geografia e a questão ambiental. Rio de Janeiro:FIBGE, 1993.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à cidade**: Instrumento e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – IPPUR/FASE. 1987.

ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (In)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1997.

AMARAL, Ribeiro do. **Fundação de Belém do Pará**. Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616. Brasília: Senado Federal, 2004.

ANAIS DO 8º Encontro Nacional de Geógrafos. Salvador: AGB, 1990.

ARANTES, Otília, WAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único desmanchando consensos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 20

AZEVEDO, Ana Lúcia Vieira de. **Rio de Janeiro: um testemunho**. In ALVA, Eduardo Neira. Metrópoles (In)sustentáveis. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1997.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Ambiente, qualidade de vida e cidadania**. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In: HOGAN, Daniel Joseph & VIEIRA, Paulo Freire (orgs) Delemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, Reinaldo. **Uma nova ética na gestão urbana**: A produtividade social. In: MENDONÇA, Francisco. Cidade Ambiente e Desenvolvimento (org).Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

BECKER, Berta K & MIRANDA, Mariana (Org). **A Geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Berta K. et il. (Orgs) **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo; HUCITEC/ANNABLUME/UGI. 2002. 3ª Ed.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar** (Trad) Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BITOUN, Jan. **Impactos socioambientais e desigualdade social**: vivências diferenciadas frente à mediocridade das condições de infra-estrutura da cidade brasileria: o exemplo do Recife. In _____MENDONÇA, Francisco (Org). Impactos socioambientais urbanos. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

BOADA, Marti Y TOLEDO, Victor M. El **Planeta, nuestro cuerpo**. La ecologia, el ambientalismo y la crisis de la modernidad. México: FCE, SEP, CONACYT, 2003.

BOLLE, Willi. **Fisionomia da metrópole moderna**. São Paulo-SP, FADESP/Edusp. 1994.

BOOKCHIN, Murray; BOINO, Paul & ENCKELL, Marianne. **O Bairro, a comuna, a cidade espaços libertários**. (Trad.) Plínio augusto Coelho.São Paulo: Editora Imaginário, 2003.

BORRERO, Maria Carolina Morales & ROJAS, Wilson Herney Melizzo (Editores) **Calidad de vida**. **Enfoques, perspectivas y aplicaciones del concepto**. Bogotá-Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/editora 34 ltda, 2000.

_____, **A Política dos outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo/SP. Brasiliense. S.A 1984.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

CAPRA, Fritjof. **O Tao da Física**: Um paralelo entre a física moderna e o misticismo Ocidental: tradução de José Fernandes Dias. São Paulo: Ed. CULTRIX 1996.

_____. **A Teia da vida** Trad. Newton Roberval Eichember São Paulo: Cultrix, 2004.

CARLOS, Ana Fani alessandri & CARRERAS, CARLES. (Orgs). **Urbanização e mundialização**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: contexto, 2004.

_____, **A Questão da cidade e do campo**: Teoria e política, in: MERCATOR – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza: UFC, Nº 7 5, p 7-13, jan/-jul. 2004.

_____, & LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). **Dilemas urbanos**. Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, **A (Re) Produção de espaço urb**ano. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____, **O Lugar: Mundialização e fragmentação**. In:_____ SCARLATO, Francisco Capuano (Org.) Fim do século e globalização. São Paulo - Hucitec. 1993.

_____, **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____, BRAGA, Roberto (orgs). **Recursos hídricos e planejamento urbano e regional**. Rio Claro-SP: Unesp, 2003.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de & BRAGA, Roberto (orgs). **Perspectivas de gestão ambiental e cidades médias.** Rio Claro: Unesp, 2001.

CASTRO, José Carlos. **Cidade e cidadania**. In: D'INÇÃO, Maria Angélica e SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs). A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

CHESNAIS, François & SERFATI, Claude. "**Ecologia" e condição físicas de reprodução social**: Alguns fios condutores marxistas. In. _____ Revista Critica Marxista. São Paulo: Jinkings Editores Associados, n. 16. p. 39-75. 2003.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Impactos ambientais em áreas urbanas**. Teorias, conceitos e métodos de pesquisas. In _____ GUERRA, Antonio Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da (orgs). Impactos ambientais urbanos no Brasil.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____, et. al. (org**). Estado e políticas públicas na Amaz**ônia. Gestão dos recursos naturais. Belém: CEJUP/NAEA, 2001.

_____, SIMONIAN, Lígia e FENZI, Norbert(Org). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**. Gestão do desenvolvimento. Belém: CEJUP:NAEA, 2001.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Brasília: MEC, 1989

CORRÊA, Roberto Lobato.**Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____, **Meio Ambiente e a metrópole**. In: _____Geografia e questão ambiental. Rio de Janeiro: FIBGE, 1993.

_____, **A Rede urbana**. São Paulo, Editora Ática. 1989. Série Princípio.

COUTO, Rosa Carmina, Castro, Edna Ramos de e MARIN, Rosa Acevedo (Org). **Saúde, trabalho e meio ambiente**. Políticas públicas na Amazônia. Belém: NAEA, 2002.

CRISTINA Freire. Além dos Mapas. **Os Monumentos no Imaginário Urbano Contemporâneo**.São Paulo: Annablume: Fapesp: SESC/São Paulo, 1997.

CUNHA, Sandra Baptista da & GUERRA, Antonio José Teixeira (Org) **A questão ambiental**. Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo.** Escavando o futuro em Los Angeles.(Trad.) Renato Aguiar. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1993.

DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (Org). **O Processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

DERENJI, Jussara da Silveira. **A seleção e exclusão no meio ambiente urbano**: reforma do fim século XIX em Belém do Pará. Cidade e cidadania. In:_____. Maria Angélica D'Inção e Isolda Maciel da Silveira (org). A Amazônia e a crise da modernização Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DIAS, Mário Benjamin & SILVA, Maria de Jesus Benjamin da Silva. **Transporte urbano de Belém: estudo de caso de Icoaraci**. Belém-PA. 1987. Monografia de especialização mimeo.

DIAS, Mário Benjamin. **Industrialização e a produção do espaço urbano de Icoaraci-Belém PA.** São Paulo: FFLCH-USP, 1996. Dissertação de Mestrado mimeografado.

DONNE, Marcella Delle. **Teorias sobre a cidade**. Trad. José Manuel Vasconcelos. Rio de Janeiro, edições 70, 1979.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social pobreza, emprego**, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 257 p. 3ª Edição.

ENGELS, Freiedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

FABRIS, Annateresa. **Fragmentos urbanos representações culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FERNANDES, Edésio. **Impactos socioambiental em áreas urbanas sob a perspectiva jurídica.** In: _____ MENDONÇA, Francisco (Org). Impactos socioambientais urbanos. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

FISCHER, Tânia (org). **Gestão contemporânea cidades estratégias e organizações Locais**. Rio de Janeiro, Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLORES, Enrique Ortiz. **Vivenda y desarrollo urbano justo y sustentable**. "In _____ GRAZIA de GRAZIA. (ORG). Direito à cidade e meio ambiente. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana. Co-edição com a Prefeitura de Barcelona. 1993.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável.** São Paulo: Annablume : Fapesp, 2001

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA FBGE. **Censo Demográfico** 2000.Rio de janeiro: FIBGE, 2001

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (Org). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo: Educ, 1997.

GOFF, Jacques Le. **Por Amor às cidades**.Trad. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Ed. Unesp. 1988.

GOMES, Horieste. **Reflexão sobre teoria e crítica em geografia**. Goiânia. CEGRAF/UFG, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição urbana ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de janeiro. Bertrand Brasil. 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2005. 12ª ed.

_____, **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, Luiz Fernando Hansen e GUERRA, Antonio José Teixeira. **Movimento de massa na cidade de Petrópolis. In** _____ GONÇALVES, Luiz Fernando Hansen e GUERRA, Antonio José Teixeira. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.

GONÇALVES, Maria Flora (org). **O Novo Brasil urbano Impasses/Dilemas/Perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos Antônio & GALVÃO, Antônio Carlos (org). **Região e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: Ed. Unesp:Anpur, 2003.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção social do espaço urbano**. (Trad) Geraldo Gerson de Souza. São Paulo. Edusp. 1993.

GUERRA, Antonio Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da (org). **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GUTBERLET, Jutta. **Cubatão** – Desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental. Trad. Kay-Uwq Gutberlet. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

HANNAH, Arendt. **A Condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 10ª edição

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szalak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____, **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

_____, **Condição pós-moderna** (Trad) Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____, **Los Limites del capitalismo y la teoría marxista** México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____, **A justiça social e a cidade**. São Paulo. Ed. Hucitec.1980.

HATTNER, Henrique. **A Duração das cidades**. In _____ ACSERLRAD, Henri (org). A Duração das cidades. sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 2001.

HEBETTE, Jean. **O Grande Carajás**: um novo momento da história moderna da Amazônia Paraense. In_____ CASTRO, Edna Maria Ramos de e HEBETTE, Jean (org). Na trilha dos grandes projetos". Modernização e conflito na Amazônia. Belém/PA -NAEA nº IV. UFPA. 1989.

HECK, Marina. (Coord). **Grandes metrópoles de América Latina**.São Paulo; Fondo de Cultura Econômica/Memorial da América Latina; 1993.

HELLER, Agnes et. al. A **Crise dos paradigmas em ciências sociais e dos desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contratempo, 1999.

HELLER, Sonaly Cristina & REZENDE, **O Saneamento no Brasil políticas e interfaces.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

HOGAN, Daniel Joseph. **Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambi**ental: O caso de Campinas. In _____ HOGAN, Daniel Joseph (org). Migração e ambiente nas aglomerações urbanas. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 2001.

_____, & VIEIRA, Paulo Freire. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1992.

IANNI, Otávio. **A Ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Instrumento de Planejamento e Gestão Urbana: Belém, Natal e Recife. Brasília,** IPEA/USP/UFPA/UFPE/FINEP, 2002.

JACOBI, Pedro. **Impactos socioambientais do risco à busca de sustentabilidade**. In. _____ MENDONÇA, Francisco (Org). Impactos socioambientais urbanos. Curitiba: ed. UFPR, 2004.

_____, **Cidade e Meio ambiente percepções e práticas em São Paulo - São Paulo**: ANNABLUME -1999.

JACOBS, JANE. **Las ciudades y la riqueza de las naciones**. Barcelona: Editora Ariel, S.A. 1985.

JORNAL DE ICOARACI. Icoaraci-PA, 1992.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Belém-Pa, 2004.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Belém-Pa, 2006.

JORNAL O LIBERAL. Belém-Pa, 1990.

JORNAL O LIBERAL. Belém-Pa, 1992.

JORNAL O LIBERAL. Belém-Pa, 1993.

JORNAL O LIBERAL. Belém-Pa, 1998.

JORNAL O LIBERAL. Belém-PA. 2000.

JOSEPH, Isaac. **La ville sans qualités**. Paris: Éditions de L´aube. 1998.

KAHTOUNO, Saíde. **Cidade das águas**. São Paulo: Rima, 2004.

KOSIK, KAREL. **Dialética do concreto**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

LANDIM, Maria Luiza P. F. **Ética e natureza**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2001.

LAVINAS, Lena . (org), A Urbanização da fronteira. Rio de Janeiro: Edições Publipur/ufrj, 1987.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____, **O Direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____, **A Cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro. DP&A editora. 1999.

_____, **Sociologia de Marx**. (Trad) Carlos Roberto Alves Dias Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

_____, **De lo rural a lo urbano**. Barcelona-Espanha. Edições Península 1978

_____, **O Pensamento marxista e cidade**. Trad. Maria Idelina Furtado Lisboa-Portugal. Editora Ulisséia. 1972.

_____, **Espacio y política**. Barcelona-Espanha: ediciones 62 S.A, 1976.

LEONEL, Mauro. **A Morte social dos rios**. São Paulo: FADESP/ ed. Perspectiva. 1978. Coleção Estudos: 157.

LIMA, Myrian Del Vecchio de & RONCAGLIO, Cynthia. **Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania**.in _____ Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Cidade e ambiente urbano. Curitiba: Ed. UFPR, n. 3, p.53-78. 2001

LIMA, José Júlio Ferreira & PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Expansão urbana e degradação ambiental na região metropolitana de Belém**. In _____PEREIRA, José Almir Rodrigues. (org) Saneamento ambiental em áreas urbanas. Esgotamento sanitário na região metropolitana de Belém. Belém: UFPA/NUMA, 2003.

LOBO, Luiza & FARIA, Márcia Gonçalves S. (Org). **A Poética das cidades**. Rio de Janeiro; Ed. Relume/Diumará. 1999.

LOMBARDO, Magda Adelaide. **Qualidade ambiental e planejamento urbano**. São Paulo: FFLCH/UPS. 1995. Tese de Livre docência. Mimeo.

LYNCH, Bárbara Deutsch. **Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidade Latino-americanas**. In _____ ACSERLRAD, Henri. A Duração das cidades sustentabilidade e risco nas políticas urbanas (org). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Maria das Dores. **Diferenças intra-urbanas de saúde em Belém**. Belém: NAEA, 2004.

MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lílian de Lucca (Org). **Na Metrópole**: Textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaço Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo**. Editora Unesp/Hucitec 1998.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e natureza proteção dos mananciais e exclusão socia**l. São Paulo; Edusp/Fapesp/Studio Nobel; 1999.

MARICATO, Hermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo. Ed. Hucitec. 1996.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo**: São Paulo, do fim do Império ao Fim da República Velha. São Paulo: Hucitec: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

MATOS, Maria Izilda S. e SOLLER, Maria Angélica.(org). **A Cidade em debate**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999.

MAY, Nicole e outros. **La ville éclatée**. Paris: Éditions de L´aube. 1996.

MEIRA FILHO, Augusto. Evolução histórica de Belém do Grão-Pará. Belém: ed. UFPA, 1976.
MENDONÇA, Francisco (Org). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

_____, **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002. Caminhos da Geografia.

MENDONÇA, Francisco. **Cidade ambiente e desenvolvimento** (org).Curitiba: Ed, UFPR, 2004.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente a experiência de Curitiba.** Campinas**:** Papirus, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ed. Congresso, 1989.

MIRANDA, Tânia Lúcia Graf de. **Avaliação da qualidade da água na bacia do alto Iguaçu através de modelagem matemática para planejamento e gestão de recursos hídricos**. In _____ MENDONÇA, Francisco. Cidade, ambiente & desenvolvimento abordagem interdisciplinar de problemas socioambientais urbanas de Curitiba e RMC. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Cidade desencantada**. Entre a fundamentação geográfica e a imaginação artística. In. _____ MENDONÇA, Francisco (Org.). Impactos ambientais urbanos. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

MONTE-MOR, Roberto Luiz.**Urbanização extensiva e lógica de povoamento: um olhar ambiental**. in QUEIROS, Luís Cezar de. Globalização e fragmentação. Rio de Naneiro, Bertrand Brasil. 1994

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil.** Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Edusp, 1999.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A Cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação, cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Ed Unesp/ANPUR, 2004.

MORETTI, Ricardo de Sousa. **Transformações em curso nas cidades brasileiras e seus impactos na qualidade da água no meio urbano**. In._____ MENDONÇA, (Org). Impactos socioambientais urbanos. Curitiba: ed. UFPR, 2004.

MUNFORD, Lews. **A Cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise socioambiental Estado & sociedade civil no Brasil (!982 – 1998)**.São Paulo: Annablume:Fapesp, 2002.

NEFUSSI, Nelson & LICCO, Eduardo. **Solo urbano e meio ambiente.** www.meioambiente@cibergeo.com.br acesso em 08/06/2001

NOVAES, Eduardo. A **metropolização da América Latina**. In: _____ALVA, Eduardo Neira. Metrópoles (In)sustentáveis. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1997.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**: urbanização das amazonas. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Tese de doutorado mimeografada).

_____, Manaus de 1920 – 1967 – **A Cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas /Universidade Federal do Amazonas, 2003. Série em Busca da Identidade Regional.

OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira de e HERMANN, Maria Lúcia de Paula. **Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis**. in: _____ GUERRA, Antonio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da. (org). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, Nilson Pinto de (org). ***Meio ambiente: qualidade de vida e desenvolvimento****.Belém: UFPA/NUMA, 1992.*

OLIVEIRA, Walter Maestro de. **O céu e o inferno** "modernização, reestruturação e qualidade de vida: para uma geografia dos conflitos no centro da cidade de São Paulo" São Paulo: FFLCH-USP, 2000. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

OLIVEIRA,Miguel Arturo C. **Da espacialidade rural-extrativa à cidade-jardim**: Curitiba (1900-73) in: _____ MENDONÇA, Francisco. Cidade ambiente e desenvolvimento (org).Curitiba: Ed, UFPR, 2004.

PALLAMIN, Vera M (Org) e Marina Ludemann (Coord). **Cidade e cultura esfera pública e transformação urbana.** São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PARÁ/IDESP. **Caracterização do sistema urbano** do Pará. Belém, IDESP. 1976 Série Relatórios de pesquisa 01.
PEIXOTO, Nelson Brisaac. **Paisagens urbanas**. São Paulo: Editora Senac-SP/Marca D´Água, 1996.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém estudos de geografia urbana**. Belém: ed. UFPA, 1968. Coleção José Veríssimo.

PEREIRA, Gislene. **A Natureza (dos) fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental.** In._____ MENDONÇA, (Org). Impactos socioambientais Urbanos. Curitiba: ed. UFPR, 2004.

PEREIRA, José Almir Rodrigues (org). **Saneamento ambiental em áreas urbanas. Esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belém**. Belém: NUMA/UFPA/EDUFPA, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa**. In: _____ SOLLE, Maria Angélica e MATOS Maria Izilda S. (org). **A cidade em debate**. São Paulo: Ed. Olho d'água, 1999.

PIPITONE, Ugo. **Ciudades, naciones, regiones los espaços institucionales de la modernidad**. México: FCE, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Anuário Estatístico de Belém**. Belém: SEGEP, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Belém; **Código de Postura**. Belém: CIMBESA/Prefeitura Municipal de Belém, 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Estudo/Proposta de Definição Territorial dos Distritos Administrativos**. Belém: PMB, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Mensagem do Prefeito de Belém à Câmara Municipal.** Belém: SEGEP, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Mensagem do Prefeito de Belém à Câmara Municipal. Belém**: Gráfica Sagrada Família, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano Diretor de Transporte Urbano**. Belém: CODEM, 1990.

RECLUS, Elisée. Manoel Correa de Andrade (org). Florestan Fernandes (coord). São Paulo: Ática, 1985.
REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 5ª Ed.

REMY, Jean & VOYÉ, Liliane. Ville**, ordre et violence formes spatiales et transaction social**. Paris, Peresses Iuniversita
REMY, Jean& VOYÊ. **A Cidade**: rumo a uma nova definição? Trad. José Domingues de Almeida. Porto-Portugal. Edições Afrontamento. 1992.

RESENDE, Sonaly Cristina e HELLER, Léo. **O Saneamento no Brasil políticas e Interfaces**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE **Cidade e Ambiente Urbano. Curitiba**: Ed UFPR, 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & LAGO, Luciana Corrêa do (Orgs). **Repensando a experiência urbana na América Latina**: questões, conceitos e valores. Bueno Aires, CLACSO, 1995.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Orgs). **Globalização fragmentação e reforma urbano o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). O **Futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revam/Fase, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A (Re) Construção e cidades e sua perspectiva sócio-ambiental e Educacional para Sociedades Sustentáveis**. www.cibergeo.org/agbnacional/documento/cartadhc.htm. Acesso em 30/10/2003.

_____, **Produção e consumo do e no espaço problemática ambiental urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

RODRIGUES, Edmilson. **Os Desafios da metrópole.** Reflexões para o desenvolvimento de Belém. Belém-Pa. Labor Editorial (NAEA/UFPA), 2000.

RODRIGUES, Holderma. **As raízes da identidade Histórica**. Belém: Jornal de Icoaraci. 1992. Out, pág 5.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1997.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Reforma urbana por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades.** Rio de Janeiro: DASE/UFRJ-IPPUR, 1995.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. Trad. Maria Irene de Q. Szmrecsányi. São Paulo: Edusp, 2003. Coleção Milton Santos.

_____, **A Natureza do espaço, técnica e tempo razão e emoção.** São Paulo:HUCITEC – 1996 a)

_____, **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1996. b)
_____, **Por uma economia política da cidade**. São Paulo, Hucitec/Educ. 1994.

_____, **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, **Metrópole, modernização, involução e segmentação**. In Reestruturação Urbana - Rio de Janeiro IUPERJ -1990.

_____, **Metrópole corporativa fragmentada o caso de São Paulo**. São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura: Nobel. 1990.

_____, **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

SARGES, Maria de Nazaré. **Um outro olhar sobre a "Paris dos trópicos"(1897-1911)**. In: A cidade em debate. Maria Angélica Soller e Maria Izilda S. Matos (Org) São Paulo: Ed. Olho d'água, 1999.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na economia mundial**. Trad.Carlos Eugênio Marcondes de Moura.São Paulo: Studio Nobel, 1998. Coleção Megalópoles.

SAULE JÚNIOR, Nelson (coord). **Direito à cidade trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1999.

SCARLATO, Francisco (Org.) **Fim de século e globalização**. São Paulo - HUCITEC 1993.

SILVA, José Borzacchiello da et il. (Org). **A Cidade e o urbano**. Fortaleza: Edições UFC, 1997.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima de. **Cidade, corporação e periferia urbana. Santa Cruz do Sul-RGS**: Edunisc, 2003.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas a reafirmação do espaço na teoria social crítica**: trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

SOUSA, Maria Adélia Aparecida de. (Org). **Território brasileiro usos e abusos**. Campinas: Edição Territorial, 2003.
_____, **Mudar a cidade uma introdução crítica ao planejamento e à gestão da cidade**. Rio, de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.

_____, **O Desafio Metropolitano um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: ed. Unesp, 2001.

_____, (Org). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: ED. Unesp. 2001.

_____, **O Centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. In _____ Revista de Geografia, v.10. Presidente Prudente-SP: Ed. Unesp. 1991, pp. 01-18.

TORRES, Haroldo & COSTA, Heloisa (Org). **População e Meio Ambiente** – Debates e Desafios. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

VALENTE, José. **Sinopse histórica de Icoaraci**. Belém: Jornal O Liberal, 1989.

VALENTE, Mary Lucy Mendes Guimarães. **A Questão da habitação social na região metropolitana de Belém**. In:_____PEREIRA, José Almir Rodrigues. (org) Saneamento ambiental em áreas urbanas. Esgotamento sanitário na região metropolitana de Belém. Belém: UFPA/NUMA, 2003.

VARGAS, Eliana Comin & RIBEIRO, Helena (org) **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**.São Paulo. Ed. da USP. 2001. Acadêmica 36. 153 p.

VIANA, Nildo. **Violência urbana**: a cidade como espaço gerador de violência. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

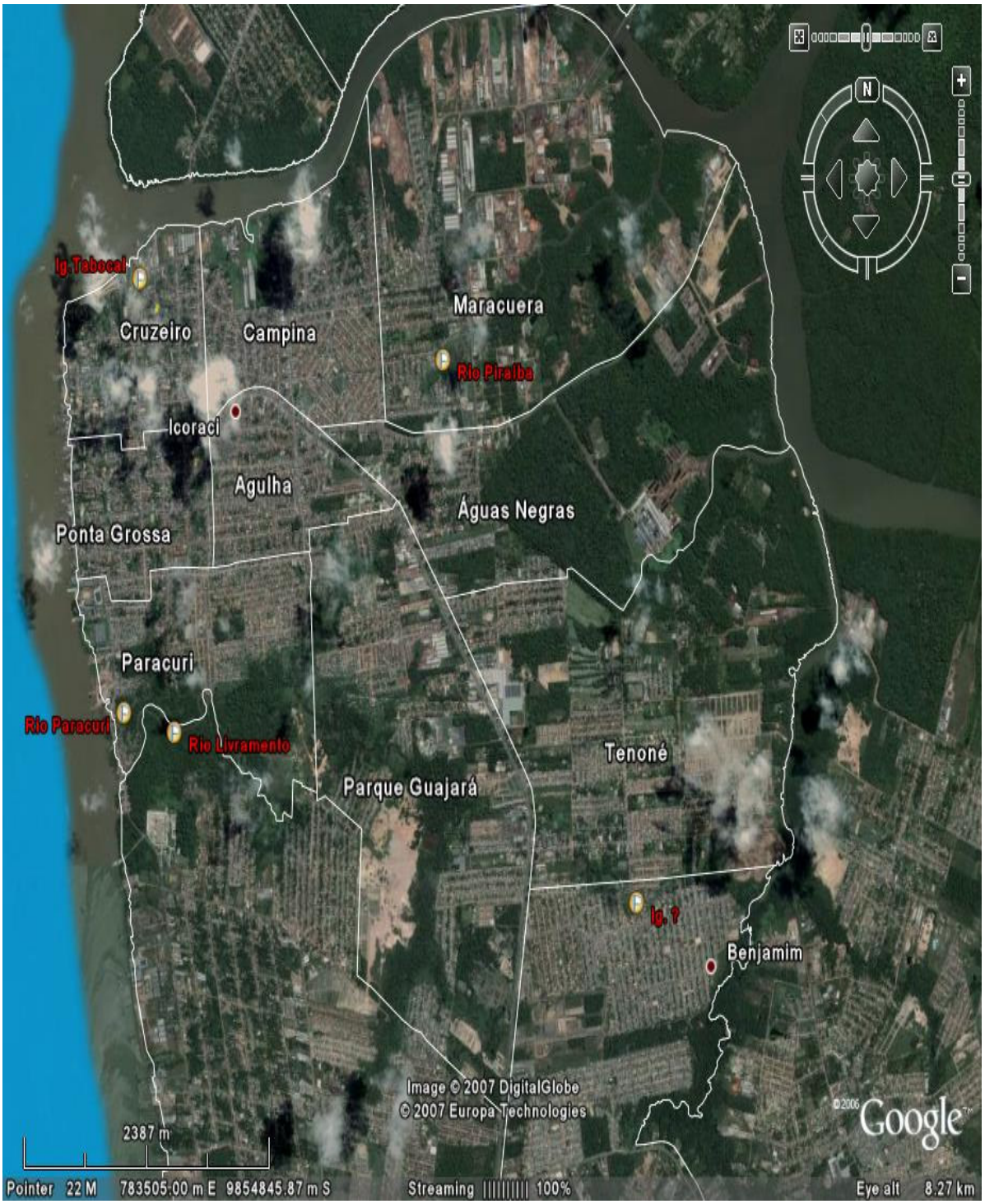
WACQUANT, Loic. **Os Condenados da cidade**. Rio de Janeiro. Revan; Fase, 2001.

www.abcdasaude.com.br Acesso realizado no dia 13 de março de 2007.

www.civies.ufrj/informações/dengue/lep-ivhtml. Acesso realizado no dia 14 de março de 2007.

www.civies.ufrj/informações/leptospirose/lep-ivhtml. Acesso realizado no dia 13 de março de 2007

www.icorarci.com.br. Acesso em 10 de setembro de 2005.


Ig.Tabocal
Cruzeiro
Campina
Maracuera
Rio Piraiba
Icoraci
Agulha
Águas Negras
Ponta Grossa
Paracuri
Rio Paracuri
Rio Livramento
Tenoné
Parque Guajará
Ig. ?
Benjamim
Image © 2007 DigitalGlobe
© 2007 Europa Technologies
2387 m
Google
Pointer 22 M 783505.00 m E 9854845.87 m S
Streaming 100%
Eye alt 8.27 km

ANEXOS

Modelo de questionário aplicado na área de estudo.
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS – GRADUAÇÃO DE GEOGRAFIA

ENTREVISTA DOMICILIAR - FORMULÁRIO

Data -----/----/---
Localização ----------

Identificação pessoal.....

I – Perfil Sócio-Econômico
1 – Sexo Masculino Feminino

2 – Grau de Escolaridade
 Fundamental incompleto Fundamental completo
 Ensino Médio incompleto Ensino Médio Completo
 Superior incompleto Superior completo
 Outro

3 Tipo de Moradia

 Casa de madeira Casa de alvenaria
 Barraco Palafita
 Outro

CONCEPÇÃO E SITUAÇÃO DE TRABALHO

4 Número de pessoas residentes na moradia ----------

5 Salário
 0 a 1 SM 08 a 10 02 a 04 04 a 06
 06 a 08 mais de 10

6 Meio de transporte que utiliza para locomoção
 Sem condução Bicicleta
 Ônibus outro ----------
7 Você Nasceu em Icoaraci?
 Sim Não De onde veio.....

Por que veio ? .....

II Infra-estrutura local

8 Existe coleta de lixo no bairro?
 Sim Não Qual a periodicidade? .....

9 Em sua residência tem água encanada
 Sim Qual a fonte?.....
 Não Por que? .....

10 Você tem problemas com o fornecimento de água ?

 Sim Qual?.....
 Não

11 O banheiro tem ligação com a rede de esgoto?
 Sim Não Por que?.....

12 Seu Bairro é atendido com saneamento básico?
 Sim Não
Quais?.....

13 Em seu bairro tem serviços de atendimento ao público gratuito?
 Sim Quais?.....
 Não

14 Em sua cidade você encontra todos os bens que necessita?
 Sim Não

III COMPREENSÃO DO AMBIENTE DA CIDADE

15 Qual a situação de seu imóvel?
 próprio Alugado Cedida Ocupado

16 A sua casa tem ligação com a rede de esgoto
 Sim Não
17 Você identifica problemas no ambiente de seu bairro?
 Sim Não
Quais?.....

18 Você conhece algum trabalho voltado para a proteção do ambiente em seu bairro?
 Sim Qual?.....
 Não

19 Você considera que o ambiente de seu bairro compromete a qualidade de vida?
 Sim Quais?.....
 Não
20 O que deveria melhorar na cidade para que ela tivesse melhores qualidades de vida?